



## ÍNDICE

### Conselho Económico e Social:

#### Arbitragem para definição de serviços mínimos:

- Greve na EMARP - Empresa Municipal de Águas e Resíduos de Portimão, EM, SA de 15 a 18 de agosto de 2019 .....	4301
- Greve na SATA Internacional - Azores Airlines, SA nos dias 18, 19, 20, 21, 25, 26, 27 e 28 de outubro, 22, 23, 24, 25, 29 e 30 de novembro e 1 e 2 de dezembro de 2019 .....	4303

### Regulamentação do trabalho:

#### Despachos/portarias:

...

#### Portarias de condições de trabalho:

...

#### Portarias de extensão:

- Portaria de extensão das alterações do contrato coletivo entre a Associação Portuguesa dos Industriais de Curtumes e a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal - FESETE .....	4305
- Portaria de extensão do contrato coletivo entre a ACILIS - Associação de Comércio, Indústria, Serviços e Turismo da Região de Leiria e outras e o CESP - Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal .....	4306
- Portaria de extensão do contrato coletivo entre a ACILIS - Associação de Comércio, Indústria, Serviços e Turismo da Região de Leiria e outras e o Sindicato dos Trabalhadores e Técnicos de Serviços, Comércio, Restauração e Turismo - SITESE .....	4308
- Portaria de extensão das alterações do contrato coletivo entre a Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP) e o Sindicato dos Trabalhadores e Técnicos de Serviços, Comércio, Restauração e Turismo - SITESE (alojamento) .....	4309

#### Convenções coletivas:

- Contrato coletivo entre a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade - CNIS e a FEPCES - Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços e outros - Revisão global .....	4310
---	------

- Contrato coletivo entre a Associação Nacional dos Industriais de Lacticínios (ANIL) e outras e o Sindicato das Indústrias Metalúrgicas e Afins - SIMA - Alteração salarial e outra .....	4358
- Contrato coletivo entre a Associação dos Comerciantes do Porto e outras e o CESP - Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal e outro - Alteração salarial e outras .....	4359
- Acordo de adesão entre a MEO - Serviços Técnicos de Redes de Comunicações Eletrónicas, SA e o Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Telecomunicações e Audiovisual - SINTTAV e outros ao acordo coletivo entre a MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, SA e outras e os mesmos sindicatos .....	4362

**Decisões arbitrais:**

...

**Avisos de cessação da vigência de convenções coletivas:**

...

**Acordos de revogação de convenções coletivas:**

...

**Jurisprudência:**

...

**Organizações do trabalho:**

**Associações sindicais:**

**I – Estatutos:**

...

**II – Direção:**

- FNIE - Federação Nacional dos Inspectores do Estado - Eleição .....	4364
---	------

**Associações de empregadores:**

**I – Estatutos:**

- AICCS - Associação Nacional da Indústria e Comércio de Colas e Similares que passa a denominar-se APCAS - Associação Portuguesa de Colas, Adesivos e Selantes - Alteração .....	4365
- GROQUIFAR - Associação de Grossistas de Produtos Químicos e Farmacêuticos - Alteração .....	4370
- ACILIS - Associação de Comércio, Indústria, Serviços e Turismo da Região de Leiria - Alteração .....	4376

**II – Direção:**

- APCOR - Associação Portuguesa da Cortiça - Eleição .....	4377
- Associação Empresarial de Baião - AEB - Eleição .....	4378

- Associação das Empresas de Estiva do Porto de Aveiro - Substituição .....	4378
---	------

**Comissões de trabalhadores:**

**I – Estatutos:**

...

**II – Eleições:**

...

**Representantes dos trabalhadores para a segurança e saúde no trabalho:**

**I – Convocatórias:**

- Gestamp Cerveira, L. <sup>da</sup> - Convocatória .....	4379
---	------

**II – Eleição de representantes:**

- Câmara Municipal de Sabugal - Eleição .....	4379
---	------

- Câmara Municipal de Trancoso - Eleição .....	4379
--	------

**Conselhos de empresa europeus:**

...

**Informação sobre trabalho e emprego:**

**Empresas de trabalho temporário autorizadas:**

...

**Catálogo Nacional de Qualificações:**

Catálogo Nacional de Qualificações .....	4381
--	------

**1. Integração de novas qualificações**

...

**2. Integração de UFCD**

...

<b>3. Alteração de qualificações .....</b>	<b>4384</b>
--	-------------

**Aviso: Alteração do endereço eletrónico para entrega de documentos a publicar no *Boletim do Trabalho e Emprego***

O endereço eletrónico da Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho para entrega de documentos a publicar no *Boletim do Trabalho e Emprego* passou a ser o seguinte: [dsrct@dgert.mtsss.pt](mailto:dsrct@dgert.mtsss.pt)

De acordo com o Código do Trabalho e a Portaria n.º 1172/2009, de 6 de outubro, a entrega em documento electrónico respeita aos seguintes documentos:

- a) Estatutos de comissões de trabalhadores, de comissões coordenadoras, de associações sindicais e de associações de empregadores;
- b) Identidade dos membros das direcções de associações sindicais e de associações de empregadores;
- c) Convenções colectivas e correspondentes textos consolidados, acordos de adesão e decisões arbitrais;
- d) Deliberações de comissões paritárias tomadas por unanimidade;
- e) Acordos sobre prorrogação da vigência de convenções coletivas, sobre os efeitos decorrentes das mesmas em caso de caducidade, e de revogação de convenções.

**Nota:**

- A data de edição transita para o 1.º dia útil seguinte quando coincida com sábados, domingos e feriados.
- O texto do cabeçalho, a ficha técnica e o índice estão escritos conforme o Acordo Ortográfico. O conteúdo dos textos é da inteira responsabilidade das entidades autoras.

**SIGLAS**

- CC** - Contrato coletivo.
- AC** - Acordo coletivo.
- PCT** - Portaria de condições de trabalho.
- PE** - Portaria de extensão.
- CT** - Comissão técnica.
- DA** - Decisão arbitral.
- AE** - Acordo de empresa.

# CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL

## ARBITRAGEM PARA DEFINIÇÃO DE SERVIÇOS MÍNIMOS

### **Greve na EMARP - Empresa Municipal de Águas e Resíduos de Portimão, EM, SA de 15 a 18 de agosto de 2019**

Número do processo: 27/2019 - SM.

Conflito: artigo 538.º CT - AO para determinação de serviços mínimos.

Assunto: greve na EMARP - Empresa Municipal de Águas e Resíduos de Portimão, EM, SA | STAL e SINTAP | de 15 a 18 de agosto 2019, nos termos definidos nos respetivos avisos prévios de greve - pedido de arbitragem obrigatória para determinação de serviços mínimos.

#### **Acórdão**

##### **I - Antecedentes**

1- A presente arbitragem resulta, por via de comunicação de 7 de agosto de 2019, dirigida pela Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT) ao Secretário-Geral do Conselho Económico Social (CES) e recebida neste no mesmo dia, de aviso prévio subscrito pelo STAL - Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins e pelo SINTAP - Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública, na EMARP - Empresa Municipal de Águas e Resíduos de Portimão, EM, SA, para os dias 15, 16, 17 e 18 de agosto de 2019, nos termos definidos no respetivo aviso prévio.

2- Em cumprimento do disposto no número 2 do artigo 538.º do Código do Trabalho, foi realizada reunião nas instalações da DGERT, no dia 7 de agosto de 2019, da qual foi lavrada ata assinada pelos presentes.

Esta ata atesta, designadamente, a inexistência de acordo sobre os serviços mínimos a prestar durante o período de greve, bem como a ausência de disciplina desta matéria na regulamentação coletiva de trabalho aplicável.

##### **II - Tribunal Arbitral**

3- O Tribunal Arbitral foi constituído nos termos do número 3 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 259/2009, de 25 de setembro, com a seguinte composição:

- Árbitro presidente: Pedro Monteiro Fernandes;
- Árbitro dos trabalhadores: Maria Eduarda Figanier de Castro;
- Árbitro dos empregadores: Nuno Bernardo.

4- O tribunal reuniu nas instalações do CES, em Lisboa, no

dia 12 de agosto de 2019, pelas 10h00, seguindo-se a audição dos representantes dos sindicatos e do empregador, cujas credenciais, após rubricadas, foram juntas aos autos.

Compareceram, em representação das respetivas entidades e pela ordem de audição:

Pelo STAL:

- Isabel Gaspar Costa;
- Vanda Figueiredo.

Pelo SINTAP:

- Carlos Moreira.

Pela EMARP - Empresa Municipal de Águas e Resíduos de Portimão, EM, SA:

- José Brito;
- Luís Fernandes;
- Rita Oliveira.

##### **III - Factos relevantes**

5- Das informações prestadas, dos documentos juntos ao processo e dos elementos obtidos pelo Tribunal Arbitral, merecem destaque os seguintes factos:

a) A greve reporta-se às atividades de limpeza manual, limpeza mecânica e recolha de resíduos (recolha de lixo) no município de Portimão;

b) A recolha de resíduos recicláveis não está abrangida pelo pré-aviso de greve, uma vez que a mesma não é realizada pela EMARP, mas antes por outra empresa. Consequentemente, a recolha de resíduos recicláveis não será afetada;

c) A EMARP tem cerca de 70/80 trabalhadores dedicados à recolha de lixo;

d) A greve em causa abrange os dias 15, 16, 17 e 18 de agosto, sendo que o dia 15 é feriado e o trabalho prestado nesse dia assume a natureza de trabalho suplementar;

e) Existe pré-aviso que cobre o trabalho suplementar prestado nesse dia;

f) No período mais intenso do verão a recolha de lixo no município de Portimão é 7 vezes superior à que ocorre no período menos intenso do inverno;

g) O município de Portimão dotou-se de equipamentos de recolha de lixo capazes de corresponder à intensidade do período do verão, pelo que as cubas e contentores onde os resíduos são colocados pelos cidadãos têm uma capacidade bastante elevada, que em vários locais não fica esgotada nos períodos em que existe menor procura turística;

h) O município de Portimão tem cerca de 55 000 habitantes;

i) No mês de agosto, atento o fluxo turístico, estima-se que o Algarve receba cerca de 1 milhão de turistas, com forte incidência em todos os municípios.

#### IV - Fundamentação

6- A Constituição da República Portuguesa garante aos trabalhadores o direito à greve (número 1 do artigo 57.º), remetendo para a lei «a definição das condições de prestação, durante a greve de serviços necessários à segurança e manutenção de equipamentos e instalações, bem como de serviços mínimos indispensáveis para acorrer à satisfação de necessidades sociais impreteríveis» (número 3 do mesmo artigo 57.º).

Tratando-se de direito fundamental, a lei só pode restringi-lo «nos casos expressamente previstos na Constituição, devendo as restrições limitar-se ao necessário para salvaguardar outros direitos ou interesses constitucionalmente protegidos» e, em qualquer caso, «não poderá diminuir a extensão e o alcance do conteúdo essencial» daquele preceito constitucional (números 2 e 3 do artigo 18.º da Constituição da República).

A preservação da greve como direito fundamental dos trabalhadores impõe, por isso, que as correspondentes restrições sejam limitadas ao mínimo imprescindível para assegurar a satisfação das necessidades sociais impreteríveis dos cidadãos, nas empresas ou estabelecimentos cuja atividade se destine à respetiva prossecução.

7- Na situação em análise, a tutela, reconhecida pela ordem jurídica, de quem beneficia da atividade de tratamento dos resíduos sólidos urbanos situa-se no âmbito de um conflito entre direitos fundamentais consagrados na lei constitucional. É um facto que está em causa o direito à greve dos trabalhadores e que o mesmo se encontra constitucionalmente garantido (artigo 57.º CRP). Mas é também verdade que, de outro lado, se encontram outros direitos constitucionalmente reconhecidos aos cidadãos, como sejam os direitos à saúde pública e a um ambiente equilibrado dos cidadãos (número 1 do artigo 64.º e número 1 do artigo 66.º CRP).

8- Uma coisa temos como segura: as ideias de prejuízo, de perturbação, de incómodo e de transtorno acompanham a definição mesma de greve. A greve analisa-se num direito que consiste, precisamente em causar prejuízos a outrem (desde logo, à entidade empregadora) e em criar transtornos de vária ordem aos utentes do serviço paralisado.

Neste quadro, o direito à greve poderá, decerto, ter de ceder, mas só quando aqueles prejuízos ou transtornos se revelarem socialmente intoleráveis, vale dizer, só quando a paralisação de atividade inerente à greve se revelar apta a comprometer a satisfação de necessidades sociais impreteríveis - isto é, necessidades cuja não satisfação tempestiva provoque danos irremediáveis.

9- Numa ótica jurídica-constitucionalmente adequada, impõe-se sempre proceder a uma análise casuística da greve em questão, para apurar se há ou não necessidades sociais impreteríveis que a mesma venha colocar em xeque e cuja satisfação deva ser salvaguardada através da prestação de serviços mínimos pelos grevistas.

10- Entende este Tribunal Arbitral que estão em causa necessidades sociais impreteríveis quanto à atividade de reco-

lha de lixo. Porém, apesar de existirem necessidades sociais impreteríveis a salvaguardar na atividade de recolha de lixo, a fixação de serviços mínimos só pode ser efetuada na medida do permitido pelo princípio da proporcionalidade (considerando as vertentes «necessidade», «adequação» e «proporcionalidade em sentido restrito»).

11- Existem fatores que não só justificam a fixação de serviços mínimos, como devem ser sopesados na medida da sua fixação:

a) A greve em causa abrange os dias 15, 16, 17 e 18 de agosto, sendo que o dia 15 é feriado e o trabalho prestado nesse dia assume a natureza de trabalho suplementar;

b) No período mais intenso do verão a recolha de lixo no município de Portimão é 7 vezes superior à que ocorre no período menos intenso do inverno;

c) No mês de agosto, atento o fluxo turístico, estima-se que o Algarve receba cerca de 1 milhão de turistas, com forte incidência em todos os municípios.

#### V - Decisão

Em face do que precede, este Tribunal Arbitral delibera, por unanimidade, definir os seguintes serviços mínimos para a greve prevista para os dias 15 (trabalho suplementar), dia 16 e 17 e dia 18 (trabalho normal e suplementar) de agosto:

I) Dia 15 de agosto:

a) Um piquete sistemas elevatórios de água e drenagem;

b) Um piquete de águas;

c) Um circuito exclusivo para a recolha de resíduos urbanos nos hospitais.

Dias 16 e 17 de agosto:

a) Um piquete sistemas elevatórios de água e drenagem;

b) Um piquete de águas;

c) Um circuito de recolha de resíduos urbanos - (5h00);

d) Três circuitos de recolha de resíduos urbanos - (19h30).

Um dos circuitos previstos nas alíneas c) e d) deverá abarcar a recolha de resíduos urbanos nos hospitais.

Dia 18 de agosto:

a) Um piquete sistemas elevatórios de água e drenagem;

b) Um piquete de águas;

c) Um circuito de recolha de resíduos urbanos - (5h00);

d) Três circuitos de recolha de resíduos urbanos - (19h30).

Um dos circuitos previstos nas alíneas c) e d) deverá abarcar a recolha de resíduos urbanos nos hospitais.

II) Em todos os dias abrangidos pela greve os trabalhadores deverão assegurar a prestação dos serviços necessários à segurança e manutenção do equipamento e instalações.

III) A EMARP deve assegurar as condições necessárias à concretização dos serviços mínimos definidos nesta decisão.

IV) Os representantes sindicais devem designar os trabalhadores necessários para assegurar os serviços mínimos ora definidos até 24 horas antes do início do período de greve.

V) Em caso de incumprimento do dever previsto no número anterior, deve a empresa proceder a essa designação.

VI) O recurso ao trabalho dos aderentes à greve só é lícito se os serviços mínimos não puderem ser assegurados por trabalhadores não aderentes.

Lisboa, 12 de agosto de 2019.

*Pedro Monteiro Fernandes*, árbitro presidente.

*Maria Eduarda Figanier de Castro*, árbitro de parte trabalhadora.

*Nuno Bernardo*, árbitro de parte empregadora.

## **Greve na SATA Internacional - Azores Airlines, SA nos dias 18, 19, 20, 21, 25, 26, 27 e 28 de outubro, 22, 23, 24, 25, 29 e 30 de novembro e 1 e 2 de dezembro de 2019**

Número do processo: 28/2019 - SM.

Conflito: artigo 538.º CT - AO para determinação de serviços mínimos.

Assunto: greve na SATA Internacional - Azores Airlines, SA | SNPVAC, para os dias 18, 19, 20, 21, 25, 26, 27 e 28 de outubro, 22, 23, 24, 25, 29 e 30 de novembro e 1 e 2 de dezembro de 2019 - pedido de arbitragem obrigatória para determinação de serviços mínimos.

### **Aclaração**

Na sequência do pedido de aclaração feito pela SATA e pelo SNPVAC, aclara o tribunal o seguinte:

A referência a serviços de assistência no ponto 10.1.4 da decisão resulta de um mero lapso de escrita. Também, em função da informação da inexistência do voo LIS/SMA/LIS, que foi substituído pelo voo LIS/SMA/PDL/LIS, é o referido ponto da decisão alterado, pelo que se passa a ter a seguinte redação:

10.1.4- As realizações de serviços de voo levadas a cabo por uma tripulação de assistência, com a composição mínima necessária - um chefe de cabine e tripulantes de bordo - para garantir uma ligação diária planeada LIS/SMA/PDL/LIS, LIS/HOR/LIS e LIS/PIX/LIS (nos dias em que a SATA realiza voos para estes destinos);

Não aceita o tribunal a inclusão de todos os voos que a SATA aponta no sentido de aclarar o acórdão. Pois neste aspeto é bastante claro: apenas os destinos indicados e «uma ligação diária». Sob pena de, sob o manto da aclaração, se abrir a possibilidade de ir além do que o tribunal decidiu serem serviços mínimos.

Quanto ao ponto 10.1.5, note-se que só por lapso a SATA se pode referir a «assistências a voos», pois aí não constam. E para esclarecer que tal ponto da decisão não abrange voos internacionais, decidiu o tribunal esclarecer que os voos aí mencionados são nacionais, pelo que passa a ter a seguinte redação:

10.1.5- Os voos nacionais de regresso à base, de forma a assegurar aos passageiros cuja viagem se iniciou antes da greve que a deslocação finda no destino contratualizado com a SATA (sendo esse o caso, em Lisboa).

Lisboa, 17 de outubro de 2019.

*José Bacelar Gouveia*, árbitro presidente.

Seguidamente o acórdão com o texto que resulta das aclarações nos pontos 10.1.4 e 10.1.5 da decisão:

## **ACÓRDÃO**

### **I - Os factos**

1- A presente arbitragem emerge, por via da comunicação dirigida ao Secretário-Geral do Conselho Económico e Social, com data de 2 de outubro de 2019, recebida nesse mesmo dia, da Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT), do aviso prévio de greve subscrito pelo Sindicato Nacional do Pessoal de Voo da Aviação Civil (SNPVAC) na empresa SATA Internacional - Azores Airlines, SA (doravante apenas designada por SATA), para os dias 18, 19, 20, 21, 25, 26, 27 e 28 de outubro, 22, 23, 24, 25, 29 e 30 de novembro e 1 e 2 de dezembro de 2019, nos termos do respetivo aviso prévio de greve.

Em anexo a esta mensagem de correio eletrónico constavam cópias dos seguintes documentos:

- Ata da reunião, convocada pela DGERT nos termos do número 2 do artigo 538.º do CT, que teve lugar no dia 1 de outubro de 2019, da qual consta que as partes não chegaram a acordo sobre a definição de serviços mínimos a prestar durante o período de greve, nem esta matéria é regulada pela regulamentação coletiva de trabalho aplicável;
- Aviso prévio de greve emitido pelo SNPVAC;
- Proposta de serviços mínimos apresentados pela SATA.

2- Acresce estar em causa uma empresa do setor empresarial público regional, razão por que o litígio em causa deve ser apreciado e decidido por Tribunal Arbitral, nos termos da interpretação extensiva que se impõe fazer da alínea *b*) do número 4 do artigo 538.º do Código do Trabalho (CT).

### **II - Tribunal Arbitral e audiência das partes**

3- O Tribunal Arbitral foi constituído, nos termos do número 3 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 259/2009, de 25 de setembro, com a seguinte composição:

- Árbitro presidente: Jorge Bacelar Gouveia;
- Árbitro da parte trabalhadora: João Carlos Camacho;
- Árbitro da parte empregadora: Pedro Goulão.

4- O Tribunal Arbitral reuniu a 11 de outubro de 2019, pelas 14h15, nas instalações do CES.

O SNPVAC fez-se representar por:

- Fátima Meireles;
- Bruno Neves.

A SATA fez-se representar por:

- José Gamboa;
- João de Melo Medeiros;
- Paulo Barbosa Sousa;
- Nuno Guedes Vaz.

### III - Fundamentação

5- A Constituição da República Portuguesa (CRP) garante o direito à greve dos trabalhadores (número 1 do artigo 57.º CRP), remetendo para a lei «a definição das condições de prestação, durante a greve de serviços necessários à segurança e manutenção de equipamentos e instalações, bem como de serviços mínimos indispensáveis para acorrer à satisfação de necessidades sociais impreteríveis» (número 3 do artigo 57.º CRP).

O direito à greve, como direito fundamental, tem que ser interpretado em harmonia com outros direitos fundamentais, como o direito à circulação, o direito à saúde, o direito ao trabalho ou o direito à educação.

Não existindo direitos absolutos, nenhum dos direitos pode prevalecer de per si, suscitando-se uma situação de concorrência e de colisão de direitos fundamentais na sua aplicação concreta.

6- No Código do Trabalho (CT), prevê-se a obrigação de as associações sindicais e de os trabalhadores aderentes assegurarem, durante a greve, a «prestação dos serviços mínimos» indispensáveis à satisfação de «necessidades sociais impreteríveis» no setor em causa (números 1 e 2 do artigo 537.º CT).

Nos termos do artigo 538.º, número 5, do CT, a decretação de serviços mínimos tem de respeitar os princípios da necessidade, da adequação e da razoabilidade, todos eles dimensões do princípio da proporcionalidade (sobre o princípio da proporcionalidade, v., por todos, Jorge Bacelar Gouveia, Manual de Direito Constitucional, II, 4.ª ed., Almedina, Coimbra, 2011, pp. 842 e 843).

7- À luz do disposto no número 3 do artigo 57.º da CRP e dos números 1 do artigo 537.º e número 5 do artigo 538.º do CT, uma greve suscetível de implicar um risco de paralisação dos serviços públicos deve ser acompanhada da definição dos serviços mínimos, no respeito dos princípios da necessidade, da adequação e da proporcionalidade e na medida do estritamente necessário à salvaguarda de outros direitos ou interesses constitucionalmente protegidos.

Da descrição da atividade em que se anuncia a greve, o âmbito do transporte aéreo entre o arquipélago dos Açores e Continente, resulta claro que se deve considerar viável a pretensão, apresentada pela entidade empregadora e aceite pelo sindicato, de haver a definição de serviços mínimos, uma vez que se trata de serviços públicos que se inscrevem nos bens jurídicos considerados como correspondentes a necessidades sociais impreteríveis, cuja noção integra uma dimensão de urgência e continuidade.

8- A definição de serviços mínimos, nos termos constitucionais e legais, assume sempre um caráter excepcional na medida em que implica uma limitação do direito fundamental à greve, embora corresponda à proteção de valores que igualmente têm uma dignidade constitucional.

Por isso, impõe-se fazer uma ponderação de bens, avaliando da importância da proteção dos direitos e interesses em presença, na certeza de que o legislador constitucional, na delimitação do direito à greve, não configurou este direito fundamental dos trabalhadores como um direito irrestrito,

sendo a definição de serviços mínimos uma limitação ao seu exercício.

9- O SNPVAC - Sindicato Nacional do Pessoal de Voo da Aviação Civil e a SATA Internacional - Azores Airlines, SA, entidades destinatárias presentes nesta audição, prestaram os esclarecimentos solicitados, não tendo sido alcançado um acordo quanto à fixação dos serviços mínimos e dos meios para os assegurar.

No âmbito dessa ponderação, o Tribunal Arbitral teve em consideração o seguinte:

– O facto de a greve ter uma duração de 16 dias, divididos por quatro períodos de quatro dias cada;

– O facto de existirem alternativas de voos de e para o Continente, no que concerne às Ilhas de São Miguel e Terceira;

– O facto de, para os residentes nos Açores, o transporte aéreo ser a principal e quase exclusiva forma de quebrarem o isolamento inerente à situação de insularidade em que vivem com os consequentes reflexos em matéria de direito à deslocação no território nacional, consagrado no artigo 44.º da CRP;

– O facto de, no limite, poderem sobrevir emergências que ponham em causa o direito à vida e à saúde dos cidadãos.

### IV - Decisão

10- Nestes termos, o Tribunal Arbitral entende, por unanimidade, decretar os seguintes serviços mínimos:

10.1- Para a greve agendada para os dias 18, 19, 20 e 21 de outubro de 2019, os dias 25, 26, 27 e 28 também de outubro de 2019, os dias 22, 23, 24 e 25 de novembro de 2019, e os dias 29 e 30 de novembro e 1 e 2 de dezembro de 2019:

10.1.1- Todos os voos impostos por situações críticas relativas à segurança de pessoas e bens, incluindo voos-ambulância, casos de perigo de vida e de emergência médica, movimentos de emergência entendidos como situações declaradas em voo, designadamente por razões de ordem técnica ou meteorológica e outras que, pela sua natureza, tornem absolutamente inadiável a assistência ao voo;

10.1.2- Todos os voos militares;

10.1.3- Todos os voos de Estado, nacional ou estrangeiro;

10.1.4- As realizações de serviços de voo levadas a cabo por uma tripulação de assistência, com a composição mínima necessária - um chefe de cabine e tripulantes de bordo - para garantir uma ligação diária planeada LIS/SMA/PDL/LIS, LIS/HOR/LIS e LIS/PIX/LIS (nos dias em que a SATA realiza voos para estes destinos);

10.1.5- Os voos nacionais de regresso à base, de forma a assegurar aos passageiros cuja viagem se iniciou antes da greve que a deslocação finda no destino contratualizado com a SATA (sendo esse o caso, em Lisboa).

11- Em caso de impossibilidade de realização dos voos referidos no número anterior por razões de ordem climatérica, os mesmos serão efetuados logo que se encontrem reunidas as condições para o fazer.

12- O sindicato, apesar da previsão constante do número 7 do artigo 538.º do CT do Trabalho, e atentas as particulares condições da atividade, deve, tanto quanto possível, designar os trabalhadores necessários para assegurar os serviços mí-

nimos ora definidos até 48 horas antes do início do período de greve, devendo a SATA Internacional - Azores Airlines, SA fazê-lo caso não seja, atempadamente, informada dessa designação.

13-O recurso ao trabalho dos aderentes à greve só é lícito se os serviços mínimos não puderem ser assegurados por trabalhadores não aderentes, nas condições normais da sua prestação de trabalho.

14-Para o cumprimento da referida obrigação de serviços

mínimos, deve a SATA Internacional - Azores Airlines, SA assegurar as condições normais de segurança e de trabalho dos trabalhadores adstritos à respetiva execução.

Lisboa, 11 de outubro de 2019.

*Jorge Bacelar Gouveia*, árbitro presidente.

*João Carlos Camacho*, árbitro de parte trabalhadora.

*Pedro Goulão*, árbitro de parte empregadora.

## REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO

### DESPACHOS/PORTARIAS

...

### PORTARIAS DE CONDIÇÕES DE TRABALHO

...

### PORTARIAS DE EXTENSÃO

#### **Portaria de extensão das alterações do contrato coletivo entre a Associação Portuguesa dos Industriais de Curtumes e a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal - FESETE**

As alterações do contrato coletivo entre a Associação Portuguesa dos Industriais de Curtumes e a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal - FESETE, publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego* (BTE), n.º 29, de 8 de agosto de 2019, abrangem as relações de trabalho entre empregadores que, no território nacional, se dediquem à atividade de curtumes e ofícios correlativos, como seja, correias de transmissão e seus derivados, indústria de tacos de tecelagem ou de aglomerados de couro que não estejam abrangidos por convenção coletiva específica e trabalhadores ao seu serviço, uns e outros representados pelas associações que o outorgaram.

As partes outorgantes requereram a extensão das altera-

ções do contrato coletivo às relações de trabalho entre empregadores e trabalhadores não representados pelas associações outorgantes que na respetiva área e âmbito exerçam a mesma atividade.

De acordo com o número 1 do artigo 514.º do Código do Trabalho, a convenção coletiva pode ser aplicada, no todo ou em parte, por portaria de extensão a empregadores e a trabalhadores integrados no âmbito do setor de atividade e profissional definido naquele instrumento. O número 2 do referido normativo legal determina ainda que a extensão é possível mediante a ponderação de circunstâncias sociais e económicas que a justifiquem, nomeadamente a identidade ou semelhança económica e social das situações no âmbito da extensão e no instrumento a que se refere. Existindo identidade económica e social entre as situações que se pretende abranger com a extensão e as previstas na convenção em apreço, foi promovida a realização do estudo de avaliação dos indicadores previstos nas alíneas *a)* e *e)* do número 1 da Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 82/2017, de 9 de junho de 2017, através dos elementos disponíveis no

apuramento do Relatório Único/Quadros de Pessoal de 2017. De acordo com o estudo estavam abrangidos pelo instrumento de regulamentação coletiva de trabalho, direta e indiretamente, 1561 trabalhadores por contra de outrem a tempo completo (TCO), excluindo os praticantes e aprendizes e o residual, dos quais 70 % são homens e 30 % são mulheres. De acordo com os dados da amostra, o estudo indica que para 422 TCO (27 % do total) as remunerações devidas são iguais ou superiores às remunerações convencionais, enquanto para 1139 TCO (73 % do total) as remunerações são inferiores às convencionais, dos quais 73,6 % são homens e 26,4 % são mulheres. Quanto ao impacto salarial da extensão, a atualização das remunerações representa um acréscimo de 1,3 % na massa salarial do total dos trabalhadores e de 2 % para os trabalhadores cujas remunerações devidas serão alteradas. Na perspetiva da promoção de melhores níveis de coesão e igualdade social o estudo indica uma redução no leque salarial e um ligeiro decréscimo entre o rácio do percentil P90/P10. Neste contexto, ponderadas as circunstâncias sociais e económicas justificativas da extensão de acordo com o disposto no número 2 do artigo 514.º do Código do Trabalho, promove-se o alargamento do âmbito de aplicação das alterações do contrato coletivo às relações de trabalho não abrangidas por regulamentação coletiva negocial porquanto tem, no plano social, o efeito de uniformizar as condições mínimas de trabalho dos trabalhadores e, no plano económico, o de aproximar as condições de concorrência entre empresas do mesmo sector.

Considerando que a convenção tem por âmbito geográfico de aplicação todo o território nacional e que a extensão de convenção coletiva nas Regiões Autónomas compete aos respetivos Governos Regionais, a presente portaria apenas é aplicável no território do Continente.

Nos termos da alínea c) do número 1 do artigo 478.º do Código do Trabalho e dos números 2 e 4 da RCM, na fixação da eficácia das cláusulas de natureza pecuniária foi tido em conta a data do depósito da convenção e o termo do prazo para a emissão da portaria de extensão, com produção de efeitos a partir do primeiro dia do mês em causa.

Foi publicado o aviso relativo ao projeto da presente extensão no *Boletim do Trabalho e Emprego*, Separata, n.º 48, de 23 de setembro de 2019, ao qual não foi deduzida oposição por parte dos interessados.

Assim, manda o Governo, pelo Secretário de Estado do Emprego, no uso da competência delegada pelo Despacho n.º 1300/2016, de 13 de janeiro de 2016, do Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 18, de 27 de janeiro de 2016, ao abrigo do artigo 514.º e do número 1 do artigo 516.º do Código do Trabalho e da Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2017, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 112, de 9 de junho de 2017, o seguinte:

#### Artigo 1.º

As condições de trabalho constantes das alterações do contrato coletivo entre a Associação Portuguesa dos Industriais de Curtumes e a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de

Portugal - FESETE, publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 29, de 8 de agosto de 2019, são estendidas no território do Continente:

a) Às relações de trabalho entre empregadores não filiados na associação de empregadores outorgante que se dediquem à atividade de curtumes e ofícios correlativos, como seja, correias de transmissão e seus derivados, indústria de tacos de tecelagem ou de aglomerados de couro, e trabalhadores ao seu serviço, das profissões e categorias profissionais previstas na convenção;

b) Às relações de trabalho entre empregadores filiados na associação de empregadores outorgante que exerçam a atividade económica referida na alínea anterior e trabalhadores ao seu serviço, das profissões e categorias profissionais previstas na convenção, não representados pela associação sindical outorgante.

#### Artigo 2.º

1- A presente portaria entra em vigor no quinto dia após a sua publicação no *Diário da República*.

2- A tabela salarial e cláusulas de natureza pecuniária previstas na convenção produzem efeitos a partir de 1 de setembro de 2019.

18 de outubro de 2019 - O Secretário de Estado do Emprego, *Miguel Filipe Pardal Cabrita*.

### **Portaria de extensão do contrato coletivo entre a ACILIS - Associação de Comércio, Indústria, Serviços e Turismo da Região de Leiria e outras e o CESP - Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal**

O contrato coletivo entre a ACILIS - Associação de Comércio, Indústria, Serviços e Turismo da Região de Leiria e outras e o CESP - Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego* (BTE), n.º 31, de 22 de agosto de 2019, abrange, no distrito de Leiria, as relações de trabalho, entre empregadores que se dediquem às atividades de comércio grossista, retalhista e prestação de serviços nela previstas, e trabalhadores ao seu serviço, uns e outros representados pelas associações outorgantes.

As partes signatárias requereram a extensão do contrato coletivo na mesma área geográfica e setor de atividade a todos os empregadores não filiados nas associações de empregadores outorgantes e trabalhadores ao seu serviço, das profissões e categorias profissionais previstas na convenção, não representados pela associação sindical outorgante.

De acordo com o número 1 do artigo 514.º do Código do Trabalho, a convenção coletiva pode ser aplicada, no todo ou em parte, por portaria de extensão a empregadores e a trabalhadores integrados no âmbito do setor de atividade e profissional definido naquele instrumento. O número 2 do

referido normativo legal determina ainda que a extensão é possível mediante a ponderação de circunstâncias sociais e económicas que a justifiquem, nomeadamente a identidade ou semelhança económica e social das situações no âmbito da extensão e no instrumento a que se refere.

Existindo identidade económica e social entre as situações que se pretende abranger com a extensão e as previstas na convenção em apreço, foi promovida a realização do estudo de avaliação dos indicadores previstos nas alíneas *a)* e *e)* do número 1 da Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 82/2017, de 9 de junho de 2017, através dos elementos disponíveis no apuramento do Relatório Único/Quadros de Pessoal de 2017. De acordo com o estudo estavam abrangidos pelo instrumento de regulamentação coletiva de trabalho, direta e indiretamente, excluindo os praticantes e aprendizes e o residual, 6706 trabalhadores por conta de outrem a tempo completo (TCO), dos quais 57,4 % são mulheres e 42,6 % são homens. De acordo com os dados da amostra o estudo indica que para 3586 TCO (53,5 % do total) as remunerações devidas são iguais ou superiores às remunerações convencionais enquanto que para 3120 TCO (46,5 % do total) as remunerações são inferiores às convencionais, dos quais 66,4 % são mulheres e 33,6 % são homens. Quanto ao impacto salarial da extensão a atualização das remunerações representa um acréscimo de 1,5 % na massa salarial do total dos trabalhadores e de 4,1 % para os trabalhadores cujas remunerações devidas serão alteradas. Na perspetiva da promoção de melhores níveis de coesão e igualdade social o estudo indica uma ligeira redução do leque salarial e um decréscimo das desigualdades entre os rácios P90/P10 e P90/P50.

Neste contexto, ponderadas as circunstâncias sociais e económicas justificativas da extensão de acordo com o disposto no número 2 do artigo 514.º do Código do Trabalho, promove-se o alargamento do âmbito de aplicação do contrato coletivo às relações de trabalho não abrangidas por regulamentação coletiva negocial porquanto tem, no plano social, o efeito de uniformizar as condições mínimas de trabalho dos trabalhadores e, no plano económico, o de aproximar as condições de concorrência entre empresas do mesmo sector.

Considerando que as extensões da convenção coletiva revista não abrangem as relações de trabalho tituladas por empregadores não filiados nas associações de empregadores outorgantes com atividade em estabelecimentos qualificados como unidades comerciais de dimensão relevante, segundo os critérios então definidos pelo Decreto-Lei n.º 218/97, de 20 de agosto, as quais são abrangidas pelo contrato coletivo entre a Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição - APED e diversas associações sindicais e respetivas portarias de extensão, e que a referida qualificação é adequada, mantém-se os critérios de distinção entre pequeno/médio comércio a retalho e a grande distribuição.

Considerando que a convenção coletiva regula outras condições de trabalho, procede-se à ressalva genérica do âmbito de aplicação da extensão de cláusulas contrárias a normas legais imperativas.

Nos termos da alínea *c)* do número 1 do artigo 478.º do Código do Trabalho e dos números 2 e 4 da RCM, na fixação da eficácia das cláusulas de natureza pecuniária foi tido em conta a data do depósito da convenção e o termo do prazo para emissão da portaria de extensão, com produção de efeitos a partir do primeiro dia do mês em causa.

Foi publicado o aviso relativo ao projeto da presente extensão no *Boletim do Trabalho e Emprego*, Separata, n.º 48, de 23 de setembro de 2019, ao qual não foi deduzida oposição por parte dos interessados.

Assim, manda o Governo, pelo Secretário de Estado do Emprego, no uso da competência delegada por Despacho n.º 1300/2016, de 13 de janeiro de 2016, do Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 18, de 27 de janeiro de 2016, ao abrigo do artigo 514.º e do número 1 do artigo 516.º do Código do Trabalho e da Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2017, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 112, de 9 de junho de 2017, o seguinte:

#### Artigo 1.º

1- As condições de trabalho constantes do contrato coletivo entre a ACILIS - Associação de Comércio, Indústria, Serviços e Turismo da Região de Leiria e outras e o CESP - Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal, publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego* (BTE), n.º 31, de 22 de agosto de 2019, são estendidas no distrito de Leiria:

*a)* Às relações de trabalho entre empregadores não filiados nas associações de empregadores outorgantes que exerçam as atividades de comércio grossista, retalhista e prestação de serviços abrangidas pela convenção e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nelas previstas;

*b)* Às relações de trabalho entre empregadores filiados nas associações de empregadores outorgantes que exerçam as atividades económicas referidas na alínea anterior e trabalhadores ao seu serviço, das profissões e categorias profissionais previstas na convenção, não representados pela associação sindical outorgante.

2- A presente extensão não é aplicável a empresas não filiadas nas associações de empregadores outorgantes desde que se verifique uma das seguintes condições:

*a)* Sendo de comércio a retalho alimentar ou misto, disponham de uma área de venda contínua de comércio a retalho alimentar igual ou superior a 2000 m<sup>2</sup>;

*b)* Sendo de comércio a retalho não alimentar, disponham de uma área de venda contínua igual ou superior a 4000 m<sup>2</sup>;

*c)* Sendo de comércio a retalho alimentar ou misto, pertencentes a empresa ou grupo que tenha, a nível nacional, uma área de venda acumulada de comércio a retalho alimentar igual ou superior a 15 000 m<sup>2</sup>;

*d)* Sendo de comércio a retalho não alimentar, pertencentes a empresa ou grupo que tenha, a nível nacional, uma área de venda acumulada igual ou superior a 25 000 m<sup>2</sup>.

3- Não são objeto de extensão as cláusulas contrárias a normas legais imperativas.

Artigo 2.º

1- A presente portaria entra em vigor no quinto dia após a sua publicação no *Diário da República*.

2- A tabela salarial e cláusulas de natureza pecuniária previstas na convenção produzem efeitos a partir de 1 de setembro de 2019.

18 de outubro de 2019 - O Secretário de Estado do Emprego, *Miguel Filipe Pardal Cabrita*.

**Portaria de extensão do contrato coletivo entre a ACILIS - Associação de Comércio, Indústria, Serviços e Turismo da Região de Leiria e outras e o Sindicato dos Trabalhadores e Técnicos de Serviços, Comércio, Restauração e Turismo - SITESE**

O contrato coletivo entre a ACILIS - Associação de Comércio, Indústria, Serviços e Turismo da Região de Leiria e outras e o Sindicato dos Trabalhadores e Técnicos de Serviços, Comércio, Restauração e Turismo - SITESE, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego* (BTE), n.º 31, de 22 de agosto de 2019, abrange, no distrito de Leiria, as relações de trabalho, entre empregadores que se dediquem às atividades de comércio grossista, retalhista e de prestação de serviços nela previstas, e trabalhadores ao seu serviço, uns e outros representados pelas associações outorgantes.

As partes signatárias requereram a extensão do contrato coletivo na mesma área geográfica e setor de atividade a todos os empregadores não filiados nas associações de empregadores outorgantes e trabalhadores ao seu serviço, das profissões e categorias profissionais previstas na convenção, não representados pela associação sindical outorgante.

De acordo com o número 1 do artigo 514.º do Código do Trabalho, a convenção coletiva pode ser aplicada, no todo ou em parte, por portaria de extensão a empregadores e a trabalhadores integrados no âmbito do setor de atividade e profissional definido naquele instrumento. O número 2 do referido normativo legal determina ainda que a extensão é possível mediante a ponderação de circunstâncias sociais e económicas que a justifiquem, nomeadamente a identidade ou semelhança económica e social das situações no âmbito da extensão e no instrumento a que se refere. Existindo identidade económica e social entre as situações que se pretende abranger com a extensão e as previstas na convenção em apreço, foi promovida a realização do estudo de avaliação dos indicadores previstos nas alíneas *a)* a *e)* do número 1 da Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 82/2017, de 9 de junho de 2017, através dos elementos disponíveis no apuramento do Relatório Único/Quadros de Pessoal de 2017. Todavia, a informação disponibilizada naquele relatório não permite a aferir os referidos indicadores, uma vez que se trata do primeiro contrato coletivo celebrado entre as partes. No entanto, as partes indicam que a convenção abrange 1949 empresas e cerca de 6795 trabalhadores. Neste

contexto, ponderadas as circunstâncias sociais e económicas justificativas da extensão de acordo com o disposto no número 2 do artigo 514.º do Código do Trabalho, promove-se o alargamento do âmbito de aplicação do contrato coletivo às relações de trabalho não abrangidas por regulamentação coletiva negocial porquanto tem, no plano social, o efeito de aproximar as condições de concorrência entre empresas do mesmo setor.

A presente extensão não abrange as relações de trabalho em que sejam parte empregadores não filiados nas associações de empregadores outorgantes com atividade em estabelecimentos qualificados como unidades comerciais de dimensão relevante, segundo os critérios então definidos pelo Decreto-Lei n.º 218/1997, de 20 de agosto, as quais são abrangidas pelo contrato coletivo entre a APED - Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição e diversas associações sindicais e pelas respetivas portarias de extensão, de forma assegurar a distinção entre pequeno/médio comércio a retalho e a grande distribuição.

Considerando que a convenção coletiva regula outras condições de trabalho, procede-se à ressalva genérica de cláusulas contrárias a normas legais imperativas.

Nos termos da alínea *c)* do número 1 do artigo 478.º do Código do Trabalho e dos números 2 e 4 da RCM, na fixação da eficácia das cláusulas de natureza pecuniária foi tido em conta a data do depósito da convenção e o termo do prazo para emissão da portaria de extensão, com produção de efeitos a partir do primeiro dia do mês em causa.

Foi publicado o aviso relativo ao projeto da presente extensão no *Boletim do Trabalho e Emprego*, Separata, n.º 48, de 23 de setembro de 2019, ao qual não foi deduzida oposição por parte dos interessados.

Assim, manda o Governo, pelo Secretário de Estado do Emprego, no uso da competência delegada por Despacho n.º 1300/2016, de 13 de janeiro de 2016, do Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 18, de 27 de janeiro de 2016, ao abrigo do artigo 514.º e do número 1 do artigo 516.º do Código do Trabalho e da Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2017, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 112, de 9 de junho de 2017, o seguinte:

Artigo 1.º

1- As condições de trabalho constantes do contrato coletivo entre a ACILIS - Associação de Comércio, Indústria, Serviços e Turismo da Região de Leiria e outras e o Sindicato dos Trabalhadores e Técnicos de Serviços, Comércio, Restauração e Turismo - SITESE, publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego* (BTE), n.º 31, de 22 de agosto de 2019, são estendidas no distrito de Leiria:

*a)* Às relações de trabalho entre empregadores não filiados nas associações de empregadores outorgantes que exerçam as atividades de comércio grossista, retalhista e de prestação de serviços abrangidas pela convenção e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nelas previstas;

*b)* Às relações entre empregadores filiados nas associações de empregadores outorgantes que exerçam a atividade

económica referida na alínea anterior e trabalhadores ao seu serviço, das profissões e categorias profissionais previstas na convenção, não representados pela associação sindical outorgante.

2- A presente extensão não é aplicável a empresas não filiadas nas associações de empregadores outorgantes desde que se verifique uma das seguintes condições:

a) Sendo de comércio a retalho alimentar ou misto, disponham de uma área de venda contínua de comércio a retalho alimentar igual ou superior a 2000 m<sup>2</sup>;

b) Sendo de comércio a retalho não alimentar, disponham de uma área de venda contínua igual ou superior a 4000 m<sup>2</sup>;

c) Sendo de comércio a retalho alimentar ou misto, pertencentes a empresa ou grupo que tenha, a nível nacional, uma área de venda acumulada de comércio a retalho alimentar igual ou superior a 15 000 m<sup>2</sup>;

d) Sendo de comércio a retalho não alimentar, pertencentes a empresa ou grupo que tenha, a nível nacional, uma área de venda acumulada igual ou superior a 25 000 m<sup>2</sup>.

3- Não são objeto de extensão as cláusulas contrárias a normas legais imperativas.

#### Artigo 2.º

1- A presente portaria entra em vigor no quinto dia após a sua publicação no *Diário da República*.

2- A tabela salarial e cláusulas de natureza pecuniária previstas na convenção produzem efeitos a partir de 1 de setembro de 2019.

18 de outubro de 2019 - O Secretário de Estado do Emprego, *Miguel Filipe Pardal Cabrita*.

### **Portaria de extensão das alterações do contrato coletivo entre a Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP) e o Sindicato dos Trabalhadores e Técnicos de Serviços, Comércio, Restauração e Turismo - SITESE (alojamento)**

As alterações do contrato coletivo entre a Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP) e o Sindicato dos Trabalhadores e Técnicos de Serviços, Comércio, Restauração e Turismo - SITESE (alojamento), publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego* (BTE), n.º 27, de 22 de julho de 2019, abrangem as relações de trabalho entre empregadores que em território nacional se dediquem à atividade de alojamento e trabalhadores ao seu serviço, uns e outros representados pelas associações que o outorgaram.

As partes signatárias requereram a extensão das alterações do contrato coletivo na mesma área geográfica e setor de atividade aos empregadores não filiados e trabalhadores ao seu serviço, das profissões e categorias profissionais previstas na convenção, não filiados na associação sindical outorgante.

De acordo com o número 1 do artigo 514.º do Código do

Trabalho, a convenção coletiva pode ser aplicada, no todo ou em parte, por portaria de extensão a empregadores e a trabalhadores integrados no âmbito do setor de atividade e profissional definido naquele instrumento. O número 2 do referido normativo legal determina ainda que a extensão é possível mediante a ponderação de circunstâncias sociais e económicas que a justifiquem, nomeadamente a identidade ou semelhança económica e social das situações no âmbito da extensão e no instrumento a que se refere.

Existindo identidade económica e social entre as situações que se pretende abranger com a extensão e as previstas na convenção em apreço, foi promovida a realização do estudo de avaliação dos indicadores previstos nas alíneas a) e e) do número 1 da Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 82/2017, de 9 de junho de 2017, através dos elementos disponíveis no apuramento do Relatório Único/Quadros de Pessoal de 2017. De acordo com o estudo estavam abrangidos pelo instrumento de regulamentação coletiva de trabalho, direta e indiretamente, 176 trabalhadores por conta de outrem a tempo completo (TCO), excluindo os praticantes e aprendizes e o residual, dos quais 64,8 % são mulheres e 35,2 % são homens. De acordo com os dados da amostra, o estudo indica que para 38 TCO (21,6 % do total) as remunerações devidas são iguais ou superiores às remunerações convencionais, enquanto para 138 TCO (78,4 % do total) as remunerações devidas são inferiores às convencionais, dos quais 69,6 % são mulheres e 0,4 % são homens. Quanto ao impacto salarial da extensão, a atualização das remunerações representa um acréscimo de 2,9 % na massa salarial do total dos trabalhadores e de 4,0 % para os trabalhadores cujas remunerações devidas serão alteradas. Na perspetiva da promoção de melhores níveis de coesão e igualdade social o estudo indica uma redução no leque salarial e uma diminuição das desigualdades.

Neste contexto, ponderadas as circunstâncias sociais e económicas justificativas da extensão de acordo com o disposto no número 2 do artigo 514.º do Código do Trabalho, promove-se o alargamento do âmbito de aplicação das alterações do contrato coletivo às relações de trabalho não abrangidas por regulamentação coletiva negocial porquanto tem, no plano social, o efeito de uniformizar as condições mínimas de trabalho dos trabalhadores e, no plano económico, o de aproximar as condições de concorrência entre empresas do mesmo sector.

Considerando que a convenção tem por âmbito geográfico de aplicação todo o território nacional e que a extensão de convenção coletiva nas Regiões Autónomas compete aos respetivos Governos Regionais, a presente portaria apenas é aplicável no território do Continente.

Considerando que a anterior extensão da convenção não é aplicável aos empregadores filiados na Associação da Hotelaria de Portugal (AHP), na APHORT - Associação Portuguesa de Hotelaria, Restauração e Turismo, na Associação dos Industriais Hoteleiros e Similares do Algarve - AIHSA e na Associação dos Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve (AHETA), por oposição das referidas associações, mantém-se na presente extensão idêntica exclusão, assim como o âmbito pessoal de aplicação, de forma a assegurar o

estatuto laboral existente nas empresas decorrente das anteriores extensões da convenção coletiva.

Nos termos da alínea c) do número 1 do artigo 478.º do Código do Trabalho e dos números 2 e 4 da RCM, na fixação da eficácia das cláusulas de natureza pecuniária foi tido em conta a data do depósito da convenção e o termo do prazo para a emissão da portaria de extensão, com produção de efeitos a partir do primeiro dia do mês em causa.

Foi publicado o aviso relativo ao projeto da presente extensão no *Boletim do Trabalho e Emprego* (BTE), Separata, n.º 46, de 18 de setembro de 2019, ao qual não foi deduzida oposição por parte dos interessados.

Assim, manda o Governo, pelo Secretário de Estado do Emprego, no uso da competência delegada por Despacho n.º 1300/2016, de 13 de janeiro de 2016, do Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 18, de 27 de janeiro de 2016, ao abrigo do artigo 514.º e do número 1 do artigo 516.º do Código do Trabalho e da Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2017, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 112, de 9 de junho de 2017, o seguinte:

#### Artigo 1.º

1- As condições de trabalho constantes das alterações do contrato coletivo entre a Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP) e o Sindicato dos

Trabalhadores e Técnicos de Serviços, Comércio, Restauração e Turismo - SITESE (alojamento), publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego* (BTE), n.º 27, de 22 de julho de 2019, são estendidas no território do Continente às relações de trabalho entre empregadores não filiados na associação de empregadores outorgante que exerçam a atividade de alojamento abrangida pela convenção e trabalhadores ao seu serviço, das profissões e categorias profissionais nelas previstas, filiados na associação sindical outorgante.

2- O disposto no número anterior não é aplicável aos empregadores filiados na Associação da Hotelaria de Portugal (AHP), na APHORT - Associação Portuguesa de Hotelaria, Restauração e Turismo, na Associação dos Industriais Hoteleiros e Similares do Algarve - AIHSA e na Associação dos Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve (AHETA).

#### Artigo 2.º

1- A presente portaria entra em vigor no quinto dia após a sua publicação no *Diário da República*.

2- A tabela salarial e as cláusulas de natureza pecuniária previstas na convenção produzem efeitos a partir de 1 de agosto de 2019.

18 de outubro de 2019 - O Secretário de Estado do Emprego, *Miguel Filipe Pardal Cabrita*.

## CONVENÇÕES COLETIVAS

### **Contrato coletivo entre a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade - CNIS e a FEPACES - Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços e outros - Revisão global**

#### CAPÍTULO I

#### **Âmbito pessoal, geográfico, sectorial e vigência**

##### Cláusula 1.ª

##### **Âmbito e área de aplicação**

1- A presente convenção regula as relações de trabalho entre as instituições particulares de solidariedade social representadas pela Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade - CNIS, doravante também abreviadamente designadas por instituições, e os trabalhadores ao seu serviço que sejam ou venham a ser membros das associações sindicais outorgantes, sendo aplicável em todo o território nacional, com exceção da Região Autónoma dos Açores.

2- Para cumprimento do disposto na alínea g) do artigo 492.º, conjugado com o artigo 496.º do Código do Trabalho, refere-se que serão abrangidos por esta convenção 3000 empregadores e 63 000 trabalhadores.

##### Cláusula 2.ª

##### **Vigência**

1- A presente convenção entra em vigor no 5.º dia posterior ao da sua publicação no *Boletim do Trabalho e Emprego* e terá uma vigência mínima de dois anos, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2- As tabelas salariais e demais cláusulas de expressão pecuniária serão revistas anualmente.

3- A denúncia pode ser feita por qualquer das partes com a antecedência de, pelo menos, três meses em relação ao termo do prazo de vigência ou de renovação e deve ser acompanhada de proposta negocial.

4- No caso de não haver denúncia a convenção renova-se sucessivamente por períodos de um ano.

5- Havendo denúncia, as partes comprometem-se a iniciar o processo negocial, utilizando as fases processuais que entenderem, incluindo a arbitragem voluntária.

## CAPÍTULO II

### Disposições gerais

#### Cláusula 3.<sup>a</sup>

##### Responsabilidade social das instituições

As instituições devem, na medida do possível, organizar a prestação de trabalho, de forma a obter o maior grau de compatibilização entre a vida familiar e a vida profissional dos seus trabalhadores.

#### Cláusula 4.<sup>a</sup>

##### Objecto do contrato de trabalho

1- Cabe às partes definir a actividade para que o trabalhador é contratado.

2- Caso o contrato seja reduzido a escrito e sem prejuízo, designadamente, do disposto na cláusula 15.<sup>a</sup>, deve do mesmo constar a actividade contratada, seja por indicação expressa, seja por remissão para uma das categorias profissionais previstas no anexo I.

#### Cláusula 5.<sup>a</sup>

##### Admissão

1- São condições gerais de admissão:

- a) Idade mínima não inferior a 16 anos;
- b) Escolaridade obrigatória.

2- São condições específicas de admissão as discriminadas no anexo II, designadamente a formação profissional adequada ao posto de trabalho ou a certificação profissional, quando exigidas.

3- Para o preenchimento de lugares nas instituições e desde que os trabalhadores reúnam os requisitos necessários para o efeito, nomeadamente aptidão profissional, será dada preferência:

- a) Aos trabalhadores já em serviço, ainda que contratados a tempo parcial, a fim de proporcionar a promoção e a melhoria das suas condições de trabalho;
- b) Aos trabalhadores com capacidade de trabalho reduzida, pessoas com deficiência ou doença crónica;
- c) Aos trabalhadores-estudantes.

4- Os trabalhadores com responsabilidades familiares, com capacidade de trabalho reduzida, portadores de deficiência ou de doença crónica, bem como os que frequentem estabelecimentos de ensino secundário ou superior, têm preferência na admissão em regime de tempo parcial.

5- Sem prejuízo do disposto nas normas legais aplicáveis, a instituição deverá prestar ao trabalhador, por escrito, designadamente, as seguintes informações relativas ao seu contrato de trabalho:

- a) Categoria profissional, incluindo nível ou escalão, se o houver;
- b) Montante da retribuição, incluindo o das diuturnidades que se mostrarem devidas;
- c) Período normal de trabalho;
- d) Instrumento de regulamentação colectiva de trabalho aplicável.

#### Cláusula 6.<sup>a</sup>

##### Categorias e carreiras profissionais

1- Os trabalhadores abrangidos pela presente convenção são, em princípio, integrados nas profissões a que alude o anexo I, devendo, desde logo, ser-lhes atribuída uma das categorias profissionais constantes do mesmo.

2- Caso o trabalhador exerça funções correspondentes a várias categorias profissionais, ser-lhe-á atribuída aquela que corresponda à actividade principal para que foi contratado.

3- As carreiras profissionais dos trabalhadores abrangidos pela presente convenção são regulamentadas no anexo II.

4- Poderá verificar-se a admissão para categorias não previstas expressamente no anexo I, se corresponderem a novas profissões, diferenciadas relativamente ao conteúdo típico das categorias previstas no mesmo anexo I e surgidas do desenvolvimento e diversificação das actividades das instituições, devendo o respectivo enquadramento em nível de remuneração respeitar os princípios implícitos no anexo IV.

#### Cláusula 7.<sup>a</sup>

##### Avaliação do desempenho

1- As instituições podem construir um sistema de avaliação do desempenho dos seus trabalhadores, subordinado aos princípios da justiça, igualdade e imparcialidade.

2- A avaliação do desempenho tem por objectivo a melhoria da qualidade de serviços e da produtividade do trabalho, devendo ser tomada em linha de conta para efeitos de desenvolvimento profissional e de progressão na carreira.

3- As instituições ficam obrigadas a dar adequada publicidade aos parâmetros a utilizar na avaliação do desempenho e à respectiva valorização, devendo elaborar um plano que, equilibradamente, tenha em conta os interesses e expectativas, quer das instituições, quer dos seus trabalhadores.

4- O plano de objectivos a que se reporta o número anterior será submetido ao parecer prévio de uma comissão paritária, constituída por seis membros, três designados pelas instituições e três eleitos pelos trabalhadores.

5- Para o efeito consignado no número anterior, a comissão reúne anualmente até ao dia 31 de março.

#### Cláusula 8.<sup>a</sup>

##### Enquadramento e níveis de qualificação

As profissões previstas na presente convenção são enquadradas em níveis de qualificação de acordo com o anexo III.

#### Cláusula 9.<sup>a</sup>

##### Período experimental

1- Durante o período experimental, salvo acordo escrito em contrário, qualquer das partes pode rescindir o contrato sem aviso prévio e sem necessidade de invocação de justa causa, não havendo direito a qualquer indemnização.

2- Tendo o período experimental durado mais de 60 dias, para denunciar o contrato nos termos previstos no número anterior a instituição tem de dar um aviso prévio de sete dias.

3- O período experimental corresponde ao período inicial

de execução do contrato e compreende as acções de formação ministradas pelo empregador ou frequentadas por determinação deste, desde que não excedam metade desse mesmo período, tendo a seguinte duração:

a) 90 dias para a generalidade dos trabalhadores;

b) 180 dias para o pessoal de direcção e quadros superiores da instituição, bem assim como para os trabalhadores que exerçam cargos de complexidade técnica, elevado grau de responsabilidade ou funções de confiança;

c) 240 dias para trabalhador que exerça cargo de direcção ou chefia.

4- Salvo acordo em contrário, nos contratos a termo o período experimental tem a seguinte duração:

a) 30 dias para os contratos com duração igual ou superior a seis meses;

b) 15 dias nos contratos a termo certo de duração inferior a seis meses e nos contratos a termo incerto cuja duração se preveja não vir a ser superior àquele limite.

5- A antiguidade do trabalhador conta-se desde o início do período experimental.

6- A admissão do trabalhador considerar-se-á feita por tempo indeterminado, não havendo lugar a período experimental, quando o trabalhador haja sido convidado para integrar o quadro de pessoal da instituição, tendo para isso, com conhecimento prévio da mesma, revogado ou rescindido qualquer contrato de trabalho anterior.

### CAPÍTULO III

#### Direitos, deveres e garantia das partes

##### Cláusula 10.<sup>a</sup>

###### Deveres da instituição

São deveres da instituição:

a) Cumprir o disposto no presente contrato e na legislação aplicável;

b) Respeitar e tratar com urbanidade e probidade o trabalhador;

c) Pagar pontualmente a retribuição;

d) Proporcionar boas condições de trabalho, tanto do ponto de vista físico, como moral;

e) Contribuir para a elevação do nível de produtividade do trabalhador, nomeadamente proporcionando-lhe formação profissional;

f) Respeitar a autonomia técnica do trabalhador que exerça actividades cuja regulamentação profissional o exija;

g) Possibilitar o desempenho de cargos em organizações representativas dos trabalhadores, bem como facilitar o exercício nos termos legais de actividade sindical na instituição;

h) Prevenir riscos e doenças profissionais, tendo em conta a protecção da segurança e saúde do trabalhador, devendo indemnizá-lo dos prejuízos resultantes de acidentes de trabalho e doenças profissionais, transferindo a respectiva responsabilidade para uma seguradora;

i) Adoptar, no que se refere à higiene, segurança e saúde

no trabalho, as medidas que decorram para a instituição da aplicação das prescrições legais e convencionais vigentes;

j) Fornecer ao trabalhador a informação e a formação adequadas à prevenção de riscos de acidente e doença;

k) Manter permanentemente actualizado o registo do pessoal em cada um dos seus estabelecimentos, com indicação dos nomes, datas de nascimento e admissão, modalidades dos contratos, categorias, promoções, retribuições, datas de início e termo das férias e faltas que impliquem perda da retribuição ou diminuição dos dias de férias.

##### Cláusula 11.<sup>a</sup>

###### Deveres do trabalhador

1- Sem prejuízo de outras obrigações, o trabalhador deve:

a) Observar o disposto no contrato de trabalho e nas disposições legais e convencionais que o regem;

b) Respeitar e tratar com urbanidade e probidade o empregador, os superiores hierárquicos, os companheiros de trabalho e as demais pessoas que estejam ou entrem em relação com a instituição;

c) Comparecer ao serviço com assiduidade e pontualidade;

d) Realizar o trabalho com zelo e diligência;

e) Cumprir as ordens e instruções do empregador em tudo o que respeite à execução e disciplina do trabalho, salvo na medida em que se mostrem contrárias aos seus direitos e garantias;

f) Guardar lealdade ao empregador, nomeadamente não negociando por conta própria ou alheia em concorrência com ele, nem divulgando informações relativas à instituição ou seus utentes, salvo no cumprimento de obrigação legalmente instituída;

g) Velar pela conservação e boa utilização dos bens, equipamentos e instrumentos relacionados com o seu trabalho;

h) Contribuir para a optimização da qualidade dos serviços prestados pela instituição e para a melhoria do respectivo funcionamento, designadamente promovendo ou executando todos os actos tendentes à melhoria da produtividade e participando de modo diligente nas acções de formação que lhe forem proporcionadas pela entidade empregadora;

i) Cooperar com a instituição na melhoria do sistema de segurança, higiene e saúde no trabalho, nomeadamente por intermédio dos representantes dos trabalhadores eleitos para esse fim;

j) Cumprir as prescrições de segurança, higiene e saúde no trabalho estabelecidas nas disposições legais ou convencionais aplicáveis, bem como as ordens dadas pelo empregador.

2- O dever de obediência, a que se refere a alínea e) do número anterior, respeita tanto às ordens e instruções dadas directamente pelo empregador como às emanadas dos superiores hierárquicos do trabalhador, dentro dos poderes que por aquele lhes forem atribuídos.

3- O dever de participação nas acções de formação a que se reporta a alínea h) do número 1 inclui as que forem realizadas fora do horário de trabalho, salvo quando, havendo motivo atendível, o trabalhador expressamente solicite a sua dispensa.

Cláusula 12.<sup>a</sup>

**Garantias do trabalhador**

É proibido ao empregador:

- a) Opor-se, por qualquer forma, a que o trabalhador exerça os seus direitos, bem como despedi-lo, aplicar-lhe outras sanções ou tratá-lo desfavoravelmente por causa desse exercício;
- b) Obstar, injustificadamente, à prestação efectiva do trabalho;
- c) Exercer pressão sobre o trabalhador para que actue no sentido de influir desfavoravelmente nas condições de trabalho dele ou dos companheiros;
- d) Diminuir a retribuição, baixar a categoria ou transferir o trabalhador para outro local de trabalho, salvo nos casos legal ou convencionalmente previstos;
- e) Ceder trabalhadores do seu quadro de pessoal para utilização de terceiros que sobre esses trabalhadores exerçam os poderes de autoridade e direcção próprios do empregador ou por pessoa por ele indicada, salvo nos casos especialmente previstos;
- f) Obrigar o trabalhador a adquirir bens ou a utilizar serviços fornecidos pelo empregador ou por pessoa por ele indicada;
- g) Explorar, com fins lucrativos, quaisquer cantinas, refeitórios, economatos ou outros estabelecimentos directamente relacionados com o trabalho para fornecimento de bens ou prestação de serviços aos trabalhadores;
- h) Fazer cessar o contrato e readmitir o trabalhador, mesmo com o seu acordo, havendo o propósito de o prejudicar em direitos ou garantias decorrentes da antiguidade.

Cláusula 13.<sup>a</sup>

**Remissão**

Às matérias relativas à celebração de contratos a termo, ao exercício do direito de desenvolver actividade sindical na instituição, ao exercício do direito à greve, à suspensão do contrato de trabalho por impedimento respeitante à entidade empregadora ou ao trabalhador e à cessação dos contratos de trabalho, entre outras, não especialmente reguladas nesta convenção, são aplicáveis as normas legais em vigor a cada momento.

**CAPÍTULO IV**

**Prestação do trabalho**

Cláusula 14.<sup>a</sup>

**Poder de direcção**

Compete às instituições, dentro dos limites decorrentes do contrato e das normas que o regem, fixar os termos em que deve ser prestado o trabalho.

Cláusula 15.<sup>a</sup>

**Funções desempenhadas**

- 1- O trabalhador deve, em princípio, exercer funções cor-

respondentes à actividade para que foi contratado.

2- A actividade contratada, ainda que descrita por remissão para uma das categorias profissionais previstas no anexo I, compreende as funções que lhe sejam afins ou funcionalmente ligadas, para as quais o trabalhador detenha a qualificação profissional adequada e que não impliquem desvalorização pessoal ou profissional.

3- Para efeitos do número anterior, consideram-se afins ou funcionalmente ligadas, designadamente, as actividades compreendidas no mesmo grupo profissional, bem como aquelas que se enquadrem num patamar que não exceda em mais de um grau o nível de qualificação previsto no anexo III para a actividade contratada.

4- O disposto nos números anteriores confere ao trabalhador, sempre que o exercício das funções acessórias exigir especiais qualificações, o direito a formação profissional não inferior a dez horas anuais.

5- As instituições devem procurar atribuir a cada trabalhador, no âmbito da actividade para que foi contratado, as funções mais adequadas às suas aptidões e qualificação profissional.

6- A determinação pelo empregador do exercício, ainda que acessório, das funções referidas no número 2, a que corresponda uma retribuição mais elevada ou qualquer outra regalia, confere ao trabalhador o direito a esse mesmo tratamento, enquanto tal exercício se mantiver.

7- Sempre que haja uma alteração consistente da actividade principal para que o trabalhador foi contratado, deverá a instituição proceder à respectiva reclassificação profissional, não podendo daí resultar a baixa de categoria.

8- Presume-se consistente a alteração da actividade principal para que o trabalhador foi contratado sempre que decorra um período superior a seis meses sobre o início da mesma.

9- A presunção a que se reporta o número anterior pode ser elidida pela instituição, competindo-lhe a prova da natureza transitória da alteração.

10- A reclassificação produz efeitos por iniciativa da instituição ou, sendo caso disso, a partir da data de requerimento do trabalhador interessado nesse sentido.

Cláusula 16.<sup>a</sup>

**Mobilidade funcional**

1- Salvo estipulação escrita em contrário, a entidade empregadora pode, quando o interesse da instituição o exija, encarregar temporariamente o trabalhador de funções não compreendidas na actividade contratada, desde que tal mudança não implique modificação substancial da posição do trabalhador.

2- O disposto no número anterior não pode implicar diminuição da retribuição, tendo o trabalhador direito a usufruir das vantagens inerentes à actividade temporariamente desempenhada, ficando, no entanto, obrigado ao desempenho das tarefas que vinha exercendo.

3- A entidade empregadora deve indicar ao trabalhador os motivos justificativos e a duração previsível da ordem a que se reporta o número 1.

Cláusula 17.<sup>a</sup>

**Mudança de categoria**

1- O trabalhador só pode ser colocado em categoria inferior àquela para que foi contratado ou a que foi promovido quando tal mudança, imposta por necessidades prementes da instituição ou por estrita necessidade do trabalhador, seja por este aceite e autorizada pela entidade competente em matéria laboral.

2- Salvo disposição em contrário, o trabalhador não adquire a categoria correspondente às funções que exerça temporariamente.

Cláusula 18.<sup>a</sup>

**Local de trabalho**

1- O trabalhador deve, em princípio, realizar a sua prestação no local de trabalho contratualmente definido.

2- Na falta de indicação expressa, considera-se local de trabalho o que resultar da natureza da actividade do trabalhador e da necessidade da instituição que tenha levado à sua admissão, desde que aquela fosse ou devesse ser conhecida do trabalhador.

3- O trabalhador encontra-se adstrito às deslocações inerentes às suas funções ou indispensáveis à sua formação profissional.

Cláusula 19.<sup>a</sup>

**Trabalhador com local de trabalho não fixo**

Nos casos em que o trabalhador exerça a sua actividade indistintamente em diversos lugares, terá direito ao pagamento das despesas e à compensação de todos os encargos directamente decorrentes daquela situação, desde que tal tenha sido expressamente acordado com a instituição.

Cláusula 20.<sup>a</sup>

**Deslocações**

1- A realização transitória da prestação de trabalho fora do local de trabalho designa-se por deslocação.

2- Consideram-se deslocações com regresso diário à residência aquelas em que o período de tempo despendido, incluindo a prestação de trabalho e as viagens impostas pela deslocação, não ultrapasse em mais de duas horas o período normal de trabalho, acrescido do tempo consumido nas viagens habituais.

3- Consideram-se deslocações sem regresso diário à residência as não previstas no número anterior, salvo se o trabalhador optar pelo regresso à residência, caso em que será aplicável o regime estabelecido para as deslocações com regresso diário à mesma.

Cláusula 21.<sup>a</sup>

**Deslocações com regresso diário à residência**

1- Os trabalhadores deslocados nos termos do número 2 da cláusula anterior terão direito:

a) Ao pagamento das despesas de transporte de ida e volta ou à garantia de transporte gratuito fornecido pela institui-

ção, na parte que vá além do percurso usual entre a residência do trabalhador e o seu local habitual de trabalho;

b) Ao fornecimento ou pagamento das refeições, consoante as horas ocupadas, podendo a entidade empregadora exigir documento comprovativo da despesa efectuada para efeitos de reembolso;

c) Ao pagamento da retribuição equivalente ao período que decorrer entre a saída e o regresso à residência, deduzido do tempo habitualmente gasto nas viagens de ida e regresso do local de trabalho.

2- Os limites máximos do montante do reembolso previsto na alínea b) do número anterior serão previamente acordados entre os trabalhadores e a entidade empregadora, observando-se critérios de razoabilidade.

Cláusula 22.<sup>a</sup>

**Deslocações sem regresso diário à residência**

O trabalhador deslocado sem regresso diário à residência tem direito:

a) Ao pagamento ou fornecimento integral da alimentação e do alojamento;

b) Ao transporte gratuito ou reembolso das despesas de transporte realizadas, nos termos previamente acordados com a entidade empregadora;

c) Ao pagamento de um subsídio correspondente a 20 % da retribuição diária.

Cláusula 23.<sup>a</sup>

**Mobilidade geográfica**

1- A instituição pode, quando o seu interesse assim o exija, transferir o trabalhador para outro local de trabalho, se essa transferência não implicar prejuízo sério para o trabalhador.

2- A instituição pode, ainda, transferir o trabalhador para outro local de trabalho se a alteração resultar da mudança, total ou parcial, do estabelecimento onde aquele presta serviço.

3- No caso previsto no número anterior, o trabalhador pode resolver o contrato com justa causa se houver prejuízo sério, tendo nesse caso direito à indemnização legalmente prevista.

4- A instituição deve custear as despesas do trabalhador impostas pela transferência decorrentes do acréscimo dos custos de deslocação e resultantes da mudança de residência.

5- A transferência do trabalhador entre os serviços ou equipamentos da mesma instituição não afecta a respectiva antiguidade, contando para todos os efeitos a data de admissão na mesma.

6- Em caso de transferência temporária, a respectiva ordem, além da justificação, deve conter o tempo previsível da alteração, que, salvo condições especiais, não pode exceder seis meses.

Cláusula 24.<sup>a</sup>

**Comissão de serviço**

1- Podem ser exercidos em comissão de serviço os cargos de administração ou equivalentes, de direcção técnica ou de coordenação de equipamentos, bem como as funções de secretariado pessoal relativamente aos titulares desses cargos

e, ainda, as funções de chefia ou outras cuja natureza pressuponha especial relação de confiança com a instituição.

2- Gozam de preferência para o exercício dos cargos e funções previstos no número anterior os trabalhadores já ao serviço da instituição, vinculados por contrato de trabalho por tempo indeterminado ou por contrato de trabalho a termo, com antiguidade mínima de três meses.

## CAPÍTULO V

### Duração do trabalho

#### Cláusula 25.<sup>a</sup>

##### Período normal de trabalho

1- Os limites máximos dos períodos normais de trabalho semanal dos trabalhadores abrangidos pela presente convenção são os seguintes:

a) Trinta e cinco horas - para médicos, psicólogos e sociólogos, trabalhadores com funções técnicas, enfermeiros, técnicos superiores de reabilitação e emprego protegido e de diagnóstico e terapêutica, técnicos superiores de animação sócio-cultural, educação social e mediação social, bem como para os assistente sociais;

b) Trinta e seis horas - para os restantes trabalhadores sociais;

c) Trinta e sete horas - para os ajudantes de acção directa;

d) Trinta e oito horas - para trabalhadores administrativos, trabalhadores de apoio, restantes trabalhadores de habilitação, reabilitação e emprego protegido e de diagnóstico e terapêutica, auxiliares de educação e professores;

e) Quarenta horas - para os restantes trabalhadores.

2- São salvaguardados os períodos normais de trabalho com menor duração praticados à data da entrada em vigor da presente convenção.

#### Cláusula 26.<sup>a</sup>

##### Fixação do horário de trabalho

1- Compete às entidades empregadoras estabelecer os horários de trabalho, dentro dos condicionalismos da lei e do presente contrato.

2- Sempre que considerem adequado ao respectivo funcionamento, as instituições deverão desenvolver os horários de trabalho em cinco dias semanais, entre segunda-feira e sexta-feira.

3- Sem prejuízo das alterações legalmente permitidas, as instituições ficam obrigadas a elaborar e afixar, em local acessível aos trabalhadores, um mapa anual de horário de trabalho.

4- Na elaboração dos horários de trabalho devem ser ponderadas as preferências manifestadas pelos trabalhadores.

5- As comissões de trabalhadores ou os delegados sindicais devem ser consultados previamente sobre a organização e definição dos horários de trabalho.

#### Cláusula 27.<sup>a</sup>

##### Adaptabilidade

1- O período normal de trabalho pode ser definido em termos médios, tendo como referência períodos de quatro meses.

2- No caso previsto no número anterior, o período normal de trabalho diário pode ser aumentado até ao limite máximo de três horas, sem que a duração do trabalho semanal exceda cinquenta horas, só não contando para este limite o trabalho suplementar prestado por motivo de força maior, salvo nas seguintes situações:

– Pessoal operacional de vigilância, transportes e tratamento de sistemas electrónicos de segurança, designadamente quando se trate de guardas ou porteiros;

– Pessoal cujo trabalho seja acentuadamente intermitente ou de simples presença;

– Pessoal que preste serviço em actividades em que se mostre absolutamente incomportável a sujeição do seu período de trabalho a esses limites.

3- As comissões de trabalhadores ou os delegados sindicais devem ser consultados previamente sobre organização e definição dos mapas de horário de trabalho.

4- Nas situações de cessação do contrato de trabalho no decurso do período de referência, o trabalhador será compensado no montante correspondente à diferença de remuneração entre as horas que tenha efectivamente trabalhado naquele mesmo período e aquelas que teria praticado caso o seu período normal de trabalho não tivesse sido definido em termos médios.

#### Cláusula 28.<sup>a</sup>

##### Período normal de trabalho dos trabalhadores com funções pedagógicas

1- Para os trabalhadores com funções pedagógicas o período normal de trabalho semanal é o seguinte:

a) Educador de infância - trinta e cinco horas, sendo trinta horas destinadas a trabalho directo com as crianças e as restantes a outras actividades, incluindo estas, designadamente, a preparação daquele trabalho e, ainda, o acompanhamento e a avaliação individual das crianças, bem como o atendimento das famílias;

b) Professor do 1.º ciclo do ensino básico - vinte e cinco horas lectivas semanais e três horas para coordenação;

c) Professor dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico - vinte e duas horas lectivas semanais mais quatro horas mensais destinadas a reuniões;

d) Professor do ensino secundário - vinte horas lectivas semanais mais quatro horas mensais destinadas a reuniões;

e) Professor do ensino especial - vinte e duas horas lectivas semanais, acrescidas de três horas semanais exclusivamente destinadas à preparação de aulas.

2- Para além dos tempos referidos no número anterior, o período normal de trabalho dos trabalhadores com funções pedagógicas inclui, ainda, as reuniões de avaliação, uma

reunião trimestral com encarregados de educação e, salvo no que diz respeito aos educadores de infância, o serviço de exames.

#### Cláusula 29.<sup>a</sup>

##### **Particularidades do regime de organização do trabalho dos professores dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário**

1- Aos professores dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário será assegurado, em cada ano lectivo, um período de trabalho lectivo semanal igual àquele que tenham praticado no ano lectivo imediatamente anterior.

2- O período de trabalho a que se reporta o número anterior poderá ser reduzido quanto aos professores com número de horas de trabalho semanal superior aos mínimos dos períodos normais de trabalho definidos, mas o período normal de trabalho semanal assegurado não poderá ser inferior a este limite.

3- Quando não for possível assegurar a um destes professores o período de trabalho lectivo semanal que tiver desenvolvido no ano anterior, em consequência, entre outros, da alteração do currículo ou da diminuição das necessidades de docência de uma disciplina, ser-lhe-á assegurado, se nisso manifestar interesse, o mesmo número de horas de trabalho semanal que no ano transacto, sendo as horas excedentes aplicadas em outras actividades, preferencialmente de natureza técnico-pedagógica.

4- Salvo acordo em contrário, o horário dos professores, uma vez atribuído, manter-se-á inalterado até à conclusão do ano escolar.

5- Caso se verifiquem alterações que se repercutam no horário lectivo e daí resultar diminuição do número de horas de trabalho lectivo, o professor deverá completar as suas horas de serviço lectivo mediante desempenho de outras actividades definidas pela direcção da instituição, preferencialmente de natureza técnico-pedagógica.

6- No preenchimento das necessidades de docência, devem as instituições dar preferência aos professores com horário de trabalho a tempo parcial, desde que estes possuam os requisitos legais exigidos.

#### Cláusula 30.<sup>a</sup>

##### **Regras quanto à elaboração dos horários dos professores dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário**

1- A organização do horário dos professores será a que resultar da elaboração dos horários das aulas, tendo-se em conta as exigências do ensino, as disposições aplicáveis e a consulta aos professores nos casos de horário incompleto.

2- Salvo acordo em contrário, os horários de trabalho dos professores a que a presente cláusula se reporta deverão ser organizados por forma a impedir que os mesmos sejam sujeitos a intervalos sem aulas que excedam uma hora diária, até ao máximo de duas horas semanais.

3- Sempre que se mostrem ultrapassados os limites fixados no número anterior, considerar-se-á como tempo efectivo de serviço o período correspondente aos intervalos registados, sendo que o professor deverá nesses períodos desempenhar

outras actividades indicadas pela direcção da instituição, preferencialmente de natureza técnico-pedagógica.

4- Haverá lugar à redução do horário de trabalho dos professores sempre que seja invocada e comprovada a necessidade de cumprimento de imposições legais ou de obrigações voluntariamente contraídas antes do início do ano lectivo, desde que conhecidas da entidade empregadora, de harmonia com as necessidades de serviço.

5- A instituição não poderá impor ao professor um horário normal de trabalho que ocupe os três períodos de aulas (manhã, tarde e noite) ou que contenha mais de cinco horas de aulas seguidas ou de sete interpoladas.

6- Os professores dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário não poderão ter um horário lectivo superior a trinta e três horas, ainda que leccionem em mais de um estabelecimento de ensino.

7- O não cumprimento do disposto no número anterior constitui justa causa de rescisão de contrato, quando se dever à prestação de falsas declarações ou à não declaração de acumulação pelo professor.

#### Cláusula 31.<sup>a</sup>

##### **Redução de horário lectivo para professores com funções especiais**

1- O horário lectivo dos professores referidos nas alíneas *c)* e *d)* do número 1 da cláusula 28.<sup>a</sup> será reduzido num mínimo de duas horas semanais, sempre que desempenhem funções de direcção de turma ou coordenação pedagógica (delegados de grupo ou disciplina ou outras).

2- As horas de redução referidas no número anterior fazem parte do horário normal de trabalho, não podendo ser consideradas como trabalho suplementar, salvo e na medida em que resultar excedido o limite de vinte e cinco horas semanais.

#### Cláusula 32.<sup>a</sup>

##### **Trabalho a tempo parcial**

1- É livre a celebração de contratos de trabalho a tempo parcial.

2- Considera-se trabalho a tempo parcial o que corresponda a um período normal de trabalho semanal igual ou inferior a 75 % do praticado a tempo completo numa situação comparável.

3- O trabalho a tempo parcial pode, salvo estipulação em contrário, ser prestado em todos ou alguns dias da semana, sem prejuízo do descanso semanal, devendo o número de dias de trabalho ser fixado por acordo.

4- Aos trabalhadores em regime de tempo parcial aplicam-se todos os direitos e regalias previstos na presente convenção colectiva, ou praticados nas instituições, na proporção do tempo de trabalho prestado, em relação ao tempo completo, incluindo, nomeadamente, a retribuição mensal e as demais prestações de natureza pecuniária.

5- A retribuição dos trabalhadores em regime de tempo parcial não poderá ser inferior à fracção de regime de trabalho em tempo completo correspondente ao período de trabalho ajustado.

Cláusula 33.<sup>a</sup>

**Contratos de trabalho a tempo parcial**

1- O contrato de trabalho a tempo parcial deve revestir forma escrita, ficando cada parte com um exemplar, e conter a indicação do período normal de trabalho diário e semanal com referência comparativa ao trabalho a tempo completo.

2- Quando não tenha sido observada a forma escrita, presume-se que o contrato foi celebrado por tempo completo.

3- Se faltar no contrato a indicação do período normal de trabalho semanal, presume-se que o contrato foi celebrado para a duração máxima do período normal de trabalho admitida para o contrato a tempo parcial.

4- O trabalhador a tempo parcial pode passar a trabalhar a tempo completo, ou o inverso, a título definitivo ou por período determinado, mediante acordo escrito com o empregador.

5- Os trabalhadores em regime de trabalho a tempo parcial podem exercer actividade profissional noutras empresas ou instituições.

6- Sem prejuízo do disposto na cláusula 25.<sup>a</sup>, e do caso previsto no número anterior, os horários de trabalho dos trabalhadores a tempo parcial consideram-se individualmente acordados.

Cláusula 34.<sup>a</sup>

**Isenção de horário de trabalho**

1- Por acordo escrito, podem ser isentos de horário de trabalho os trabalhadores que se encontrem numa das seguintes situações:

a) Exercício de cargos de administração, de direcção, de confiança, de fiscalização ou de apoio aos titulares desses cargos, bem como os trabalhadores com funções de chefia;

b) Execução de trabalhos preparatórios ou complementares que, pela sua natureza, só possam ser efectuados fora dos limites dos horários normais de trabalho;

c) Exercício regular da actividade fora do estabelecimento, sem controlo imediato da hierarquia.

2- Os trabalhadores isentos de horário de trabalho não estão sujeitos aos limites máximos dos períodos normais de trabalho, mas a isenção não prejudica o direito aos dias de descanso semanal, aos feriados obrigatórios e aos dias e meios dias de descanso semanal complementar.

3- Os trabalhadores isentos de horário de trabalho têm direito à remuneração especial prevista na cláusula 64.<sup>a</sup>

Cláusula 35.<sup>a</sup>

**Intervalo de descanso**

1- O período de trabalho diário deverá ser interrompido por um intervalo de duração não inferior a uma hora nem superior a duas, de modo que os trabalhadores não prestem mais de cinco horas de trabalho consecutivo

2- Para os motoristas, auxiliares de educação, ajudantes de acção educativa e outros trabalhadores de apoio adstritos ao serviço de transporte de utentes e para os trabalhadores com profissões ligadas a tarefas de hotelaria poderá ser estabelecido um intervalo de duração superior a duas horas.

3- O disposto no número anterior é aplicável aos auxiliares de educação que a 30 de junho de 2005 pratiquem o intervalo de descanso a que o mesmo se reporta.

4- Salvo disposição legal em contrário, por acordo entre a instituição e os trabalhadores, pode ser estabelecida a dispensa ou a redução dos intervalos de descanso.

Cláusula 36.<sup>a</sup>

**Trabalho suplementar**

1- Salvo disposição legal em contrário, considera-se trabalho suplementar todo aquele que é prestado, por solicitação do empregador, fora do período normal de trabalho.

2- Os trabalhadores estão obrigados à prestação de trabalho suplementar, salvo quando, havendo motivos atendíveis, expressamente solicitem a sua dispensa.

3- Considera-se motivo atendível, nomeadamente, o facto de o trabalhador ser portador de deficiência ou doença crónica que determine um grau de esforço inerente à prestação de trabalho suplementar que ponha em causa a respectiva integridade física.

4- Não estão sujeitas à obrigação estabelecida no número 2 as seguintes categorias de trabalhadores:

a) Mulheres grávidas, bem como trabalhador ou trabalhadora com filhos com idade inferior a 1 ano;

b) Menores;

c) Trabalhadores-estudantes.

5- O trabalho suplementar só pode ser prestado quando as instituições tenham de fazer face a acréscimos eventuais e transitórios de trabalho que não justifiquem a admissão de trabalhador, bem assim como em casos de força maior ou quando se torne indispensável para a viabilidade da instituição ou para prevenir ou reparar prejuízos graves para a mesma.

6- Quando o trabalhador tiver prestado trabalho suplementar na sequência do seu período normal de trabalho, não deverá reiniciar a respectiva actividade antes que tenham decorrido, pelo menos, onze horas.

7- A instituição fica obrigada a indemnizar o trabalhador por todos os encargos decorrentes do trabalho suplementar, designadamente dos que resultem de necessidades especiais de transporte ou de alimentação.

8- O trabalho prestado em cada dia de descanso semanal ou feriado não poderá exceder o período de trabalho normal.

Cláusula 37.<sup>a</sup>

**Descanso compensatório**

1- Nas instituições com mais de 10 trabalhadores, a prestação de trabalho suplementar em dia útil, em dia de descanso complementar e em dia feriado confere ao trabalhador o direito a um descanso compensatório remunerado, correspondente a 25 % das horas de trabalho suplementar realizado.

2- O descanso compensatório vence-se quando perfizer um número de horas igual ao período normal de trabalho diário e deve ser gozado nos 90 dias seguintes.

3- Nos casos de prestação de trabalho em dias de descanso semanal obrigatório, o trabalhador terá direito a um dia de descanso compensatório remunerado, a gozar num dos três

dias úteis seguintes.

4- Na falta de acordo, o dia de descanso compensatório será fixado pela instituição.

5- Por acordo entre o empregador e o trabalhador, quando o descanso compensatório for devido por trabalho suplementar não prestado em dias de descanso semanal, obrigatório ou complementar, pode o mesmo ser substituído pelo pagamento da remuneração correspondente com acréscimo não inferior a 100 %.

Cláusula 38.<sup>a</sup>

#### **Trabalho nocturno**

1- Considera-se nocturno o trabalho prestado entre as 21 horas e as 7 horas do dia seguinte.

2- Considera-se também trabalho nocturno aquele que for prestado depois das 7 horas, desde que em prolongamento de um período nocturno.

Cláusula 39.<sup>a</sup>

#### **Trabalho por turnos rotativos**

1- Sempre que as necessidades de serviço o determinarem, as instituições podem organizar a prestação do trabalho em regime de turnos rotativos.

2- Apenas é considerado trabalho em regime de turnos rotativos aquele em que o trabalhador fica sujeito à variação contínua ou descontínua dos seus períodos de trabalho pelas diferentes partes do dia.

3- Os turnos deverão, na medida do possível, ser organizados de acordo com os interesses e as preferências manifestados pelos trabalhadores.

4- A duração do trabalho de cada turno não pode ultrapassar os limites máximos dos períodos normais de trabalho e o pessoal só poderá ser mudado de turno após o dia de descanso semanal.

5- A prestação de trabalho em regime de turnos rotativos confere ao trabalhador o direito a um especial complemento de retribuição, salvo nos casos em que a rotação se mostre ligada aos interesses dos trabalhadores e desde que a duração dos turnos seja fixada por períodos não inferiores a quatro meses.

6- Os trabalhadores em trabalho por turnos, se for em regime de jornada contínua, têm um intervalo para refeições de 30 minutos, considerado como tempo de trabalho, de forma a que se mantenham disponíveis para exercer a sua actividade normal em caso de necessidade.

7- O horário de trabalho dos enfermeiros que trabalhem no regime de turnos contínuos, em estabelecimento de saúde, inclui um período de 15 minutos, destinado à transmissão de informação relevante ao enfermeiro que assegurará o turno seguinte, para assegurar a continuidade da prestação do serviço.

8- Nos estabelecimentos de saúde, os turnos devem ser organizados preferencialmente de forma a que nenhum trabalhador de saúde preste serviço, em cada semana, e em período exclusivamente nocturno, mais do que duas noites seguidas, podendo, em casos devidamente fundamentados

e quando o interesse da instituição o justifique, prestar um máximo de três noites seguidas.

Cláusula 40.<sup>a</sup>

#### **Jornada contínua**

1- A jornada contínua consiste na prestação ininterrupta de trabalho, salvo num período de descanso de trinta minutos para refeição dentro do próprio estabelecimento ou serviço, que, para todos os efeitos, se considera tempo de trabalho.

2- A jornada contínua pode ser adoptada pelas instituições nos casos em que tal modalidade se mostre adequada às respectivas necessidades de funcionamento.

3- A adopção do regime de jornada contínua não prejudica o disposto nesta convenção sobre remuneração de trabalho nocturno e de trabalho suplementar.

### **CAPÍTULO VI**

#### **Suspensão da prestação de trabalho**

Cláusula 41.<sup>a</sup>

#### **Descanso semanal**

1- O dia de descanso semanal obrigatório deve, em regra, coincidir com o domingo.

2- Pode deixar de coincidir com o domingo o dia de descanso semanal obrigatório dos trabalhadores necessários para assegurar o normal funcionamento da instituição.

3- No caso previsto no número anterior, a instituição assegurará aos seus trabalhadores o gozo do dia de repouso semanal ao domingo, no mínimo, de sete em sete semanas.

4- Para além do dia de descanso obrigatório será concedido ao trabalhador um dia de descanso semanal complementar.

5- O dia de descanso complementar, para além de repartido, pode ser diária e semanalmente descontinuado.

6- O dia de descanso semanal obrigatório e o dia ou meio dia de descanso complementar serão gozados nos termos previstos nos mapas de horário de trabalho, devendo efectivar-se consecutivamente, pelo menos, uma vez de sete em sete semanas e ser assegurada a aplicação do princípio da rotatividade por forma a beneficiar alternadamente todos os trabalhadores.

Cláusula 42.<sup>a</sup>

#### **Feriados**

1- Deverão ser observados como feriados obrigatórios os dias 1 de janeiro, Terça-Feira de Carnaval, Sexta-Feira Santa, Domingo de Páscoa, 25 de abril, 1 de maio, Corpo de Deus (festa móvel), 10 de junho, 15 de agosto, 5 de outubro, 1 de novembro, 1, 8 e 25 de dezembro e o feriado municipal.

2- O feriado de Sexta-Feira Santa poderá ser observado noutro dia com significado local no período da Páscoa.

3- Em substituição do feriado municipal ou da Terça-Feira de Carnaval poderá ser observado, a título de feriado, qualquer outro dia em que acordem a instituição e os trabalhadores.

Cláusula 43.<sup>a</sup>

**Direito a férias**

1- O trabalhador tem direito a um período de férias retribuídas em cada ano civil.

2- O direito a férias adquire-se com a celebração do contrato de trabalho e vence-se no dia 1 de janeiro de cada ano civil.

3- No ano da contratação, o trabalhador tem direito, após seis meses completos de execução do contrato, a gozar 2 dias úteis de férias por cada mês de duração do contrato, até ao máximo de 20 dias úteis.

4- No caso de sobrevir o termo do ano civil antes de decorrido o prazo referido no número anterior ou antes de gozado o direito a férias, pode o trabalhador usufruí-lo até 30 de junho do ano civil subsequente.

5- Em caso de cessação do contrato de trabalho, as instituições ficam obrigadas a proporcionar o gozo de férias no momento imediatamente anterior.

Cláusula 44.<sup>a</sup>

**Duração do período de férias**

1- O período anual de férias tem a duração mínima de 22 dias úteis.

2- Para efeitos de férias, são úteis os dias da semana de segunda-feira a sexta-feira, com excepção dos feriados, não podendo as férias ter início em dia de descanso semanal do trabalhador.

3- A duração do período de férias é aumentada no caso de o trabalhador não ter faltado ou na eventualidade de ter apenas faltas justificadas, no ano a que as férias se reportam, nos seguintes termos:

a) Três dias de férias até ao máximo de uma falta ou dois meios dias;

b) Dois dias de férias até ao máximo de duas faltas ou quatro meios dias;

c) Um dia de férias até ao máximo de três faltas ou seis meios dias.

4- Caso os dias de descanso do trabalhador coincidam com dias úteis, são considerados para os efeitos do cálculo dos dias de férias, em substituição daqueles, os sábados e domingos que não sejam feriados.

5- Para efeitos do número anterior são equiparadas a faltas os dias de suspensão do contrato de trabalho por facto respeitante ao trabalhador.

Cláusula 45.<sup>a</sup>

**Encerramento da instituição ou do estabelecimento**

As instituições podem encerrar total ou parcialmente os seus serviços e equipamentos, entre 1 de maio e 31 de outubro, pelo período necessário à concessão das férias dos respectivos trabalhadores.

Cláusula 46.<sup>a</sup>

**Marcação do período de férias**

1- O período de férias é marcado por acordo entre empre-

gador e trabalhador.

2- Na falta de acordo, cabe ao empregador marcar as férias e elaborar o respectivo mapa, ouvindo para o efeito a comissão de trabalhadores ou os delegados sindicais.

3- Sem prejuízo do disposto no número anterior, o empregador só pode marcar o período de férias entre 1 de maio e 31 de outubro, salvo parecer favorável em contrário daquelas entidades.

4- Na marcação das férias, os períodos mais pretendidos devem ser rateados, sempre que possível, beneficiando, alternadamente, os trabalhadores em função dos períodos gozados nos dois anos anteriores.

5- Salvo se houver prejuízo grave para o empregador, devem gozar férias em idêntico período os cônjuges e os filhos que trabalhem na mesma empresa ou estabelecimento, bem como as pessoas que vivam em união de facto ou economia comum nos termos previstos em legislação especial.

6- O gozo do período de férias pode ser interpolado, por acordo entre empregador e trabalhador e desde que sejam gozados, no mínimo, 10 dias úteis consecutivos.

7- O mapa de férias, com indicação do início e termo dos períodos de férias de cada trabalhador, deve ser elaborado até 15 de abril de cada ano e afixado nos locais de trabalho entre esta data e 31 de outubro.

8- A instituição deverá marcar as férias do trabalhador-estudante respeitando o cumprimento das obrigações escolares, salvo se daí resultar incompatibilidade com o seu plano de férias.

9- A instituição pode marcar as férias dos trabalhadores da agricultura para os períodos de menor actividade agrícola.

Cláusula 47.<sup>a</sup>

**Férias dos trabalhadores com funções pedagógicas**

1- O período de férias dos professores e dos professores deve ser marcado no período compreendido entre a conclusão do processo de avaliação final dos alunos e o início do ano escolar.

2- O período de férias dos educadores de infância deverá, por via de regra, ser marcado entre 15 de junho e 15 de setembro.

Cláusula 48.<sup>a</sup>

**Férias e impedimento prolongado**

1- No ano da suspensão do contrato de trabalho por impedimento prolongado, respeitante ao trabalhador, se se verificar a impossibilidade total ou parcial do gozo do direito a férias já vencido, o trabalhador tem direito à retribuição correspondente ao período de férias não gozado e respectivo subsídio.

2- No ano da cessação do impedimento prolongado o trabalhador tem direito após a prestação de seis meses de efetivo serviço ao período de férias e respectivo subsídio.

3- No caso de sobrevir o termo do ano civil antes de decorrido o prazo referido no número anterior ou antes de gozado o direito a férias, pode o trabalhador usufruí-lo até 30 de abril do ano civil subsequente.

4- Cessando o contrato após impedimento prolongado res-

peitante ao trabalhador, este tem direito à retribuição e ao subsídio de férias correspondentes ao tempo de serviço prestado no ano de início da suspensão.

Cláusula 49.<sup>a</sup>

**Efeitos da cessação do contrato de trabalho**

1- Cessando o contrato de trabalho, o trabalhador tem direito a receber a retribuição correspondente a um período de férias, proporcional ao tempo de serviço prestado até à data da cessação, bem como ao respectivo subsídio.

2- Se o contrato cessar antes de gozado o período de férias vencido no início do ano da cessação, o trabalhador tem ainda direito a receber a retribuição e o subsídio correspondentes a esse período, o qual é sempre considerado para efeitos de antiguidade.

Cláusula 50.<sup>a</sup>

**Faltas - Noção**

1- Falta é a ausência do trabalhador no local de trabalho e durante o período em que devia desempenhar a actividade a que está adstrito.

2- Nos casos de ausência do trabalhador por períodos inferiores ao período de trabalho a que está obrigado, os respectivos tempos são adicionados para determinação dos períodos normais de trabalho diário em falta.

3- Para efeito do disposto no número anterior, caso os períodos de trabalho diário não sejam uniformes, considera-se sempre o de menor duração relativo a um dia completo de trabalho.

4- O período de ausência a considerar no caso de um trabalhador docente não comparecer a uma reunião de presença obrigatória é de duas horas.

5- Relativamente aos professores dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário será tido como dia de falta a ausência ao serviço por cinco horas lectivas seguidas ou interpoladas.

6- O regime previsto no número anterior não se aplica aos professores com horário incompleto, relativamente aos quais se contará um dia de falta quando o número de horas lectivas de ausência perfizer o resultado da divisão do número de horas lectivas semanais por cinco.

7- São também consideradas faltas as provenientes de recusa infundada de participação em acções de formação ou cursos de aperfeiçoamento ou reciclagem.

Cláusula 51.<sup>a</sup>

**Tipos de faltas**

1- As faltas podem ser justificadas e injustificadas.

2- São consideradas faltas justificadas:

a) As dadas, durante 15 dias seguidos, por altura do casamento;

b) As dadas até cinco dias consecutivos por falecimento de cônjuge não separado de pessoas e bens ou de pessoa que viva em união de facto com o trabalhador, nos termos de legislação específica, ou afim no 1.º grau da linha recta (pais e filhos, mesmo que adoptivos, enteados, padrastos, madrastas, sogros, genros e noras);

tas, sogros, genros e noras);

c) As dadas até dois dias consecutivos por falecimento de outro parente ou afim da linha recta ou do 2.º grau da linha colateral (avós e bisavós, netos e bisnetos, irmãos e cunhados) e de outras pessoas que vivam em comunhão de vida e habitação com o trabalhador;

d) As dadas ao abrigo do regime jurídico do trabalhador-estudante;

e) As motivadas por impossibilidade de prestar trabalho devido a facto que não seja imputável ao trabalhador, nomeadamente nos casos de:

1) Doença, acidente ou cumprimento de obrigações legais;

2) Prestação de assistência inadiável e imprescindível, até 15 dias por ano, a cônjuge, a parente ou afim na linha recta ascendente (avô, bisavô do trabalhador ou do homem/mulher deste), a parente ou afim do 2.º grau da linha colateral (irmão do trabalhador ou do homem/mulher deste), a filho, adoptado ou enteado com mais de 12 anos de idade;

3) Detenção ou prisão preventiva, caso se não venha a verificar decisão condenatória;

f) As ausências não superiores a quatro horas e só pelo tempo estritamente necessário para deslocação à escola do responsável pela educação de menor, uma vez por trimestre, a fim de se inteirar da respectiva situação educativa;

g) As dadas pelos trabalhadores eleitos para as estruturas de representação colectiva, nos termos das normas legais aplicáveis;

h) As dadas por candidatos a eleições para cargos públicos, durante o período legal da respectiva campanha eleitoral;

i) As dadas pelo período adequado à dádiva de sangue;

j) As dadas ao abrigo do regime jurídico do voluntariado social;

k) As autorizadas ou aprovadas pelo empregador;

l) As que por lei forem como tal qualificadas.

3- No caso de o trabalhador ter prestado já o 1.º período de trabalho aquando do conhecimento dos motivos considerados nas alíneas b) e c) do número 2 desta cláusula, o período de faltas a considerar só começa a contar a partir do dia seguinte.

4- São consideradas injustificadas as faltas não previstas no número 2.

Cláusula 52.<sup>a</sup>

**Comunicação das faltas justificadas**

1- As faltas justificadas, quando previsíveis, serão obrigatoriamente comunicadas à instituição com a antecedência mínima de cinco dias.

2- Quando imprevistas, as faltas justificadas serão obrigatoriamente comunicadas à instituição logo que possível.

3- A comunicação tem de ser reiterada para as faltas justificadas imediatamente subsequentes às previstas nas comunicações indicadas nos números anteriores.

Cláusula 53.<sup>a</sup>

**Prova das faltas justificadas**

1- O empregador pode, nos 15 dias seguintes à comunicação referida no artigo anterior, exigir ao trabalhador prova

dos factos invocados para a justificação.

2- A prova da situação de doença prevista na alínea e) da cláusula 51.<sup>a</sup> é feita por estabelecimento hospitalar, por declaração do centro de saúde ou por atestado médico.

3- A doença referida no número anterior pode ser fiscalizada por médico, mediante requerimento do empregador dirigido à Segurança Social.

4- No caso de a Segurança Social não indicar o médico a que se refere o número anterior no prazo de vinte e quatro horas, o empregador designa o médico para efectuar a fiscalização, não podendo este ter qualquer vínculo contratual anterior ao empregador.

5- Em caso de desacordo entre os pareceres médicos referidos nos números anteriores, pode ser requerida a intervenção de junta médica.

6- Em caso de incumprimento das obrigações previstas na cláusula anterior e nos números 1 e 2 desta cláusula, bem como de oposição, sem motivo atendível, à fiscalização referida nos números 3, 4 e 5, as faltas são consideradas injustificadas.

7- A apresentação ao empregador de declaração médica com intuito fraudulento constitui falsa declaração para efeitos de justa causa de despedimento.

#### Cláusula 54.<sup>a</sup>

##### Efeitos das faltas justificadas

1- As faltas justificadas não determinam a perda ou prejuízo de quaisquer direitos do trabalhador, salvo o disposto no número seguinte.

2- Salvo disposição legal em contrário, determinam a perda de retribuição as seguintes faltas ainda que justificadas:

a) Por motivo de doença, desde que o trabalhador beneficie do regime de Segurança Social de protecção na doença;

b) Por motivo de acidente de trabalho, desde que o trabalhador tenha direito a qualquer subsídio ou seguro;

c) Por motivo de cumprimento de obrigações legais;

d) As previstas no número 2 da alínea e) do número 2 da cláusula 51.<sup>a</sup>;

e) As previstas no número 3 da alínea e) do número 2 da cláusula 51.<sup>a</sup>;

f) As previstas na alínea l) do número 2 da cláusula 51.<sup>a</sup>, quando superiores a 30 dias por ano;

g) As autorizadas ou aprovadas pelo empregador, com excepção das que este, expressamente e por escrito, entenda dever retribuir.

3- Nos casos previstos na alínea e) do número 2 da cláusula 51.<sup>a</sup>, se o impedimento do trabalhador se prolongar efectiva ou previsivelmente para além de um mês, aplica-se o regime de suspensão da prestação do trabalho por impedimento prolongado.

4- No caso previsto na alínea h) do número 2 da cláusula 51.<sup>a</sup>, as faltas justificadas conferem, no máximo, direito a retribuição relativa a um terço do período de duração da campanha eleitoral, só podendo o trabalhador faltar meios dias ou dias completos com aviso prévio de quarenta e oito horas.

#### Cláusula 55.<sup>a</sup>

##### Efeitos das faltas injustificadas

1- As faltas injustificadas constituem violação do dever de assiduidade e determinam perda da retribuição correspondente ao período de ausência, o qual será descontado na antiguidade do trabalhador.

2- Tratando-se de faltas injustificadas a um ou meio período normal de trabalho diário, imediatamente anteriores ou posteriores aos dias ou meios-dias de descanso ou feriados, considera-se que o trabalhador praticou uma infracção grave.

3- Na situação referida no número anterior, o período de ausência a considerar para efeitos de perda de retribuição prevista no número 1 abrange os dias e meios-dias de descanso ou feriados imediatamente anteriores ou posteriores ao dia da falta.

4- No caso de a apresentação do trabalhador, para início ou reinício da prestação de trabalho, se verificar com atraso injustificado superior a trinta ou sessenta minutos, pode o empregador recusar a aceitação da prestação durante parte ou todo o período normal de trabalho, respectivamente.

5- Sem prejuízo, designadamente, do efeito disciplinar inerente à injustificação de faltas, exceptuam-se do disposto no número anterior os professores dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e os professores do ensino secundário.

#### Cláusula 56.<sup>a</sup>

##### Licença sem retribuição

1- As instituições podem atribuir ao trabalhador, a pedido deste, licença sem retribuição.

2- O pedido deverá ser formulado por escrito, nele se expondo os motivos que justificam a atribuição da licença.

3- A resposta deverá ser dada igualmente por escrito nos 30 dias úteis seguintes ao recebimento do pedido.

4- A ausência de resposta dentro do prazo previsto no número anterior equivale a aceitação do pedido.

5- O período de licença sem retribuição conta-se para efeitos de antiguidade.

6- Durante o mesmo período cessam os direitos, deveres e garantias das partes, na medida em que pressupõem a efectiva prestação de trabalho.

7- O trabalhador beneficiário da licença sem retribuição mantém o direito ao lugar.

8- Terminado o período de licença sem retribuição o trabalhador deve apresentar-se ao serviço.

#### Cláusula 57.<sup>a</sup>

##### Licença sem retribuição para formação

1- Sem prejuízo do disposto em legislação especial, o trabalhador tem direito a licenças sem retribuição de longa duração para frequência de cursos de pós-graduação, de especialização e complementar ou equivalente, bem como para a frequência de curso de formação ministradas sob a responsabilidade de uma instituição de ensino ou de formação profissional ou, ainda, no âmbito de programa específico

aprovado por autoridade competente e executado sob o seu controlo pedagógico ou cursos ministrados em estabelecimentos de ensino.

2- A instituição pode recusar a concessão da licença prevista no número anterior nas seguintes situações:

a) Quando ao trabalhador tenha sido proporcionada formação profissional adequada ou licença para o mesmo fim, nos últimos 24 meses;

b) Quando a antiguidade do trabalhador na instituição seja inferior a três anos;

c) Quando o trabalhador não tenha requerido a licença com antecedência mínima de 45 dias em relação à data do seu início;

d) Quando a instituição tenha um número de trabalhadores não superior a 20 e não seja possível a substituição adequada do trabalhador, caso necessário;

e) Para além das situações referidas nas alíneas anteriores, tratando-se de trabalhadores incluídos em níveis de qualificação de direcção, de chefia, quadros ou pessoal qualificado, quando não seja possível a substituição dos mesmos durante o período de licença sem prejuízo sério para o funcionamento da instituição.

3- Considera-se de longa duração a licença não inferior a 60 dias.

#### Cláusula 58.<sup>a</sup>

##### Licença sabática

1- Aos trabalhadores com licenciatura ou bacharelato e, pelo menos, oito anos de antiguidade pode ser concedida licença sabática.

2- A licença sabática corresponde à dispensa da actividade laboral, destinando-se quer à formação contínua, quer à frequência de cursos de pós-graduação, especialização, complementar ou equivalente, quer ainda à realização de trabalhos de investigação.

3- Salvo acordo em contrário, o período de gozo da licença sabática não determina a perda ou prejuízo de quaisquer direitos do trabalhador, excepto no que diz respeito à retribuição.

4- Nas situações em que haja retribuição durante a totalidade ou parte do tempo concedido da licença, fica o trabalhador obrigado a indemnizar a instituição, no montante correspondente ao triplo do valor das remunerações auferidas, caso venha a fazer cessar, por sua iniciativa, o contrato de trabalho, ou venha ser despedido com justa causa, no período de três anos após o termo da licença sabática.

## CAPÍTULO VII

### Retribuição e outras atribuições patrimoniais

#### Cláusula 59.<sup>a</sup>

##### Disposições gerais

1- Só se considera retribuição aquilo a que, nos termos do contrato, das normas que o regem ou dos usos, o trabalhador tem direito como contrapartida do seu trabalho.

2- Na contrapartida do trabalho inclui-se a retribuição base e todas as prestações regulares e periódicas feitas, directa ou indirectamente, em dinheiro ou em espécie.

3- Até prova em contrário, presume-se constituir retribuição toda e qualquer prestação do empregador ao trabalhador.

4- A base de cálculo das prestações complementares e acessórias estabelecidas na presente convenção é constituída apenas pela retribuição base e diuturnidades.

#### Cláusula 60.<sup>a</sup>

##### Enquadramento em níveis retributivos

As profissões e categorias profissionais previstas na presente convenção são enquadradas em níveis retributivos de base de acordo com o anexo IV.

#### Cláusula 61.<sup>a</sup>

##### Retribuição mínima mensal de base

A todos os trabalhadores abrangidos pela presente convenção são mensalmente assegurados os montantes retributivos de base mínimos constantes do anexo V.

#### Cláusula 62.<sup>a</sup>

##### Remuneração horária

1- O valor da remuneração horária é determinado pela seguinte fórmula:

$$(Rm \times 12) / (52 \times n)$$

sendo Rm o valor da retribuição mensal de base e n o período de trabalho semanal a que o trabalhador estiver obrigado.

2- Relativamente aos professores dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e aos professores do ensino secundário, o período de trabalho a considerar para efeitos de determinação da remuneração horária, é o correspondente, apenas, ao número de horas lectivas semanais estabelecido para o sector em que o docente se integra.

#### Cláusula 63.<sup>a</sup>

##### Compensações e descontos

1- Na pendência do contrato de trabalho, as instituições não podem compensar a retribuição em dívida com créditos que tenham sobre o trabalhador, nem fazer quaisquer descontos ou deduções no montante da referida retribuição.

2- O disposto no número anterior não se aplica:

a) Aos descontos a favor do Estado, da Segurança Social ou de outras entidades, ordenados por lei, por decisão judicial transitada em julgado ou por auto de conciliação, quando da decisão ou do auto tenha sido notificado o empregador;

b) Às indemnizações devidas pelo trabalhador ao empregador, quando se acharem liquidadas por decisão judicial transitada em julgado ou por auto de conciliação;

c) Às sanções pecuniárias aplicadas nos termos legais;

d) Às amortizações de capital e pagamento de juros de empréstimos concedidos pelo empregador ao trabalhador;

e) Aos preços de refeições no local de trabalho, de alojamento, de utilização de telefones, de fornecimento de géneros, de combustíveis ou de materiais, quando solicitados

pelo trabalhador, bem como a outras despesas efectuadas pelo empregador por conta do trabalhador e consentidas por este;

f) Aos abonos ou adiantamentos por conta da retribuição.

3- Com excepção das alíneas a) e f), os descontos referidos no número anterior não podem exceder, no seu conjunto, um sexto da retribuição.

#### Cláusula 64.<sup>a</sup>

##### Retribuição especial para os trabalhadores isentos de horário de trabalho

Os trabalhadores isentos do horário de trabalho têm direito a uma remuneração especial, no mínimo, igual a 20 % da retribuição mensal ou à retribuição correspondente a uma hora de trabalho suplementar por dia, conforme o que lhes for mais favorável.

#### Cláusula 65.<sup>a</sup>

##### Remuneração do trabalho suplementar

1- O trabalho suplementar prestado em dia normal de trabalho será remunerado com os seguintes acréscimos mínimos:

a) 50 % da retribuição normal na primeira hora;

b) 75 % da retribuição normal nas horas ou fracções seguintes.

2- O trabalho suplementar prestado em dia de descanso semanal, obrigatório ou complementar, e em dia feriado será remunerado com o acréscimo mínimo de 100 % da retribuição normal.

3- Não é exigível o pagamento de trabalho suplementar cuja prestação não tenha sido prévia e expressamente determinada pela instituição.

#### Cláusula 66.<sup>a</sup>

##### Retribuição de trabalho por turnos

1- A prestação de trabalho em regime de turnos rotativos confere ao trabalhador, nos termos do disposto no número 5 da cláusula 39.<sup>a</sup>, o direito aos seguintes complementos de retribuição:

a) Em regime de dois turnos em que apenas um seja total ou parcialmente nocturno - 15 %;

b) Em regime de três turnos ou de dois turnos total ou parcialmente nocturnos - 25 %.

2- O complemento previsto no número anterior inclui o acréscimo de retribuição pelo trabalho nocturno prestado em regime de turnos.

#### Cláusula 66.<sup>a</sup>-A

##### Trabalho normal em dia feriado

O trabalhador que presta trabalho normal em dia feriado em instituição não obrigada a suspender o seu funcionamento nesse dia tem direito a descanso compensatório de igual duração ou a acréscimo de 100 % da retribuição correspondente, por acordo das partes.

#### Cláusula 67.<sup>a</sup>

##### Remuneração do trabalho nocturno

A retribuição do trabalho nocturno será superior em 25 % à retribuição a que dá direito o trabalho equivalente prestado durante o dia.

#### Cláusula 68.<sup>a</sup>

##### Retribuição do período de férias

1- A retribuição do período de férias corresponde à que o trabalhador receberia se estivesse em serviço efectivo.

2- Além da retribuição mencionada no número anterior, o trabalhador tem direito a um subsídio de férias cujo montante compreende a retribuição base e as demais prestações retributivas que sejam contrapartida do modo específico da execução do trabalho.

3- Salvo acordo escrito em contrário, o subsídio de férias deve ser pago antes do início do período de férias e proporcionalmente nos casos de gozo interpolado.

#### Cláusula 69.<sup>a</sup>

##### Subsídio de Natal

1- Todos os trabalhadores abrangidos por esta convenção têm direito a um subsídio de Natal de montante igual ao da retribuição mensal.

2- Os trabalhadores que no ano de admissão não tenham concluído um ano de serviço terão direito a tantos duodécimos daquele subsídio quantos os meses de serviço que completarem até 31 de dezembro desse ano.

3- Suspendendo-se o contrato de trabalho por impedimento prolongado do trabalhador, este terá direito:

a) No ano de suspensão, a um subsídio de Natal de montante proporcional ao número de meses completos de serviço prestado nesse ano;

b) No ano de regresso à prestação de trabalho, a um subsídio de Natal de montante proporcional ao número de meses completos de serviço até 31 de dezembro, a contar da data de regresso.

4- Cessando o contrato de trabalho, a entidade empregadora pagará ao trabalhador a parte de um subsídio de Natal proporcional ao número de meses completos de serviço no ano da cessação.

5- O subsídio de Natal será pago até 30 de novembro de cada ano, salvo no caso da cessação do contrato de trabalho, em que o pagamento se efectuará na data da cessação referida.

#### Cláusula 70.<sup>a</sup>

##### Diuturnidades

1- Os trabalhadores que estejam a prestar serviço em regime de tempo completo têm direito a uma diuturnidade no valor de 21,00 €, por cada cinco anos de serviço, até ao limite de cinco diuturnidades.

2- Os trabalhadores que prestem serviço em regime de horário parcial têm direito às diuturnidades vencidas à data

do exercício de funções naquele regime e às que vierem a vencer-se nos termos previstos no número seguinte.

3- O trabalho prestado a tempo parcial contará proporcionalmente para efeitos de atribuição de diuturnidades.

4- Para atribuição de diuturnidades será levado em conta o tempo de serviço prestado anteriormente a outras instituições particulares de solidariedade social, desde que, antes da admissão e por meios idóneos, o trabalhador faça a respectiva prova.

5- Não é devido o pagamento de diuturnidades aos trabalhadores abrangidos pela tabela B do anexo V.

#### Cláusula 71.<sup>a</sup>

##### Abono para falhas

1- O trabalhador que, no desempenho das suas funções, tenha responsabilidade efectiva de caixa tem direito a um abono mensal para falhas no valor de 29,00 €.

2- Se o trabalhador referido no número anterior for substituído no desempenho das respectivas funções, o abono para falhas reverterá para o substituto na proporção do tempo de substituição.

#### Cláusula 72.<sup>a</sup>

##### Refeição

1- Os trabalhadores têm direito ao fornecimento de uma refeição principal por cada dia completo de trabalho.

2- Em alternativa ao efectivo fornecimento de refeições, as instituições podem atribuir ao trabalhador uma compensação monetária no valor de 3,00 €, por cada dia completo de trabalho.

3- Ressalvados os casos de alteração anormal de circunstâncias, não é aplicável o disposto no número anterior às instituições cujos equipamentos venham já garantindo o cumprimento em espécie do direito consagrado no número 1 desta cláusula.

4- Aos trabalhadores a tempo parcial será devida a refeição ou a compensação monetária quando o horário normal de trabalho se distribuir por dois períodos diários ou quando tiverem quatro ou mais horas de trabalho no mesmo período do dia.

5- A refeição e a compensação monetária a que se referem os números anteriores não assumem a natureza de retribuição.

### CAPÍTULO VIII

#### Condições especiais de trabalho

#### Cláusula 73.<sup>a</sup>

##### Remissão

As matérias relativas a direitos de personalidade, igualdade e não discriminação, protecção da maternidade e da paternidade, trabalho de menores, trabalhadores com capacidade de trabalho reduzida, trabalhadores com deficiência

ou doença crónica, trabalhadores-estudantes e trabalhadores estrangeiros são reguladas pelas disposições do Código do Trabalho e legislação complementar, em tudo o que se não encontrar regulado nesta convenção, designadamente pelo que se transcreve nas cláusulas seguintes.

### SECÇÃO I

#### Trabalho de menores

#### Cláusula 74.<sup>a</sup>

1- A entidade empregadora deve proporcionar aos menores que se encontrem ao seu serviço condições de trabalho adequadas à sua idade, promovendo a sua formação pessoal e profissional e prevenindo, de modo especial, quaisquer riscos para o respectivo desenvolvimento físico e psíquico.

2- Os menores não podem ser obrigados à prestação de trabalho antes das 8 horas, nem depois das 18 horas, no caso de frequentarem cursos nocturnos oficiais, oficializados ou equiparados, e antes das 7 horas e depois das 20 horas, no caso de os não frequentarem.

#### Cláusula 75.<sup>a</sup>

##### Admissão de menores

Só pode ser admitido a prestar trabalho, qualquer que seja a espécie e modalidade de pagamento, o menor que tenha completado a idade mínima de admissão, tenha concluído a escolaridade obrigatória e disponha de capacidades física e psíquica adequadas ao posto de trabalho.

### CAPÍTULO IX

#### Formação profissional

#### Cláusula 76.<sup>a</sup>

##### Princípio geral

1- O empregador deve proporcionar ao trabalhador acções de formação profissional adequadas à sua qualificação.

2- O trabalhador deve participar de modo diligente nas acções de formação profissional que lhe sejam proporcionadas, salvo se houver motivo atendível, devendo neste caso o trabalhador, obrigatória e expressamente, solicitar a sua dispensa.

3- As acções de formação devem ocorrer durante o período normal de trabalho, sempre que possível, contando a respectiva frequência para todos os efeitos como tempo efectivo de serviço.

4- Sempre que o trabalhador adquira nova qualificação profissional por aprovação em curso de formação, tem preferência, em igualdade de condições, no preenchimento de vagas que a exijam.

5- Caso seja possível a sua substituição adequada, o trabalhador tem direito a dispensa de trabalho com perda de retribuição para a frequência de acções de formação de curta duração com vista à sua valorização profissional.

Cláusula 77.<sup>a</sup>

**Objectivos**

São, designadamente, objectivos da formação profissional:

a) Promover a formação contínua dos trabalhadores, enquanto instrumento para a valorização e actualização profissional e para a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelas instituições;

b) Garantir o direito individual à formação, criando condições para que o mesmo possa ser exercido independentemente da situação laboral do trabalhador;

c) Promover a reabilitação profissional de pessoas com deficiência, em particular daqueles cuja incapacidade foi adquirida em consequência de acidente de trabalho;

d) Promover a integração sócio-profissional de grupos com particulares dificuldades de inserção, através do desenvolvimento de acções de formação profissional especial.

Cláusula 78.<sup>a</sup>

**Formação contínua**

1- No âmbito da formação contínua, as instituições devem:

a) Elaborar planos anuais ou plurianuais de formação;

b) Reconhecer e valorizar as qualificações adquiridas pelos trabalhadores, de modo a estimular a sua participação na formação.

2- A formação contínua de activos deve abranger, em cada ano, pelo menos 10 % dos trabalhadores com contrato sem termo de cada instituição.

3- O número mínimo de horas anuais de formação certificada a que se refere o número anterior é de trinta e cinco horas a partir de 2006.

4- As horas de formação certificada a que se referem os números 2 e 3 que não foram organizadas sob a responsabilidade do empregador por motivo que lhe seja imputável são transformadas em créditos acumuláveis ao longo de três anos, no máximo.

5- O trabalhador pode utilizar o crédito acumulado a que se refere o número anterior para frequentar, por sua iniciativa, acções de formação certificada que tenham correspondência com a actividade prestada, mediante comunicação à instituição com a antecedência mínima de 10 dias.

6- As instituições obrigam-se a passar certificados de frequência e de aproveitamento das acções de formação profissional por si promovidas ou realizadas, para os efeitos da qualificação como certificada da formação a que se refere a presente cláusula.

Cláusula 79.<sup>a</sup>

**Formação de reconversão**

1- A instituição promoverá acções de formação profissional de requalificação e de reconversão pelas seguintes razões:

a) Quando sejam determinadas por condições de saúde do

trabalhador que imponham incapacidades ou limitações no exercício das respectivas funções;

b) Quando sejam determinadas por necessidades de reorganização de serviços ou por modificações tecnológicas e sempre que se demonstre a inviabilidade de manutenção de certas categorias profissionais.

2- Tais acções destinam-se, sendo tal possível, a preparar os trabalhadores delas objecto para o exercício de uma nova actividade, na mesma ou noutra entidade.

Cláusula 80.<sup>a</sup>

**Formação nos contratos de trabalho para jovens**

Sempre que admitam trabalhadores com menos de 25 anos e sem a escolaridade mínima obrigatória, as instituições, por si ou com o apoio de entidades públicas ou privadas, devidamente certificadas, devem promover acções de formação profissional ou educacional que garantam a aquisição daquela escolaridade e, pelo menos, o nível II de qualificação.

CAPÍTULO X

**Cessaçào do contrato de trabalho**

Cláusula 81.<sup>a</sup>

**Princípio geral**

A cessaçào do contrato de trabalho fica sujeita ao regime legal em vigor a cada momento.

Cláusula 82.<sup>a</sup>

**Exercício da acção disciplinar**

1- O procedimento disciplinar deve exercer-se nos 60 dias subsequentes àquele em que o empregador ou superior hierárquico com competência disciplinar teve conhecimento da infracção.

2- A infracção disciplinar prescreve ao fim de um ano a contar do momento em que teve lugar, sem prejuízo da aplicação de prazos prescricionais da lei penal, quando aplicável.

CAPÍTULO XI

**Segurança Social**

Cláusula 83.<sup>a</sup>

**Invalidez**

No caso de incapacidade parcial ou absoluta para o trabalho habitual proveniente de acidente de trabalho ou doença profissional contraída ao serviço da entidade empregadora, mas que não seja acompanhado de reforma do trabalhador, a mesma entidade diligenciará conseguir a reconversão dos trabalhadores diminuídos para funções compatíveis com as diminuições verificadas.

## CAPÍTULO XII

### Segurança e saúde no trabalho

#### Cláusula 84.<sup>a</sup>

##### Princípios gerais

1- O trabalhador tem direito à prestação de trabalho em condições de segurança e saúde asseguradas pela instituição.

2- A instituição é obrigada a organizar as actividades de segurança e saúde no trabalho que visem a prevenção de riscos profissionais e a promoção da saúde do trabalhador.

#### Cláusula 85.<sup>a</sup>

##### Obrigações do empregador

As instituições são obrigadas a assegurar aos trabalhadores condições de segurança e saúde em todos os aspectos relacionados com o trabalho, devendo aplicar e fazer aplicar as medidas necessárias e adequadas, tendo em conta os princípios legalmente consignados.

#### Cláusula 86.<sup>a</sup>

##### Obrigações do trabalhador

O trabalhador tem obrigação de zelar:

*a)* Pela segurança e saúde próprias, designadamente sujeitando-se à realização dos exames médicos promovidos pela entidade empregadora;

*b)* Pela segurança e saúde das pessoas que possam ser afectadas pelas suas acções ou omissões.

#### Cláusula 87.<sup>a</sup>

##### Informação e consulta dos trabalhadores

1- Os trabalhadores, assim como os seus representantes na empresa, estabelecimento ou serviço, devem dispor de informação actualizada sobre:

*a)* Os riscos para a segurança e saúde, bem como as medidas de protecção e de prevenção e a forma como se aplicam, relativos quer ao posto de trabalho ou função, quer, em geral, à instituição;

*b)* As medidas e as instruções a adoptar em caso de perigo grave e iminente;

*c)* As medidas de primeiros socorros, de combate a incêndios e de evacuação dos trabalhadores em caso de sinistro, bem como os trabalhadores ou serviços encarregados de as pôr em prática.

2- O empregador deve, nos termos da lei, consultar por escrito e, pelo menos, duas vezes por ano, previamente ou em tempo útil, os representantes dos trabalhadores na instituição ou equipamento ou, na sua falta, os próprios trabalhadores, designadamente, sobre:

*a)* A avaliação dos riscos para a segurança e saúde no trabalho, incluindo os respeitantes aos grupos de trabalhadores sujeitos a riscos especiais;

*b)* As medidas de segurança, higiene e saúde antes de serem postas em prática ou, logo que seja possível, em caso de aplicação urgente das mesmas;

*f)* A designação dos trabalhadores responsáveis pela aplicação das medidas de primeiros socorros, de combate a incêndios e de evacuação de trabalhadores, a respectiva formação e o material disponível;

*g)* O recurso a serviços exteriores à empresa ou a técnicos qualificados para assegurar o desenvolvimento de todas ou parte das actividades de segurança, higiene e saúde no trabalho;

*h)* O material de protecção que seja necessário utilizar.

#### Cláusula 88.<sup>a</sup>

##### Serviços de segurança e saúde no trabalho

As instituições devem garantir a organização e o funcionamento dos serviços de segurança, higiene e saúde no trabalho, nos termos legais.

#### Cláusula 89.<sup>a</sup>

##### Representantes dos trabalhadores

1- Os representantes dos trabalhadores para a segurança e saúde no trabalho são eleitos pelos trabalhadores por voto directo e secreto, segundo o princípio da representatividade e da proporcionalidade.

2- Os representantes dos trabalhadores não poderão exceder:

*a)* Empresas com menos de 61 trabalhadores - um representante;

*b)* Empresas de 61 a 150 trabalhadores - dois representantes;

*c)* Empresas de 151 a 300 trabalhadores - três representantes;

*d)* Empresas de 301 a 500 trabalhadores - quatro representantes;

*e)* Empresas de 501 a 1000 trabalhadores - cinco representantes;

*f)* Empresas de 1001 a 1500 trabalhadores - seis representantes;

*g)* Empresas com mais de 1500 trabalhadores - sete representantes.

3- O mandato dos representantes dos trabalhadores é de três anos.

4- Os representantes dos trabalhadores dispõem, para o exercício das suas funções, de um crédito de cinco horas por mês.

#### Cláusula 90.<sup>a</sup>

##### Formação dos trabalhadores

1- O trabalhador deve receber uma formação adequada no domínio da segurança e saúde no trabalho, tendo em atenção o posto de trabalho e o exercício de actividades de risco elevado.

2- Sem prejuízo do disposto no número anterior, o empregador deve formar, em número suficiente, tendo em conta a dimensão da instituição e os riscos existentes, os trabalhadores responsáveis pela aplicação das medidas de primeiros socorros, de combate a incêndios e de evacuação de trabalhadores, bem como facultar-lhes material adequado.

Cláusula 91.<sup>a</sup>

**Comissões de segurança, higiene e saúde**

Podem ser criadas comissões de segurança e saúde no trabalho, de composição paritária, com vista a planificar e propor a adopção de medidas tendentes a otimizar o nível da prestação de serviços de segurança, higiene e saúde no trabalho, bem como avaliar o impacto da respectiva aplicação.

CAPÍTULO XIII

**Comissão paritária**

Cláusula 92.<sup>a</sup>

**Constituição**

1- É constituída uma comissão paritária formada por três representantes de cada uma das partes outorgantes da presente convenção.

2- Por cada representante efectivo será designado um suplente para desempenho de funções em caso de ausência do efectivo.

3- Cada uma das partes indicará por escrito à outra, nos 30 dias subsequentes à publicação desta convenção, os membros efectivos e suplentes por si designados, considerando-se a comissão paritária constituída logo após esta indicação.

4- A comissão paritária funcionará enquanto estiver em vigor a presente convenção, podendo qualquer dos contraentes, em qualquer altura, substituir os membros que nomeou, mediante comunicação escrita à outra parte.

Cláusula 93.<sup>a</sup>

**Normas de funcionamento**

1- A comissão paritária funcionará em local a determinar pelas partes.

2- A comissão paritária reúne a pedido de qualquer das partes, mediante convocatória a enviar com a antecedência mínima de 15 dias, de que conste o dia, hora e agenda de trabalhos.

3- No final da reunião, será lavrada e assinada a respectiva acta.

4- O secretariado das sessões compete à parte convocante.

5- As partes podem fazer-se assessorar nas reuniões da comissão.

Cláusula 94.<sup>a</sup>

**Competências**

Compete à comissão paritária interpretar e integrar o disposto nesta convenção.

Cláusula 95.<sup>a</sup>

**Deliberações**

1- A comissão paritária só poderá deliberar desde que estejam presentes dois membros de cada uma das partes.

2- As deliberações da comissão são tomadas por unanimi-

dade e passam a fazer parte integrante da presente convenção logo que publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*.

CAPÍTULO XIV

**Disposições transitórias e finais**

Cláusula 96.<sup>a</sup>

Sempre que os trabalhadores auferirem um montante retributivo global superior aos valores mínimos estabelecidos na presente convenção, à data de 1 de julho de 2019, presumem-se englobados naquele mesmo montante o valor da retribuição mínima mensal de base e das diuturnidades, bem como dos subsídios que se mostrarem devidos.

Cláusula 97.<sup>a</sup>

**Diferenças salariais**

As diferenças salariais resultantes da aplicação da presente convenção serão pagas em duas prestações mensais, iguais e sucessivas, após o pagamento dos novos valores dos acordos de cooperação pela Segurança Social relativamente a 2019.

Cláusula 98.<sup>a</sup>

**Regime**

1- A presente convenção estabelece um regime globalmente mais favorável do que os anteriores instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho.

2- A aplicação das tabelas de remunerações mínimas constantes do anexo V não prejudica a vigência de retribuições mais elevadas auferidas pelos trabalhadores, nomeadamente no âmbito de projectos ou de acordos de cooperação celebrados com entidades públicas, sociais ou privadas.

Cláusula 99.<sup>a</sup>

**Sucessão de regulamentação**

O presente contrato colectivo de trabalho substitui o anteriormente acordado pelas partes outorgantes, com publicação no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 39, de 22 de outubro de 2017, com as alterações publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 35, de 22 de setembro de 2018, objecto da rectificação publicada no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 39, de 22 de outubro de 2018.

ANEXO I

**Definição de funções**

**Barbeiros e cabeleireiros**

*Barbeiro-cabeleireiro* - Executa corte de cabelos e barba, bem como penteados, permanentes e tinturas de cabelo.

*Barbeiro* - Procede à lavagem da cabeça e executa corte de cabelo e barba.

*Cabeleireiro* - Executa corte de cabelo, mise-en-plis, penteados e tinturas de cabelo.

## Cobreadores

*Cobrador* - Procede, fora da instituição, a recebimentos, pagamentos e depósitos, considerando-se-lhe equiparado o empregado de serviços externos.

### Contínuos, guardas e porteiros

*Contínuo* - Anuncia, acompanha e informa os visitantes; faz a entrega de mensagens e objectos inerentes ao serviço interno e estampilha e entrega correspondência, além de a distribuir pelos serviços a que é destinada; executa o serviço de reprodução de documentos e de endereçamentos e faz recados.

*Guarda ou guarda rondista* - Assegura a defesa, vigilância e conservação das instalações e valores que lhe estejam confiados; regista entradas e saídas de pessoas, veículos e mercadorias.

*Porteiro* - Atende os visitantes, informa-se das suas pretensões e anuncia-os ou indica-lhes os serviços a que se devem dirigir; vigia e controla entradas e saídas de utentes; recebe a correspondência e controla as entradas e saídas de mercadorias e veículos.

## Electricistas

*Ajudante* - É o electricista que completou a sua aprendizagem e coadjuva os oficiais enquanto não ascende à categoria de pré-oficial.

*Aprendiz* - É o trabalhador que, sob a orientação permanente do oficial, faz a aprendizagem da profissão.

*Chefe de equipa/oficial principal* - Executa as tarefas que exigem um nível de conhecimentos e polivalência superior ao exigível ao oficial electricista ou, executando as tarefas mais exigentes, dirige os trabalhos de um nível de electricistas; substitui o chefe de equipa nas suas ausências.

*Encarregado* - Controla e coordena os serviços de um nível de profissionais electricistas nos locais de trabalho.

*Oficial electricista* - Instala, conserva e prepara circuitos e aparelhagem eléctrica em habitações, estabelecimentos e outros locais, para o que lê e interpreta desenhos, esquemas e outras especificações técnicas.

*Pré-oficial* - É o electricista que coadjuva os oficiais e que, em cooperação com eles, executa trabalhos de menor responsabilidade.

## Médicos

*Director de serviços clínicos* - Organiza e dirige os serviços clínicos.

*Médico de clínica geral* - Efectua exames médicos, requisita exames auxiliares de diagnóstico e faz diagnósticos; envia criteriosamente o doente para médicos especialistas, se necessário, para exames ou tratamentos específicos; institui terapêutica medicamentosa e outras adequadas às diferentes doenças, afecções e lesões do organismo; efectua pequenas intervenções cirúrgicas.

*Médico especialista* - Desempenha as funções fundamentais do médico de clínica geral, mas especializa-se no tratamento de certo tipo de doenças ou num ramo particular da medicina, sendo designado em conformidade.

## Psicólogos e sociólogos

*Psicólogo* - Estuda o comportamento e os mecanismos mentais do homem e procede a investigações sobre problemas psicológicos em domínios tais como o fisiológico, social, pedagógico e patológico, utilizando técnicas específicas que, por vezes, elabora; analisa os problemas resultantes da interacção entre indivíduos, instituições e grupos; estuda todas as perturbações internas e relacionais que afectam o indivíduo; investiga os factores diferenciais quer biológicos, ambientais e pessoais do seu desenvolvimento, assim como o crescimento progressivo das capacidades motoras e das aptidões intelectivas e sensitivas; estuda as bases fisiológicas do comportamento e os mecanismos mentais do homem, sobretudo nos seus aspectos métricos.

Pode investigar um ramo da psicologia, da psicossociologia, da psicopatologia, da psicofisiologia ou ser especializado numa aplicação particular da psicologia como, por exemplo, o diagnóstico e tratamento de desvios de personalidade e de inaptações sociais, em problemas psicológicos que surgem durante a educação e o desenvolvimento das crianças e jovens ou em problemas psicológicos de ordem profissional, tais como os da selecção, formação e orientação profissional dos trabalhadores, e ser designado em conformidade.

*Sociólogo* - Estuda a origem, evolução, estrutura, características e interdependências das sociedades humanas. Interpreta as condições e transformações do meio sócio-cultural em que o indivíduo age e reage para determinar as incidências de tais condições e transformações sobre os comportamentos individuais e de grupo; analisa os processos de formação, evolução e extinção dos grupos sociais e investiga os tipos de comunicação e interacção que neles e entre eles se desenvolvem; investiga de que modo todo e qualquer tipo de manifestação da actividade humana influencia e depende de condições sócio-culturais em que existe; estuda de que modo os comportamentos, as actividades e as relações dos indivíduos e grupos se integram num sistema de organização social; procura explicar como e porquê se processa a evolução social; interpreta os resultados obtidos, tendo em conta, sempre que necessário, elementos fornecidos por outros investigadores que trabalham em domínios conexos; apresenta as suas conclusões de modo a poderem ser utilizadas pela instituição.

## Telefonistas

*Telefonista* - Presta serviço numa central telefónica, transmitindo aos telefones internos as chamadas recebidas e estabelecendo ligações internas ou para o exterior; responde, se necessário, a pedidos de informações telefónicas.

### Trabalhadores administrativos

*Caixa* - Tem a seu cargo as operações de caixa e registo do movimento relativo a transacções respeitantes à gestão da instituição; recebe numerário e outros valores e verifica se a sua importância corresponde à indicada nas notas de venda ou nos recibos; prepara os sobrescritos segundo as folhas de pagamento; prepara os fundos destinados a serem depositados e toma as disposições necessárias para os levantamentos.

*Chefe de departamento* - Estuda, organiza e coordena, sob a orientação do seu superior hierárquico, num ou em vários dos departamentos da instituição, as actividades que lhe são próprias; exerce, dentro do departamento que chefia e nos limites da sua competência, a orientação e a fiscalização do pessoal sob as suas ordens e de planeamento das actividades de departamento, segundo as orientações e fins definidos; propõe a aquisição de equipamento e materiais e a admissão do pessoal necessário ao bom funcionamento do departamento e executa outras funções semelhantes.

As categorias de chefe de serviços, chefe de escritório e chefe de divisão, que correspondem a esta profissão, serão atribuídas de acordo com o departamento chefiado e grau de responsabilidade requerido.

*Chefe de secção* - Coordena e controla o trabalho numa secção administrativa.

*Contabilista* - Organiza e dirige os serviços de contabilidade e dá conselhos sobre problemas de natureza contabilística; estuda a planificação dos circuitos contabilísticos, analisando os diversos sectores da actividade da empresa, de forma a assegurar uma recolha de elementos precisos, com vista à determinação de custos e resultados de exploração; elabora o plano de contas a utilizar para a obtenção dos elementos mais adequados à gestão económico-financeira e cumprimento da legislação comercial e fiscal; supervisiona a escrituração dos registos e livros de contabilidade, coordenando, orientando e dirigindo os empregados encarregados dessa execução; fornece os elementos contabilísticos necessários à definição da política orçamental e organiza e assegura o controlo de execução do orçamento; elabora ou certifica os balancetes e outras informações contabilísticas a submeter à administração ou a fornecer a serviços públicos; procede ao apuramento de resultados, dirigindo o encerramento das contas e a elaboração do respectivo balanço, que apresenta e assina; elabora o relatório explicativo que acompanha a apresentação de contas ou fornece indicações para essa elaboração; efectua as revisões contabilísticas necessárias, verificando os livros ou registos para se certificar da correcção da respectiva escrituração. Pode subscrever a escrita da instituição e nesse caso é-lhe atribuído o título profissional de técnico de contas.

*Director de serviços* - Estuda, organiza e dirige, nos limites dos poderes de que está investido, as actividades da instituição; colabora na determinação da política da instituição; planeia a utilização mais conveniente da mão-de-obra, equipamento, materiais, instalações e capitais; orienta, dirige e fiscaliza a actividade da instituição segundo os planos estabelecidos, a política adoptada e as normas e regulamentos prescritos; cria e mantém uma estrutura administrativa que permita explorar e dirigir a instituição de maneira eficaz; colabora na fixação da política financeira e exerce a verificação dos custos.

*Documentalista* - Organiza o núcleo de documentação e assegura o seu funcionamento ou, inserido num departamento, trata a documentação tendo em vista as necessidades de um ou mais sectores da instituição; faz a selecção, compilação, codificação e tratamento da documentação; elabora resumos de artigos e de documentos importantes e estabelece

a circulação destes e de outros documentos pelos diversos sectores da instituição; organiza e mantém actualizados os ficheiros especializados; promove a aquisição da documentação necessária aos objectivos a prosseguir; faz arquivo e ou registo de entrada e saída da documentação.

*Escriturário* - Executa várias tarefas, que variam consoante a natureza e importância do escritório onde trabalha; redige relatórios, cartas, notas informativas e outros documentos, manualmente ou à máquina, dando-lhes o seguimento apropriado; examina o correio recebido, separa-o, classifica-o e compila os dados que são necessários para preparar as respostas; elabora, ordena e prepara os documentos relativos à encomenda, distribuição, facturação e realização das compras e vendas; recebe pedidos de informação e transmite-os à pessoa ou serviços competentes; põe em caixa os pagamentos de contas e entregas recebidos; escreve em livros as receitas e despesas, assim como outras operações contabilísticas; estabelece o extracto das operações efectuadas e de outros documentos para informação superior; atende os candidatos às vagas existentes e informa-os das condições de admissão e efectua registos do pessoal; preenche formulários oficiais relativos ao pessoal ou à instituição; ordena e arquiva notas de livrança, recibos, cartas ou outros documentos e elabora dados estatísticos; escreve à máquina e opera com máquinas de escritório; prepara e organiza processos; presta informações e outros esclarecimentos aos utentes e ao público em geral.

*Escriturário principal/subchefe de secção* - Executa as tarefas mais exigentes que competem ao escriturário, nomeadamente tarefas relativas a determinados assuntos de pessoal, de legislação ou fiscais, apuramentos e cálculos contabilísticos e estatísticos complexos e tarefas de relação com fornecedores e ou clientes que obriguem à tomada de decisões correntes, ou executando as tarefas mais exigentes da secção; colabora directamente com o chefe da secção e, no impedimento deste, coordena ou controla as tarefas de um nível de trabalhadores administrativos ou actividades afins.

*Estagiário* - Auxilia os escriturários ou outros trabalhadores de escritório, preparando-se para o exercício das funções que vier a assumir.

*Guarda-livros* - Ocupa-se da escrituração de registos ou de livros de contabilidade, gerais ou especiais, selados ou não selados, analíticos e sintéticos, executando, nomeadamente, trabalhos contabilísticos relativos ao balanço anual e apuramento dos resultados de exploração e do exercício; colabora nos inventários das existências; prepara ou manda preparar extractos de contas simples ou com juros e executa trabalhos conexos; superintende nos respectivos serviços e tem a seu cargo a elaboração dos balanços e a escrituração dos livros selados, sendo responsável pela boa ordem e execução dos trabalhos. Pode subscrever a escrita da instituição e nesse caso é-lhe atribuído o título profissional de técnico de contas.

*Operador de computador* - Opera e controla o computador através do seu órgão principal, prepara-o para a execução dos programas e é responsável pelo cumprimento dos prazos previstos para cada operação, ou seja, não é apenas um mero utilizador mas encarregado de todo o trabalho de tratamento

e funcionamento do computador; vigia o tratamento da informação; prepara o equipamento consoante os trabalhos a executar pelo escriturário e executa as manipulações necessárias e mais sensíveis; retira o papel impresso, corrige os possíveis erros detectados, anota os tempos utilizados nas diferentes máquinas e mantém actualizados os registos e os quadros relativos ao andamento dos diferentes trabalhos. Responde directamente e perante o chefe hierárquico respectivo por todas as tarefas de operação e controlo informático.

*Operador de máquinas auxiliares* - Opera com máquinas auxiliares de escritório, tais como fotocopiadores e duplicadores, com vista à reprodução de documentos e máquinas de imprimir endereços e outras indicações análogas e máquinas de corte e separação de papel.

*Operador de tratamento de texto* - Escreve cartas, notas e textos baseados em documentos escritos ou informações, utilizando máquina de escrever ou processador de texto; revê a documentação a fim de detectar erros e procede às necessárias correcções; opera fotocopiadoras ou outros equipamentos a fim de reproduzir documentos, executa tarefas de arquivo.

*Recepcionista* - Recebe clientes e orienta o público, transmitindo indicações dos respectivos departamentos; assiste na portaria, recebendo e atendendo visitantes que pretendam encaminhar-se para qualquer secção ou atendendo outros visitantes com orientação das suas visitas e transmissão de indicações várias.

*Secretário* - Ocupa-se de secretariado específico da administração ou direcção da instituição; redige actas das reuniões de trabalho, assegura, por sua própria iniciativa, o trabalho de rotina diária do gabinete; providencia pela realização de assembleias gerais, reuniões de trabalho, contratos e escrituras.

*Secretário-geral* - Dirige exclusivamente, na dependência da direcção, administração ou da mesa administrativa da instituição, todos os seus serviços; apoia a direcção preparando as questões por ela a decidir.

*Tesoureiro* - Superintende os serviços da tesouraria, em escritórios em que haja departamento próprio, tendo a responsabilidade dos valores da caixa que lhe estão confiados; verifica as diversas caixas e confere as respectivas existências; prepara os fundos para serem depositados nos bancos e toma as disposições necessárias para levantamentos; verifica periodicamente se o montante do valor em caixa coincide com o que os livros indicam. Pode, por vezes, autorizar certas despesas e executar outras tarefas relacionadas com operações financeiras.

#### Trabalhadores da agricultura

*Ajudante de feitor* - Coadjuva o feitor e substitui-o na sua ausência.

*Capataz* - Coordena e controla as tarefas executadas por um nível de trabalhadores agrícolas; executa tarefas do mesmo tipo das realizadas pelos trabalhadores que dirige.

*Caseiro* - Superintende, de acordo com as instruções da entidade empregadora, trabalhadores contratados com carácter eventual, apenas para satisfazer necessidades de sementes e colheita; executa, quando necessário, trabalhos in-

rentes à produção de produtos agrícolas e hortícolas. Habita em casa situada em determinada propriedade ou exploração, tendo a seu cargo zelar por ela.

*Encarregado de exploração ou feitor* - Coordena a execução dos trabalhos de todos os sectores da exploração agrícola, pecuária ou silvícola, sendo o responsável pela gestão da respectiva exploração.

*Guarda de propriedades ou florestal* - Tem a seu cargo a vigilância dos terrenos agrícolas e florestais, bem como as respectivas culturas.

*Hortelão ou trabalhador hortoflorícola* - Executa os mais diversos trabalhos de horticultura e floricultura, tais como regas, adubações, mondas, arranque ou apanha de produtos hortícolas e de flores.

*Jardineiro* - Ocupa-se do arranjo e conservação dos jardins.

*Operador de máquinas agrícolas* - Conduz e manobra uma ou mais máquinas e alfaias agrícolas e cuida da sua manutenção e conservação mecânica.

*Trabalhador agrícola* - Executa, no domínio da exploração agro-pecuária e silvícola, todas as tarefas necessárias ao seu funcionamento que não exijam especialização.

*Tratador ou guardador de gado* - Alimenta, trata e guarda o gado bovino, equino, suíno ou ovino, procede à limpeza das instalações e dos animais e, eventualmente, zela pela conservação de vedações. É designado por maioral ou campino quando maneja gado bravo.

#### Trabalhadores de apoio

Ajudante de acção directa:

1- Trabalha directamente com os utentes, quer individualmente, quer em grupo, tendo em vista o seu bem-estar, pelo que executa a totalidade ou parte das seguintes tarefas:

- a) Recebe os utentes e faz a sua integração no período inicial de utilização dos equipamentos ou serviços;
- b) Procede ao acompanhamento diurno e ou nocturno dos utentes, dentro e fora dos estabelecimentos e serviços, guiando-os, auxiliando-os e estimulando-os através da conversação, detectando os seus interesses e motivações e participando na ocupação de tempos livres;
- c) Assegura a alimentação regular dos utentes;
- d) Recolhe e cuida dos utensílios e equipamentos utilizados nas refeições;
- e) Presta cuidados de higiene e conforto aos utentes e colabora na prestação de cuidados de saúde que não requeiram conhecimentos específicos, nomeadamente aplicando cremes medicinais, executando pequenos pensos e administrando medicamentos, nas horas prescritas e segundo as instruções recebidas;
- f) Substitui as roupas de cama e de casa de banho, bem como o vestuário dos utentes, procede ao acondicionamento, arrumação, distribuição, transporte e controlo das roupas lavadas e à recolha de roupas sujas e sua entrega na lavandaria;
- g) Requisita, recebe, controla e distribui os artigos de higiene e conforto;
- h) Reporta à instituição ocorrências relevantes no âmbito das funções exercidas.

i) Conduz, se habilitado, as viaturas da instituição.

2- Caso a instituição assegure apoio domiciliário, compete ainda ao ajudante de acção directa providenciar pela manutenção das condições de higiene e salubridade do domicílio dos utentes.

*Ajudante de acção educativa* - Participa nas actividades sócio-educativas; ajuda nas tarefas de alimentação, cuidados de higiene e conforto directamente relacionados com a criança; vigia as crianças durante o repouso e na sala de aula; assiste as crianças nos transportes, nos recreios, nos passeios e visitas de estudo.

*Ajudante de estabelecimento de apoio a pessoas com deficiência* - Procede ao acompanhamento diurno ou nocturno dos utentes, dentro e fora do serviço ou estabelecimento; participa na ocupação de tempos livres; apoia a realização de actividades sócio-educativas; auxilia nas tarefas de alimentação dos utentes; apoia-os nos trabalhos que tenham de realizar.

*Ajudante de ocupação* - Desempenha a sua actividade junto de crianças em idade escolar, com vista à sua ocupação durante o tempo deixado livre pela escola, proporcionando-lhes ambiente adequado e actividades de carácter educativo e recreativo, segundo o plano de actividades apreciado pela técnica de actividades de tempos livres. Colabora no atendimento dos pais das crianças.

*Auxiliar de acção médica* - Assegura o serviço de mensageiro e procede à limpeza específica dos serviços de acção médica; prepara e lava o material dos serviços técnicos; procede ao acompanhamento e transporte de doentes em camas, macas, cadeiras de rodas ou a pé, dentro e fora do hospital; assegura o serviço externo e interno de transporte de medicamentos e produtos de consumo corrente necessários ao funcionamento dos serviços; procede à recepção, arrumação de roupas lavadas e à recolha de roupas sujas e suas entregas, prepara refeições ligeiras nos serviços e distribui dietas (regime geral e dietas terapêuticas); colabora na prestação de cuidados de higiene e conforto aos doentes, sob orientação do pessoal de enfermagem; transporta e distribui as balas de oxigénio e os materiais esterilizados pelos serviços de acção médica.

*Auxiliar de laboratório* - Lava, prepara e esteriliza o material de uso corrente; faz pequenos serviços externos referentes ao funcionamento do laboratório.

#### Trabalhadores auxiliares

*Trabalhador auxiliar (serviços gerais)* - Procede à limpeza e arrumação das instalações; assegura o transporte de alimentos e outros artigos; serve refeições em refeitórios; desempenha funções de estafeta e procede à distribuição de correspondência e valores por protocolo; efectua o transporte de cadáveres; desempenha outras tarefas não específicas que se enquadrem no âmbito da sua categoria profissional e não excedam o nível de indiferenciação em que esta se integra.

#### Trabalhadores de comércio e armazém

*Caixa de balcão* - Efectua o recebimento das importâncias devidas por fornecimento; emite recibos e efectua o registo das operações em folhas de caixa.

*Encarregado do sector de armazém* - Coordena e controla o serviço e o pessoal de um sector do armazém.

*Fiel de armazém* - Superintende nas operações de entrada e saída de mercadorias e ou materiais no armazém, executa ou fiscaliza os respectivos documentos e responsabiliza-se pela arrumação e conservação das mercadorias e ou materiais; comunica os níveis de stocks; colabora na realização de inventários.

#### Trabalhadores de construção civil

*Carpinteiro de limpos* - Trabalha em madeiras, incluindo os respectivos acabamentos no banco de oficina ou na obra.

*Carpinteiro de tosco ou cofragem* - Executa e monta estruturas de madeira sem moldes para fundir betão.

*Encarregado fiscal* - Fiscaliza as diversas frentes de obras em curso, verificando o andamento dos trabalhos, comparando-os com o projecto inicial e o caderno de encargos.

*Encarregado de obras* - Superintende na execução de uma obra, sendo responsável pela gestão dos recursos humanos e materiais à sua disposição.

*Pedreiro* - Executa alvenarias de tijolos, pedras ou blocos; faz assentamento de manilhas, tubos ou cantarias, rebocos ou outros trabalhos similares ou complementares. Pode ser designado por trolha.

*Pintor* - Executa qualquer trabalho de pintura; procede ao assentamento de vidros.

*Servente* - Executa tarefas não específicas.

#### Enfermeiros

*Enfermeiro* - É o profissional habilitado com um curso de enfermagem legalmente reconhecido, a quem foi atribuído um título profissional que lhe reconhece competência técnica e humana para a prestação de cuidados de enfermagem gerais ao indivíduo, família, grupos e comunidade aos níveis da prevenção primária, secundária e terciária.

O nível do desenvolvimento da autonomia técnico-científica determina: Conceber, organizar, coordenar, executar, supervisionar e avaliar intervenções de enfermagem, requeridas pelo estado de saúde do indivíduo, família e comunidade, no âmbito da promoção da saúde, prevenção da doença, tratamento e reabilitação; Decidir sobre técnicas e meios a utilizar na prestação de cuidados de enfermagem; Utilizar técnicas próprias da profissão de enfermagem com vista à manutenção e recuperação de funções vitais; Preparar e decidir sobre a administração da terapêutica prescrita, detetar os efeitos e atuar em conformidade; Participar na elaboração e concretização de protocolos referentes a normas e critérios para administração de tratamentos e medicamentos; Orientar o utente sobre a administração e utilização de medicamentos e tratamentos; Realizar e participar em trabalhos de investigação da área da enfermagem; Colaborar e ou orientar ou coordenar o processo de desenvolvimento de competências de estudantes de enfermagem, bem como de enfermeiros em contexto académico ou profissional.

*Enfermeiro especialista* - É o profissional que desenvolve, para além dos conteúdos funcionais descritos para a categoria de enfermeiro, competências inerentes ao seu domínio de especialização em enfermagem, nomeadamente de

reabilitação, saúde mental e psiquiátrica, médico-cirúrgica, saúde infantil e pediátrica, saúde materno e obstétrica; saúde na comunidade e nesta tendo em conta os acréscimos de competências em outras áreas, nomeadamente, geriatria e cuidados paliativos, identificando necessidades específicas e promovendo a melhor utilização dos recursos, adequando-os aos cuidados de enfermagem a prestar. Desenvolve e colabora na formação realizada nas unidades ou serviço, orienta os enfermeiros, nomeadamente nas equipas multiprofissionais, no que respeita à definição e utilização de indicadores, colabora na proposta das necessidades em enfermeiros e outro pessoal da unidade, tendo em vista os cuidados de enfermagem a prestar, cabendo-lhe a responsabilidade funcional de os adequar às necessidades existentes.

*Enfermeiro chefe/coordenador* - Para além das funções inerentes à categoria de enfermeiro e de enfermeiro especialista, caso o seja, o seu conteúdo funcional é sempre integrado e indissociável da gestão do processo de prestação de cuidados de saúde, nomeadamente: gestão do serviço ou unidade de cuidados; supervisão do planeamento, programação e avaliação do trabalho da respetiva equipa; planear e incrementar ações e métodos de trabalho que visem a qualidade dos cuidados de enfermagem prestados, procedendo à definição ou utilização de indicadores e respetiva avaliação; decidir a afetação de meios. Gere e supervisiona a prestação de cuidados, articulando com a equipa a sua adequação às necessidades, nomeadamente através da elaboração de planos de trabalho. Colabora na avaliação do desempenho para os enfermeiros; Assegura o cumprimento das orientações relativas à higiene e segurança no trabalho, desenvolvendo ações para a prevenção de acidentes de trabalho em articulação com a entidade empregadora; Dinamiza a formação em serviço, promovendo a investigação tendo em vista a alteração de procedimentos, circuitos ou métodos de trabalho para melhoria da eficiência dos cuidados prestados; Promove a concretização dos compromissos assumidos pela entidade empregadora com outras instituições.

*Enfermeiro diretor* - Compete-lhe, nomeadamente: Elaborar o plano e o relatório anual de atividades de enfermagem em articulação com o plano e relatório global da Instituição; Participar na definição das metas organizacionais, compatibilizando os objetivos do estabelecimento com a filosofia e objetivos da profissão de enfermagem; Definir padrões de cuidados de enfermagem e indicadores de avaliação do serviço de enfermagem do estabelecimento ou estabelecimentos de acordo com os valores da Instituição e da Profissão; Criar ou manter um efetivo sistema de classificação do grau de dependência de utentes, no âmbito da enfermagem, que permita determinar as necessidades em cuidados de enfermagem; Elaborar propostas de admissão de enfermeiros e propor a sua distribuição em articulação com os enfermeiros chefes, os quais coordena; Participar na mobilidade de enfermeiros, mediante critérios previamente estabelecidos; Coordenar estudos para determinação de custos/benefícios no âmbito dos cuidados de enfermagem; Definir metas no âmbito da formação e investigação; Avaliar o desempenho dos Enfermeiros com cargos de gestão e colabora na avaliação

dos outros enfermeiros; Excepcionalmente, presta cuidados de enfermagem, tendo em vista a orientação e/ou formação de enfermeiros ou em situações de emergência.

## Trabalhadores de farmácia

### A) Farmacêuticos

*Director técnico* - Assume a responsabilidade pela execução de todos os actos farmacêuticos praticados na farmácia, cumprindo-lhe respeitar e fazer respeitar os regulamentos referentes ao exercício da profissão farmacêutica, bem como as regras da deontologia, por todas as pessoas que trabalham na farmácia ou que têm qualquer relação com ela; presta ao público os esclarecimentos por ele solicitados, sem prejuízo da prescrição médica, e fornece informações ou conselhos sobre os cuidados a observar com a utilização dos medicamentos, aquando da entrega dos mesmos, sempre que, no âmbito das suas funções, o julgue útil ou conveniente; mantém os medicamentos e substâncias medicamentosas em bom estado de conservação, de modo a serem fornecidos nas devidas condições de pureza e eficiência; diligência no sentido de que sejam observadas boas condições de higiene e segurança na farmácia; presta colaboração às entidades oficiais e promove as medidas destinadas a manter um aprovisionamento suficiente de medicamentos.

*Farmacêutico* - Coadjuva o director técnico no exercício das suas funções e substitui-o nas suas ausências e impedimentos.

*Técnico de farmácia* - Desenvolve actividades no circuito do medicamento, tais como análises e ensaios farmacológicos; interpreta a prescrição terapêutica e as fórmulas farmacêuticas, sua preparação, identificação e distribuição, exerce o controlo da conservação, distribuição e stocks de medicamentos e outros produtos, informa e aconselha sobre o uso do medicamento.

### B) Profissionais de farmácia

*Ajudante técnico de farmácia (categoria residual)* - Executa todos os actos inerentes ao exercício farmacêutico, sob controlo do farmacêutico; vende medicamentos ou produtos afins e zela pela sua conservação; prepara manipulados, tais como solutos, pomadas, xaropes e outros.

(Trata-se de profissão a extinguir quando vagarem os lugares ocupados pelos ajudantes técnicos de farmácia que não foram reclassificados em técnicos de farmácia.)

*Auxiliar de farmácia* - Coadjuva o ajudante técnico de farmácia, ou os técnicos de farmácia, sob controlo do farmacêutico, nas tarefas que são cometidas àqueles trabalhadores e já descritas, não podendo exercer autonomamente actos farmacêuticos quer na farmácia quer nos postos de medicamento.

Trabalhadores com funções de chefia nos serviços gerais

*Chefe dos serviços gerais* - Organiza e promove o bom funcionamento dos serviços gerais; superintende a coordenação geral de todas as chefias da área dos serviços gerais.

*Encarregado (serviços gerais)* - Coordena e orienta a actividade dos trabalhadores da área dos serviços gerais sob a sua responsabilidade.

*Encarregado geral (serviços gerais)* - Coordena e orienta a actividade dos trabalhadores da área dos serviços gerais sob a sua responsabilidade.

*Encarregado de sector* - Coordena e distribui o pessoal do sector de acordo com as necessidades dos serviços; verifica o desempenho das tarefas atribuídas; zela pelo cumprimento das regras de segurança e higiene no trabalho; requisita produtos indispensáveis ao normal funcionamento dos serviços; verifica periodicamente os inventários e as existências e informa superiormente das necessidades de aquisição, reparação ou substituição dos bens ou equipamentos; mantém em ordem o inventário do respectivo sector.

*Encarregado de serviços gerais* - Organiza, coordena e orienta a actividade desenvolvida pelos encarregados de sector sob a sua responsabilidade; estabelece, em colaboração com os encarregados de sector, os horários de trabalho, escalas e dispensas de pessoal, bem como o modo de funcionamento dos serviços; mantém em ordem os inventários sob a sua responsabilidade.

#### Trabalhadores com funções pedagógicas

*Auxiliar de educação* - Elabora planos de actividade das classes, submetendo-os à apreciação dos educadores de infância e colaborando com estes no exercício da sua actividade.

*Educador de estabelecimento* - Exerce funções educativas em estabelecimentos sócio-educativos, incluindo os dirigidos às pessoas com deficiência, prestando aos respectivos utilizadores todos os cuidados e orientações necessários ao seu desenvolvimento físico, psíquico e afectivo.

*Educador de infância* - Organiza e aplica os meios educativos adequados em ordem ao desenvolvimento integral da criança, nomeadamente psicomotor, afectivo, intelectual, social e moral; acompanha a evolução da criança e estabelece contactos com os pais no sentido de se obter uma acção educativa integrada.

*Prefeito* - Acompanha as crianças e os jovens, em regime de internato ou semi-internato, nas actividades diárias extra-aulas, refeições, sala de estudo, recreio, passeio e repouso, procurando consciencializá-los dos deveres de civildade e bom aproveitamento escolar.

*Professor* - Exerce actividade pedagógica em estabelecimentos sócio-educativos.

#### Trabalhadores com funções técnicas

*Arquitecto* - Concebe e projecta, segundo o seu sentido estético e intuição do espaço, mas tendo em consideração determinadas normas gerais e regulamentos, conjuntos urbanos e edificações; concebe o arranjo geral das estruturas e a distribuição dos diversos equipamentos com vista ao equilíbrio técnico-funcional do conjunto, colaborando com outros especialistas; faz planos pormenorizados e elabora o caderno de encargos; executa desenhos e maquetas como auxiliar do seu trabalho; presta assistência técnica no decurso da obra e orienta a execução dos trabalhos de acordo com as especificações do projecto. Elabora, por vezes, projectos para a reconstituição, transformação ou reparação de edifícios.

*Conservador de museu* - Organiza, adquire, avalia e

conserva em museu colecções de obras de arte, objectos de carácter histórico, científico, técnico ou outros; orienta ou realiza trabalhos de investigação nesses domínios e coordena a actividade dos vários departamentos do museu a fim de assegurar o seu perfeito funcionamento; procura tornar conhecidas as obras de arte existentes, promovendo exposições, visitas com fins educativos ou outros processos de divulgação; organiza o intercâmbio das colecções entre museus e procura obter por empréstimo peças de instituições particulares. Por vezes guia visitas de estudo e faz conferências sobre as colecções existentes no museu.

*Consultor jurídico* - Consulta, estuda e interpreta leis; elabora pareceres jurídicos sobre assuntos pessoais, comerciais ou administrativos, baseando-se na doutrina e na jurisprudência.

*Engenheiro agrónomo* - Estuda, concebe e orienta a execução de trabalhos relativos à produção agrícola e faz pesquisas e ensaios, de modo a obter um maior rendimento e uma melhor qualidade dos produtos. Pode dedicar-se a um campo específico de actividades, como, por exemplo, pedagogia, genética, sanidade vegetal, construções rurais, hidráulica agrícola, horticultura, arboricultura, forragem, nutrição animal e vitivinicultura.

*Engenheiro civil (construção de edificios)* - Concebe e elabora planos de estruturas de edificações e prepara, organiza e superintende a sua construção, manutenção e reparação; executa os cálculos, assegurando a resistência e estabilidade da obra considerada e tendo em atenção factores como a natureza dos materiais de construção a utilizar, pressões de água, resistência aos ventos e mudanças de temperatura; consulta outros especialistas, como engenheiros mecânicos, electrotécnicos e químicos, arquitectos e arquitectos paisagistas, no que respeita a elementos técnicos e a exigências de ordem estética; concebe e realiza planos de obras e estabelece um orçamento, planos de trabalho e especificações, indicando o tipo de materiais, máquinas e outro equipamento necessário; consulta os clientes e os serviços públicos a fim de obter a aprovação dos planos; prepara o programa e dirige as operações à medida que os trabalhos prosseguem.

*Engenheiro electrotécnico* - Estuda, concebe e estabelece planos ou dá pareceres sobre instalações e equipamentos e estabelece planos de execução, indicando os materiais a utilizar e os métodos de fabrico; calcula o custo da mão-de-obra e dos materiais, assim como outras despesas de fabrico, montagem, funcionamento, manutenção e reparação de aparelhagem eléctrica, e certifica-se de que o trabalho concluído corresponde às especificações dos cadernos de encargos e às normas de segurança.

*Engenheiro silvicultor* - Estuda, concebe e orienta a execução de trabalhos relativos à cultura e conservação de matas, à fixação de terrenos e à melhor economia da água; aplica os processos de exploração que assegurem a renovação da floresta; determina as medidas mais adequadas de protecção dos povoamentos florestais; faz pesquisas e ensaios, tendo em vista a produção, selecção e dispersão de sementes e a germinação das diferentes espécies; organiza e superintende a exploração de viveiros; indica as práticas adequadas de desbaste, a fim de assegurar um rendimento máximo e

permanente; orienta os trabalhos de exploração das madeiras quando atingem a idade do aproveitamento. Pode dedicar-se a um campo específico de actividade, tal como silvo-pastorícia, protecção e fomento de caça e pesca (em águas interiores).

*Engenheiro técnico (construção civil)* - Projecta, organiza, orienta e fiscaliza trabalhos relativos à construção de edifícios, funcionamento e conservação de sistemas de distribuição ou escoamento de águas para serviços de higiene, salubridade e irrigação; executa as funções do engenheiro civil no âmbito da sua qualificação profissional e dentro das limitações impostas pela lei.

*Engenheiro técnico agrário* - Dirige trabalhos de natureza agro-pecuária, pondo em execução processos eficientes para a concretização de programas de desenvolvimento agrícola; presta assistência técnica, indicando os processos mais adequados para obter uma melhor qualidade dos produtos e garantir a eficácia das operações agrícolas; estuda problemas inerentes à criação de animais, sua alimentação e alojamento para melhoramento de raças. Pode dedicar-se a um campo específico da agricultura, como, por exemplo, zootecnia, hidráulica agrícola, viticultura, floricultura, horticultura e outros.

*Engenheiro técnico (electromecânica)* - Estuda, concebe e projecta diversos tipos de instalações eléctricas e equipamentos de indústria mecânica; prepara e fiscaliza a sua fabricação, montagem, funcionamento e conservação; executa as funções de engenheiro electrotécnico ou engenheiro mecânico no âmbito da sua qualificação profissional e dentro das limitações impostas por lei.

*Técnico superior de laboratório* - Planeia, orienta e supervisiona o trabalho técnico de um ou mais sectores do laboratório; testa e controla os métodos usados na execução das análises; investiga e executa as análises mais complexas, de grande responsabilidade e de nível técnico altamente especializado.

*Veterinário* - Proceda a exames clínicos, estabelece diagnósticos e prescreve ou administra tratamentos médicos ou cirúrgicos para debelar ou prevenir doenças dos animais; acompanha a evolução da doença e introduz alterações no tratamento, sempre que necessário; estuda o melhoramento das espécies animais, seleccionando reprodutores e estabelecendo as rações e tipos de alojamento mais indicados em função da espécie e raça, idade e fim a que os animais se destinam; indica aos proprietários dos animais as medidas sanitárias a tomar, o tipo de forragens ou outros alimentos a utilizar e os cuidados de ordem genérica; examina animais que se destinam ao matadouro e inspeciona os locais de abate e os estabelecimentos onde são preparados ou transformados alimentos de origem animal, providenciando no sentido de garantir as condições higiénicas necessárias; inspeciona alimentos de origem animal que se destinam ao consumo público, para se certificar que estão nas condições exigidas.

#### Trabalhadores de hotelaria

*Ajudante de cozinheiro* - Trabalha sob as ordens de um cozinheiro, auxiliando-o na execução das suas tarefas; limpa e corta legumes, carnes, peixe ou outros alimentos; prepara

guarnições para os pratos; executa e colabora nos trabalhos de arrumação e limpeza da sua secção; colabora no serviço de refeitório.

*Chefe de compras/ecónomo* - Proceda à aquisição de géneros, mercadorias e outros artigos, sendo responsável pelo regular abastecimento da instituição; armazena, conserva, controla e fornece às secções as mercadorias e artigos necessários ao seu funcionamento; procede à recepção dos artigos e verifica a sua concordância com as respectivas requisições; organiza e mantém actualizados os ficheiros de mercadorias à sua guarda, pelas quais é responsável; executa ou colabora na execução de inventários periódicos.

*Cozinheiro* - Prepara, tempera e cozinha os alimentos destinados às refeições; elabora ou contribui para a confecção das ementas; recebe os víveres e outros produtos necessários à sua confecção, sendo responsável pela sua conservação; amanha o peixe, prepara os legumes e a carne e procede à execução das operações culinárias; emprata-os, garante-os e confecciona os doces destinados às refeições, quando não haja pasteleiro; executa ou zela pela limpeza da cozinha e dos utensílios.

*Cozinheiro-chefe* - Organiza, coordena, dirige e verifica os trabalhos de cozinha; elabora ou contribui para a elaboração das ementas, tendo em atenção a natureza e o número de pessoas a servir, os víveres existentes ou susceptíveis de aquisição, e requisita às secções respectivas os géneros de que necessita para a sua confecção; dá instruções ao pessoal de cozinha sobre a preparação e confecção dos pratos, tipos de guarnição e quantidades a servir; acompanha o andamento dos cozinhados e assegura-se da perfeição dos pratos e da sua concordância com o estabelecido; verifica a ordem e a limpeza de todas as secções de pessoal e mantém em dia o inventário de todo o material de cozinha; é responsável pela conservação dos alimentos entregues na cozinha; é encarregado do aprovisionamento da cozinha e de elaborar um registo diário dos consumos; dá informações sobre quantidades necessárias às confecções dos pratos e ementas; é ainda o responsável pela elaboração das ementas do pessoal e pela boa confecção das respectivas refeições qualitativa e quantitativamente.

*Despenseiro* - Armazena, conserva e distribui géneros alimentícios e outros produtos; recebe produtos e verifica se coincidem em quantidade e qualidade com os discriminados nas notas de encomenda; arruma-os em câmaras frigoríficas, tulas, salgadeiras, prateleiras e outros locais apropriados; cuida da sua conservação, protegendo-os convenientemente; fornece, mediante requisição, os produtos que lhe sejam solicitados; mantém actualizados os registos; verifica periodicamente as existências e informa superiormente das necessidades de aquisição; efectua a compra de géneros de consumo diário e outras mercadorias ou artigos diversos.

*Empregado de balcão* - Ocupa-se do serviço de balcão, servindo directamente as preparações de cafetaria, bebidas e doçaria para consumo no local; cobra as respectivas importâncias e observa as regras de controlo aplicáveis; colabora nos trabalhos de asseio e higiene e na arrumação da secção; elabora os inventários periódicos das existências da mesma secção.

*Empregado de quartos/camaratas/enfermarias* - Arruma e limpa os quartos de um andar/camaratas ou enfermarias, bem como os respectivos acessos, e transporta a roupa necessária para o efeito; serve refeições nos quartos e enfermarias.

*Empregado de refeitório* - Executa nos diversos sectores de um refeitório trabalhos relativos ao serviço de refeições; prepara as salas, levando e dispondo mesas e cadeiras da forma mais conveniente; coloca nos balcões e nas mesas pão, fruta, sumos e outros artigos de consumo; recebe e distribui refeições; levanta tabuleiros das mesas e transporta-os para a copa; lava as louças, recipientes e outros utensílios; procede a serviços de preparação de refeições, embora não as confeccionando. Executa ainda os serviços de limpeza e asseio dos diversos sectores.

*Encarregado de refeitório* - Organiza, coordena, orienta e vigia os serviços de um refeitório e requisita os géneros, utensílios e quaisquer outros produtos necessários ao normal funcionamento dos serviços; fixa ou colabora no estabelecimento das ementas, tomando em consideração o tipo de trabalhadores a que se destinam e o valor dietético dos alimentos; distribui as tarefas ao pessoal, velando pelo cumprimento das regras de higiene, eficiência e disciplina; verifica a qualidade e quantidade das refeições; elabora mapas explicativos das refeições fornecidas, para posterior contabilização; é encarregado de receber os produtos e verificar se coincidem, em quantidade e qualidade, com os produtos descritos.

*Pasteleiro* - Confecciona e garante produtos de pastelaria compostos por diversas massas e cremes, utilizando máquinas e utensílios apropriados: elabora receitas para bolos, determinando as quantidades de matérias-primas e ingredientes necessários à obtenção dos produtos pretendidos; pesa e doseia as matérias-primas de acordo com as receitas; prepara massas, cremes, xaropes e outros produtos, por processos tradicionais ou mecânicos, com utensílios apropriados; verifica e corrige, se necessário, a consistência das massas, adicionando-lhes os produtos adequados; unta as formas ou forra o seu interior com papel ou dá orientações nesse sentido; corta a massa, manual ou mecanicamente, ou distribui-a em formas, consoante o tipo e o produto a fabricar, servindo-se de utensílios e máquinas próprios; coloca a massa em tabuleiros, a fim de ser cozida no forno; dá orientações, se necessário, relativamente aos tempos de cozedura; decora os artigos de pastelaria com cremes, frutos, chocolate, massapão e outros produtos; mantém os utensílios e o local de trabalho nas condições de higiene requeridas.

#### Trabalhadores de lavandaria e de roupas

*Costureira/alfaiate* - Executa vários trabalhos de corte e costura manuais e ou à máquina necessários à confecção, consertos e aproveitamento de peças de vestuário, roupas de serviço e trabalhos afins. Pode dedicar-se apenas a trabalho de confecção.

*Engomador* - Ocupa-se dos trabalhos de passar a ferro e dobrar as roupas; assegura outros trabalhos da secção.

*Lavadeiro* - Procede à lavagem manual ou mecânica das roupas de serviço e dos utentes; engoma a roupa, arruma-a e

assegura outros trabalhos da secção.

*Roupeiro* - Ocupa-se do recebimento, tratamento, arrumação e distribuição das roupas; assegura outros trabalhos da secção.

#### Trabalhadores de madeiras, mobiliário e decoração

*Carpinteiro* - Constrói, monta e repara estruturas de madeira e equipamentos, utilizando ferramentas manuais ou mecânicas.

*Encarregado* - Controla e coordena os profissionais com actividades afins.

*Marceneiro* - Fabrica, monta, transforma, folheia e repara móveis de madeira, utilizando ferramentas manuais e mecânicas.

*Pintor-decorador* - Executa e restaura decorações em superfícies diversas, servindo-se de tintas, massas e outros materiais. Por vezes, pinta e restaura mobiliários de elevado valor artístico e executa douramentos a ouro.

*Pintor de lisos (madeira)* - Executa pinturas, douramentos e respectivos restauros em madeira lisa, a que previamente aplica adequado tratamento com aparelho de cré e uma lavagem com cola de pelica. Executa as tarefas do dourador de madeira quando necessita de dourar.

#### Trabalhadores metalúrgicos

*Canalizador (picheleiro)* - Procede à montagem, conservação e reparação de tubagens e acessórios de canalizações para fins predominantemente domésticos; procede, quando necessário, à montagem, reparação e conservação de caleiras e algerozes.

*Encarregado* - Controla e coordena os profissionais de actividades afins.

*Serralheiro civil* - Constrói e/ou monta e repara estruturas metálicas, tubos condutores de combustíveis, ar ou vapor, carroçarias de veículos automóveis, andaimes e similares para edifícios, pontes, navios, caldeiras, cofres e outras obras.

*Serralheiro mecânico* - Executa peças, monta, repara e conserva vários tipos de máquinas, motores e outros conjuntos mecânicos, com excepção dos instrumentos de precisão e das instalações eléctricas. Incluem-se nesta categoria os profissionais que, para aproveitamento de órgãos mecânicos, procedem à sua desmontagem, nomeadamente de máquinas e veículos automóveis considerados sucata.

#### Trabalhadores de panificação

*Ajudante de padaria* - Corta, pesa, enrola e tende a massa a panificar, a fim de lhe transmitir as características requeridas, para o que utiliza faca e balança ou máquinas divisoras, pesadoras, enroladoras ou outras com que trabalha, cuidando da sua limpeza e arrumação, podendo ainda colaborar com o amassador e o forneiro. Pode também ser designado por manipulador ou panificador.

*Aprendiz* - Faz a aprendizagem para desempenhar as tarefas de amassador ou forneiro.

*Encarregado de fabrico* - É o responsável pela aquisição de matérias-primas, pelo fabrico em tempo para a expedição e pela elaboração dos respectivos mapas, competindo-

-lhe ainda assegurar a boa qualidade do pão e a disciplina do pessoal de fabrico.

#### Trabalhadores de reabilitação e emprego protegido

*Técnico superior de educação especial e reabilitação/reabilitação psicomotora* - É o trabalhador que, de acordo com modelos, técnicas e instrumentos, avalia, planeia e intervém junto dos utentes de todas as faixas etárias, áreas da psicomotricidade (intervenção precoce, reeducação e terapia psicomotora), da actividade motora adaptada (condição física, recreação e desporto adaptado), da autonomia social (competências sociais, cognitivas e de adaptação conducentes à autonomia e independência do individuo em diferentes contextos, ao nível do individuo, da família e da comunidade), e ainda nos domínios das acessibilidades e das ajudas técnicas.

*Auxiliar de actividades ocupacionais* - É o trabalhador que de acordo com os planos individuais de desenvolvimento dos utentes, acompanha os jovens na realização das actividades a desenvolver ajudando-os na aplicação dos métodos a utilizar, dentro e fora do estabelecimento, participa na ocupação dos tempos livres, auxilia nas tarefas de prestação de alimentos, higiene e conforto.

*Arquivista* - Classifica e arquiva as obras recebidas no arquivo; regista as entradas e saídas de livros; elabora fichas dos utentes para envio de obras pelo correio, confrontando e registando os nomes e endereços em negro e em braille; mantém-se actualizado relativamente à saída de novas publicações em braille.

*Encarregados de emprego protegido e empresas de inserção* - Coordena e controla as tarefas executadas por um número de trabalhadores, executa tarefas do mesmo tipo das realizadas pelos trabalhadores que dirige.

*Encarregado de oficina* - Coordena e dirige os trabalhos da oficina; ministra formação e aperfeiçoamento profissional.

*Formador* - Planeia, prepara, desenvolve e avalia sessões de formação de uma área científico-tecnológica específica, utilizando métodos e técnicas pedagógicas adequados: elabora o programa da área formativa a ministrar, definindo os objectivos e os conteúdos programáticos de acordo com as competências terminais a atingir; define critérios e selecciona os métodos e técnicas pedagógicas a utilizar de acordo com os objectivos, a temática e as características dos formadores; define, prepara e ou elabora meios e suportes didácticos de apoio, tais como áudio visuais, jogos pedagógicos e documentação; desenvolve as sessões, transmitindo e desenvolvendo conhecimentos; avalia as sessões de formação, utilizando técnicas e instrumentos de avaliação, tais como inquéritos, questionários, trabalhos práticos e observação. Por vezes, elabora, aplica e classifica testes de avaliação. Pode elaborar ou participar na elaboração de programas de formação.

*Monitor* - Planeia, prepara, desenvolve e avalia sessões de formação de uma área específica, utilizando métodos e técnicas pedagógicas adequados: elabora o programa da área temática a ministrar, definindo os objectivos e os conteúdos programáticos de acordo com as competências terminais a atingir; define critérios e selecciona os métodos essencial-

mente demonstrativos e as técnicas pedagógicas a utilizar de acordo com os objectivos, a temática e as características dos formandos; define, prepara e ou elabora meios e suportes didácticos de apoio, tais como documentação, materiais e equipamentos, ferramentas, visitas de estudo; desenvolve as sessões, transmitindo e desenvolvendo conhecimentos de natureza teórico-prática, demonstrando a execução do gesto profissional e promovendo a respectiva repetição e correcção; elabora, aplica e classifica testes de avaliação tais como questionários e inquéritos. Elaboro ou participa na elaboração de programas de formação e ou no processo de selecção de candidatos e formandos.

*Monitor de CAO (actividades ocupacionais)* - De acordo com os planos individuais de desenvolvimento dos utentes, participa na definição das actividades a desenvolver, elabora os programas das áreas temáticas definidas, selecciona os métodos essencialmente demonstrativos a utilizar, prepara e desenvolve as actividades diárias, participa nos projectos de centro e nos processos de avaliação individual.

*Monitor/formador de habilitação e reabilitação* - É o trabalhador que ministra cursos de formação a indivíduos portadores de deficiência, independentemente da sua tipologia ou grau, ou a indivíduos com problemas de aprendizagem. Elaboro e desenvolve os programas e instrumentos práticos, técnicos e pedagógicos, necessários ao desenvolvimento e realização de acções de formação.

*Técnico de reabilitação* - Aplica determinado sistema de reabilitação numa área específica de deficientes.

*Tradutor* - Traduz para braille textos de natureza diversa, designadamente técnica e cultural, após leitura dos mesmos, para que não haja alteração das ideias fundamentais do original.

#### Trabalhadores rodoviários e de postos de abastecimento

*Ajudante de motorista* - Acompanha o motorista, competindo-lhe auxiliá-lo na manutenção do veículo; vigia, indica as manobras, arruma as mercadorias no veículo e auxilia na descarga, fazendo no veículo a entrega das mercadorias a quem as carrega e transporta para o local a que se destinam; entrega directamente ao destinatário pequenos volumes de mercadorias com pouco peso.

*Encarregado* - É o trabalhador que, nas garagens, estações de serviço, postos de abastecimento, parques de estacionamento e estabelecimentos de venda de combustíveis, lubrificantes e pneus, representa a entidade empregadora, atende os clientes, cobra e paga facturas; orienta o movimento interno; fiscaliza e auxilia o restante pessoal.

*Motorista de ligeiros* - Conduz veículos ligeiros, possuindo para o efeito carta de condução profissional; zela, sem execução, pela boa conservação e limpeza dos veículos; verifica diariamente os níveis de óleo e de água e a pressão dos pneus; zela pela carga que transporta e efectua a carga e descarga.

*Motorista de pesados* - Conduz veículos automóveis com mais de 3500 kg de carga ou mais de nove passageiros, possuindo para o efeito carta de condução profissional; compete-lhe ainda zelar, sem execução, pela boa conservação e limpeza do veículo e pela carga que transporta, orientando

também a sua carga e descarga; verifica os níveis de óleo e de água.

Trabalhadores dos serviços de diagnóstico e terapêutica

**A) Técnicos superiores**

*Dietista/nutricionista* - Aplica conhecimentos de nutrição e dietética na saúde em geral e na educação de grupos e indivíduos, quer em situação de bem-estar quer na doença, designadamente no domínio da promoção e tratamento e da gestão de recursos alimentares.

*Higienista oral* - É o trabalhador que participa na realização de actividades de promoção da saúde oral dos indivíduos e das comunidades, visando métodos epidemiológicos e acções de educação para a saúde; prestação de cuidados individuais que visem prevenir e tratar as doenças orais.

*Ortoprotésico* - É o trabalhador que participa na avaliação de indivíduos com problemas motores ou posturais, com a finalidade de conceber, desenhar e aplicar os dispositivos necessários e mais adequados à correcção do aparelho locomotor, ou à sua substituição no caso de amputações, e desenvolvimento de acções visando assegurar a colocação dos dispositivos fabricados e respectivo ajustamento, quando necessário.

*Ortoptista* - É o trabalhador que participa no desenvolvimento de actividades no campo do diagnóstico e tratamento dos distúrbios da motilidade ocular, visão binocular e anomalias associadas; realização de exames para correcção refractiva e adaptação de lentes de contacto, bem como para análises da função visual e avaliação da condução nervosa do estímulo visual e das deficiências do campo visual; programação e utilização de terapêuticas específicas de recuperação e reeducação das perturbações da visão binocular e da subvisão; acções de sensibilização, programas de rastreio e prevenção no âmbito da promoção e educação para a saúde.

*Técnico de análises clínicas e saúde pública* - É o trabalhador que desenvolve actividades ao nível, entre outras, da patologia clínica, imunologia, hematologia clínica, genética e saúde pública, bioquímica, endocrinologia, microbiologia, parasitologia, e hemoterapia, através do estudo, aplicação e avaliação das técnicas e métodos analíticos próprios, com fins de diagnóstico e de rastreio.

*Técnico de anatomia patológica, citológica e tanatológica* - É o trabalhador que executa tratamento de tecidos biológicos colhidos no organismo vivo ou morto, com observação macroscópica e microscópica, óptica e electrónica, com vista ao diagnóstico anatomopatológico; realização de montagem de peças anatómicas para fins de ensino e formação; execução e controlo das diversas fases da técnica citológica.

*Técnico de audiologia* - É o trabalhador que desenvolve actividades no âmbito da prevenção e conservação da audição, do diagnóstico e reabilitação auditiva, bem como no domínio da funcionalidade vestibular.

*Técnico de cardiopneumologia* - É o trabalhador que se centra no desenvolvimento de actividades técnicas para o estudo funcional e de capacidade anatomofisiopatológica do coração, vasos e pulmões, e de actividades ao nível da programação, aplicação de meios do diagnóstico e sua ava-

liação, bem como no desenvolvimento de acções terapêuticas específicas, no âmbito da cardiologia, pneumologia e cirurgia cardiotorácica.

*Técnico de medicina nuclear* - É o trabalhador que participa no desenvolvimento de acções nas áreas de laboratório clínico, de medicina nuclear e de técnica fotográfica com manuseamento de aparelhagem e produtos radioactivos, bem como execução de exames morfológicos associados ao emprego de agentes radioactivos e estudos dinâmicos e sinéticos com os mesmos agentes e com testagem de produtos radioactivos, utilizando técnicas e normas de protecção e segurança radiológica no manuseamento de radiações ionizantes.

*Técnico de neurofisiologia* - É o trabalhador que participa na realização de registos da actividade bioeléctrica do sistema nervoso central e periférico, como meio de diagnóstico na área da neurofisiologia, com particular incidência nas patologias do foro neurológico e neurocirúrgico, recorrendo a técnicas convencionais e ou computadorizadas.

*Técnico de prótese dentária* - É o trabalhador que participa na realização de actividades no domínio do desenho, preparação, fabrico, modificação e reparação de próteses dentárias, mediante a utilização de produtos, técnicas e procedimentos adequados.

*Técnico de radiologia* - É o trabalhador que participa na realização de todos os exames da área da radiologia de diagnóstico médico; programação, execução e avaliação de todas as técnicas radiológicas que intervêm na prevenção e promoção da saúde; utilização de técnicas e normas de protecção e segurança radiológica no manuseamento com radiações ionizantes.

*Técnico de radioterapia* - É o trabalhador que participa no desenvolvimento de actividades terapêuticas através da utilização de radiação ionizante para tratamentos, incluindo o pré-diagnóstico e follow-up do doente; preparação, verificação, assentamento e manobras de aparelhos de radioterapia; actuação nas áreas de utilização de técnicas e normas de protecção e segurança radiológica no manuseamento com radiações ionizantes.

*Técnico de reabilitação/fisioterapeuta* - É o trabalhador que se centra na análise e avaliação do movimento e da postura, baseadas na estrutura e função do corpo, utilizando modalidades educativas e terapêuticas específicas, com base, essencialmente, no movimento, nas terapias manipulativas e em meios físicos e naturais, com a finalidade de promoção da saúde e prevenção da doença, da deficiência, de incapacidade e da inadaptação e de tratar, habilitar ou reabilitar indivíduos com disfunções de natureza física, mental, de desenvolvimento ou outras, incluindo a dor, com o objectivo de os ajudar a atingir a máxima funcionalidade e qualidade de vida.

Integrar:

*Técnico de reabilitação/terapeuta da fala* - É o trabalhador que participa no desenvolvimento de actividades no âmbito da prevenção, avaliação e tratamento das perturbações da comunicação humana, englobando não só todas as funções associadas à compreensão e expressão da linguagem oral e escrita, mas também outras formas de comunicação não verbal.

*Técnico de reabilitação/terapeuta ocupacional* - É o trabalhador que participa na avaliação, tratamento e habilitação de indivíduos com disfunção física, mental, de desenvolvimento, social ou outras, utilizando técnicas terapêuticas integradas em actividades seleccionadas consoante o objectivo pretendido e enquadradas na relação terapêutica/utente; prevenção da incapacidade, através de estratégias adequadas com vista a proporcionar ao indivíduo o máximo de desempenho e autonomia nas suas funções pessoais, sociais e profissionais, e, se necessário, o estudo e desenvolvimento das respectivas ajudas técnicas, em ordem a contribuir para uma melhoria da qualidade de vida.

*Técnico de saúde ambiental* - É o trabalhador que participa no desenvolvimento de actividades de identificação, caracterização e redução de factores de risco para a saúde originados no ambiente, participação no planeamento de acções de saúde ambiental e em acções de educação para a saúde em grupos específicos da comunidade, bem como desenvolvimento de acções de controlo e vigilância sanitária de sistemas, estruturas e actividades com interacção no ambiente, no âmbito da legislação sobre higiene e saúde ambiental.

#### B) Tecnicos

*Cardiografista* - Executa electrocardiogramas, vetocardio-gramas, fonocardiogramas e outros, utilizando aparelhos apropriados; prepara o doente para o exame e observa durante a sua execução tudo quanto possa contribuir para uma boa interpretação dos traçados.

*Dietista* - Elabora regimes alimentares para indivíduos sãos e doentes; recolhe elementos (condições físicas, tipo de trabalho, idade) respeitantes ao indivíduo a quem as dietas se destinam; calcula as percentagens de proteínas, hidratos de carbono e gorduras necessárias ao indivíduo; consulta tabelas sobre valor calórico dos alimentos; procede a inquéritos alimentares, à inspecção de alimentos e verifica as suas características organolépticas. Por vezes, fornece indicações quanto à conservação e confecção de alimentos.

*Electroencefalografista* - Faz electroencefalogramas, utilizando um electroencefalógrafo; prepara o doente para esse tipo de exame (colocação dos eléctrodos e preparação psicológica do examinado); observa durante a sua execução tudo quanto possa contribuir para uma boa interpretação do traçado.

*Fisioterapeuta* - Utiliza, sob prescrição médica, diferentes técnicas e métodos, designadamente exercícios terapêuticos, treino funcional para as actividades da vida diária, técnicas de facilitação neuromuscular, cinesiterapia respiratória, drenagem e outros, a fim de evitar a incapacidade quanto possível e obter a máxima recuperação funcional do indivíduo. Pode utilizar outras técnicas, como sejam a hidroterapia, as massagens e a electroterapia.

*Pneumografista* - Executa exames funcionais respiratórios (espirometria, mecânica ventilatória, provas farmacodinâmicas, difusão, gasometria arterial e ergometria), utilizando aparelhos apropriados; prepara o doente de acordo com o tipo de exame a efectuar; controla o desenrolar dos exames, vigiando os aparelhos da função respiratória e a reacção do doente; regista e efectua os cálculos dos resultados obtidos.

*Preparador de análises clínicas* - Executa análises, depois de ter recebido ou feito colheita de amostras de produtos biológicos; observa os fenómenos, identifica-os e regista-os; lava e procede à manutenção do material específico. Pode ser especializado em aparelhos de alta complexidade técnica, como analisadores automáticos, similares e outros.

*Radiografista* - Obtém radiografias, utilizando aparelhos de RX, para o que prepara o doente, tendo em vista o tipo de exame pretendido; manipula os comandos do aparelho para regular a duração da exposição e a intensidade da penetração da radiação; faz registos dos trabalhos executados.

*Radioterapeuta* - Utiliza aparelhos de radiações ionizantes com fins terapêuticos; prepara o doente de acordo com o tipo de tratamento a efectuar; controla o desenrolar dos tratamentos, vigiando aparelhos apropriados, regista os trabalhos efectuados.

*Técnico de análises clínicas* - Procede à colheita de tomas para análises; prepara e ensaia reagentes, meios de cultura e solutos padrão correntes; manipula, pesquisa e doseia produtos biológicos, executa culturas, técnicas e caracterizações hematológicas; escolhe a técnica e o equipamento mais adequados ao trabalho a efectuar; faz a testagem das técnicas usadas e a usar, calculando os factores aferidos da precisão e exactidão dos métodos e o respectivo coeficiente de averiguação; observa os diferentes fenómenos, identifica-os e regista-os conforme os padrões estabelecidos. É o primeiro responsável pelos dados fornecidos de acordo com os estudos e determinações que efectua. Pode desenvolver a sua actividade, entre outras, nas áreas de bioquímica, endocrinologia, genética, hematologia, microbiologia, parasitologia, hemoterapia e saúde pública.

*Técnico de audiometria* - Faz diversos tipos de exames audiométricos, utilizando aparelhagem e técnicas apropriadas; faz a testagem das capacidades auditivas dos doentes e das próteses auditivas; prepara as inserções moldadas para o ouvido; treina os doentes portadores de aparelhos de próteses auditivas.

*Técnico de cardiopneumografia* - Actua no âmbito de cardiologia, angiologia, pneumologia e cirurgia torácica; executa e regista actividades cardiopneumovasculares do doente, designadamente electrocardiogramas, fonomecanogramas, ecocardiogramas e vetocardiogramas; actua e colabora na análise, medição e registo de diversos valores de parâmetros nas áreas do pacing cardíaco, electrofisiologia e hemodinâmica; determina pulsos arteriais e venosos; realiza espirogramas, pneumotacogramas, pletasmogramas, provas ergométricas, provas farmacodinâmicas e gasometria arterial; assegura a preparação do doente para os exames e verifica o correcto estado de funcionamento dos aparelhos, colabora na implementação da técnica (ou técnicas) dentro do serviço a que pertença, nomeadamente na organização de organogramas, montagem e manuseamento de arquivos.

*Técnico de locomoção* - Ensina, com vista ao desenvolvimento dos deficientes visuais, técnicas de locomoção e orientação na via pública, transportes, etc.

*Técnico de neurofisiografia* - Executa os registos de teste da actividade cerebral (electroencefalograma e neuromuscular); no âmbito da electroencefalografia, executa o traçado

e no da electromiografia colabora, preparando o material e tomando notas dos actos técnicos executados pelo médico durante o exame; elabora fichas individuais dos doentes, onde lança os dados colhidos dos registos efectuados.

*Técnico de ortóptica* - Aplica técnicas para correcção e recuperação dos desequilíbrios motores do globo ocular e perturbações da visão binocular (heterofacias, estrabismos e paralisias oculomotoras); desempenha tarefas de perimetria, fazendo campos visuais, tonometria e tonografia, bem como exames de adaptometrista, visão de cores, electroculografia e fotografia dos olhos a curta distância; elabora fichas individuais de observação, onde regista os dados obtidos nos exames efectuados.

*Técnico ortoprotésico* - Executa, segundo prescrição médica, próteses e ortóteses; assegura a colocação dos membros artificiais e outros aparelhos ortopédicos, tendo em vista a correcção de deformações.

*Terapeuta da fala* - Elabora, sob prescrição médica, a partir da observação directa do doente e conhecimento dos respectivos antecedentes, o plano terapêutico, consoante a deficiência da fala diagnosticada pelo médico; reeduca alterações de linguagem, nomeadamente perturbações de articulação, voz, fluência, atrasos no seu desenvolvimento e perda da capacidade da fala, utilizando os métodos e técnicas mais apropriados; orienta o doente, a família e os professores, tendo em vista complementar a acção terapêutica.

*Terapeuta ocupacional* - Elabora, sob prescrição médica, a partir da observação directa do doente e conhecimento dos respectivos antecedentes, o plano terapêutico, consoante a deficiência diagnosticada pelo médico; procede ao tratamento do doente, através da orientação do uso de actividades escolhidas, tais como domésticas, jardinagem, artesanais, desportivas, artísticas e sócio-recreativas, e orienta o doente, a família e outros elementos do seu agregado laboral e social.

### C) Técnicos auxiliares

*Ajudante técnico de análises clínicas* - Executa trabalhos técnicos simples, nomeadamente análises de urina correntes, preparação de lâminas, de reagentes e de meios de cultura simples; observa os fenómenos, identifica-os e regista-os; efectua colheitas e auxilia nas tarefas conducentes às transfusões de sangue.

*Ajudante técnico de fisioterapia* - Executa algumas tarefas nos domínios de electroterapia e da hidroterapia, designadamente infravermelhos e ultravioletas, correntes de alta frequência e correntes galvânicas, banho de remoinho, calor húmido, local ou geral, parafinas, banhos de contraste e outros: coloca o doente nos aparelhos de mecanoterapia e aplica aerossóis.

*Ortopédico* - Assegura a colocação dos membros artificiais e outros aparelhos ortopédicos, segundo prescrição médica, tendo em vista a correcção de deformações.

### Trabalhadores sociais

*Agente de educação familiar* - Promove a melhoria da vida familiar, através da consciencialização do sentido e conteúdo dos papéis familiares e educação dos filhos e do ensino de técnicas de simplificação e racionalização das tarefas do-

mésticas; procura solucionar os problemas apresentados ou proporciona no domicílio, mediante a análise das condições reais do lar, os conselhos adequados à melhoria da vida familiar e doméstica.

*Animador cultural* - Organiza, coordena e ou desenvolve actividades de animação e desenvolvimento sócio-cultural junto dos utentes no âmbito dos objectivos da instituição; acompanha e procura desenvolver o espírito de pertença, cooperação e solidariedade das pessoas, bem como proporcionar o desenvolvimento das suas capacidades de expressão e realização, utilizando para tal métodos pedagógicos e de animação.

*Assistente social* - Estuda e define normas gerais, esquemas e regras de actuação do serviço social das instituições; procede à análise de problemas de serviço social directamente relacionados com os serviços das instituições; assegura e promove a colaboração com os serviços sociais de outras instituições ou entidades; estuda com os indivíduos as soluções possíveis dos seus problemas (descoberta do equipamento social de que podem dispor); ajuda os utentes a resolver adequadamente os seus problemas de adaptação e readaptação social, fomentando uma decisão responsável.

*Educador social* - Presta ajuda técnica com carácter educativo e social a níveis, em ordem ao aperfeiçoamento das suas condições de vida; realiza e apoia actividades de nível, de carácter recreativo, para crianças, adolescentes, jovens e idosos.

*Mediador sócio-cultural* - É o trabalhador que tem por função colaborar na integração de imigrantes e minorias étnicas, na perspectiva do reforço do diálogo intercultural e da coesão e inclusão sociais, para tal colaborando na resolução de conflitos sócio-culturais e na definição de estratégias de intervenção social; colaborando activamente com todos os intervenientes dos processos de intervenção social e educativa; facilitando a comunicação entre profissionais e utentes de origem cultural diferente; assessorando os utentes na relação com profissionais e serviços públicos e privados; promovendo a inclusão de cidadãos de diferentes origens sociais e culturais em igualdade de condições.

*Técnico de actividades de tempos livres (ATL)* - Orienta e coordena a actividade dos ajudantes de ocupação. Actua junto de crianças em idade escolar, com vista à sua ocupação durante o tempo deixado livre pela escola, proporcionando-lhes ambiente adequado e actividades de carácter educativo; acompanha a evolução da criança e estabelece contactos com os pais e professores no sentido de obter uma acção educativa integrada e de despiste de eventuais casos sociais e de problemas de foro psíquico que careçam de especial atenção e encaminhamento. Em alguns casos conta com o apoio do psicólogo.

*Técnico auxiliar de serviço social* - Ajuda os utentes em situação de carência social a melhorar as suas condições de vida; coadjuva ou organiza actividades de carácter educativo e recreativo para crianças, adolescentes e jovens, bem como actividades de ocupação de tempos livres para idosos; apoia os indivíduos na sua formação social e na obtenção de um maior bem-estar; promove ou apoia cursos e campanhas de educação sanitária, de formação familiar e outros. Pode tam-

bém ser designado por auxiliar social.

*Técnico superior de animação sociocultural* - é o trabalhador que investiga, integrado ou não em equipas multidisciplinares, o grupo alvo e o seu meio envolvente, diagnosticando e analisando situações de risco e áreas de intervenção sob as quais actuar. Planeia e implementa projectos de intervenção comunitária. Planeia, organiza e promove/desenvolve actividades de carácter educativo, cultural, desportivo, social, lúdico, turístico e recreativo, em contexto institucional, na comunidade ou ao domicílio, tendo em conta o serviço em que está integrado e as necessidades do grupo e dos indivíduos, com vista a melhorar a sua qualidade de vida e a qualidade da sua inserção e interacção social. Incentiva, fomenta e estimula as iniciativas dos indivíduos para que se organizem e decidam o seu projecto lúdico ou social, dependendo do grupo alvo e dos objectivos da intervenção. Acompanha as alterações que se verifiquem na situação dos utentes que afectem o seu bem-estar e actua de forma a ultrapassar possíveis situações de isolamento, solidão e outras.

*Técnico superior de educação social* - É o trabalhador que concebe, investiga, executa, articula, potencia, apoia, gere, avalia projectos e programas assentes em redes, actores e parcerias sociais, assentes na prática socio-educativa e pedagógica, desenvolvida em contexto social, fomentando a aprendizagem permanente, a minimização e resolução de problemas. Acompanha processos de socialização e inserção das pessoas reforçando as suas competências pessoais, sociais e profissionais.

*Técnico superior de mediação social* - É o trabalhador que, de forma autónoma, atende e avalia beneficiários e utentes, procede à análise das situações individuais e promove o seu encaminhamento para as respostas adequadas a cada situação, estabelece os contactos e assegura a articulação necessários com serviços ou entidades, públicos ou particulares, com vista à integração e inserção pessoal, social ou profissional das pessoas atendidas, nomeadamente as mais desfavorecidas perante o mercado de trabalho ou em situação ou risco de exclusão social, acompanha, segue, avalia e investiga as situações por si trabalhadas.

#### Outros trabalhadores

##### Encarregados gerais

*Encarregado geral* - Controla e coordena directamente os encarregados.

## ANEXO II

### Condições específicas

#### Cobreadores

##### Admissão

Constitui condição de admissão para a profissão de cobrador a idade mínima de 18 anos.

##### Contínuos, guardas e porteiros

##### Admissão

Constitui condição de admissão para a profissão de guar-

da ou guarda-rondista a idade mínima de 21 anos.

##### Carreira

1- A carreira do trabalhador com a profissão de contínuo, de guarda ou guarda-rondista e porteiro desenvolve-se pelas categorias de 2.<sup>a</sup> e 1.<sup>a</sup>

2- Constitui requisito da promoção a prestação de cinco anos de bom e efectivo serviço na categoria de contínuo, guarda ou guarda-rondista e porteiro de 2.<sup>a</sup>

#### Electricistas

##### Aprendizagem, acesso e carreira

1- O aprendiz será promovido a ajudante após dois anos de aprendizagem.

2- O ajudante será promovido a pré-oficial logo que complete dois anos naquela profissão.

3- Será admitido, no mínimo, como pré-oficial o trabalhador diplomado pelas escolas oficiais nos cursos de electricista ou electricista montador e ainda os diplomados com o curso de electricista da Casa Pia de Lisboa, Instituto Técnico Militar dos Pupilos do Exército, 2.<sup>o</sup> grau de torpedeiros e electricistas da Marinha de Guerra Portuguesa, Escola de Marinheiros e Mecânicos da Marinha Mercante Portuguesa e cursos de formação adequada do extinto Fundo de Desenvolvimento de Mão-de-Obra ou do actual Instituto do Emprego e Formação Profissional.

4- O pré-oficial será promovido a oficial electricista de 3.<sup>a</sup> logo que complete dois anos de bom e efectivo serviço naquela profissão.

5- A carreira do trabalhador com a profissão de oficial electricista desenvolve-se pelas categorias de 3.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup> e 1.<sup>a</sup>

6- Constitui requisito de promoção a oficial electricista de 2.<sup>a</sup> e 1.<sup>a</sup> a prestação de três anos de bom e efectivo serviço na categoria imediatamente inferior.

#### Enfermeiros

##### Admissão ou acesso

1- Constitui condição de admissão a posse de título profissional actualizado, emitido pela Ordem dos Enfermeiros.

2- Pode ter acesso à categoria profissional de enfermeiro especialista o enfermeiro que seja detentor do título de enfermeiro especialista emitido pela Ordem dos Enfermeiros, no momento da admissão ou posteriormente, cabendo a avaliação da conveniência à Instituição, quer no caso de ingresso, quer no caso de aquisição superveniente do título.

##### Carreira

1- A carreira de enfermagem enquadra o enfermeiro, o enfermeiro especialista e o enfermeiro com funções de chefia e direcção.

2- A carreira do enfermeiro, desenvolve-se pelas categorias de 3.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup>, 1.<sup>a</sup> e principal.

3- O acesso à categoria de enfermeiro especialista é feita para os enfermeiros detentores do título de enfermeiro especialista emitido pela Ordem dos Enfermeiros, e para a área de especialidade necessária para actividade a desenvolver na Instituição.

4- A carreira do enfermeiro com título de especialista desenvolve-se pelas categorias de 1.<sup>a</sup> e principal.

5- Constitui requisito de promoção, a prestação de três anos de bom e efectivo serviço na categoria imediatamente inferior.

6- Os enfermeiros da anterior carreira, nos termos regulados no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 11, de 22 de março de 2009, com mais de 3 anos de exercício na instituição, serão integrados no nível IV, com a categoria de enfermeiro de 2.ª

7- Os enfermeiros e os enfermeiros especialistas podem ser coordenados por enfermeiros em funções de chefia e direcção, consoante a estrutura orgânica definida pela instituição;

8- As funções de chefia e direcção de enfermagem são exercidas em comissão de serviço por enfermeiros ou enfermeiros com título de especialista.

9- Os lugares de coordenação de enfermeiros fazem-se através de recrutamento interno ou externo preferencialmente entre enfermeiros com:

- a) Pelo menos 5 anos de exercício profissional;
- b) Avaliação de desempenho positiva, caso exista;
- c) Competência comprovada no domínio da prática profissional.

10- O exercício pelos enfermeiros de funções de chefia é remunerado pelo nível de remuneração da categoria de 1.ª, com o acréscimo do subsídio inerente a funções de coordenação técnica, estabelecido pela instituição para a unidade que dirige.

11- Os actuais enfermeiros supervisores e enfermeiros-chefe mantêm-se na mesma categoria e funções, não podendo ser substituídos nas suas funções por enfermeiros em cargos de direcção e chefia.

12- O exercício pelos enfermeiros de funções de direcção é remunerado pelo nível de remuneração da categoria de principal, com o acréscimo do subsídio inerente a funções de coordenação técnica, estabelecido pela instituição para a unidade que dirige.

13- Cessando, por qualquer motivo, a comissão de serviço correspondente ao exercício de funções de chefia ou direcção, os enfermeiros regressam ao seu lugar de origem na carreira, passando a ser remunerados pelo nível correspondente ao lugar da carreira que detinham antes da comissão de serviço.

#### Telefonistas

##### Carreira

1- A carreira do trabalhador com a profissão de telefonista desenvolve-se pelas categorias de 2.ª, 1.ª e principal.

2- Constitui requisito da promoção a telefonista de 1.ª e principal a prestação de cinco anos de bom e efectivo serviço na categoria imediatamente inferior.

##### Trabalhadores administrativos

##### Admissão

1- As habilitações mínimas exigíveis para a admissão de trabalhador com a profissão de documentalista, escriturário, operador de computador, operador de máquinas auxiliares, operador de processamento de texto, recepcionista e secretário são o 9.º ano de escolaridade ou habilitações equivalentes.

2- As condições de admissão para as profissões de caixa, chefe de escritório, chefe de departamento, chefe de secção, escriturário principal, subchefe de secção, guarda-livros e tesoureiro são as seguintes:

- a) Idade mínima de 18 anos;
- b) 9.º ano de escolaridade ou habilitações equivalentes.

3- Constitui condição de admissão para a profissão de contabilista a titularidade de adequado curso de ensino superior.

##### Estágio

a) O ingresso nas profissões de escriturário, operador de computador, operador de máquinas auxiliares e recepcionista poderá ser precedido de estágio.

2- O estágio para escriturário terá a duração de dois anos, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

3- Para os trabalhadores admitidos com idade igual ou superior a 21 anos ou que completem 21 anos durante o estágio, este não poderá exceder um ano.

4- O estágio para operador de computador terá a duração de um ano.

5- O estágio para operador de máquinas auxiliares e recepcionista terá a duração de quatro meses.

##### Acesso e carreiras

1- Logo que completem o estágio, os estagiários ingressam na categoria mais baixa prevista na carreira para que estagiaram.

2- A carreira do trabalhador com a profissão de escriturário desenvolve-se pelas categorias de terceiro-escriturário, segundo-escriturário e primeiro-escriturário.

3- Constitui requisito da promoção a segundo-escriturário e primeiro-escriturário a prestação de três anos de bom e efectivo serviço na categoria imediatamente inferior.

4- A carreira do trabalhador com a profissão de operador de computador desenvolve-se pelas categorias de operador de computador de 1.ª e 2.ª

5- Constitui requisito da promoção a operador de 1.ª a prestação de três anos de bom e efectivo serviço na categoria de operador de computador de 2.ª

6- A carreira do trabalhador com a profissão de máquinas auxiliares, operador de processamento de texto e recepcionista desenvolve-se pelas categorias de 2.ª, 1.ª e principal.

7- Constitui requisito de promoção a operador de máquinas auxiliares, operador de processamento de texto e recepcionista de 1.ª e principal a prestação de cinco anos de bom e efectivo serviço na categoria imediatamente inferior.

#### Trabalhadores da agricultura

##### Admissão

1- Constitui condição de admissão para a profissão de feitor a idade mínima de 18 anos.

2- As condições mínimas de admissão para a profissão de tractorista são:

- a) Idade mínima de 18 anos;
- b) Experiência e habilitações profissionais adequadas.

#### Trabalhadores de apoio

##### Carreira

1- A carreira do trabalhador com a profissão de ajudante de

acção directa, de ajudante de acção educativa, de ajudante de estabelecimento de apoio a crianças deficientes e de auxiliar de acção média desenvolve-se pelas categorias de 3.ª, 2.ª e 1.ª

2- Constitui requisito de promoção a ajudante de acção directa de 2.ª e 1.ª, a ajudante de acção educativa de 2.ª e 1.ª, a ajudante de estabelecimento de apoio a crianças deficientes de 2.ª e 1.ª e a auxiliar de acção médica de 2.ª e 1.ª, a prestação de cinco anos de bom e efectivo serviço na categoria imediatamente inferior.

3- No cômputo dos cinco anos necessários de permanência na categoria de ajudante de acção directa de 2.ª, para promoção a ajudante de acção directa de 1.ª, será contado todo o tempo de serviço prestado pelo trabalhador na extinta categoria de ajudante de lar e centro de dia e de ajudante familiar domiciliário, ou noutras categorias de nível idêntico, nos casos em que a instituição tenha reclassificado os trabalhadores como ajudantes de acção directa.

4- Os trabalhadores que, antes da entrada em vigor do CCT publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 26, de 15 de julho de 2006, detivessem a categoria de ajudante de lar e centro de dia e de ajudante familiar de 1.ª, passaram a deter a categoria de ajudante de acção directa de 1.ª, mantendo a antiguidade na nova categoria.

#### Trabalhadores auxiliares

##### Carreira:

1- A carreira dos trabalhadores auxiliares de serviços gerais desenvolve-se pelas categorias de auxiliar até cinco anos, e auxiliar com mais de cinco anos.

2- Constitui requisito de promoção a trabalhador auxiliar de serviços gerais com mais de cinco anos, a prestação de cinco anos de bom e efectivo serviço na categoria imediatamente inferior.

#### Trabalhadores do comércio e armazém

##### Admissão

Constitui condição de admissão para as profissões de caixa de balcão, caixeiro-chefe de secção, encarregado de sector de armazém e fiel de armazém a idade mínima de 18 anos.

##### Carreira

1- A carreira do trabalhador com a profissão de fiel de armazém desenvolve-se pelas categorias de fiel de armazém de 2.ª e 1.ª

2- Constitui requisito da promoção a prestação de cinco anos de bom e efectivo serviço na categoria de fiel de armazém de 2.ª

#### Trabalhadores da construção civil

##### Aprendizagem e estágio

1- A aprendizagem para as profissões de carpinteiro de limpos, carpinteiro de toSCO ou cofragem, pedreiro e pintor tem a duração de dois anos.

2- O aprendiz com mais de 18 anos de idade tem um período mínimo de aprendizagem de 12 meses.

3- O aprendiz ascenderá a praticante logo que complete a

aprendizagem.

4- O período de tirocínio do praticante é de dois anos.

##### Acesso e carreira

1- O praticante ascende à categoria mais baixa da carreira estabelecida para a respectiva profissão logo que complete o tirocínio.

2- A carreira do trabalhador com a profissão de carpinteiro de limpos, carpinteiro de toSCO ou cofragem, pedreiro e pintor desenvolve-se pelas categorias de 3.ª, 2.ª e 1.ª

3- Constitui requisito da promoção a carpinteiro de limpos, carpinteiro de toSCO ou cofragem, pedreiro e pintor de 2.ª a 1.ª a prestação de três anos de bom e efectivo serviço na categoria imediatamente inferior.

#### Trabalhadores de farmácia - Farmacêuticos

##### Categorias profissionais

1- As categorias profissionais são as seguintes:

a) Director técnico;

b) Farmacêutico;

c) Técnico de farmácia.

2- A carreira dos trabalhadores com a profissão de técnico de farmácia desenvolve-se pelas categorias de 3.ª, 2.ª, 1.ª e principal.

3- Constitui condição de admissão na categoria de técnico de farmácia a titularidade de licenciatura oficialmente reconhecida, ou equiparação a ela.

4- Constitui requisito de promoção a técnico de farmácia de 2.º, de 1.ª ou principal a prestação de três anos de bom e efectivo serviço na categoria imediatamente anterior.

#### Trabalhadores de farmácia - Profissionais de farmácia

##### Categorias profissionais

As categorias profissionais são as seguintes:

a) Ajudante técnico de farmácia (categoria residual);

b) Auxiliar de farmácia.

2- É ajudante técnico de farmácia o trabalhador que, habilitado com o 9.º ano de escolaridade ou habilitações equivalentes, tenha completado 3 anos de prática na extinta categoria de ajudante de farmácia, com um mínimo de 1250 dias de presença efectiva com bom aproveitamento. Trata-se de categoria residual, abrangendo apenas os ajudantes técnicos de farmácia que não foram reclassificados em técnicos de farmácia, nos termos do Decreto-Lei n.º 320/1999, de 11 de agosto, sendo os respectivos lugares extintos à medida que vagarem.

3- Só poderão ser admitidos como auxiliares de farmácia os trabalhadores habilitados com a escolaridade obrigatória.

#### Trabalhadores com funções de chefia dos serviços gerais

##### Admissão

1- As condições de admissão para chefe dos serviços gerais são as seguintes:

a) Idade não inferior a 21 anos;

b) 9.º ano de escolaridade obrigatória ou habilitações equivalentes;

c) Experiência e habilitações profissionais adequadas.

2- As condições de admissão para encarregado, encarre-

gado geral, encarregado de sector e encarregado de serviços gerais são as seguintes:

- a) Idade não inferior a 21 anos;
- b) Experiência e habilitações profissionais adequadas.

#### Trabalhadores com funções pedagógicas

##### Admissão

1- Constitui condição de admissão para as profissões de professor e educador de infância a titularidade das habilitações legalmente exigidas.

2- Constitui condição de admissão para a profissão de auxiliar de educação a titularidade de diploma para o exercício da profissão.

3- As habilitações mínimas exigíveis para a admissão de trabalhador com a profissão de educador de estabelecimento e de prefeito são o 9.º ano de escolaridade ou habilitações equivalentes.

4- A aquisição de grau superior ou equiparado que de acordo com a legislação em vigor determine uma reclassificação na carreira docente produz efeitos a partir do dia 1 do mês seguinte à data da sua conclusão, desde que o docente o comprove em tempo oportuno.

##### Contagem do tempo de serviço:

Para efeitos quer de ingresso quer de progressão dos educadores de infância e dos professores nos vários níveis de remuneração previstas no anexo IV, conta-se como tempo de serviço não apenas o tempo de serviço, efectivo e classificado de bom, prestado no mesmo estabelecimento de ensino ou em estabelecimentos de ensino pertencentes à mesma entidade empregadora, mas também o serviço prestado noutros estabelecimentos de ensino particular ou público, desde que devidamente comprovado e classificado de bom e que a tal não se oponham quaisquer disposições legais.

Os docentes que obtiverem a profissionalização em serviço serão integrados nas respectivas carreiras de acordo com as suas habilitações académicas e profissionais e tempo de serviço prestado, com efeitos a 1 de setembro do ano civil em que a concluem.

Os docentes legalmente dispensados da profissionalização integram-se nos níveis correspondentes dos docentes profissionalizados, de acordo com o respectivo tempo de serviço.

Os docentes com a categoria de educador de infância e de professor do 1.º ciclo do ensino básico e com grau de licenciatura são remunerados pela tabela B-4, contando para o efeito todo o tempo de serviço docente prestado naquela categoria.

#### Psicólogo, sociólogo

##### Carreira

1- A carreira dos trabalhadores com a profissão de psicólogo e sociólogo desenvolve-se pelas categorias de 3.ª, 2.ª, 1.ª e principal.

2- Constitui requisito de promoção a psicólogo e sociólogo de 2.ª, 1.ª e principal a prestação de três anos de bom e efectivo serviço na categoria imediatamente anterior.

#### Trabalhadores de hotelaria

##### Admissão

As condições mínimas de admissão para o exercício de funções inerentes a qualquer das profissões incluídas no nível profissional dos trabalhadores de hotelaria são as seguintes:

- a) Robustez física suficiente para o exercício da actividade, a comprovar pelo boletim de sanidade, quando exigido por lei;
- b) Titularidade de carteira profissional, quando obrigatória para a respectiva profissão.

##### Aprendizagem

1- Os trabalhadores admitidos com menos de 18 anos de idade terão um período de aprendizagem nunca inferior a 12 meses.

2- A aprendizagem para as profissões de cozinheiro, despenseiro e pasteleiro terá a duração de dois anos, independentemente da idade de admissão.

3- A aprendizagem para as profissões de empregado de balcão e empregado de refeitório, quando a admissão ocorra depois dos 18 anos, tem a duração de um ano.

4- A aprendizagem para as profissões de empregado de quartos/camaratas/enfermarias e empregado de refeitório, quando a admissão ocorra depois dos 18 anos, tem a duração de seis meses.

5- O aprendiz ascenderá a estagiário logo que complete a aprendizagem.

##### Estágio

1- O estágio para cozinheiro e pasteleiro terá a duração de quatro anos, subdividido em períodos iguais.

2- O estágio para despenseiro, empregado de balcão e empregado de refeitório tem a duração de 12 meses.

3- O estágio para a profissão de empregado de quartos/camaratas/enfermarias tem a duração de seis meses.

##### Acesso e carreira

1- O estagiário ingressa na profissão logo que complete o período de estágio.

2- O estagiário para cozinheiro e pasteleiro ascende à categoria mais baixa estabelecida para as respectivas profissões.

3- A carreira do trabalhador com a profissão de ajudante de cozinha desenvolve-se pelas categorias de ajudante de cozinha até 5 anos e de ajudante de cozinha com mais de cinco anos.

4- Constitui requisito de promoção a ajudante de cozinha com mais de cinco anos a prestação de cinco anos de bom e efectivo serviço na categoria imediatamente inferior.

5- A carreira dos trabalhadores com a profissão de empregado de balcão e empregado de refeitório desenvolve-se pelas categorias de empregado de balcão e empregado de refeitório até cinco anos e com mais de cinco anos.

6- Constitui requisito de promoção de empregado de balcão e empregado de refeitório com mais de cinco anos a prestação de cinco anos de bom e efectivo serviço na categoria imediatamente inferior.

7- As carreiras do trabalhador com a profissão de cozinheiro e pasteleiro desenvolvem-se pelas categorias de 3.ª, 2.ª e 1.ª

8- Constitui requisito da promoção a cozinheiro e pasteleiro de 2.ª e 1.ª a prestação de cinco anos de bom e efectivo serviço na categoria imediatamente inferior.

#### Trabalhadores de lavandaria e de roupas

##### Aprendizagem

1- Os trabalhadores admitidos com menos de 18 anos de idade têm um período de aprendizagem nunca inferior a 12 meses.

2- A aprendizagem para a profissão de costureira/alfaiate tem a duração de dois anos, independentemente da idade de admissão.

3- A aprendizagem para as profissões de engomador, lavadeiro e roupeiro, quando a admissão ocorra depois dos 18 anos, tem a duração de um ano.

4- O aprendiz ascenderá a estagiário logo que complete a aprendizagem.

##### Estágio

1- O estágio para a profissão de costureiro/alfaiate tem a duração de 12 meses.

2- O estágio para a profissão de engomador, lavadeiro e roupeiro tem a duração de seis meses.

3- O estagiário ingressa na profissão logo que complete o período de estágio.

#### Trabalhadores de madeiras, mobiliário e decoração

##### Aprendizagem e tirocínio

1- A aprendizagem para as profissões de carpinteiro, marceneiro, pintor-decorador e pintor de lisos (madeira) tem a duração de dois anos.

2- O aprendiz com mais de 18 anos de idade tem um período mínimo de aprendizagem de 12 meses.

3- O aprendiz ascenderá a praticante logo que complete a aprendizagem.

4- O período de tirocínio do praticante é de dois anos.

##### Acesso e carreira

1- O praticante ascende à categoria mais baixa estabelecida para a respectiva profissão logo que complete o tirocínio.

2- A carreira do trabalhador com a profissão de carpinteiro, marceneiro, pintor-decorador e pintor de lisos (madeira) desenvolve-se pelas categorias de 3.ª, 2.ª e 1.ª

3- Constitui requisito da promoção a carpinteiro, marceneiro, pintor-decorador e pintor de lisos (madeira) de 2.ª e 1.ª a prestação de três anos de bom e efectivo serviço na categoria imediatamente inferior.

#### Trabalhadores metalúrgicos

##### Aprendizagem e tirocínio

1- A aprendizagem para as profissões de canalizador (picheleiro), serralheiro civil e serralheiro mecânico tem a duração de dois anos.

2- O aprendiz com mais de 18 anos de idade tem um período mínimo de aprendizagem de 12 meses.

3- O aprendiz ascenderá a praticante logo que complete a aprendizagem.

4- O período de tirocínio do praticante é de dois anos.

##### Acesso e carreira

1- O praticante ascende à categoria mais baixa estabelecida para a respectiva profissão logo que complete o tirocínio.

2- A carreira do trabalhador com a profissão de canalizador (picheleiro), serralheiro civil e serralheiro mecânico desenvolve-se pelas categorias de 3.ª, 2.ª e 1.ª

3- Constitui requisito da promoção a canalizador (picheleiro), serralheiro civil e serralheiro mecânico de 2.ª e 1.ª a prestação de três anos de bom e efectivo serviço na categoria imediatamente inferior.

#### Trabalhadores de panificação

##### Admissão

Constitui condição de admissão para os trabalhadores de panificação a titularidade do boletim de sanidade, bem como da carteira profissional, nos casos em que estes constituam título obrigatório para o exercício da profissão.

##### Aprendizagem

1- A aprendizagem tem a duração de dois anos.

2- O aprendiz ascenderá a ajudante de padaria logo que complete o período de aprendizagem.

3- O aprendiz com mais de 18 anos de idade ascenderá a ajudante desde que permaneça um mínimo de 12 meses como aprendiz.

#### Trabalhadores de habilitação e reabilitação e emprego protegido

##### A) Técnicos superiores

##### Admissão

Constitui condição de admissão para o exercício de funções inerentes a técnico superior de educação especial e reabilitação/reabilitação psicomotora a titularidade de licenciatura oficialmente reconhecida.

##### Carreira

1- A carreira dos trabalhadores com a profissão de técnico superior de educação especial e reabilitação/reabilitação psicomotora desenvolve-se pelas categorias de 3.ª, 2.ª, 1.ª e principal

2- Constitui requisito de promoção a técnico superior de educação especial e reabilitação/reabilitação psicomotora de 2.ª, 1.ª e principal a prestação de três anos de bom e efectivo serviço na categoria imediatamente anterior.

##### B) Técnicos

##### Admissão

1- As condições de admissão para as profissões de arquivista, encarregado de oficina, técnico de reabilitação e tradutor são as seguintes:

a) Idade não inferior a 18 anos;

b) Habilitações profissionais adequadas.

2- Constitui condição de admissão para a profissão de formador a titularidade das habilitações legalmente exigidas.

3- Constitui condição de admissão para a profissão de auxiliar de actividades ocupacionais a titularidade para o exercício da profissão.

4- Constitui condição de admissão para a profissão de monitor de actividades ocupacionais e monitor/formador de habilita-

ção e reabilitação as habilitações legalmente exigidas para o exercício da profissão ou equiparadas.

#### Carreira

1- A carreira do trabalhador com a profissão de tradutor desenvolve-se pelas categorias de 2.ª, 1.ª e principal.

2- Constitui requisito da promoção a tradutor de 1.ª e principal a prestação de cinco anos de bom e efectivo serviço na categoria imediatamente inferior.

3- A carreira do trabalhador com a profissão de monitor de actividades ocupacionais e monitor/formador de habilitação e reabilitação desenvolve-se pelas categorias de 2.ª, 1.ª e principal.

4- Constitui requisito da promoção de 2.ª a 1.ª, a permanência de três anos de bom e efectivo serviço na categoria imediatamente inferior.

5- Constituem requisitos da promoção a monitor de actividades ocupacionais principal e monitor/formador de habilitação e reabilitação principal a prestação de cinco anos de bom e efectivo serviço e a titularidade de curso profissional específico na área que lecciona.

6- A carreira do trabalhador com a profissão de monitor desenvolve-se pelas categorias de 2.ª, 1.ª e principal.

7- Constitui requisito da promoção a monitor de 1.ª a prestação de três anos de bom e efectivo serviço na categoria imediatamente inferior.

8- Constituem requisitos da promoção a monitor principal a prestação de cinco anos de bom e efectivo serviço e a titularidade de curso profissional específico na área que lecciona.

#### C) Outros trabalhadores

Constitui condição de admissão para a profissão de auxiliar de actividades ocupacionais a titularidade de diploma para o exercício da profissão.

Trabalhadores rodoviários e de postos de abastecimentos

#### Admissão

1- As condições de admissão para o exercício das funções inerentes às profissões de motorista de ligeiros e de pesados são as exigidas por lei.

2- Constitui condição de admissão para a profissão de abastecedor, ajudante de motorista e encarregado a idade mínima de 18 anos.

#### Carreira

1- A carreira do trabalhador com as profissões de motorista de ligeiros e de motorista de pesados desenvolve-se pelas categorias de 2.ª e 1.ª.

2- Constitui requisito de promoção a prestação de cinco anos de bom e efectivo serviço na categoria de motorista de 2.ª.

Trabalhadores de diagnóstico e terapêutica

#### A) Técnicos superiores

#### Admissão

Constitui condição de admissão para a profissão de técnico superior de diagnóstico e terapêutica a posse da correspondente licenciatura e cédula profissional.

#### Carreira

1- A carreira dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica desenvolve-se pelas categorias de 3.ª, 2.ª, 1.ª e principal.

2- Constitui requisito da promoção a 2.ª, 1.ª e principal a prestação de três anos de bom e efectivo serviço na categoria imediatamente inferior.

#### B) Técnicos

#### Admissão

Constitui condição de admissão para a profissão de técnico de diagnóstico e terapêutica a titularidade das habilitações legalmente exigidas e cédula profissional.

#### Carreira

1- A carreira dos trabalhadores de uma das profissões mencionadas, desenvolve-se pelas categorias 3.ª, 2.ª e 1.ª.

2- Constitui requisito da promoção a 2.ª e 1.ª a prestação de três anos de bom e efectivo serviço na categoria imediatamente inferior.

#### C) Auxiliares técnicos

Trabalhadores não detentores de cédula profissional, mas que possuem uma autorização de exercício concedida pelo Ministério da Saúde, sendo as suas categorias a extinguir quando vagarem. Exercem a actividade enquadrada por profissionais legalmente titulados.

#### Reclassificações

1- Os técnicos de diagnóstico e terapêutica portadores de licenciatura e cédula profissional foram reclassificados da seguinte forma, nos termos da deliberação da comissão paritária publicada no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 29, de 8 de agosto de 2013:

O dietista em técnico dietista/nutricionista;

O preparador de análises clínicas e o técnico de análises clínicas em técnico de análises clínicas e saúde pública;

O técnico de audiometria em técnico de audiologia;

O cardiografista, o pneumografista e o técnico de cardiopneumografia em técnico de cardiopneumologia;

O electroencefalologista e o técnico de neurofisiografia em técnico de neurofisiologia;

O técnico de ortóptica em ortoptista;

O técnico ortoprotésico em ortoprotésico;

O radiografista em técnico de radiologia;

O radioterapeuta em técnico de radioterapia;

Os técnicos de reabilitação/fisioterapeutas, técnicos de reabilitação/terapeutas da fala e técnicos de reabilitação/terapeutas ocupacionais detentores de licenciatura e cédula profissional mantêm a actual designação de categoria profissional.

2- Os técnicos de diagnóstico e terapêutica com licenciatura e cédula profissional, que foram reclassificados nos termos do número anterior, ou das profissões de técnico de anatomia patológica, técnico de medicina nuclear, técnico de saúde ambiental, higienista oral e técnico de prótese dentária terão contado o tempo de serviço na nova categoria, para efeito de enquadramento na carreira, desde 22 de fevereiro

de 2009 ou desde a data da conclusão de licenciatura, se posterior a essa data.

3- Os trabalhadores dos serviços de diagnóstico e terapêutica actualmente existentes, que não tenham obtido a licenciatura, mas que prossigam as suas funções ao abrigo de uma autorização de exercício do Ministério da Saúde, mantém o enquadramento, designação de categorias, conteúdo funcional e em enquadramento de nível remuneratório descritos no CCT publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 11, de 22 de março de 2009, não podendo, no entanto, verificar-se novas admissões para essas categorias de quem não tenha habilitação correspondente ao 2.º ciclo de estudos superiores, extinguindo-se os respectivos lugares à medida que forem vagando, sendo designados de técnicos da categoria correspondente (sem curso).

#### Trabalhadores sociais

##### Admissão

1- Constitui condição de admissão para o exercício de funções inerentes a assistente social, técnico superior de animação sociocultural e técnico superior de educação social a titularidade de licenciatura oficialmente reconhecida.

2- Constitui condição de admissão para o exercício de funções inerentes a técnico superior de mediação social a titularidade de licenciatura anterior ao Processo de Bolonha ou do 2.º ciclo de estudos superiores especializados, num caso ou noutro oficialmente reconhecidos, na área das ciências sociais e humanas.

3- Constituem condições de admissão para a profissão de animador cultural:

- a) 12.º ano de escolaridade ou habilitação equivalentes;
- b) Formação profissional específica.

4- Constituem condições de admissão para a profissão de mediador sociocultural:

- a) 9.º ano de escolaridade ou habilitação equivalente;
- b) Formação profissional conferente do nível II de qualificação profissional.

##### Carreira

1- A carreira do trabalhador com a profissão de assistente social, técnico superior de animação sociocultural, técnico superior de educação social e técnico superior de mediação social desenvolve-se pelas categorias de 3.ª, 2.ª, 1.ª e principal.

2- Constitui requisito da promoção a assistente social, técnico superior de animação sociocultural, técnico superior de educação social, técnico superior de mediação social de 3.ª a 2.ª, de 2.ª a 1.ª e 1.ª a principal, a prestação de três anos de bom e efectivo serviço na categoria imediatamente inferior.

3- A carreira do trabalhador com a profissão de agente familiar, educador social e técnico auxiliar de serviço social desenvolve-se pelas categorias de 2.ª e 1.ª

4- Constitui requisito da promoção a prestação de cinco anos de bom e efectivo serviço na categoria de agente de educação familiar, educador social e técnico auxiliar de serviço social de 2.ª

#### Outros trabalhadores

##### Encarregados gerais

##### Admissão

As condições de admissão para a profissão de encarregado geral são as seguintes:

- a) Idade não inferior a 21 anos;
- b) Habilitações profissionais adequadas.

### ANEXO III

#### Enquadramento das profissões em níveis de qualificação

##### 1- Quadros superiores:

Arquitecto;  
Assistente social;  
Conservador de museu;  
Consultor jurídico;  
Contabilista;  
Director de serviços;  
Director dos serviços clínicos;  
Director técnico (farmácia);  
Educadores de infância;  
Educadores de estabelecimento com grau superior;  
Enfermeiro;  
Enfermeiro especialista;  
Engenheiro técnico agrícola;  
Engenheiro técnico (construção civil);  
Engenheiro técnico (electromecânica);  
Engenheiro agrónomo;  
Engenheiro civil;  
Engenheiro electrotécnico;  
Engenheiro silvicultor;  
Farmacêutico;  
Formador;  
Higienista oral;  
Médico;  
Médico especialista;  
Professor;  
Psicólogo;  
Secretário-geral;  
Sociólogo;  
Técnico de análises clínicas e saúde pública;  
Técnico de anatomia patológica, citológica e tanatológica;  
Técnico de audiologia;  
Técnico de cardiopneumologia;  
Técnico dietista/nutricionista;  
Técnico de farmácia;  
Técnico de medicina nuclear;  
Técnico de neurofisiologia;  
Técnico de prótese dentária;  
Técnico de radiologia;  
Técnico de radioterapia;

Técnico de reabilitação/fisioterapeuta;  
Técnico de reabilitação/terapeuta da fala;  
Técnico de reabilitação/terapeuta ocupacional;  
Técnico de saúde ambiental;  
Técnico superior de animação sociocultural;  
Técnico superior de educação especial e reabilitação/reabilitação psicomotora;  
Técnico superior de educação social;  
Técnico superior de laboratório;  
Técnico superior de mediação social;  
Veterinário.

## **2- Quadros médios:**

### **2.1-Técnicos administrativos:**

Tesoureiro;

### **2.2- Técnicos de produção e outros:**

Cardiografista;  
Educadores de infância;  
Electroencefalografista;  
Fisioterapeuta;  
Pneumografista;  
Radiografista;  
Radioterapeuta;  
Técnico de análises clínicas;  
Técnico de audiometria;  
Técnico de cardiopneumografia;  
Técnico de farmácia (cédula prof. s/licenciatura)  
Técnico de locomoção;  
Técnico de neurofisiografia;  
Técnico de ortóptica de reabilitação;  
Técnico ortoprotésico;  
Terapeuta da fala;  
Terapeuta ocupacional.

### **3- Encarregados, contramestres, mestres e chefes de equipa:**

Cozinheiro-chefe;  
Encarregado de exploração ou feitor;  
Encarregado de fabrico;  
Encarregado de obras;  
Encarregado de oficina;  
Encarregado de refeitório (hotelaria);  
Encarregado de sector (serviços gerais);  
Encarregado de serviços gerais (serviços gerais);  
Encarregado electricista;  
Encarregado fiscal;  
Encarregado geral;  
Encarregados gerais (serviços gerais);  
Encarregado (madeiras);  
Encarregado (metalúrgicos);  
Encarregado (rodoviários);  
Encarregado (serviços gerais).

### **4- Profissionais altamente qualificados:**

#### **4.1- Administrativos, comércio e outros:**

Agente de educação familiar;  
Ajudante técnico de farmácia;  
Animador cultural;  
Dietista;

Documentalista;  
Educador social;  
Educadora de infância com diploma;  
Encarregado fiscal;  
Escriturário principal/subchefe de secção;  
Mediador sócio-cultural;  
Monitor;  
Monitor de CAO (actividades ocupacionais);  
Monitor/formador de habilitação e reabilitação;  
Preparador de análises clínicas;  
Professor sem magistério;  
Secretário;  
Técnico auxiliar de serviço social;  
Técnico de actividades de tempos livres (ATL);  
Tradutor.

### **4.2- Produção:**

Pintor-decorador;  
Pintor de lisos (madeiras).

### **5- Profissionais qualificados:**

#### **5.1- Administrativos:**

Arquivista;  
Caixa;  
Escriturário;  
Operador de computador.

#### **5.2- Produção:**

Canalizador (picheleiro);  
Carpinteiro;  
Carpinteiro de limpos;  
Carpinteiro de tosco ou cofragens;  
Marceneiro;  
Oficial (electricista);  
Pedreiro;  
Pintor;  
Pintor de móveis;  
Serralheiro civil;  
Serralheiro mecânico.

#### **5.3- Outros:**

Ajudante de farmácia;  
Ajudante de feitor;  
Ajudante técnico de análises clínicas;  
Ajudante técnico de fisioterapia;  
Auxiliar de actividades ocupacionais;  
Auxiliar de educação;  
Barbeiro-cabeleireiro;  
Cabeleireiro;  
Chefe de compras/ecónomo;  
Cozinheiro;  
Dispenseiro;  
Educadores de estabelecimento sem grau superior;  
Encarregado de emprego protegido e empresas de inserção;  
Fiel de armazém;  
Motorista de ligeiros;  
Motorista de pesados;  
Operador de máquinas agrícolas;  
Parteira (curso de partos);

Pasteleiro;  
Prefeito;  
Tractorista.

## **6- Profissionais semiqualeificados (especializados):**

### **6.1- Administrativos, comércio e outros:**

Ajudante de acção directa;  
Ajudante de acção educativa;  
Ajudante de cozinheiro;  
Ajudante de enfermaria;  
Ajudante de estabelecimento de apoio a pessoas com deficiência;

Ajudante de motorista;  
Ajudante de ocupação;  
Auxiliar de acção médica;  
Auxiliar de laboratório;  
Barbeiro;  
Caixa de balcão;  
Capataz (agrícolas);  
Caseiro (agrícolas);  
Empregado de balcão;  
Empregado de mesa;  
Empregado de quartos/camaratas/enfermarias;  
Empregado de refeitório;  
Jardineiro;  
Operador de máquinas auxiliares;  
Operador de tratamento de texto;  
Telefonista;  
Tratador ou guardador de gado.

### **6.2- Produção:**

Ajudante de padaria;  
Capataz (construção civil);  
Operador de máquinas (encadernação e acabamentos);  
Operador manual (encadernação e acabamentos).

## **7- Profissionais não qualificados (indiferenciados):**

### **7.1- Administrativos, comércio e outros:**

Auxiliar menor;  
Contínuo;  
Engomador;  
Guarda de propriedades ou florestal;  
Guarda ou guarda-ondista;  
Hortelã ou trabalhador horto-florícola;  
Lavadeiro;  
Paquete (\*);  
Porteiro;  
Roupeiro;  
Trabalhador agrícola;  
Trabalhador auxiliar (serviços gerais).

(\* O paquete desempenha as mesmas tarefas do contínuo, não constituindo a idade um elemento de diferenciação de profissão. Deve, assim, ter o mesmo nível do contínuo.

### **7.2- Produção:**

Servente (construção civil).

### **A) Praticantes e aprendizes:**

Ajudante de electricista;  
Aprendiz;  
Aspirante;

Estagiário;  
Praticante;  
Pré-oficial (electricista).

Profissões integráveis em dois níveis

### **1- Quadros superiores/quadros médios - técnicos administrativos:**

Chefe de departamento (chefe de serviços, chefe de escritório e chefe de divisão) (a).

### **2.1/3- Quadros médios - técnicos da produção e outros/ encarregados:**

Chefe de serviços gerais (a).

### **3/5.2- Encarregados/profissionais qualificados - comércio:**

Chefe de secção.

### **3/5.3- Encarregados/profissionais qualificados - produção:**

Chefe de equipa/oficial principal (electricistas).

### **3/5.4- Encarregados/profissionais qualificados - outros:**

Encarregado do sector de armazém.

### **5.1/6.1- Profissionais qualificados - administrativos/profissionais semiqualeificados administrativos, comércio e outros:**

Cobrador;  
Recepcionista.

### **5.4/6.1- Profissionais qualificados - outros/profissionais semiqualeificados - administrativos, comércio e outros:**

Costureira/alfaiate.

(a) Profissão integrável em dois níveis de qualificação, consoante a dimensão do serviço ou secção chefiada e inerente grau de responsabilidade.

## ANEXO IV

### **Enquadramento das profissões e categorias profissionais em níveis de remuneração**

#### **A - Geral:**

#### **Nível I**

Director de serviços;  
Director de serviços clínicos;  
Secretário-geral.

#### **Nível II**

Assistente social principal;  
Chefe de divisão  
Enfermeiro especialista principal  
Enfermeiro principal  
Higienista oral principal;  
Ortoptista principal;  
Ortoprotésico principal;  
Psicólogo principal;  
Sociólogo principal;  
Técnico de análises clínicas e saúde pública principal;  
Técnico de anatomia patológica, citológica e tanatológica principal;

Técnico de audiologia principal;  
Técnico de cardiopneumologia principal;  
Técnico dietista/nutricionista principal (com licenciatura e cédula);  
Técnico de farmácia principal;  
Técnico de medicina nuclear principal;  
Técnico de neurofisiologia principal;  
Técnico de prótese dentária principal;  
Técnico de radiologia principal;  
Técnico de radioterapia principal;  
Técnico de reabilitação/fisioterapeuta principal;  
Técnico de reabilitação/terapeuta da fala principal;  
Técnico de reabilitação/terapeuta ocupacional principal;  
Técnico de saúde ambiental principal;  
Técnico superior de animação sócio-cultural principal;  
Técnico superior de educação especial e reabilitação/ reabilitação psicomotora principal;  
Técnico superior de educação social principal;  
Técnico superior de mediação social principal.

#### Nível III

Assistente social de 1.ª;  
Director técnico (FARM);  
Enfermeiro especialista de 1.ª;  
Enfermeiro de 1.ª;  
Higienista oral de 1.ª;  
Médico especialista;  
Ortoplasta de 1.ª;  
Ortoprotésico de 1.ª;  
Psicólogo de 1.ª;  
Sociólogo de 1.ª;  
Técnico de análises clínicas e saúde pública de 1.ª;  
Técnico de anatomia patológica, citológica e tanatológica de 1.ª;  
Técnico de audiologia de 1.ª;  
Técnico de cardiopneumologia de 1.ª;  
Técnico dietista/nutricionista de 1.ª (com licenciatura e cédula);  
Técnico de farmácia de 1.ª;  
Técnico de medicina nuclear de 1.ª;  
Técnico de neurofisiologia de 1.ª;  
Técnico de prótese dentária de 1.ª;  
Técnico de radiologia de 1.ª;  
Técnico de radioterapia de 1.ª;  
Técnico de reabilitação/fisioterapeuta de 1.ª;  
Técnico de reabilitação/terapeuta da fala de 1.ª;  
Técnico de reabilitação/terapeuta ocupacional de 1.ª;  
Técnico de saúde ambiental de 1.ª;  
Técnico superior de animação sociocultural de 1.ª;  
Técnico superior de educação especial e reabilitação/ reabilitação psicomotora de 1.ª;  
Técnico superior de educação social de 1.ª;  
Técnico superior de mediação social de 1.ª.

#### Nível IV

Arquitecto;  
Assistente social de 2.ª;  
Conservador de museu;  
Consultor jurídico;

Enfermeiro de 2.ª;  
Engenheiro agrónomo;  
Engenheiro civil;  
Engenheiro electrotécnico;  
Engenheiro silvicultor;  
Farmacêutico;  
Formador;  
Higienista oral de 2.ª;  
Médico (clínica geral);  
Ortoplasta de 2.ª;  
Ortoprotésico de 2.ª;  
Psicólogo de 2.ª;  
Sociólogo de 2.ª;  
Técnico de análises clínicas e saúde pública de 2.ª;  
Técnico de anatomia patológica, citológica e tanatológica de 2.ª;  
Técnico de audiologia de 2.ª;  
Técnico de cardiopneumologia de 2.ª;  
Técnico dietista/nutricionista de 2.ª (com licenciatura e cédula);  
Técnico de farmácia de 2.ª;  
Técnico de medicina nuclear de 2.ª;  
Técnico de neurofisiologia de 2.ª;  
Técnico de prótese dentária de 2.ª;  
Técnico de radiologia de 2.ª;  
Técnico de radioterapia de 2.ª;  
Técnico de reabilitação/fisioterapeuta de 2.ª;  
Técnico de reabilitação/terapeuta da fala de 2.ª;  
Técnico de reabilitação/terapeuta ocupacional de 2.ª;  
Técnico de saúde ambiental de 2.ª;  
Técnico superior de animação sociocultural de 2.ª;  
Técnico superior de educação especial e reabilitação/ reabilitação psicomotora de 2.ª;  
Técnico superior de educação social de 2.ª;  
Técnico superior de laboratório;  
Técnico superior de mediação social de 2.ª;  
Veterinário.

#### Nível V

Assistente social de 3.ª;  
Enfermeiro de 3.ª;  
Higienista oral de 3.ª;  
Ortoplasta de 3.ª;  
Ortoprotésico de 3.ª;  
Psicólogo de 3.ª;  
Sociólogo de 3.ª;  
Técnico de análises clínicas e saúde pública de 3.ª;  
Técnico de anatomia patológica, citológica e tanatológica de 3.ª;  
Técnico de audiologia de 3.ª;  
Técnico de cardiopneumologia de 3.ª;  
Técnico dietista/nutricionista de 3.ª (com licenciatura e cédula);  
Técnico de farmácia de 3.ª;  
Técnico de medicina nuclear de 3.ª;  
Técnico de neurofisiologia de 3.ª;  
Técnico de prótese dentária de 3.ª;  
Técnico de radiologia de 3.ª;

Técnico de radioterapia de 3.ª;  
Técnico de reabilitação/fisioterapeuta de 3.ª;  
Técnico de reabilitação/terapeuta da fala de 3.ª;  
Técnico de reabilitação/terapeuta ocupacional de 3.ª  
Técnico de saúde ambiental de 3.ª;  
Técnico superior de animação sociocultural de 3.ª;  
Técnico superior de educação especial e reabilitação/reabilitação psicomotora de 3.ª;  
Técnico superior de educação social de 3.ª;  
Técnico superior de mediação social de 3.ª

#### Nível VI

Contabilista/técnico oficial de contas.

#### Nível VII

Cardiografista principal;  
Chefe de departamento;  
Chefe de escritório;  
Chefe de serviços;  
Dietista principal;  
Electroencefalografista principal;  
Engenheiro técnico agrário;  
Engenheiro técnico (construção civil);  
Engenheiro técnico (electromecânico);  
Fisioterapeuta principal;  
Pneumografista principal;  
Preparador de análises clínicas principal;  
Radiografista principal;  
Radioterapeuta principal;  
Técnico de análises clínicas principal;  
Técnico de audiometria principal;  
Técnico de cardiopneumografia principal;  
Técnico de locomoção principal;  
Técnico de neurofisiografia principal;  
Técnico ortoprotésico principal;  
Técnico de ortóptica principal;  
Terapeuta da fala principal;  
Terapeuta ocupacional principal;  
Tesoureiro.

#### Nível VIII

Agente de educação familiar de 1.ª;  
Ajudante técnico de farmácia (residual);  
Cardiografista de 1.ª;  
Chefe de secção (ADM);  
Chefe dos serviços gerais;  
Dietista de 1.ª;  
Educador social de 1.ª;  
Electroencefalografista de 1.ª;  
Encarregado geral;  
Fisioterapeuta de 1.ª;  
Guarda-livros;  
Pneumografista de 1.ª;  
Preparador de análises clínicas de 1.ª;  
Radiografista de 1.ª;  
Radioterapeuta de 1.ª;  
Técnico de actividades de tempos livres;  
Técnico de análises clínicas de 1.ª;  
Técnico de audiometria de 1.ª;

Técnico de cardiopneumografia de 1.ª;  
Técnico de neurofisiografia de 1.ª;  
Técnico ortoprotésico de 1.ª;  
Técnico de ortóptica de 1.ª;  
Terapeuta da fala de 1.ª;  
Terapeuta ocupacional de 1.ª

#### Nível IX

Agente de educação familiar de 2.ª;  
Animador cultural;  
Cardiografista de 2.ª;  
Dietista de 2.ª;  
Educador social de 2.ª;  
Electroencefalografista de 2.ª;  
Encarregado (EL);  
Encarregado (MAD);  
Encarregado (MET);  
Encarregado de exploração ou feitor;  
Encarregado de fabrico;  
Encarregado de obras;  
Encarregado de oficina;  
Fisioterapeuta de 2.ª;  
Mediador sociocultural;  
Monitor/formador de habilitação e reabilitação principal;  
Monitor principal;  
Pneumografista de 2.ª;  
Preparador de análises clínicas de 2.ª;  
Radiografista de 2.ª;  
Radioterapeuta de 2.ª;  
Técnico de análises clínicas de 2.ª;  
Técnico de audiometria de 2.ª;  
Técnico auxiliar de serviço social de 1.ª;  
Técnico de cardiopneumografia de 2.ª;  
Técnico de neurofisiografia de 2.ª;  
Terapeuta da fala de 2.ª;  
Terapeuta ocupacional de 2.ª;  
Técnico ortoprotésico de 2.ª;  
Técnico de ortóptica de 2.ª

#### Nível X

Chefe de equipa/oficial principal (EL);  
Cozinheiro-chefe;  
Documentalista;  
Encarregado fiscal;  
Encarregado de sector de armazém;  
Encarregado geral de serviços gerais;  
Escriturário principal/subchefe de secção;  
Monitor de 1.ª;  
Monitor/formador de habilitação e reabilitação de 1.ª;  
Monitor de CAO principal;  
Pintor-decorador de 1.ª;  
Pintor de lisos (madeira) de 1.ª;  
Secretário;  
Técnico auxiliar de serviço social de 2.ª;  
Técnico de reabilitação;  
Tradutor principal.

#### Nível XI

Ajudante de farmácia do 3.º ano (residual);

Ajudante técnico de análises clínicas;  
Ajudante técnico de fisioterapia;  
Chefe de compras/ecónomo;  
Encarregado de serviços gerais;  
Encarregado de refeitório;  
Monitor de 2.ª;  
Monitor/formador de habilitação e reabilitação de 2.ª;  
Monitor de CAO de 1.ª;  
Parteira;  
Pintor-decorador de 2.ª;  
Pintor de lisos (madeira) de 2.ª;  
Técnicos auxiliares de diagnóstico e terapêutica com autorização de exercício;  
Tradutor de 1.ª

#### Nível XII

Ajudante de acção directa de 1.ª;  
Ajudante de farmácia do 2.º ano (residual);  
Ajudante de feitor;  
Arquivista;  
Auxiliar de actividades ocupacionais com 11 ou mais anos de bom e efectivo serviço;  
Auxiliar de educação com 11 ou mais anos de bom e efectivo serviço;  
Barbeiro-cabeleireiro;  
Cabeleireiro;  
Caixa;  
Canalizador (picheiro) de 1.ª;  
Carpinteiro de 1.ª;  
Carpinteiro de limpos de 1.ª;  
Carpinteiro de toSCO ou cofragem de 1.ª;  
Cozinheiro de 1.ª;  
Dispenseiro;  
Dourador de ouro fino de 3.ª;  
Electricista (oficial) de 1.ª;  
Encarregado (ROD);  
Encarregado de sector (serviços gerais);  
Escriturário de 1.ª;  
Fiel de armazém de 1.ª;  
Marceneiro de 1.ª;  
Monitor de CAO de 2.ª;  
Motorista de pesados de 1.ª;  
Operador de computador de 1.ª;  
Pasteleiro de 1.ª;  
Pedreiro/trolha de 1.ª;  
Pintor de 1.ª;  
Pintor-decorador de 3.ª;  
Pintor de lisos (madeira) de 3.ª;  
Serralheiro civil de 1.ª;  
Serralheiro mecânico de 1.ª;  
Tradutor de 2.ª

#### Nível XIII

Ajudante de acção directa de 2.ª;  
Ajudante de acção educativa de 1.ª;  
Auxiliar de Acção Médica de 1.ª;  
Ajudante de estabelecimento de apoio a pessoas com deficiência de 1.ª;  
Ajudante de farmácia do 1.º ano;

Auxiliar de actividades ocupacionais com cinco anos de bom e efectivo serviço;  
Auxiliar de educação com cinco anos de bom e efectivo serviço;  
Canalizador (picheiro) de 2.ª;  
Carpinteiro de 2.ª;  
Carpinteiro de limpos de 2.ª;  
Carpinteiro de toSCO ou cofragem de 2.ª;  
Cobrador;  
Cozinheiro de 2.ª;  
Electricista (oficial) de 2.ª;  
Escriturário de 2.ª;  
Fiel de armazém de 2.ª;  
Marceneiro de 2.ª;  
Motorista de ligeiros de 1.ª;  
Motorista de pesados de 2.ª;  
Operador de computadores de 2.ª;  
Operador de máquinas auxiliares principal;  
Pasteleiro de 2.ª;  
Pedreiro/trolha de 2.ª;  
Pintor de 2.ª;  
Serralheiro civil de 2.ª;  
Serralheiro mecânico de 2.ª;  
Tractorista.

#### Nível XIV

Ajudante de acção directa de 3.ª;  
Ajudante de acção educativa de 2.ª;  
Auxiliar de acção médica de 2.ª;  
Ajudante de estabelecimento de apoio a pessoas com deficiência de 2.ª;  
Auxiliar de actividades ocupacionais;  
Auxiliar de educação;  
Caixa de balcão;  
Canalizador (picheiro) de 3.ª;  
Carpinteiro de 3.ª;  
Carpinteiro de limpos de 3.ª;  
Carpinteiro de toSCO ou cofragem de 3.ª;  
Cozinheiro de 3.ª;  
Operador de processamento de texto principal;  
Electricista (oficial) de 3.ª;  
Encarregado de emprego protegido e empresas de inserção;  
Escriturário de 3.ª;  
Marceneiro de 3.ª;  
Motorista de ligeiros de 2.ª;  
Operador de máquinas agrícolas;  
Operador de máquinas auxiliares de 1.ª;  
Operador manual de 1.ª;  
Pasteleiro de 3.ª;  
Pedreiro/trolha de 3.ª;  
Pintor de 3.ª;  
Prefeito;  
Recepcionista principal;  
Serralheiro civil de 3.ª;  
Serralheiro mecânico de 3.ª;  
Telefonista principal;  
Tratador ou guardador de gado;

Nível XV

Ajudante de acção educativa de 3.ª;  
Ajudante de cozinheiro com mais de 5 anos de bom e efectivo serviço;  
Ajudante de estabelecimento de apoio a pessoas com deficiência de 3.ª;  
Ajudante de enfermaria;  
Ajudante de ocupação;  
Auxiliar de acção médica de 3.ª;  
Capataz;  
Costureira/alfaiate;  
Operador de processamento de texto de 1.ª;  
Empregado de balcão com mais de cinco anos de bom e efectivo serviço;  
Empregado de mesa com mais de cinco anos de bom e efectivo serviço;  
Empregado de refeitório com mais de cinco anos de bom e efectivo serviço;  
Estagiário do 2.º ano (ADM);  
Operador de computador estagiário;  
Operador manual de 2.ª;  
Pré-oficial do 2.º ano (EL);  
Recepcionista de 1.ª;  
Telefonista de 1.ª

Nível XVI

Ajudante de cozinheiro até cinco anos;  
Ajudante de motorista;  
Ajudante de padaria;  
Auxiliar de laboratório;  
Barbeiro;  
Caseiro;  
Contínuo de 1.ª;  
Empregado de balcão até cinco anos;  
Empregado de refeitório até cinco anos;  
Estagiário de operador de máquinas auxiliares;  
Estagiário do 1.º ano (ADM);  
Guarda ou guarda-rondista de 1.ª;  
Operador manual de 3.ª;  
Operador de processamento de texto de 2.ª;  
Porteiro de 1.ª;  
Pré-oficial do 1.º ano (EL);  
Recepcionista de 2.ª;  
Telefonista de 2.ª

Nível XVII

Ajudante do 2.º ano (EL);  
Contínuo de 2.ª;  
Empregado de quartos/camaratas/enfermarias;  
Engomador;  
Estagiário de recepcionista;  
Guarda de propriedades ou florestal  
Guarda ou guarda-rondista de 2.ª;  
Hortelão ou trabalhador horto-florícola;

Jardineiro;  
Lavadeiro;  
Porteiro de 2.ª;  
Roupeiro;  
Trabalhador agrícola;  
Trabalhador auxiliar (serviços gerais) com mais de cinco anos de bom e efectivo serviço.

Nível XVIII

Ajudante do 1.º ano (EL);  
Estagiário do 3.º e 4.º anos (HOT);  
Praticante do 2.º ano (CC, FARM, MAD e MET)  
Praticante dos 3.º e 4.º anos (GRAF);  
Servente (CC);  
Trabalhador auxiliar (serviços gerais) até cinco anos de serviço.

Nível XIX

Aprendiz (EL, PAN).

Notas

1- Os trabalhadores de apoio (ajudante de acção directa, ajudante de acção educativa, ajudante de estabelecimento de apoio a pessoas com deficiência, auxiliar de acção médica) que se encontrem posicionados na categoria de 1.ª mantêm essa categoria e a actual retribuição, acedendo, no entanto, ao nível imediatamente superior do anexo IV a partir do momento em que perfaçam cinco anos de bom e efetivo serviço na actual categoria de 1.º, contados a partir de 1 de janeiro de 2012.

Os trabalhadores das mesmas carreiras actualmente posicionados na categoria de 2.ª mantêm a referida categoria, progredindo, sem alteração nominal de categoria, ao nível imediatamente superior do anexo IV ao fim de cinco anos de bom e efetivo serviço nessa categoria, e progredindo à categoria de 1.ª após cinco anos de bom e efetivo serviço no nível referido.

As admissões para estas carreiras serão efectuadas para a categoria de ingresso de 3.ª

2- Os trabalhadores ajudante de cozinheiro que, contados desde 1 de janeiro de 2012, perfaçam cinco anos de bom e efectivo serviço, ascendem automaticamente a ajudante de cozinheiro com mais de cinco anos.

Os trabalhadores ajudante de cozinheiro com menos de cinco anos de serviço mantêm essa categoria e actual retribuição, acedendo ao nível imediatamente superior do anexo IV, a partir do momento que perfaçam cinco anos de bom e efetivo serviço na actual categoria, contados a partir de 1 de janeiro de 2012.

As admissões para esta carreira serão efectuadas para a nova categoria de ingresso.

3- Os trabalhadores auxiliares de serviços gerais que, a partir de 1 de janeiro de 2012, perfaçam cinco anos de bom e efetivo serviço serão remunerados pelo nível XVII do anexo IV.

4- Os trabalhadores que detenham qualquer das categorias previstas no CCT entre a CNIS e a FEPCES e outros, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 11, de 22 de março de 2009, com última alteração salarial publicada no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 45, de 8 de dezembro de 2009, e com deliberações da comissão paritária publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 34, de 15 de setembro de 2010 e n.º 29, de 8 de agosto de 2013, e que tenham sido extintas pelo CCT publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 39, de 22 de outubro de 2017, com as alterações publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 35, de 22 de setembro de 2018, objecto da rectificação publicada no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 39, de 22 de outubro de 2018, mantêm-se no mesmo enquadramento de categoria, com direito à progressão na carreira nos termos estabelecidos no texto do referido CCT e à actualização salarial que vier a ser acordada entre as partes para o futuro, relativamente a idêntico nível do anexo V, extinguindo-se os respectivos lugares à medida que vagarem.

## ANEXO V

**Tabela de retribuições mínimas  
(A partir de 1 de julho de 2019)**

**Tabela A**

Nível	€
1	1 219,00
2	1 137,00
3	1 071,00
4	1 022,00
5	970,00
6	916,00
7	866,00

8	817,00
9	769,00
10	720,00
11	670,00
12	646,00
13	632,00
14	622,00
15	612,00
16	608,00
17	604,00
18	600,00

O aprendiz - Nível XIX - terá a retribuição mínima de 480,00 euros, nos termos do artigo 275.º, 1- a) do Código do Trabalho.

**Tabela B**

**Tabela de retribuições mínimas  
(A partir de 1 de julho de 2019)**

1- Professores dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário profissionalizados com licenciatura									
Nível 1-A	Nível 1-B	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5	Nível 6	Nível 7	Nível 8	Nível 9
» 29 anos	28 anos	26/27 anos	23/25 anos	20/22 anos	16/19 anos	12/15 anos	8/11 anos	4/7 anos	0/3 anos
3 043,00	2 730,00	2 530,00	2 394,00	2 045,00	1 930,00	1 864,00	1 716,00	1 480,00	999,00
2- Professores dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e secundário, profissionalizados com bacharelato									
Nível 1-A	Nível 1-B	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5	Nível 6	Nível 7	Nível 8	Nível 9
» 29 anos	28 anos	26/27 anos	23/25 anos	20/22 anos	16/19 anos	12/15 anos	8/11 anos	4/7 anos	0/3 anos
2 503,00	2 394,00	2 350,00	2 303,00	1 930,00	1 864,00	1 716,00	1 480,00	1 366,00	999,00
3- Outros professores do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário									
Nível 1									1 740,00
Professores 2.º e 3.º ciclos ensino básico e ensino secundário., profissionalizado, s/grau superior e » 20 anos									
Nível 2									1 484,00
Professores 2.º e 3.º ciclos ensino básico e ensino secundário., profissionalizado, s/grau superior e » 15 anos									
Nível 3									1 394,00
Professores 2.º e 3.º ciclos ensino básico e ensino secundário, não profissionalizado, c/habilitação própria, de grau superior e » 10 anos									
Nível 4									1 355,00
Professores 2.º e 3.º ciclos ensino básico e ensino secundário, profissionalizado, s/grau superior e » 10 anos									
Nível 5									1 214,00
Professores 2.º e 3.º ciclos ensino básico e ensino secundário, não profissionalizado, c/habilitação própria, de grau superior » 5 anos									
Nível 6									1 199,00
Restantes professores dos 2.º e 3.º ciclos ensino básico e ensino secundário. c/» 25 anos									
Nível 7									1 161,00
Professores 2.º e 3.º ciclos ensino básico e ensino secundário, não profissionalizado, c/habilitação própria, s/grau superior e » 10 anos									
Nível 8									1 143,00

Professores 2.º e 3.º ciclos ensino básico e ensino secundário, não profissionalizado, c/habilitação própria, de grau superior									
Professores 2.º e 3.º ciclos ensino básico e ensino secundário, profissionalizado, s/grau superior e » 5 anos									
Restantes professores. 2.º e 3.º ciclos ensino básico e ensino secundário c/» 20 anos									
Nível 9									1 086,00
Restantes professores dos 2.º e 3.º ciclos ensino básico e ensino secundário. c/» 15 anos									
Nível 10									965,00
Professores. 2.º e 3.º ciclos ensino básico e ensino secundário., profissionalizado, s/grau superior									
Professores 2.º e 3.º ciclos ensino básico e ensino secundário., não profissionalizado, c/habilitação própria, s/grau superior e » 5 anos									
Restantes professores dos 2.º e 3.º ciclos ensino básico e ensino secundário c/» 10 anos									
Nível 11									844,00
Restantes professores dos 2.º e 3.º ciclos ensino básico e ensino secundário c/» 5 anos									
Nível 12									823,00
Professores 2.º e 3.º ciclos ensino básico e ensino secundário, não profissionalizado, c/habilitação própria, s/grau superior									
Nível 13									770,00
Restantes professores do 2.º e 3.º ciclos ensino básico e do ensino secundário									
4- Educadores de infância e professores do 1.º ciclo do ensino básico com habilitação profissional e licenciatura									
Nível 1-A	Nível 1-B	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5	Nível 6	Nível 7	Nível 8	Nível 9
» 29 anos	28 anos	26/27 anos	23/25 anos	20/22 anos	16/19 anos	12/15 anos	8/11 anos	4/7 anos	0 a 3 anos
2 559,00	2 300,00	2 100,00	1 937,00	1 819,00	1 657,00	1 487,00	1 407,00	1 152,00	998,00
5- Educadores de infância e professores do 1.º ciclo do ensino básico com habilitação profissional									
Nível 1-A	Nível 1-B	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5	Nível 6	Nível 7	Nível 8	Nível 9
» 29 anos	28 anos	26/27 anos	23/25 anos	20/22 anos	16/19 anos	12/15 anos	8/11 anos	4/7 anos	0 a 3 anos
2 504,00	2 245,00	2 045,00	1 892,00	1 771,00	1 613,00	1 455,00	1 352,00	1 103,00	976,00
6- Restantes educadores e professores									
Nível 1									1 214,00
Educadores de infância s/curso, c/diploma e curso complementar » 26 anos									
Professores 1.º ciclo ensino básico, s/magistério, c/diploma e curso complementar » 26 anos									
Nível 2									1 157,00
Educadores de infância s/curso, c/diploma » 26 anos									
Professores 1.º ciclo ensino básico, s/magistério, c/diploma » 26 anos									
Nível 3									1 142,00
Educadores de infância s/curso, c/diploma e curso complementar » 25 anos									
Professores 1.º ciclo ensino básico, s/magistério, c/diploma e curso complementar » 25 anos									
Professores com grau superior e mais de 25 anos									
Educadores de estabelecimento com grau superior e mais de 25 anos									
Nível 4									1 083,00
Educadores de infância s/curso, c/diploma e curso complementar » 20 anos									
Professores 1.º ciclo ensino básico, s/magistério, c/diploma e curso complementar » 20 anos									
Professores com grau superior e mais de 20 anos									
Educadores de estabelecimento com grau superior e mais de 20 anos									
Educadores de infância s/curso, c/diploma » 25 anos									
Professores 1.º ciclo ensino básico, s/magistério, c/diploma » 25 anos									
Nível 5									964,00
Educadores de infância s/ curso, c/diploma e curso complementar » 15 anos									
Professores 1.º ciclo ensino básico, s/magistério, c/diploma e curso complementar » 15 anos									
Professores com grau superior e mais de 15 anos									
Educadores de estabelecimento com grau superior e mais de 15 anos									
Educadores de infância s/curso, c/diploma » 20 anos									
Professores 1.º ciclo ensino básico, s/magistério, c/diploma » 20 anos									

Nível 6								871,00
Educadores de infância s/curso, c/diploma e curso complementar » 10 anos								
Professores 1.º ciclo ensino básico, s/magistério, c/diploma e curso complementar » 10 anos								
Professores com grau superior e mais de 10 anos								
Educadores de estabelecimento com grau superior e mais de 10 anos								
Educadores de infância s/curso, c/diploma » 15 anos								
Professores 1.º ciclo ensino básico, s/magistério, c/diploma » 15 anos								
Professores sem grau superior e mais de 20 anos								
Educadores de estabelecimento sem grau superior e mais de 20 anos								
Nível 7								769,00
Educadores de infância s/curso, c/diploma e curso complementar » 5 anos								
Professores 1.º ciclo ensino básico, s/magistério, c/diploma e curso complementar » 5 anos								
Professores com grau superior e mais de 5 anos								
Educadores de estabelecimento com grau superior e mais de 5 anos								
Educadores de infância s/curso, c/diploma » 10 anos								
Professores 1.º ciclo ensino básico, s/magistério, c/diploma » 10 anos								
Professores sem grau superior e mais de 15 anos								
Educadores de estabelecimento sem grau superior e mais de 15 anos								
Nível 8								725,00
Educadores de infância s/curso, c/diploma » 5 anos								
Professores 1.º ciclo ensino básico, s/ magistério, c/diploma » 5 anos								
Educadores de estabelecimento com grau superior								
Professores sem grau superior e mais de 10 anos								
Educadores de estabelecimento sem grau superior e mais de 10 anos								
Nível 9								699,00
Educadores de infância s/curso, c/diploma e curso complementar								
Professores 1.º ciclo ensino básico, s/magistério, c/diploma e curso complementar								
Professores com grau superior								
Professores sem grau superior e mais de 5 anos								
Educadores de estabelecimento sem grau superior e mais de 5 anos								
Nível 10								637,00
Educadores de infância s/curso, c/diploma								
Professores 1.º ciclo ensino básico, s/magistério, c/diploma								
Professores. sem grau superior								
Educadores de estabelecimento sem grau superior								
Professores 1.º ciclo ensino básico, com diploma para as povoações rurais								
Professores autorizado 1.º ciclo ensino básico								
Educadores de infância autorizado								

## Notas

1- A progressão na carreira dos educadores de infância e professores do 1.º ciclo do ensino básico com habilitação profissional e licenciatura que se não encontrem no exercício efectivo de funções docentes tem por limite máximo o nível 5 da tabela B-4.

2- A progressão na carreira dos educadores de infância e professores do 1.º ciclo do ensino básico com habilitação profissional que se não encontrem no exercício efectivo de funções docentes tem por limite máximo o nível 5 da tabela B-5.

3- O disposto no número anterior tem natureza transitória, obrigando-se os outorgantes a promover a unificação do estatuto retributivo na medida em que os sistemas de cooperação das instituições com o Estado tal possibilitem, cabendo à comissão paritária definir a ocasião em que tais pressupostos estejam preenchidos, no quadro da valorização de todas as carreiras técnicas de grau superior.

4- Os montantes retributivos constantes das tabelas B-4 e B-5 são aplicáveis aos professores e educadores, enquanto se mantiverem no exercício efectivo de funções docentes, devendo aplicar-se o disposto nos números 1 e 2 quando cessarem funções dessa natureza.

5- Salvo convenção escrita em contrário, nomeadamente constante de contrato de comissão de serviço, o trabalhador que exerça funções de direcção ou coordenação técnica ou de direcção pedagógica terá direito a receber, pelo exercício de tais funções, uma remuneração complementar determinada nos termos seguintes:

- direcção ou coordenação técnica de apenas uma resposta social até 50 utentes - 80 euros;
- direcção ou coordenação técnica de apenas uma resposta social com mais de 50 utentes - 100 euros;
- direcção ou coordenação técnica de duas respostas sociais até 50 utentes - 120 euros;
- direcção ou coordenação técnica de duas respostas sociais, sendo uma até 50 utentes e outra com mais de 50 utentes - 140 euros;
- direcção ou coordenação técnica de duas respostas sociais com mais de 50 utentes - 160 euros;
- direcção pedagógica de estabelecimento de educação pré-escolar até 3 salas - 80 euros;
- direcção pedagógica de estabelecimento de educação pré-escolar com mais de 3 e menos de 7 salas - 100 euros;
- direcção pedagógica de estabelecimento de educação pré-escolar até 3 salas, em acumulação com a direcção ou coordenação técnica de outra resposta social - 120 euros;
- direcção pedagógica de estabelecimento de educação pré-escolar com mais de 3 e menos de 7 salas, em acumulação com a direcção ou coordenação técnica de outra resposta social - 140 euros;
- direcção pedagógica de estabelecimento de educação pré-escolar com mais de 7 salas - 140 euros;

- direcção técnica de estabelecimento de educação pré-escolar com mais de 7 salas, em acumulação com a direcção ou coordenação técnica de outra resposta social - 160 euros.

Tratando-se de uma resposta ou serviço que se não enquadre nos critérios quantitativos referidos, mas cuja complexidade justifique a existência de direcção técnica, a mesma será igualmente objecto de uma remuneração complementar, que, salvo convenção escrita em contrário, nomeadamente constante de contrato de comissão de serviço, é fixada no valor de 120 euros.

6- Cessando o exercício de funções de direcção ou coordenação técnica, bem como as de direcção pedagógica, seja por iniciativa do trabalhador seja por iniciativa da instituição, os trabalhadores referidos nos números anteriores passarão a ser remunerados pelo nível correspondente à sua situação na carreira profissional.

7- A reorganização das carreiras abrangidas pela tabela B produz efeitos a partir da data da entrada em vigor do CCT publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 39, de 22 de outubro de 2017, sendo os respectivos trabalhadores enquadrados nos níveis correspondentes aos anos de serviço que possuírem e passando as progressões na carreira a efectuar-se a partir da data referida exclusivamente de acordo com as regras estabelecidas nessa convenção, sem prejuízo da manutenção de retribuições mais elevadas já individualmente praticadas relativamente aos trabalhadores abrangidos pelo CCT publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 11, de 22 de março de 2009.

8- Sem prejuízo da aplicabilidade do novo valor da RMMG, de 600,00 euros, a partir de 1 de janeiro de 2019, nos termos do Decreto-Lei n.º 117/2018, de 27 de dezembro, os valores de remunerações mínimas constantes da presente tabela vigorarão a partir de 1 de julho de 2019.

Porto, 8 de julho de 2019.

Pela Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade - CNIS:

*José Macário Correia*, na qualidade de mandatário.

*Roberto Rosmaninho Mariz*, na qualidade de mandatário.

*Henrique Manuel de Queirós Pereira Rodrigues*, na qualidade de mandatário.

Pela FEPCES - Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços:

*Maria José Carvalho Esgueira*, na qualidade de mandatária.

*Ana Paula Quintela Rodrigues*, na qualidade de mandatária.

*José Carlos Carvalho Fernandes*, na qualidade de mandatário.

Pela Federação Nacional dos Professores - FENPROF:

*Graça Maria Cabral de Sousa Morgado dos Santos*, na qualidade de mandatária.

Pela Federação dos Sindicatos de Transportes e Comunicações - FECTRANS:

*Maria José Carvalho Esgueira*, na qualidade de mandatária.

*Ana Paula Quintela Rodrigues*, na qualidade de mandatária.

*José Carlos Carvalho Fernandes*, na qualidade de mandatário.

Pela FESAHT - Federação dos Sindicatos da Agricultura, Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo de Portugal:

*António Francisco Gonçalves Soares Baião*, mandatário.

Pela FEVICOM - Federação Portuguesa dos Sindicatos da Construção, Cerâmica e Vidro:

*Maria José Carvalho Esgueira*, na qualidade de mandatária.

*Ana Paula Quintela Rodrigues*, na qualidade de mandatária.

*José Carlos Carvalho Fernandes*, na qualidade de mandatário.

Pelo Sindicato dos Enfermeiros Portugueses - SEP:

*Jorge Manuel da Silva Rebelo*, mandatário.

Pelo Sindicato Nacional dos Psicólogos:

*Maria José Carvalho Esgueira*, na qualidade de mandatária.

*Ana Paula Quintela Rodrigues*, na qualidade de mandatária.

*José Carlos Carvalho Fernandes*, na qualidade de mandatário.

Pelo SIFAP - Sindicato Nacional dos Profissionais de Farmácia e Paramédicos:

*José Carlos Dantas*, na qualidade de mandatário.

Pelo Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, Solidariedade e Segurança Social - STSSSS:

*Joaquim Manuel Monteiro do Espírito Santo*, na qualidade de mandatário.

*Florentino Paulo Mota Silva*, na qualidade de mandatário.

*Pedro Miguel Pereira Faria*, na qualidade de mandatário.

Pelo Sindicato Nacional dos Técnicos Superiores de Saúde das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica:

*Luís Alberto Pinho Dupont*, na qualidade de vice-presidente e mandatário.

## **Declaração**

Informação da lista de sindicatos filiados na FEPCES:

CESP - Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal.

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Minho.

Sindicato dos Trabalhadores Aduaneiros em Despachantes e Empresas.

Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas, Profissões Similares e Atividades Diversas.

Sindicato dos Empregados de Escritório, Comércio e Serviços da Horta.

Informação da Lista de representados pela Federação Nacional dos Professores (FENPROF):

Sindicato dos Professores do Norte (SPN).  
Sindicato dos Professores da Região Centro (SPRC).  
Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL).  
Sindicato dos Professores da Zona Sul (SPZS).  
Sindicato dos Professores da Madeira (SPM).

FECTRANS - Federação dos Sindicatos de Transportes e Comunicações, representa os seguintes sindicatos:

STRUP - Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos de Portugal;

STRUN - Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos do Norte;

SNTSF - Sindicato Nacional dos Trabalhadores do Sector Ferroviário;

SIMAMEVIP - Sindicato dos Trabalhadores da Marinha Mercante, Agências de Viagens, Transitários e Pesca;

OFICIAISMAR - Sindicato dos Capitães, Oficiais Pilotos, Comissários e Engenheiros da Marinha Mercante;

STFCMM - Sindicato dos Transportes Fluviais, Costeiros e da Marinha Mercante;

STRAMM - Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários da Região Autónoma da Madeira;

SPTTOSH - Sindicato dos Profissionais dos Transportes, Turismo e Outros Serviços da Horta;

SPTTOSSMSM - Sindicato dos Profissionais dos Transportes, Turismo e Outros Serviços de São Miguel e Santa Maria.

FESAHT - Federação dos Sindicatos da Agricultura, Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo de Portugal, representa as seguintes organizações sindicais:

Sindicatos filiados:

Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Algarve;

Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Centro;

Sindicato dos Trabalhadores na Hotelaria, Turismo, Alimentação, Serviços e Similares da Região da Madeira;

Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hotelaria,

Turismo, Restaurantes e Similares do Norte;

Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul;

SINTAB - Sindicato dos Trabalhadores de Agricultura e das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos de Portugal;

STIANOR - Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação do norte;

STIAC - Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Alimentar do Centro, Sul e Ilhas;

SABCES - Açores - Sindicato dos Trabalhadores de Alimentação, Bebidas e Similares, Comércio, Escritórios e Serviços dos Açores.

Para os devidos efeitos se declara que a FEVICCOM - Federação Portuguesa dos Sindicatos da Construção, Cerâmica e Vidro, representa os seguintes sindicatos:

STCCMCS - Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimentos e Similares, Construção, Madeiras, Mármore e Cortiças do Sul e Regiões Autónomas;

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimentos e Similares da Região Norte;

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimentos, Construção, Madeiras, Mármore e Similares da Região Centro;

Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira;

Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Madeiras, Pedreiras, Cerâmica e Afins da Região a Norte do Rio Douro;

Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Madeiras, Mármore, Pedreiras, Cerâmica e Materiais de Construção de Portugal;

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Construção Cerâmica, Cimentos e Similares, Madeiras, Mármore e Pedreiras de Viana do Castelo e Norte - SCMPVCN;

SICOMA - Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Madeiras, Olarias e Afins da Região da Madeira.

Depositado em 25 de outubro de 2019, a fl. 111 do livro n.º 12, com o n.º 254/2019, nos termos do artigo 494.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro.

**Contrato coletivo entre a Associação Nacional dos Industriais de Lacticínios (ANIL) e outras e o Sindicato das Indústrias Metalúrgicas e Afins - SIMA  
- Alteração salarial e outra**

**CAPÍTULO I**

**Do âmbito e vigência do contrato**

**Cláusula 1.ª**

**(Âmbito)**

1- O presente CCT aplica-se em todo o território nacional abrangido, por um lado, as empresas singulares ou coletivas representadas pela Associação Nacional dos Industriais de Lacticínios (ANIL), AGROS - União das Cooperativas de Produtores de Leite de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes, UCRL, PROLEITE - Cooperativa Agrícola dos Produtores de Leite, CRL que se dediquem à indústria de lacticínios (CAE 10 510) e, por outro lado, os trabalhadores ao seu serviço com as categorias profissionais nelas previstas, representados pelas associações sindicais outorgantes.

2- Este contrato coletivo de trabalho é aplicável a 43 empregadores e a 5461 trabalhadores.

3- A presente revisão altera as tabelas salariais e outras da convenção publicada no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 20, de 29 de maio de 2018.

**Cláusula 15.ª**

**(Horário por turnos)**

- 1- ...
- 2- ...
- 3- ...
- 4- ...
- 5- ...
- 6- ...

7- Todos os trabalhadores que prestem serviço em horário por turnos terão direito a um subsídio de turno correspondente a:

a) Regime de três ou mais turnos rotativos - 17 % da remuneração de base;

b) Regime de dois turnos rotativos - 13 % da remuneração de base;

c) Regime de laboração contínua - 20 % da remuneração de base.

**ANEXO II**

**Tabela salarial**

A	Director	950,00
B	Chefe de área	915,00

C	Contabilista	840,00
D	Supervisor de equipa	737,00
E	Operador de produção especializado Técnico de vendas Técnico de manutenção Auto-vendedor Técnico administrativo	700,00
F	Operador de armazém Operador de manutenção Vulgarizador Analista de laboratório Assistente administrativo Motorista Fogueiro	675,00
G	Condutor de máquinas e aparelhos de elevação Repositor/promotor Chefe de secção II* Operador de produção	620,00
H	Operário não especializado	600,00
I	Estagiário	505,00

\* A extinguir quando vagar.

Esta tabela salarial e as restantes cláusulas de expressão pecuniária produzem efeitos a partir de 1 de fevereiro de 2019.

Porto, 7 de agosto de 2019.

Pela Associação Nacional dos Industriais de Lacticínios (ANIL):

*Rosa Ivone Martins Nunes*, mandatária.

*Maria Antónia Cadillon*, mandatária.

*Maria Emília Gil Ramos Roseiro*, mandatária.

*Marta Rafaela Branquinho Nunes Garcia*, mandatária.

Pela AGROS - União das Cooperativas de Produtores de Leite de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes, UCRL:

*Elisabete Maria Almeida Maia*, mandatária.

Pela PROLEITE - Cooperativa Agrícola dos Produtores de Leite, CRL:

*Manuel Albino Casimiro de Almeida*, mandatário.

Pelo Sindicato das Indústrias Metalúrgicas e Afins - SIMA:

*José Simões*, mandatário.

Depositado em 18 de outubro de 2019, a fl. 111 do livro n.º 12, com o n.º 252/2019, nos termos do artigo 494.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro.

## **Contrato coletivo entre a Associação dos Comerciantes do Porto e outras e o CESP - Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal e outro - Alteração salarial e outras**

### Cláusula prévia

O CCT para o comércio do Porto (retalhista), celebrado entre a Associação dos Comerciantes do Porto e outras e o CESP - Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal e outros, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 30, de 15 de agosto de 2014 e, última publicação no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 13, de 8 de abril de 2017, é alterado como segue:

### CAPÍTULO I

#### **Âmbito e vigência**

##### Cláusula 1.<sup>a</sup>

##### Área e âmbito

1- *a)* Este contrato colectivo de trabalho aplica-se às relações de trabalho existentes ou que venham a existir entre as entidades empregadoras que desenvolvem a actividade de comércio retalhista e ou prestação de serviços no distrito do Porto, inscritas nas associações empregadoras outorgantes e os trabalhadores ao seu serviço, inscritos nos sindicatos outorgantes.

*b)* Às entidades empregadoras que se dediquem às actividades de exportador, importador, armazenista, vendedor ambulante, feirante e agente comercial inscritas nas associações empregadoras outorgantes, bem como aos trabalhadores ao seu serviço, aplica-se o presente contrato colectivo de trabalho, desde que para o respectivo sector de actividade comercial não existam associações ou convenções específicas.

*c)* A presente convenção aplica-se também às relações de trabalho existentes ou que venham a existir entre as entidades empregadoras que exerçam a actividade de relojoaria/reparação e comércio de ourivesaria e relojoaria nos distritos de Aveiro, Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu representados pelas associações empregadoras outorgantes e os trabalhadores ao seu serviço representados pelas associações sindicais outorgantes.

*d)* Consideram-se abrangidas pela presente convenção as relações de trabalho existentes ou que venham a existir entre as entidades empregadoras que se dediquem à exploração da venda automática e de venda ao consumidor final através de catálogo, por correspondência ou ao domicílio, telemarketing e Internet e os trabalhadores ao seu serviço.

*b)* São ainda abrangidas pela presente convenção as relações de trabalho existentes ou que venham a existir entre entidades empregadoras e respectivos trabalhadores ao seu serviço, que se dediquem à reprodução de documentos, por meios mecânicos, electrónicos, digitais e laser (fotocópias e outros), reparação, molduras e consertos de calçado.

2- As partes outorgantes obrigam-se a requerer em conjunto ao respectivo ministério, no momento da entrega deste contrato para publicação, a sua extensão por regulamento, a todas as empresas e trabalhadores eventualmente não inscritos que reúnem as condições necessárias para a sua inscrição.

### Cláusula 2.<sup>a</sup>

#### Entrada em vigor

... ..  
2- As tabelas salariais e restante matéria com incidência pecuniária produzirão efeitos a partir de 1 de janeiro de 2019.  
... ..  
... ..

### CAPÍTULO IV

#### **Retribuição**

##### Cláusula 22.<sup>a</sup>

##### Retribuições certas mínimas

... ..  
12- Todos os trabalhadores com funções predominantemente de recebimento e ou pagamentos terão direito, mensalmente, a um subsídio de falhas no valor de 25,40 €.

... ..  
14- Caso as empresas não forneçam refeição obrigam-se a compartilhar com um subsídio de alimentação de montante nunca inferior a 4,46 €, em numerário ou senha, por cada dia completo de trabalho.

15- Aos trabalhadores que prestem trabalho ao sábado de tarde, nos termos previstos na cláusula 32.<sup>a</sup>-A do CCT negociado em 1998, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego* n.º 30, 1.<sup>a</sup> série de 15/8/1998, será pago um subsídio de alimentação de 6,72 € por cada sábado de trabalho prestado, sem prejuízo de outros valores e regimes mais favoráveis que estejam a ser praticados.

... ..

##### Cláusula 22.<sup>a</sup> - A

##### (Remuneração do trabalho nos domingos e feriados)

Os trabalhadores cujo período normal de trabalho inclui a prestação de trabalho no domingo e feriados, terão direito, pelo tempo de trabalho prestado a um subsídio, calculado segundo as fórmulas seguintes:

##### *a)* Trabalho no domingo:

Remuneração horária = (retribuição base x 12) : (n.º de horas de trabalho semanal x 52)

Remuneração diária = remuneração horária x n.º de horas diárias.

##### *b)* Trabalho no feriado:

Remuneração horária = [(retribuição base x 12) : (n.º de horas de trabalho semanal x 52)] x 2

Remuneração diária = remuneração horária x n.º de horas diárias.

... ..

... ..

Cláusula 27.<sup>a</sup>

**Grandes deslocações no Continente**

Os trabalhadores terão direito, nas grandes deslocações:

.....

b) A uma verba diária fixa para cobertura das despesas correntes de 2,55 € quando a ida e o regresso não se verificarem no mesmo dia;

.....

.....

Cláusula 28.<sup>a</sup>

**Grandes deslocações fora do Continente**

.....

2- A ajuda de custo a que se refere a alínea b) do número 1 pode, se o trabalhador assim o preferir e a deslocação for superior a 3 dias, ser substituída por uma verba fixa diária de 11,00 €, para cobertura de despesas correntes, além do pagamento das despesas de alojamento e alimentação.

Cláusula 30.<sup>a</sup>

**Horário de trabalho**

1- .....

2- .....

3- .....

4- Nos estabelecimentos que não encerrem ao domingo, e cujos trabalhadores acordem individual e expressamente trabalhar nesse dia, têm direito a um dia de descanso semanal obrigatório e um dia de descanso complementar, que devem ser escalados de modo a que o trabalhador tenha dois dias de descanso consecutivos, sendo que os dias de descanso devem coincidir, pelo menos uma vez por mês, com 1 fim de semana completo (sábado e domingo), não se contando para o efeito os sábados e domingos que ocorram no período de férias, mesmo que estas sejam repartidas;

5- (Manter a redacção do anterior número 4).

.....

CAPÍTULO VIII

**Suspensão da prestação de trabalho**

.....

Cláusula 66.<sup>a</sup>

**Descanso compensatório**

1- .....

2- .....

3- .....

4- .....

5- .....

6- .....

7- .....

8- Nos estabelecimentos que não encerrem ao domingo, e cujos trabalhadores acordem individual e expressamente trabalhar nesse dia, têm direito a um descanso compensatório

correspondente a 50 % das horas de trabalho realizado por cada domingo trabalhado.

.....

CAPÍTULO XV

**Disposições gerais**

.....

Cláusula 105.<sup>a</sup>

**(Técnicos de computadores - Preparação de curso)**

No decurso da vigência desta convenção, sempre que exista consenso entre entidade patronal e o técnico instrutor de que a preparação dos cursos implica a utilização de tempo para além do horário normal de trabalho, ser-lhe-á assegurada uma compensação de 11,05 € diários.

.....

Cláusula 106.<sup>a</sup>

**(Trabalhadores em carnes)**

.....

1- Os trabalhadores da secção de carnes têm direito a receber semanalmente um complemento de 22,08 €, o qual lhes poderá ser concedido em espécie.

Cláusula 107.<sup>a</sup>

**(Trabalhadores de hotelaria)**

.....

8- O valor da alimentação, que não é dedutível da parte pecuniária da retribuição, é para todos os efeitos desta convenção o constante da seguinte tabela:

a) Completa, por mês.....61,00 €

b) Avulsas:

Almoço, jantar ou ceia .....3,26 €

.....

.....

**Disposições finais e transitórias**

**Declaração**

Para cumprimento do disposto na alínea g) do artigo 492.º do Código do Trabalho, declara-se que serão potencialmente abrangidos pela presente convenção colectiva de trabalho 13 717 empresas e 45 600 trabalhadores.

ANEXO III

**Tabela salarial**

Níveis	Grupo I	Grupo II
A) Tabela salarial		
I	784,00 €	810,00 €
II	709,00 €	741,00 €
III	655,00 €	687,00 €

IV	619,00 €	651,00 €
V	SMN	610,00 €
VI	SMN	605,00 €
VII	SMN	SMN
VIII (*)	SMN	SMN
IX (*)	SMN	SMN
X (*)	SMN	SMN
XI	SMN	SMN
Praticantes de 17 - 16 anos a) e b) (**)		
B) Técnicos de computadores		
Chefe de secção		1 206,00 €
Subchefe de secção		1 123,00 €
Técnico de sistemas de computadores		1 077,00 €
Técnico de suportes de computadores		977,00 €
Técnico de computadores de 1.ª linha (mais de quatro anos)		902,00 €
Técnico de computadores de 1.ª linha (de dois a quatro anos)		827,00 €
Técnico de computadores de 1.ª linha (menos de dois anos)		766,00 €
Técnico auxiliar de computadores		645,00 €
Técnico estagiário		SMN
C) Técnicos de electromedicina/electrónica médica		
Chefe de oficina		1 206,00 €
Técnico de grau 1		1 123,00 €
Técnico de grau 2		1 076,00 €
Técnico de grau 3 (mais de quatro anos)		902,00 €
Técnico de grau 3 (de dois a quatro anos)		827,00 €
Técnico de grau 3 (menos de dois anos)		766,00 €
Técnico auxiliar		656,00 €
Técnico estagiário		SMN €
D) Técnicos de electromedicina/ electromecânica (pneumática) material cirúrgico de raios X		
Chefe de oficina		946,00 €
Técnico do grau 1		803,00 €
Técnico do grau 2		703,00 €
Técnico do grau 3 (mais de quatro anos)		622,00 €
Técnico do grau 3 (de dois a quatro anos)		SMN
Técnico do grau 3 (menos de dois anos)		SMN
Técnico auxiliar		SMN
Técnico estagiário (a)		SMN
E) Técnicos de informática		
Chefe de secção.		1 206,00 €
Analista de sistemas		1 139,00 €
Programador analista		1 062,00 €
Programador principal		1 020,00 €
Programador (mais de três anos)		929,00 €
Programador		778,00 €
Programador mecanográfico		724,00 €
Instalador de programas		651,00 €
Operador mecanográfico		651,00 €
Operador de computador		651,00 €
Perfurador-verificador/operador de registo de dados		609,00 €
Programador estagiário		SMN

F) Técnicos de electromecânica		
Chefe de secção		841,00 €
Técnico de electromecânica (mais de quatro anos)		743,00 €
Técnico de electromecânica (de dois a quatro anos)		659,00 €
Técnico de electromecânica (menos de dois anos)		SMN
Técnico auxiliar (*)		SMN
Técnico estagiário do 2.º ano (a)		SMN
Técnico estagiário do 1.º ano (a)		SMN
Aprendiz - 17 anos (b)		SMN
Aprendiz - 16 anos (b)		SMN

Nota: As demais matérias não objecto da proposta de revisão, mantêm-se com a redacção em vigor.

Lisboa, 8 de março de 2019.

Pelo CESP - Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal:

*Luís Pinto Figueiredo*, na qualidade de mandatário.

*Marisa Rosário Talhas Macedo Ribeiro*, na qualidade de mandatária.

*Maria Cristina Escarduça Faria Monteiro*, na qualidade de mandatária.

Pelo Sindicato dos Trabalhadores e Técnicos de Serviços, Comércio, Restauração e Turismo - SITESE:

*Dr. Luis Azinheira*, na qualidade de mandatário.

Pela Associação dos Comerciantes do Porto:

*Dr. Joel André Ferreira de Azevedo*, na qualidade de mandatário.

Pela Associação Comercial e Industrial do Concelho de Santo Tirso:

*Dr. Joel André Ferreira de Azevedo*, na qualidade de mandatário.

Pela Associação Empresarial do Concelho de Matosinhos:

*Fernando Fernandes de Sá Pereira*, na qualidade de mandatário.

Pela Associação Empresarial de Baião:

*Dr. Joel André Ferreira de Azevedo*, na qualidade de mandatário.

Pela Associação Empresarial do Marco de Canaveses:

*Dr. Joel André Ferreira de Azevedo*, na qualidade de mandatário.

Pela Associação Empresarial de Felgueiras:

*Dr. Joel André Ferreira de Azevedo*, na qualidade de mandatário.

Pela Associação Empresarial da Maia:

*Dr. Joel André Ferreira de Azevedo*, na qualidade de mandatário.

Pela Associação Empresarial de Amarante:

*Dr. Joel André Ferreira de Azevedo*, na qualidade de mandatário.

Pela Associação Comercial e Industrial do Concelho de Gondomar:

*Dr. Joel André Ferreira de Azevedo*, na qualidade de mandatário.

Pela Associação Empresarial da Póvoa de Varzim:

*Dr. Joel André Ferreira de Azevedo*, na qualidade de mandatário.

Pela Associação Empresarial de Penafiel:

*Dr. Joel André Ferreira de Azevedo*, na qualidade de mandatário.

Pela Associação Empresarial de Paços de Ferreira:

*Dr. Joel André Ferreira de Azevedo*, na qualidade de mandatário.

Depositado em 21 de outubro de 2019, a fl. 111 do livro n.º 12, com o n.º 253/2019, nos termos do artigo 494.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro.

**Acordo de adesão entre a MEO - Serviços Técnicos de Redes de Comunicações Eletrónicas, SA e o Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Telecomunicações e Audiovisual - SINTTAV e outros ao acordo coletivo entre a MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, SA e outras e os mesmos sindicatos**

Entre as associações sindicais signatárias do acordo coletivo de trabalho Altice Portugal - Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Telecomunicações e Audiovisual - SINTTAV; Sindicato dos Trabalhadores do Grupo Altice em Portugal - STPT; Sindicato Democrático dos Trabalhadores dos Correios, Telecomunicações, Média e Serviços - SINDETELCO; Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações - SNTCT; Sindicato Nacional dos Quadros das Telecomunicações - TENSIO; Sindicato dos Trabalhadores de Telecomunicações e Comunicação Audiovisual - STT; Sindicato das Comunicações de Portugal - SICOMP; Sindicato dos Engenheiros - SERS; Sindicato Nacional dos Engenheiros, Engenheiros Técnicos e Arquitetos - SNEET; Sindicato de Quadros das Comunicações - SINQUADROS; Sindicato dos Economistas; Sindicato dos Trabalhadores e Técnicos de Serviços, Comércio, Restauração e Turismo - SITESE; Sindicato Português dos Engenheiros Graduados na União Europeia - SPEUE; Sindicato Independente dos Trabalhadores da Informação e Comunicações - SITIC; Sindicato Nacional dos Transportes, Comunicações e Obras Públicas - FENTCOP - e a MEO - Serviços Técnicos de Re-

des de Comunicações Eletrónicas, SA é celebrado o presente acordo de adesão, nos termos do disposto no artigo 504.º do Código de Trabalho, publicado em anexo à Lei n.º 7/2009 de 12 de fevereiro, ao acordo coletivo de trabalho (ACT) Altice Portugal, publicado no *Boletim do Trabalho e do Emprego* (adiante designado BTE), n.º 29, de 8 de agosto de 2018.

Estima-se que o presente acordo de adesão abranja um total inicial máximo de 1937 trabalhadores, sendo aplicável no território nacional.

Lisboa, 16 de setembro de 2019.

Pela MEO - Serviços Técnicos de Redes de Comunicações Eletrónicas, SA:

*João Zúquete Dutschmann de Jesus da Silva*, procurador.

Pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Telecomunicações e Audiovisual - SINTTAV:

*Manuel Francisco Anselmo Coelho Gonçalves*, mandatário.

*António Marques Moura*, mandatário.

*Vitor Manuel Oliveira Lima Correia*, mandatário.

Pelo Sindicato dos Trabalhadores do Grupo Altice em Portugal - STPT:

*Acácio José Gomes de Almeida*, mandatário.

*Paulo Miguel Regalado Cordeiro*, mandatário.

Pelo SINDETELCO - Sindicato Democrático dos Trabalhadores dos Correios, Telecomunicações, Média e Serviços:

*José António de Jesus Arsénio*, mandatário.

*Eduardo Gomes Colaço*, mandatário.

*Manuel António Serraninho Vaz*, mandatário.

Pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações - SNTCT:

*Victor Manuel Teixeira Narciso*, mandatário.

*Paulo Jorge S. Gonçalves*, mandatário.

*Eduardo Manuel Miranda Neves Lameiro*, mandatário.

Pelo TENSIO - Sindicato Nacional dos Quadros das Telecomunicações:

*Francisco Figueiredo Violante*, mandatário.

*Madalena Vaz Gomes*, mandatária.

Pelo Sindicato dos Trabalhadores de Telecomunicações e Comunicação Audiovisual - STT:

*Francisco Manuel Cardoso Gonçalves*, mandatário.

*Rui Filipe Modesto Assunção*, mandatário.

Pelo SICOMP - Sindicato das Comunicações de Portugal:

*Victor Manuel Martins*, mandatário.

*Luís Vitor Rijo Alves Fernandes*, mandatário.

Pela FE - Federação dos Engenheiros que representa os seguintes sindicatos, seus filiados:

SERS - Sindicato dos Engenheiros;

SNEET - Sindicato Nacional dos Engenheiros, Engenheiros Técnicos e Arquitetos.

*Teresa Maria da Silva Ribeiro Marques de Oliveira Pinto*, mandatária.

*José Joaquim Coelho da Silva Monteiro*, mandatário.

Pelo Sindicato de Quadros das Comunicações - SINGUADROS:

*Antonino Manuel Henriques Simões*, mandatário.

*Eurico Domingos Pereira Lourenço*, mandatário.

Pelo Sindicato dos Economistas:

*João Manuel Netas Neves*, mandatário.

Pelo Sindicato dos Trabalhadores e Técnicos de Serviços, Comércio, Restauração e Turismo - SITESE:

*Luís Manuel Belmonte Azinheira*, mandatário.

Pelo Sindicato Português dos Engenheiros Graduados na União Europeia - SPEUE:

*José de Lima Barbosa*, mandatário.

*João Manuel Granjo Machado Lima*, mandatário.

*Joaquim Vieira Soares*, mandatário.

Pelo Sindicato Independente dos Trabalhadores da Informação e Comunicações - SITIC:

*Pedro Jorge Rodrigues Duarte*, mandatário.

*Rui Alexandre Silva Miranda de Carvalho Feixeira*, mandatário.-

Pelo Sindicato Nacional dos Transportes, Comunicações e Obras Públicas - FENTCOP:

*Luís Miguel de Sousa Carvalho*, mandatário.

Depositado em 17 de outubro de 2019, a fl. 110 do livro n.º 12, com o n.º 251/2019, nos termos do artigo 494.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro.

## DECISÕES ARBITRAIS

...

## AVISOS DE CESSAÇÃO DA VIGÊNCIA DE CONVENÇÕES COLETIVAS

...

## ACORDOS DE REVOGAÇÃO DE CONVENÇÕES COLETIVAS

...

## JURISPRUDÊNCIA

...

# ORGANIZAÇÕES DO TRABALHO

## ASSOCIAÇÕES SINDICAIS

### I - ESTATUTOS

...

### II - DIREÇÃO

#### **FNIE - Federação Nacional dos Inspectores do Estado - Eleição**

Identidade dos membros da direção eleitos em 24 de julho de 2019 para o mandato de dois anos.

Efetivos:

Presidente - Maria de Fátima Pereira Rodrigues, inspetora, da Associação dos Inspectores da Segurança Social (AISS).

Vice-presidentes:

Maria Armada Nunes de Carvalho, inspetora, do Sindicato dos Inspectores do Trabalho (SIT);

António João Elias Lomba, inspetor, da Associação dos Profissionais da Inspeção dos Fundos Europeus (APIFE);

Bruno Emanuel Machado Forte Figueiredo, inspetor, As-

sociação Sindical dos Funcionários da ASAE (ASF-ASAE);  
Maria da Anunciação Cabral Figueiredo, inspetora, da Associação dos Inspectores de Jogos (AIJ).

Suplentes:

Presidente: Nelson Miguel Braga Domingues, inspetor, da Associação dos Inspectores da Segurança Social (AISS).

Vice-presidentes:

Carla Maria Silva Cardoso, inspetora, do Sindicato dos Inspectores do Trabalho (SIT);

José Manuel Bravo Pereira, inspetor, da Associação dos Profissionais da Inspeção dos Fundos Europeus (APIFE);

Cristiano Jesus Santos, inspetor, Associação Sindical dos Funcionários da ASAE (ASF-ASAE);

Maria João Maio Calado Nogueira, inspetora, da Associação dos Inspectores de Jogos (AIJ).

## ASSOCIAÇÕES DE EMPREGADORES

## I - ESTATUTOS

### **AICCS - Associação Nacional da Indústria e Comércio de Colas e Similares que passa a denominar-se APCAS - Associação Portuguesa de Colas, Adesivos e Selantes - Alteração**

Alteração de estatutos aprovada em 2 de outubro de 2019, com última publicação no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 43, de 22 de novembro de 2014.

#### CAPÍTULO I

#### **Da constituição, denominação, sede, fins e atribuições**

##### Artigo 1.º

1- A APCAS - Associação Portuguesa de Colas, Adesivos e Selantes, pessoa coletiva de direito privado, é uma associação patronal, de empresas que se dedicam às atividades a que se refere o artigo 2.º, número 2, sem fins lucrativos e de duração ilimitada, constituída ao abrigo e em conformidade com lei vigente.

2- A associação pode ser designada abreviadamente por APCAS.

##### Artigo 2.º

1- A APCAS tem âmbito nacional e a sua sede é na Av. António Augusto de Aguiar, n.º 118 - 1.º andar, 1050-019 Lisboa, freguesia das Avenidas Novas, concelho de Lisboa, podendo estabelecer delegações ou qualquer outra forma de representação social onde seja conveniente.

2- A associação compreende internamente três divisões, correspondentes aos seguintes grupos de atividade:

I) Empresas, singulares ou coletivas, que exerçam, isolada ou cumulativamente, a atividade de produção de colas, adesivos, selantes e produtos similares;

II) Empresas, singulares ou coletivas, que exerçam a atividade de produção de matérias-primas utilizadas na fabricação dos produtos referenciados na divisão anterior;

III) Empresas, singulares ou coletivas, que exerçam a atividade de comércio grossista (armazenista, importadores, exportadores, distribuidores e outras legalmente reconhecidas como tal) em relação aos produtos indicados na divisão I e divisão II.

##### Artigo 3.º

A associação tem por objeto:

a) Estudar e defender os interesses morais, sociais e económicos dos seus associados, no quadro dos interesses comuns do setor económico a que pertencem;

b) Desenvolver o espírito de solidariedade e apoio recíproco entre os associados, tendo em vista, especialmente, o

exercício de direitos e obrigações comuns;

c) Representar o conjunto dos seus associados perante órgãos de soberania, serviços da administração e quaisquer outras entidades públicas ou privadas e sindicais;

d) Organizar e manter serviços de interesse para as empresas associadas e constituir, nos termos que vierem a ser regulamentados os fundos necessários para o efeito;

e) Promover a capacidade empresarial e o prestígio dos seus associados, bem como a qualidade dos respetivos produtos, organizando ações de formação técnica e profissional no âmbito das diversas atividades;

f) Combater pelos meios lícitos ao seu alcance todas as formas de concorrência desleal, bem como o exercício da atividade em infração a preceitos legais e regulamentares que a disciplinam.

##### Artigo 4.º

No âmbito dos fins assinalados no artigo anterior compete, predominantemente, à associação:

a) Estabelecer entre os seus membros as relações necessárias ao seu funcionamento;

b) Representar os seus associados na negociação e celebração de acordos de contratação laboral, em nome e por conta da totalidade ou parte deles prestando-lhes serviços ou assistindo-os aquando das negociações particulares;

c) Colaborar com os departamentos oficiais na definição da política industrial e fiscal;

d) Intervir e participar ativamente na discussão e desenvolvimento dos projetos de legislação, regulamentação e normalização relacionados com o setor e/ou que visem a harmonização da legislação nacional com a ordem jurídica comunitária;

e) Propor e participar na elaboração de normas de classificação e de qualidade de produtos, na perspetiva da proteção do ambiente e do bem-estar da sociedade, incluindo aspetos relacionados com a publicidade lesiva dos interesses dos associados ou do consumidor;

f) Representar os associados em organismos oficiais ou profissionais, nacionais e internacionais, de interesse para o setor;

g) Integrar-se em organizações de grau superior nacionais ou internacionais - uniões, federações ou confederações - ou outras de interesse para a associação, conjugando a respetiva atividade para a resolução de problemas comuns;

h) Divulgar informações e elementos estatísticos de interesse para o setor;

i) Promover e participar em soluções coletivas de questões de interesse geral;

j) Conferir, eventualmente, à entidade ou entidades associativas de grau superior em que se encontre inscrita os poderes necessários para a poder representar perante terceiros, com vista ao exercício de qualquer das competências referidas nas alíneas anteriores.

## CAPÍTULO II

### Dos associados

#### Artigo 5.º

1- A associação é constituída por pessoas singulares ou coletivas de direito privado que exerçam com fins lucrativos, as atividades a que se refere o artigo 2.º, número 2 que preencham os requisitos fixados na lei, nos presentes estatutos ou que venham a ser estabelecidos em assembleia-geral.

2- Podem ainda ser associadas, as empresas, singulares ou coletivas que, estando diretamente ligadas às atividades industriais e comerciais representadas, desejem beneficiar dos serviços de informação e apoio que a associação possa prestar na prossecução dos seus objetivos.

3- Os associados a que se refere o número 1, serão designados por associados efetivos; os associados a que se reporta o número 2, serão designados por associados aderentes.

4- Pela admissão o associado efetivo pagará uma joia no montante fixado pela assembleia-geral.

#### Artigo 6.º

1- São direitos de todos os associados:

a) Apresentar sugestões ou iniciativas que julguem convenientes à realização dos objetivos estatutários;

b) Frequentar a sede e outras instalações da associação, bem como utilizar os seus serviços nas condições que forem estabelecidas pela direção;

c) Usufruir dos demais benefícios ou regalias que a associação venha a proporcionar.

2- São direitos dos associados efetivos:

a) Participar na vida e gestão administrativa da associação, incluindo os direitos de eleger e ser eleito para qualquer cargo associativo;

b) Requerer a convocação da assembleia-geral nos termos do número 2 do artigo 12.º

#### Artigo 7.º

1- São deveres dos associados efetivos:

a) Participar na vida e gestão administrativa da associação;

b) Comparecer ou fazer-se representar nas assembleias-gerais e reuniões para que forem convocados;

c) Prestar as informações e fornecer os elementos que lhes forem solicitados para a boa realização dos fins sociais e administrativos;

d) Fornecer todas as informações necessárias para que a associação cumpra os seus objetivos estatutários.

2- São ainda deveres dos associados efetivos e dos associados aderentes:

a) Cumprir e acatar as disposições regulamentares e estatutárias e os compromissos assumidos em sua representação pela associação, bem como o que for estabelecido pela assembleia-geral;

b) Satisfazer os encargos financeiros que lhes couberem de harmonia com o que for estabelecido pela assembleia-geral;

c) Contribuir para o bom nome da associação e para a eficácia da sua atuação;

d) Comunicar por escrito à direção, no prazo de 20 (vinte) dias, as alterações do respetivo pacto social, dos órgãos sociais, do domicílio ou sede, da pessoa ou pessoas que assumem a sua representação nesta associação e ainda quaisquer outras que digam respeito à sua situação de associado ou que possam vir a ser, fundamentadamente, solicitadas pela associação neste âmbito.

#### Artigo 8.º

Os cargos sociais poderão ser remunerados se e como a assembleia-geral decidir.

## CAPÍTULO III

### Da assembleia-geral

#### Artigo 9.º

1- A assembleia-geral é constituída por todos os associados no pleno uso dos seus direitos, conforme definido no número 1 do artigo 10.º e será dirigida por uma mesa composta por um presidente e um secretário.

2- Compete ao presidente convocar as assembleias e dirigir os respetivos trabalhos e ao secretário substituir o presidente nos respetivos impedimentos e assegurar todo o expediente relativo às assembleias, nomeadamente a redação das atas, de harmonia com as instruções do presidente.

#### Artigo 10.º

1- Só podem participar nas assembleias-gerais os associados no pleno uso dos seus direitos, nomeadamente os que não têm atraso no pagamento de quotas superior a 3 meses.

2- Os associados com direito a participar nas assembleias-gerais poder-se-ão fazer representar nas mesmas por outro associado também na posse de todos os seus direitos, podendo tal representação ser feita por mera carta dirigida ao presidente da mesa ou a quem o substituir.

3- Nenhum associado poderá, todavia, representar em assembleias-gerais mais do que três sócios.

#### Artigo 11.º

1- Compete à assembleia-geral:

a) Eleger trienalmente a sua mesa e os membros da direção e do conselho fiscal, recaindo a votação em listas de candidatos apresentadas até 15 dias antes da reunião eletiva, sendo assegurada a igualdade de oportunidades e tratamento imparcial a todas as que forem aceites, nos termos dos presentes estatutos;

b) Suspender ou demitir a mesa, a direção ou o conselho fiscal, ou qualquer dos seus membros;

c) Deliberar, anualmente, sobre a aprovação do relatório, balanço e contas de cada exercício que lhe sejam presentes pela direção bem como sobre o parecer do conselho fiscal;

d) Fixar, mediante proposta da direção, os montantes da joia e da quotização a pagar pelos associados;

e) Apreciar e votar as linhas gerais de atuação, orçamento e programas de gestão propostos pela direção;

f) Deliberar sobre a dissolução e liquidação da associação;

g) Deliberar sobre se e como os cargos sociais são remunerados;

h) Conceder poderes à direção, para celebrar acordos com terceiros em matérias que sejam da sua competência;

i) Deliberar sobre a alteração dos estatutos, regulamentos e demais assuntos da associação que, legalmente, lhe estejam afetos;

j) Definir as linhas de orientação da associação de acordo com os legítimos interesses dos associados, as responsabilidades sociais do setor e o quadro das finalidades previstas nos presentes estatutos;

k) Deliberar sobre quaisquer outros assuntos para que tenha sido devidamente convocada.

2- Na composição da mesa da assembleia-geral, da direção e do conselho fiscal será assegurada a participação de representantes de cada uma das divisões, salvo no caso de manifesta inexistência de candidato ou candidatas.

3- A assembleia que deliberar a suspensão ou destituição de corpos sociais, ou de algum membro que os integre, elegerá ou promoverá a eleição dos respetivos substitutos, cujos mandatos cessarão com o termo da suspensão do exercício de funções do corpo social, ou do membro substituído, ou no termo do mandato dos corpos sociais a que asseguraram a substituição.

#### Artigo 12.º

1- A assembleia-geral reunir-se-á ordinariamente:

a) Até 31 de março de cada ano para apreciação do relatório da direção, balanço e contas do ano anterior;

b) Até 31 de março dos anos em que haja lugar à eleição dos corpos sociais referidos na alínea a) do número 1 do artigo 11.º dos presentes estatutos;

c) Até 30 de novembro de cada ano para aprovar o orçamento e planos de gestão propostos pela direção para o ano seguinte.

2- A assembleia-geral reunir-se-á extraordinariamente:

a) Sempre que convocada por iniciativa do presidente da mesa ou a pedido da direção ou do conselho fiscal;

b) Por iniciativa de associados que representem, pelo menos, um quinto do número total de sócios no pleno gozo dos seus direitos.

3- A convocação é feita pelo presidente da mesa por carta registada, dirigida aos associados com uma antecedência mínima de oito dias sobre a data da assembleia, contando-se os oito dias a partir da data do registo; em alternativa, pode ser enviada por correio eletrónico, com recibo de leitura, aos associados que comuniquem previamente o seu consentimento.

4- A assembleia-geral só poderá funcionar em primeira convocatória desde que estejam presentes, ou representados, pelo menos metade dos associados no pleno gozo dos seus direitos.

5- A assembleia reunirá em segunda convocatória, com qualquer número de membros, um quarto de hora depois de marcada.

6- Deliberações da assembleia-geral:

Salvo o disposto nas alíneas seguintes, as deliberações da assembleia-geral são tomadas por maioria absoluta de votos dos associados presentes.

a) As deliberações sobre alterações dos estatutos e destituição de titulares dos órgãos sociais exigem o voto favorável de 75 % dos votos dos associados presentes.

b) As deliberações sobre dissolução ou liquidação da associação exigem o voto favorável de pelo menos 75 % do número de votos representativos de todos os associados.

c) Não poderão ser tomadas deliberações estranhas à ordem do dia, salvo se todos os associados estiverem presentes ou devidamente representados e concordarem com o aditamento.

#### Artigo 13.º

1- Cada associado terá direito a, pelo menos, um voto.

2- O número de votos a atribuir a cada associado será fixado em assembleia-geral, mediante proposta da direção, e será proporcional ao montante da quotização anual, em conformidade com os escalões que forem estabelecidos. No entanto, a nenhum associado deverá ser atribuído mais do décuplo dos do associado que de menos votos dispuser.

### CAPÍTULO IV

#### Da direção

#### Artigo 14.º

1- A direção será constituída por um número de membros entre três e seis, eleitos em assembleia-geral, que designará um presidente, sendo os restantes vice-presidentes.

2- Na primeira reunião após a respetiva eleição a direção designará de entre os vice-presidentes, aquele que exercerá as funções de tesoureiro.

#### Artigo 15.º

A direção tem os mais amplos poderes de administração e gestão, em conformidade com o disposto na lei e nos presentes estatutos competindo-lhe, designadamente:

a) Representar a associação em juízo e fora dele, bem como constituir mandatários;

b) Admitir os associados, decidir sobre a caducidade das respetivas inscrições;

c) Submeter à assembleia-geral, para aprovação, as linhas gerais de atuação da associação, bem como os respetivos planos plurianuais e programas anuais;

d) Submeter à assembleia-geral, para aprovação, o orçamento ordinário de cada exercício e os orçamentos anuais que venham a mostrar-se necessários;

e) Gerir os fundos da associação;

f) Executar e fazer cumprir as disposições legais e estatutárias, as deliberações da assembleia-geral e as suas próprias resoluções;

g) Negociar e celebrar convenções coletivas de trabalho e outros compromissos de carácter social, bem como quaisquer acordos com terceiros, no âmbito dos poderes que lhe são atribuídos pelos presentes estatutos ou de mandato que lhe tenha sido conferido pela assembleia-geral;

h) Apresentar à assembleia-geral o seu relatório anual, o balanço e as contas do exercício;

i) Aplicar aos associados sanções a que os mesmos venham a estar sujeitos, nos termos dos presentes estatutos ou de qualquer regulamento interno aprovado pela assembleia-geral;

j) Nomear comissões ou grupos de trabalho para o estudo dos problemas da associação e das atividades nela representadas;

k) Conferir às organizações de grau superior em que a associação se encontre filiada os necessários poderes de representação, designadamente para efeitos do disposto na alínea g);

l) Admitir e demitir pessoal;

m) Elaborar os regulamentos necessários ao seu funcionamento e ao funcionamento dos serviços da associação;

n) Praticar tudo o que for julgado conveniente à realização dos fins da associação, com respeito pelas linhas de orientação definidas pela assembleia-geral, nos termos da alínea j) do artigo 11.º

#### Artigo 16.º

1- A direção reunir-se-á sempre que os interesses da associação o exijam, mediante convocatória do seu presidente, por sua iniciativa, ou a pedido de qualquer dos seus membros, mas nunca menos do que uma vez por trimestre.

2- A direção não pode deliberar sem que esteja presente a maioria dos seus membros.

3- Das reuniões serão lavradas atas que deverão ser assinadas por todos os presentes e constar do respetivo livro.

#### Artigo 17.º

As decisões da direção serão tomadas por maioria dos seus membros, que deverão estar presentes, tendo o presidente voto de desempate.

#### Artigo 18.º

A associação ficará validamente obrigada em todos os seus atos e contratos pelas assinaturas de dois membros da direção, sendo uma delas a do presidente ou a do tesoureiro.

#### Artigo 19.º

O presidente da direção, será substituído nas suas faltas e impedimentos por um vice-presidente.

### CAPÍTULO V

#### Da fiscalização

#### Artigo 20.º

1- A fiscalização da associação é assegurada por um conselho fiscal constituído por três membros, eleitos trienalmente entre os associados, os quais designam entre si um presidente.

#### Artigo 21.º

1- Compete ao conselho fiscal verificar as contas e atos da direção, podendo assistir às suas reuniões sempre que o julgue necessário ou a solicitação desta não podendo, porém, tomar parte nas respetivas deliberações.

2- O conselho elaborará um relatório e parecer para ser apresentado anualmente à assembleia-geral ordinária juntamente com o relatório, balanço e contas da direção.

#### Artigo 22.º

1- O conselho fiscal deverá reunir-se pelo menos uma vez por ano, por convocação do presidente e, no impedimento deste, por um dos vogais devendo estar presente a maioria dos seus membros.

2- As reuniões do conselho fiscal são tomadas por maioria, tendo o presidente o voto de desempate.

### CAPÍTULO VI

#### Disposições gerais

#### Da admissão, demissão e disciplina

#### Artigo 23.º

As pessoas singulares ou coletivas que podem ser membros da associação de acordo com o artigo 5.º, obterão a sua admissão, solicitando-a por escrito, com uma antecedência mínima de 30 dias, através de carta ou *e-mail* dirigidos ao presidente da direção na qual comprovarão o exercício da atividade pela forma que a direção venha a definir e declararão a sua adesão expressa aos presentes estatutos.

#### Artigo 24.º

1- Qualquer associado pode retirar-se da associação, por comunicação, em carta registada, dirigida ao presidente da direção.

2- O associado demissionário obriga-se ao pagamento da quotização em dívida à data de demissão e ao cumprimento de qualquer penalidade ou compromisso a que esteja vinculado.

3- O associado demissionário perde o direito a qualquer participação nos fundos da associação.

#### Artigo 25.º

1- Perdem a qualidade de associado:

a) Os associados que, voluntariamente, por escrito e com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias, manifestem essa intenção à direção;

b) Os associados efetivos que tenham deixado de exercer quaisquer das atividades mencionadas no número 2 do artigo 2.º;

c) Os associados que sejam declarados insolventes ou sejam dissolvidos;

d) Os associados a quem tenha sido aplicada a pena disciplinar de expulsão nos termos do número 4, alínea c) e do número 5 do 26.º artigo.

2- Os associados que deixem de o ser, por sua própria iniciativa, ou que tenham sido expulsos nos termos do número 5 do artigo 26.º, poderão ser readmitidos pela direção, ficando tal readmissão, em qualquer caso e sem prejuízo da análise e deliberação da direção, condicionada ao prévio pagamento de quaisquer débitos à associação, nomeadamente, de todas as quotas em atraso se existirem.

#### Artigo 26.º

1- Os associados estão sujeitos ao poder disciplinar nos termos da lei vigente.

2- Constitui infração disciplinar, punível com sanção disciplinar, a violação culposa por parte dos associados dos seus deveres.

3- O procedimento disciplinar é escrito, dispondo o arguido do prazo de 10 dias, contados da notificação dos factos de que é acusado, para apresentar a sua defesa por escrito e solicitar a realização das diligências probatórias que considere adequadas.

4- As sanções disciplinares são, consoante a gravidade da infração e do grau da culpa do arguido:

- a) Advertência;
- b) Suspensão;
- c) Expulsão.

5- A sanção prevista na alínea c) do número anterior só é aplicável aos casos de grave violação de deveres fundamentais, por deliberação da assembleia-geral ou da direção, por delegação daquela, e requer o voto favorável de, pelo menos, dois terços dos seus membros.

6- Da aplicação de sanções previstas no número 4 cabe recurso para a assembleia-geral.

#### Artigo 27.º

1- O associado excluído obriga-se ao pagamento da quotização em dívida à data da exclusão e ao cumprimento de qualquer penalidade que lhe seja aplicada ou compromisso a que esteja vinculado.

2- O associado excluído perde o direito a qualquer participação nos fundos da associação.

### CAPÍTULO VII

#### Da representação dos associados

#### Artigo 28.º

1- Os associados que sejam pessoas coletivas far-se-ão representar por gerentes, administradores ou procuradores para o efeito designados, de harmonia com os respetivos estatutos.

2- Quando forem eleitos para cargos sociais pessoas coletivas, indicarão estas a pessoa física que as representa e o suplente que entrará em funções no impedimento da primeira, podendo tal designação ser feita por simples carta assinada por quem tenha poderes de representação da pessoa coletiva eleita.

### CAPÍTULO VIII

#### Disposições gerais

#### Artigo 29.º

O ano social coincide com o ano civil.

#### Artigo 30.º

1- Constituem receitas gerais da associação:

- a) O produto das joias e quotas, bem como o das multas aplicadas por infrações disciplinares;
- b) Os rendimentos dos bens próprios da associação;
- c) Quaisquer fundos, donativos ou legados que lhe venham a ser atribuídos;
- d) A venda de quaisquer bens produzidos ou adquiridos pela associação;
- e) Os rendimentos resultantes da organização de eventos, ações de formação ou outras iniciativas, bem como da celebração de protocolos ou acordos com interesse para os associados em geral.

#### Artigo 31.º

1- A associação só poderá ser dissolvida por deliberação da assembleia-geral, expressamente convocada para o efeito, que decidirá sobre a forma e o prazo de liquidação, bem como sobre o destino a dar aos bens que constituem o seu património, os quais não podem ser distribuídos pelos associados.

2- Na mesma reunião é designada uma comissão composta por dois liquidatários, aos quais são atribuídos poderes idênticos aos liquidatários das sociedades comerciais e que passam a representar a associação em todos os atos exigidos pela liquidação.

#### Artigo 33.º

1- Todas as matérias omissas nestes estatutos e que por lei não estejam obrigadas a ser neles especificadas, podem ser objeto de regulamentos.

2- A vigência, interpretação e aplicação das normas estatutárias e regulamentares da APCAS, com as devidas adaptações, ficam sujeitas ao regime jurídico previsto no Código Civil Português.

Registado em 18 de outubro de 2019, ao abrigo do artigo 449.º do Código do Trabalho, sob o n.º 37, a fl. 144 do livro n.º 2.

## **GROQUIFAR - Associação de Grossistas de Produtos Químicos e Farmacêuticos - Alteração**

Alteração de estatutos aprovada em 28 de março de 2019, com última publicação no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 29, de 8 de agosto de 2016.

### **CAPÍTULO I**

#### **Denominação, sede e objeto**

##### **Artigo 1.º**

1- A GROQUIFAR - Associação de Grossistas de Produtos Químicos e Farmacêuticos, pessoa coletiva de direito privado, é uma associação patronal de grossistas, pré-grossistas, distribuidores, armazenistas, agentes comerciais de produtos químicos e farmacêuticos e serviços afins, sem fins lucrativos, e é constituída por tempo indeterminado em conformidade com a lei.

2- A associação pode ser designada abreviadamente por GROQUIFAR.

##### **Artigo 2.º**

1- A GROQUIFAR tem a sua sede na Avenida António Augusto de Aguiar, n.º 118, 1.º, 1050-019 Lisboa, freguesia das Avenidas Novas, concelho de Lisboa.

2- A associação poderá estabelecer delegações regionais ou outras formas de representação em qualquer outro local, em Portugal e no estrangeiro, desde que aprovadas pela assembleia-geral e se tal for considerado conveniente para a prossecução dos seus fins.

##### **Artigo 3.º**

1- Constitui objeto da associação:

*a)* Representar as entidades nela inscritas, ajudando-as no estudo e resolução dos problemas de importação, exportação e distribuição ou venda de produtos farmacêuticos, agroquímicos, veterinários, químicos e ainda nos decorrentes da prestação de serviços de controlo de pragas urbanas, defendendo os respetivos interesses e, em geral, prossequindo todas as atividades e finalidades que, no âmbito dos presentes estatutos, contribuam para o justo progresso das entidades associadas;

*b)* Promover o entendimento, a solidariedade e o apoio recíproco entre as entidades associadas, com vista a um melhor e mais eficaz exercício dos direitos e obrigações comuns;

*c)* Representar as entidades associadas junto da administração pública, das outras associações congéneres ou não, nacionais ou estrangeiras e das instituições representativas dos trabalhadores, com vista ao desenvolvimento socioeconómico dos setores e do país e para resolução dos problemas comuns;

*d)* Negociar e celebrar com os sindicatos interessados, nos termos legalmente estabelecidos, convenções coletivas de trabalho obrigatórias para todos ou parte dos associados, bem como prestar assistência na preparação e negociação de acordos coletivos de trabalho de empresa;

*e)* Associar-se a terceiros, designadamente, tornando-se membro de pleno direito, com participação ativa, em diversas associações e confederações nacionais e internacionais ou outras organizações, promovendo e participando em protocolos e acordos que revistam interesse para a prossecução dos fins estatutários;

*f)* Estruturar e prestar serviços de apoio adequados às necessidades de dinamização e assessoria das entidades associadas;

*g)* Dispor de bases de dados técnicos, legislativos e documentais e apoio para a sua utilização;

*h)* Prestar serviços de divulgação e informação adequados às atividades das entidades associadas;

*i)* Prestar serviços de assistência técnica e outros aos associados, diretamente ou através de outras pessoas coletivas, criadas ou a criar para o efeito, ou em regime de subcontratação, sempre com o intuito de beneficiar os seus associados e defender os seus interesses;

*j)* Promover a atualização tecnológica da associação e das suas associadas;

*k)* Desenvolver e implementar planos de formação consonantes com os diagnósticos e levantamentos de necessidades de formação realizados;

*l)* Realizar colóquios, conferências e outras atividades de interesse para os associados;

*m)* Realizar, publicar e divulgar estudos sobre os setores, assim como publicações periódicas sobre as atividades representadas pela associação;

*n)* Promover e apresentar propostas legislativas respeitantes a matérias do interesse dos setores da associação.

### **CAPÍTULO II**

#### **Dos associados, seus direitos e deveres**

##### **Artigo 4.º**

1- A associação é constituída por associados efetivos, associados aderentes e associados honorários, que se caracterizam nos seguintes termos:

*a)* Podem ser associados efetivos da associação todas as pessoas singulares ou coletivas que, no território nacional, se dediquem ao exercício da atividade de importação, exportação e distribuição ou venda de produtos farmacêuticos, agroquímicos, veterinários, químicos, biocidas ou à prestação de serviços de controlo de pragas urbanas, oficialmente autorizadas para o exercício desta atividade.

*b)* Podem ser associados aderentes da associação pessoas singulares ou coletivas que queiram pertencer à associação, mesmo que o seu objeto social não coincida com o desta.

*c)* Podem ser associados honorários pessoas singulares ou coletivas que se tenham destacado nos setores de atividade da associação, pelo seu mérito próprio ou por terem prestado serviços relevantes à associação ou aos seus setores.

2- Sem prejuízo dos direitos e deveres consagrados nos estatutos da associação, os associados aderentes e os associados honorários têm o direito a participar nas assembleias-gerais mas não podem votar nem ser eleitos.

3- A admissão dos associados efetivos é deliberada pela direção, após requerimento dos interessados, em impresso próprio e acompanhado pelos documentos identificativos da entidade e comprovativos do preenchimento dos requisitos acima estabelecidos, sendo que desta deliberação cabe recurso, interposto no prazo de 15 (quinze) dias, para a assembleia-geral, pelo requerente ou por qualquer associado.

4- A admissão dos associados aderentes é deliberada pela direção, após requerimento dos interessados, em impresso próprio e acompanhado pelos documentos identificativos da entidade, sendo que desta deliberação, cabe recurso, interposto no prazo de 15 (quinze) dias, para a assembleia-geral, pelo requerente.

5- Os associados honorários são designados pela assembleia-geral, sob proposta da direção.

6- As entidades associadas serão representadas perante a associação pela pessoa ou pessoas que indicarem, as quais devem ter nestas a qualidade de administradores ou gerentes, com poderes gerais de representação e administração, a comprovar por documento legal bastante, ou ainda por procurador ou procuradores que possuam poderes bastantes para o efeito.

7- A caducidade ou revogação da representatividade mencionada no número anterior do presente artigo implica a designação e comunicação à associação, por escrito, de substituto no prazo máximo de 20 (vinte) dias.

#### Artigo 5.º

São direitos dos associados, sem prejuízo das limitações indicadas no artigo 4.º número 2 relativamente aos associados aderentes e honorários:

- a) Tomar parte nas assembleias-gerais e nas assembleias da divisão setorial respetiva;
- b) Eleger e serem eleitos para os cargos associativos;
- c) Requerer a convocação da assembleia-geral nos termos destes estatutos;
- d) Apresentar sugestões ou iniciativas que julguem convenientes para a realização dos fins estatutários;
- e) Utilizar os serviços da associação nas condições que forem estabelecidas pela direção;
- f) Ser representados pela associação nos assuntos que lhes digam respeito.

#### Artigo 6.º

São deveres dos associados, sem prejuízo das limitações indicadas no artigo 4.º número 2 relativamente aos associados aderentes e honorários:

- a) Pagar pontualmente as quotas fixadas pela assembleia-geral da associação;
- b) Pagar os serviços e bens solicitados à associação que não estejam incluídos no valor da quota;
- c) Exercer os cargos associativos para que forem eleitos ou designados;
- d) Observar o preceituado nos estatutos, cumprir as deliberações dos órgãos associativos e os regulamentos internos da associação;
- e) Comparecer às assembleias-gerais e às reuniões para que forem convocados;
- f) Prestar colaboração efetiva em todas as iniciativas para

que forem solicitados pelos órgãos sociais;

g) Contribuir para o bom nome da associação e para a eficácia da sua atuação;

h) Comunicar por escrito à direção, no prazo de 20 (vinte) dias, as alterações do respetivo pacto social, dos órgãos sociais, do domicílio ou sede, da pessoa ou pessoas que assumem a sua representação nesta associação e ainda quaisquer outras que digam respeito à sua situação de associado ou que possam vir a ser fundamentamente solicitadas pela associação neste âmbito;

i) Respeitar as regras deontológicas que, para cada setor, venham a ser estabelecidas em regulamento interno por cada mesa da divisão;

j) Fornecer todas as informações necessárias para que a associação cumpra os seus objetivos estatutários.

#### Artigo 7.º

1- Perdem a qualidade de associado:

a) Os associados que, voluntariamente, por escrito e com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias, manifestem essa intenção à direção;

b) Os associados efetivos que tenham deixado de exercer quaisquer das atividades mencionadas no artigo 4.º, número 1 alínea a);

c) Os associados que sejam declarados insolventes ou sejam dissolvidos;

d) Os associados a quem tenha sido aplicada a pena disciplinar de expulsão nos termos do artigo 28.º dos estatutos.

2- Os associados que deixem de o ser, por sua própria iniciativa, ou que tenham sido expulsos nos termos da alínea a) e b) do número 3 do artigo 28.º, poderão ser readmitidos pela direção, ficando tal readmissão, em qualquer caso e sem prejuízo da análise e deliberação da direção, condicionada ao prévio pagamento de quaisquer débitos à associação, nomeadamente, de todas as quotas em atraso se existirem.

3- Perde a qualidade de associado honorário aquele que desmereça a consideração da associação, sendo a sua exclusão deliberada em assembleia-geral, por maioria absoluta dos votos dos associados presentes, por iniciativa da própria assembleia-geral ou por proposta da direção.

4- O associado fica suspenso da sua qualidade quando não cumpra com as suas obrigações financeiras perante a associação, por período superior a 6 (seis) meses e inferior a 1 (um) ano. A suspensão implica a perda dos direitos do associado, mas não exclui o dever de proceder ao pagamento de todas as quotas vencidas enquanto se mantiver como associado.

### CAPÍTULO III

#### Da organização e funcionamento

#### Disposições gerais

#### Artigo 8.º

São órgãos da associação a assembleia-geral, a direção, o conselho fiscal e ainda as assembleias e mesas das divisões setoriais, criadas no âmbito do artigo 25.º destes estatutos.

#### Artigo 9.º

1- Os membros dos órgãos sociais são eleitos por períodos de 3 (três) anos, competindo a sua eleição à assembleia-geral.

2- A eleição será feita por escrutínio secreto e em lista global única, mediante prévia consulta às divisões para indicação dos seus representantes setoriais, na qual se especificarão todos os órgãos e todos os cargos a desempenhar: assembleia-geral, conselho fiscal, direção e mesas das respetivas divisões setoriais.

3- A candidatura de um associado à eleição para um cargo social far-se-á com indicação simultânea da pessoa física que o representará no exercício do referido cargo.

4- Nenhum associado poderá estar representado em mais de um dos órgãos eletivos, sem prejuízo do disposto no número 3 do artigo 18.º

#### Artigo 10.º

1- Os cargos de eleição não são remunerados.

2- Em qualquer dos órgãos da associação, exceto na assembleia-geral, cada um dos membros tem direito a um voto, tendo o presidente ou quem o substituir, voto de desempate.

3- Sem prejuízo do disposto para o presidente da direção, em caso de destituição dos membros dos órgãos da associação, nos termos previstos no artigo 12.º número 1, alínea a), a assembleia-geral que proceder à referida destituição, providenciará também no sentido de assegurar a gestão da associação, designando desde logo uma ou mais comissões *ad hoc*, constituídas por associados, as quais substituirão o órgão ou os órgãos destituído(s) até à realização de novas eleições, devendo ainda a mesma assembleia-geral fixar o prazo dentro do qual estas eleições deverão realizar-se.

4- Não obstante o disposto no número anterior, em caso de renúncia ou destituição de membros dos órgãos da associação, manter-se-ão tais órgãos em funcionamento, desde que permaneçam em funções a maioria dos membros que os compõem e tal seja possível pelos presentes estatutos ou pela lei.

5- Ocorrendo a renúncia do presidente da direção ou a sua destituição pela assembleia-geral, sem a imediata eleição de um substituto, caberá aos restantes membros:

a) A cooptação de um novo presidente, escolhido de entre os vice-presidentes daquele órgão;

b) A cooptação de um novo vice-presidente, que deverá ser o vice-presidente da mesa da divisão setorial do presidente renunciante ou destituído.

6- As cooptações mencionadas no número anterior devem ser efetivadas no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da renúncia ou destituição.

7- A cooptação referida no número 5 do presente artigo deverá ser confirmada pela primeira assembleia-geral que se reunir após a referida cooptação e durará até ao fim do mandato da direção em curso.

8- Se os novos presidente e vice presidente da direção não forem cooptados no prazo referido no número 6 deste artigo ou se a assembleia-geral mencionada no número anterior não confirmar a cooptação que tiver tido lugar nesse prazo, cessam automaticamente as funções de todos os de-

mais membros da direção, devendo proceder-se à eleição de novos membros nos termos destes estatutos e aplicar-se-á o disposto no número 3 do presente artigo.

#### Da assembleia-geral

##### Artigo 11.º

1- A assembleia-geral é constituída por todos os associados no pleno uso dos seus direitos e será dirigida por uma mesa composta por um presidente, um vice-presidente e um secretário.

2- Incumbe ao presidente convocar as assembleias e dirigir os respetivos trabalhos.

3- Cabe ao vice-presidente auxiliar o presidente e substituí-lo na sua ausência ou impedimento.

4- Em caso de ausência ou impedimento de qualquer membro da mesa, compete à assembleia, designar, de entre os associados presentes, quem deva substituí-lo.

5- De todas as reuniões se elaborará a respetiva ata que, depois de aprovada, é assinada pelo presidente, pelo vice-presidente e pelo secretário.

##### Artigo 12.º

Compete à assembleia-geral:

a) Eleger a respetiva mesa, bem como a direção e o conselho fiscal, podendo destituí-los a todo o tempo;

b) Fixar anualmente, sob proposta da direção, a joia e as quotas a pagar pelos associados;

c) Discutir e aprovar anualmente o relatório e contas da direção, bem como o parecer do conselho fiscal;

d) Aprovar os regulamentos internos da associação que sejam da sua competência;

e) Deliberar sobre alteração dos estatutos, regulamentos e demais assuntos que legalmente lhe estejam afetos;

f) Definir as linhas de orientação da associação, de acordo com os legítimos interesses dos associados, as responsabilidades sociais dos setores e no quadro das finalidades previstas nos presentes estatutos;

g) Aprovar, até ao dia 30 de novembro de cada ano, o orçamento ordinário e o plano de atividades para o ano seguinte;

h) Apreciar e pronunciar-se sobre os atos dos órgãos sociais;

i) Apreciar propostas e pareceres que lhe sejam submetidos;

j) Destituir os titulares dos órgãos sociais;

k) Julgar recursos interpostos pelos associados ou por terceiros interessados das deliberações da direção;

l) Deliberar a dissolução e liquidação da associação.

##### Artigo 13.º

1- A assembleia-geral reunir-se-á ordinariamente:

a) Até 31 de março de cada ano, para apreciar e aprovar o relatório e contas da direção e o parecer do conselho fiscal relativos à gerência do ano findo;

b) Até 30 de novembro de cada ano para apreciação e votação do plano de atividades e orçamento.

2- A assembleia-geral eleitoral, caso aplicável, deverá rea-

lizar-se até 31 de março do ano seguinte a que respeita o fim do mandato dos anteriores órgãos sociais.

3- Extraordinariamente, a assembleia-geral reunir-se-á sempre que a direção, o conselho fiscal ou a mesa de uma das divisões setoriais o julguem necessário ou a pedido justificado e subscrito por um grupo de 33 % (trinta e três por cento) dos associados. Nesta última eventualidade, para que a assembleia possa ter poderes deliberativos sobre os assuntos em agenda, deverão estar presentes dois terços dos associados subscritores.

4- Se a direção não convocar a assembleia nos casos em que deve fazê-lo, a qualquer associado é lícito efetuar a convocação.

#### Artigo 14.º

1- A convocação de qualquer assembleia-geral deverá ser feita através de convocatória expedida por meio de aviso postal ou, em relação aos associados que comuniquem previamente o seu consentimento, por correio eletrónico, com recibo de leitura, para cada um dos associados, com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias e na qual se indicará o dia, hora e local da reunião e a respetiva ordem de trabalhos.

2- Não poderão ser tomadas deliberações sobre matéria estranha à ordem do dia, salvo se estiverem presentes ou representados todos os associados da associação com direito de voto e se todos concordarem fazê-lo.

#### Artigo 15.º

1- A assembleia-geral só poderá funcionar, em primeira convocação, desde que esteja presente, pelo menos, metade dos seus associados com direito de voto.

2- Não se verificando o condicionalismo previsto no número anterior, poderá a assembleia funcionar com qualquer número de associados, em segunda convocação, trinta minutos depois da hora marcada para a primeira.

#### Artigo 16.º

1- Salvo o disposto nos números seguintes, as deliberações da assembleia-geral são tomadas por maioria absoluta de votos dos associados efetivos presentes.

2- As deliberações sobre alterações dos estatutos e destituição de titulares de órgãos sociais exigem o voto favorável de três quartos dos votos dos associados efetivos presentes.

3- As deliberações sobre dissolução ou liquidação da associação exigem o voto favorável de três quartos do número de votos de todos os associados efetivos.

4- Na assembleia-geral aplica-se o seguinte critério de distribuição de votos, em função do pagamento de quotizações propostas e aprovadas nos termos do número 3 do artigo 30.º

a) Associados com quota base reduzida têm direito a um voto;

b) Associados com quota base normal têm direito a dois votos.

#### Artigo 17.º

1- A votação nas assembleias-gerais é feita por presença, nos termos previstos no artigo 4.º número 6, por delegação noutro associado ou por procuração.

2- Os procedimentos a observar em termos eleitorais e sobre o funcionamento específico da respetiva assembleia-geral serão consagrados em regulamento eleitoral.

### Da direção

#### Artigo 18.º

1- A administração e a representação da associação são confiadas a uma direção, composta por cinco membros, sendo um presidente e quatro vice-presidentes.

2- Salvo decisão unânime da assembleia-geral deverão estar representadas na direção as cinco divisões setoriais da associação, sendo que a sua presidência só pode ser assumida pela mesma divisão durante o máximo de dois mandatos consecutivos.

3- O presidente da direção é simultaneamente no triénio em que exerce o seu mandato, presidente da mesa da respetiva divisão setorial, bem como os quatro vice-presidentes que representam a direção da mesa da respetiva divisão setorial, presidindo à mesma e representando-a nos termos do artigo 25.º

4- A assembleia-geral que eleger os membros da direção designará o respetivo presidente, bem como de entre os quatro vice-presidentes, um membro que exercerá as funções de tesoureiro e outro membro que será nomeado como substituto do presidente nas suas ausências ou impedimentos.

5- Na falta de designação nos termos da parte final do número anterior a direção escolherá o membro que exercerá as funções de tesoureiro e substituto do presidente.

6- A direção, para prossecução das suas competências, é apoiada por uma estrutura executiva definida em regulamento interno da direção.

#### Artigo 19.º

1- Compete à direção:

a) Gerir a associação e representá-la, em juízo e fora dele;

b) Criar, organizar e dirigir os serviços da associação adequados à realização dos fins associativos e elaborando, quando necessário, regulamentos internos;

c) Cumprir as disposições legais, estatutárias e regulamentares, bem como as deliberações da assembleia-geral;

d) Apresentar anualmente à assembleia-geral o relatório e contas da direção, acompanhados do parecer do conselho fiscal;

e) Apresentar anualmente à assembleia-geral o plano de atividades e o orçamento, integrando os planos de atividade e orçamentos elaborados por cada divisão setorial;

f) Submeter à apreciação da assembleia-geral as propostas que se mostrem necessárias;

g) Propor à assembleia-geral comprar, onerar e alienar bens imóveis, a pertencer ou pertencentes à associação;

h) Propor à assembleia-geral alterações dos estatutos;

i) Proceder à admissão de novos associados e deliberar sobre a suspensão ou expulsão de associados nos termos destes estatutos;

j) Zelar pelo cumprimento dos estatutos, efetivando os deveres e os direitos dos associados;

k) Praticar tudo o que for julgado conveniente à realização dos fins da associação, com respeito pelas linhas de orientação definidas pela assembleia-geral, nos termos da alínea f) do artigo 12.º;

l) Elaborar o seu regulamento interno.

#### Artigo 20.º

1- A direção reunir-se-á, sempre que o julgue necessário, mas não menos de uma vez em cada 2 (dois) meses, mediante convocação do presidente ou do seu substituto, e funcionará logo que esteja presente a maioria dos seus membros.

2- As deliberações da direção são tomadas por maioria dos votos dos membros presentes, tendo o presidente, além do seu voto, direito a voto de desempate.

3- De todas as reuniões se elaborará a respetiva ata, que deverá ser assinada por todos os presentes.

4- A falta de um membro da direção, sem justificação aceitável, a três reuniões ordinárias seguidas ou interpoladas da direção, sem justificação aceite pelo órgão de administração, determinará a automática cessação das suas funções, sendo imediatamente substituído pelo vice-presidente da mesa respetiva mediante declaração efetuada pela direção.

### Do conselho fiscal

#### Artigo 21.º

1- O conselho fiscal é constituído por três membros, sendo um presidente e dois vogais.

2- O presidente será substituído nos seus impedimentos e ausências pelo vogal que for designado pelo próprio conselho fiscal na sua primeira reunião.

#### Artigo 22.º

1- Compete ao conselho fiscal:

a) Examinar, sempre que o entenda, a escrita da associação e os serviços de tesouraria;

b) Dar parecer sobre o relatório e contas anuais da direção e sobre quaisquer outros assuntos que lhe sejam submetidos pela assembleia-geral ou pela direção;

c) Velar pelo cumprimento das disposições legais, estatutárias e regulamentares;

d) Fiscalizar a atividade da direção.

2- O parecer sobre o relatório e contas anuais deverá ser dado no prazo máximo de 8 (oito) dias, contados a partir da data em que tais documentos lhe forem apresentados pela direção.

3- Sem prejuízo do número 1 do presente artigo, o conselho fiscal deverá emitir parecer sobre as contas respeitantes a cada trimestre.

#### Artigo 23.º

1- O conselho fiscal reunir-se-á sempre que o julgue necessário, mas não menos de uma vez em cada trimestre, e funcionará logo que esteja presente a maioria dos seus membros.

2- As deliberações do conselho fiscal são tomadas por maioria absoluta dos votos dos membros presentes.

#### Artigo 24.º

O conselho fiscal poderá assistir às reuniões da direção sempre que o julgue necessário ou a solicitação desta, não podendo, porém, tomar parte nas respetivas deliberações.

### CAPÍTULO IV

### Das divisões setoriais

#### Artigo 25.º

1- A associação é constituída pelas seguintes divisões:

a) Divisão farmacêutica;

b) Divisão agroquímica;

c) Divisão veterinária;

d) Divisão química;

e) Divisão de gestão de pragas e saúde ambiental.

2- Poderão ser instituídas divisões adicionais às previstas no número 1 do presente artigo ou das que resultem de alterações das existentes, após aprovação pela assembleia-geral e sob proposta da direção.

3- As divisões setoriais englobam todos os associados cuja atividade económica coincida com o objeto da respetiva divisão e que nela se inscrevam e têm como objeto a análise, o debate, a definição de soluções ou linhas estratégicas e a elaboração de pareceres ou propostas de assuntos relevantes e coincidentes com os interesses dos respetivos associados, podendo ser criadas subdivisões e constituídas no seu seio comissões especializadas.

4- Cada divisão setorial consubstanciará uma assembleia setorial, correspondente ao conjunto de todos os associados inscritos numa divisão no uso pleno dos seus direitos e uma mesa da divisão, composta por três ou cinco membros - o presidente, o vice-presidente e 1 (um) ou 3 (três) vogais, eleitos pela assembleia-geral eleitoral.

5- A convocação da assembleia-setorial é feita pelo presidente da mesa da divisão respetiva ou pela direção da associação, nos termos previstos no artigo 14.º e com 8 (oito) dias de antecedência.

6- As mesas das divisões têm como competência gerir a atividade do setor em conformidade com o plano de atividades e o orçamento respetivo, após aprovação pela direção e assembleia-geral.

7- As deliberações das divisões, em matérias específicas do respetivo setor, que não envolvam outra divisão da associação, vinculam a direção da associação, sendo a sua representação para o exterior feita pelo presidente da mesa respetiva, salvo situações de manifesta violação dos objetivos da associação e da lei.

8- Caso as deliberações de uma divisão envolvam outra divisão, deverá o assunto ser alvo de deliberação da direção.

9- Para efeitos eleitorais, as listas a submeter a sufrágio deverão incluir os membros das mesas das divisões.

10- Cada divisão elaborará o seu plano de atividades e orçamento que propõe à direção. Por sua vez, a direção elabora o plano de atividades e orçamento da associação, integrando o plano de atividades e orçamento das diferentes divisões a aprovar pela assembleia-geral.

## CAPÍTULO V

### Das comissões especializadas

#### Artigo 26.º

1- A direção ou as mesas das divisões setoriais poderão criar comissões especializadas, com vista ao estudo de assuntos determinados e com o objetivo de preparar a tomada de deliberações por aqueles órgãos.

2- As comissões especializadas funcionarão nos termos e condições estabelecidas pela direção ou pelas mesas das divisões, sendo coordenadas por um dos vice-presidentes ou por quem for designado para o efeito.

## CAPÍTULO VI

### Da disciplina

#### Artigo 27.º

1- Constitui infração disciplinar, punível nos termos deste artigo e do seguinte, o não cumprimento, por parte dos associados, dos seus deveres para com a associação, decorrentes da lei, destes estatutos ou dos regulamentos da associação.

2- Nenhuma pena disciplinar poderá ser aplicada sem que o associado seja notificado para, querendo, apresentar, por escrito, a sua defesa, no prazo de 10 (dez) dias, e sem que esta e as provas produzidas sejam apreciadas.

3- A notificação referida no número anterior deverá ser sempre feita por carta registada com aviso de receção.

#### Artigo 28.º

1- As penas disciplinares aplicáveis são as seguintes:

- a) Advertência;
- b) Censura;
- c) Multa, até ao montante correspondente à quotização de dois anos;
- d) Suspensão até um ano;
- e) Expulsão.

2- Na escolha da pena a aplicar deverão ser tomados em consideração a gravidade e o número das infrações cometidas e, bem assim, os antecedentes disciplinares do associado.

3- A pena de expulsão apenas será aplicada em caso de grave violação pelo associado dos seus deveres fundamentais, como tal se considerando, nomeadamente:

- a) A violação grave e reiterada dos estatutos da associação e das deliberações dos órgãos sociais;
- b) O não pagamento de quotas correspondentes a mais de um ano, decorrido o prazo que para o efeito lhe for fixado e comunicado por carta registada;
- c) O não pagamento de serviços e bens solicitados à associação, que não estejam incluídos no valor da quota;
- d) A recusa injustificada de exercício dos cargos associativos para que for eleito ou designado;
- e) A prática de atos que impeçam ou dificultem a execução das deliberações dos órgãos associativos ou sejam contraditórios com os objetivos por elas prosseguidos;
- f) A prática, em geral, de quaisquer atos contrários aos ob-

jetivos da associação ou suscetíveis de afetar gravemente o seu prestígio ou o das entidades referidas no artigo 1.º

4- Compete à direção a organização dos processos disciplinares e a aplicação das penas previstas nas alíneas a) a e) do número 1.

5- Compete à direção, por deliberação tomada por maioria simples, com possibilidade de recurso para a assembleia-geral, a expulsão dos associados pela violação prevista na alínea a) do número 1 *supra*, bem como as violações refletidas nas alíneas b) e c) do artigo 6.º e b) e c) do número 3 do presente artigo, por período superior a 1 (um) ano.

6- Nas situações previstas nas alíneas b) e c) do artigo 6.º e b) e c) do número 3 do presente artigo a deliberação referente à expulsão deverá ser sempre precedida de audição dos associados que se encontrem em situação de incumprimento e da concessão de prazo para regularização dos montantes que se encontrem em dívida.

7- A pena de expulsão nos casos não previstos nos números anteriores será aplicada pela assembleia-geral, sob proposta da direção, por maioria de três quartos do número de associados efetivos presentes.

8- Das penas disciplinares aplicadas pela direção cabe recurso para a assembleia-geral, o qual será interposto no prazo de 8 (oito) dias, a contar da data da notificação ao associado da pena aplicada.

## CAPÍTULO VII

### Disposições gerais

#### Artigo 29.º

O ano social coincide com o ano civil.

#### Artigo 30.º

1- Constituem receitas gerais da associação:

- a) O produto das joias e quotas, bem como o das multas aplicadas por infrações disciplinares;
- b) Os rendimentos dos bens próprios da associação;
- c) Quaisquer fundos, donativos ou legados que lhe venham a ser atribuídos;
- d) A venda de quaisquer bens produzidos ou adquiridos pela associação;
- e) Os rendimentos resultantes da organização de eventos, ações de formação ou outras iniciativas, bem como da celebração de protocolos ou acordos com interesse para os associados em geral.

2- Constituem receitas específicas das divisões setoriais:

- a) Os produtos das quotas setoriais que venham a ser fixadas em assembleia da divisão setorial, sob proposta da mesa respetiva e após aprovação em sede de direção e assembleia-geral da associação;
- b) Quaisquer outras receitas ou rendimentos obtidos no exercício da atividade da associação direcionada apenas à prossecução de interesses específicos dos associados do setor;
- c) Quaisquer outras receitas que vierem a ser fixadas em regulamento interno do setor, provenientes, nomeadamente,

da organização de eventos, ações de formação ou outras iniciativas, bem como da celebração de protocolos ou acordos, pela associação ou por sociedade em que esta detenha participação social, com interesse específico para os associados da divisão setorial.

3- A quotização dos associados, fixada anualmente nos termos da alínea *b*) do número 1 do artigo 12.º, será estruturada da seguinte forma:

- Quotização base;
- Quotização base reduzida;
- Quotização setorial;
- Quotização suplementar.

*a*) A quotização base reduzida em 50 % (cinquenta por cento) aplica-se às entidades associadas inscritas em subdivisões e, excecionalmente, a entidades associadas inscritas nas divisões cuja faturação anual seja igual ou inferior a 120 000,00 € (cento e vinte mil euros) anuais, mediante um comprovativo com validade fiscal.

*b*) Caberá à direção apresentar anualmente, à assembleia-geral, para aprovação, os valores da quotização base, da reduzida e da suplementar, se for caso disso, prevista neste número, assim como os valores da joia.

*c*) As quotizações setoriais serão aprovadas pela assembleia de cada divisão setorial, sob proposta da mesa da divisão setorial respetiva.

4- A quotização base e a quotização reduzida contribuirão para garantir o financiamento dos serviços comuns da associação, sendo que a quotização setorial financiará as atividades específicas de cada divisão. Caso haja necessidade, a direção poderá propor à assembleia-geral quotizações suplementares, de forma a financiarem iniciativas extraordinárias que não tenham cobertura por outra forma de quotização.

5- Por cada inscrição em mais de uma divisão setorial o associado pagará 25 % (vinte e cinco por cento) da quota base.

#### Artigo 31.º

1- A representação da associação para o exterior é garantida pelo presidente da direção. Em atos que coincidam com as atividades específicas de apenas uma divisão, a representação poderá ser assegurada pelo respetivo presidente da divisão, vice-presidente da direção, mediante a emissão de procuração ou instrumento equivalente.

2- A representação geral da associação, assegurada pelo presidente da direção, poderá ser delegada num dos vice-presidentes ou noutra personalidade a designar expressamente para o efeito, mediante a emissão de procuração ou instrumento equivalente.

3- Em termos financeiros, a associação vincula-se através de duas assinaturas, sendo uma delas a do presidente ou do seu legal substituto e a outra a do tesoureiro. Em atos financeiros específicos de cada divisão, e dentro do orçamento aprovado pela divisão, a associação vincula-se através de duas assinaturas que podem ser: dois elementos da mesa da divisão ou um elemento da mesa e o presidente da direção ou o tesoureiro.

4- Contratos, acordos, protocolos e outros atos que vinculem total ou setorialmente a associação, deverão ser subscritos

pelo presidente da direção e pelo vice-presidente respetivo.

5- O expediente geral da associação é subscrito pelo presidente da direção e o expediente específico é subscrito pelo vice-presidente afeto à divisão em causa.

6- Para prossecução eficaz da sua gestão, a direção e a mesa da divisão setorial poderão delegar competências.

#### Artigo 32.º

1- A associação só poderá ser dissolvida por deliberação da assembleia-geral, expressamente convocada para o efeito, que envolva o voto favorável de, pelo menos, três quartos do número total dos seus associados.

2- À assembleia-geral que delibere a dissolução caberá designar uma comissão liquidatária, bem como a forma e o prazo de liquidação do património da associação.

#### Artigo 33.º

1- Todas as matérias omissas nestes estatutos e que por lei não estejam obrigadas a ser neles especificadas, podem ser objeto de regulamentos.

2- A vigência, interpretação e aplicação das normas estatutárias e regulamentares da GROQUIFAR, com as devidas adaptações, ficam sujeitas ao regime jurídico previsto no Código Civil Português.

Registado em 22 de outubro de 2019, ao abrigo do artigo 449.º do Código do Trabalho, sob o n.º 38, a fl. 144 do livro n.º 2.

### **ACILIS - Associação de Comércio, Indústria, Serviços e Turismo da Região de Leiria - Alteração**

Alteração de estatutos aprovada em 23 de setembro de 2019, com última publicação no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 5, de 8 de fevereiro de 2019.

#### CAPÍTULO I

### **Denominação, duração, sede e objeto**

#### Artigo 1.º

##### **Constituição e duração**

1- É constituída uma associação patronal de empresários comerciais, industriais, de serviços e de turismo, com duração ilimitada e que se regerá pela lei, pelos presentes estatutos e regulamento interno, denominada ACILIS - Associação de Comércio, Indústria, Serviços e Turismo da Região de Leiria de ora em diante designada por associação.

#### Artigo 2.º

##### **Sede e âmbito**

2- Poderão fazer parte desta associação empresas comerciais, industriais, de serviços e de turismo.

Artigo 3.º

**Objeto**

b) Contribuir para o harmonioso desenvolvimento do comércio, indústria, serviços e turismo da área a que pertencem os seus associados, em conformidade com os seus interesses e da economia nacional;

CAPÍTULO II

**Associados**

Artigo 5.º

**Quem pode ser associado**

Podem ser associados todas as pessoas singulares ou coletivas que exerçam o comércio, indústria, serviços ou turismo, no distrito de Leiria.

Artigo 10.º

**Perda de qualidade de associado**

5- O associado que haja perdido tal qualidade não tem direito à reposição das importâncias com que haja contribuído.

SECÇÃO III

**Direção**

Artigo 21.º

**Composição**

b) Quatro vice-presidentes, um para cada uma das seguintes áreas: administrativa e financeira, comércio, serviços e indústria e turismo;

Artigo 25.º

**Reuniões e deliberações**

2- A direção reúne validamente com a presença de mais de metade dos seus membros.

3- As deliberações serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao presidente voto de qualidade.

4- Os membros da direção são solidariamente responsáveis pelas irregularidades cometidas no exercício das suas funções, exceto aqueles que expressamente tenham votado contra as deliberações tomadas ou que, não tendo participado nas respetivas reuniões, consignem em ata a sua discordância na primeira reunião a que compareçam.

5- De cada reunião será lavrada uma ata, em livro próprio, com relato dos trabalhos, e a indicação das deliberações tomadas, bem como dos membros presentes.

CAPÍTULO V

**Disciplina associativa**

Artigo 41.º

1- As infrações contra o disposto nestes estatutos ou nos regulamentos da associação ou, ainda, a falta de cumprimento das deliberações da assembleia geral e da direção serão punidas da forma seguinte:

a) Advertência;

b) Suspensão de direitos e regalias até seis meses;

c) Expulsão.

2- A sanção de expulsão apenas pode ser aplicada em caso de grave violação de deveres fundamentais.

Artigo 42.º

2- Nenhuma pena será aplicada sem que o associado conheça a acusação que lhe é formulada e se lhe conceda um prazo não inferior a 15 dias para apresentar a sua defesa, por escrito.

CAPÍTULO VII

Artigo 47.º

A assembleia-geral que votar a dissolução da associação, designará os liquidatários e indicará o destino do património disponível, o qual não pode ser distribuído pelos associados.

Registado em 22 de outubro de 2019, ao abrigo do artigo 449.º do Código do Trabalho, sob o n.º 39, a fl. 144 do livro n.º 2.

## II - DIREÇÃO

### **APCOR - Associação Portuguesa da Cortiça - Eleição**

Identidade dos membros da direção eleitos em 12 de março de 2018 para o mandato de três anos.

### **Direcção**

Presidente - Waldemar Fernandes da Silva, SA, representada por João Rui Ferreira.

Vice-presidente - Jorge Pinto de Sá, L.<sup>da</sup>, representada por Jorge Mendes Pinto de Sá.

Vice-presidente - Amorim Florestal, SA, representada por Paulo Américo Henriques de Oliveira.

Vice-presidente - Lafitte Cork Portugal, SA, representada por José Manuel Nunes Pinto.

Vice-presidente - A. Ferreira Pedro & Irmão, L.ª, representada por Pedro António Borges Ferreira.

Vice-presidente - Amorim Isolamentos, SA, representada por Carlos Manuel Oliveira e Silva.

Tesoureiro - Sá & Irmão, SA, representada por Manuel Sá Azevedo.

Vice-presidente sup. - 3DC-Intelligent Nature, L.ª, representada por Sara Matos Nunes.

Vice-presidente sup. - António Almeida Cortiças, SA, representada por José Carlos Faria.

Vogal/vice-presidente	CEIB - Informática e Comunicações, L.ª	Fernando Emanuel Oliveira Monteiro
Tesoureiro	Pinto & Costa, Serviço de Restauração, L.ª	António Manuel Miranda da Costa
Secretário	Auto Reparadora Baionense, L.ª	José Francisco Monteiro da Silva
Suplente	António Amílcar Sousa Pereira, Unipessoal, L.ª	António Amílcar Sousa Pereira
Suplente	Maria Leonor Félix da Silva Fonseca Loureiro dos Santos	Joaquim José Ferreira Loureiro dos Santos

### Associação Empresarial de Baião - AEB - Eleição

Identidade dos membros da direção eleitos em 21 de novembro de 2018 para o mandato de três anos.

Direção		
Cargo	Nome do associado	Nome do representante
Presidente	Farmácia Rocha Barros - Soc. Farmacêutica Unipessoal, L.ª	Maria Miguel Rocha Barros Dinis Correia
Vogal/vice-presidente	Armida Monteiro, L.ª	João Filipe Borges Monteiro

### Associação das Empresas de Estiva do Porto de Aveiro - Substituição

Na identidade dos membros da direção eleitos em 12 de novembro de 2018 para o mandato de três anos, publicada no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 2, de 15 de janeiro de 2019, foi deliberada em assembleia-geral realizada em 11 de setembro de 2019, efetuar a seguinte substituição na composição da direção para o período remanescente:

Vogal - SOCARPOR - Sociedade de Cargas Portuárias (Aveiro), SA, representada por Francisco Emanuel Magro Bolhão.

Substituído por:

Vogal - SOCARPOR - Sociedade de Cargas Portuárias (Aveiro), SA, representada por Alcides Miranda Pessoa.

## COMISSÕES DE TRABALHADORES

### I - ESTATUTOS

...

### II - ELEIÇÕES

...

# REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES PARA A SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

## I - CONVOCATÓRIAS

### **Gestamp Cerveira, L.<sup>da</sup> - Convocatória**

Nos termos da alínea *a*) do número 1 do artigo 28.º da Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, procede-se à publicação da comunicação efetuada pelo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias da Metalurgia e Metalomecânica do Distrito de Viana do Castelo, ao abrigo do número 3 do artigo 27.º da lei supracitada, recebida na Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, em 22 de outubro de 2019, relativa à promoção da eleição dos representantes dos trabalhadores para a segurança e saúde no trabalho na empresa Gestamp Cerveira, L.<sup>da</sup>

«Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea *a*) do número 1, do artigo 27.º da Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias da Metalurgia e Metalomecânica do Distrito de Viana do Castelo, informa V. Ex.<sup>as</sup>, que vai levar a efeito a eleição para os representantes dos trabalhadores na área da saúde e segurança no trabalho (SST) da empresa Gestamp Cerveira, L.<sup>da</sup>, (CAE 29320) sita na Zona Industrial - Polo II, em Campos, CP 4920-247 Vila Nova de Cerveira, telefone 251700400, no dia 31 de janeiro de 2020.»

## II - ELEIÇÃO DE REPRESENTANTES

### **Câmara Municipal de Sabugal - Eleição**

Eleição dos representantes dos trabalhadores para a segurança e saúde no trabalho na Câmara Municipal de Sabugal, realizada em 6 de maio de 2019, conforme convocatória publicada no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 12, de 29 de março de 2019.

Efetivos:

Júlia Maria Bogas Marques Coelho.  
Nélia Lopes Vasco.  
Manuel Carlos Gonçalves Taborda Manata.

Suplentes:

Luís Manuel Gonçalves Soares.  
Alexandre Martins Tavares.  
Alfredo João Fernandes Tavares.

Registado em 21 de outubro de 2019 ao abrigo do artigo 39.º da Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, sob o n.º 67, a fl. 142 do livro n.º 1.

### **Câmara Municipal de Trancoso - Eleição**

Eleição dos representantes dos trabalhadores para a segurança e saúde no trabalho na Câmara Municipal de Trancoso, realizada em 6 de maio de 2019, conforme convocatória publicada no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 12, de 29 de março de 2019.

Efetivos:

Eugénio Manuel Xavier Ferreira.  
Paulo Jorge Cabral Rico.  
Ana Paula Lopes Ribeiro de Figueiredo.

Suplentes:

José Francisco Lima Tomaz.  
Pedro Andrade de Assunção.  
Alcina Monteiro dos Santos Garcia.

Registado em 23 de outubro de 2019 ao abrigo do artigo 39.º da Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, sob o n.º 68, a fl. 142 do livro n.º 1.

## CONSELHOS DE EMPRESA EUROPEUS

...

# INFORMAÇÃO SOBRE TRABALHO E EMPREGO

## EMPRESAS DE TRABALHO TEMPORÁRIO AUTORIZADAS

...

## CATÁLOGO NACIONAL DE QUALIFICAÇÕES

O Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de dezembro que cria o Catálogo Nacional de Qualificações, atribui à Agência Nacional para a Qualificação, IP, atual Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, IP, a competência de elaboração e atualização deste catálogo, através, nomeadamente, da inclusão, exclusão ou alteração de qualificações.

De acordo com o número 7 do artigo 6.º daquele diploma legal, as atualizações do catálogo, são publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, bem como publicados no sítio da internet do Catálogo Nacional de Qualificações.

No âmbito do processo de atualização e desenvolvimento do Catálogo Nacional de Qualificações, vimos proceder às seguintes alterações:

## 1. INTEGRAÇÃO DE NOVAS QUALIFICAÇÕES

...

## 2. INTEGRAÇÃO DE UFCD

...

### 3. ALTERAÇÃO DE QUALIFICAÇÕES

– Alteração do perfil profissional e da componente tecnológica da qualificação de **Pintor/a de Construção Civil**, ao qual corresponde um nível 2 de qualificação do Quadro Nacional de Qualificações (**anexo 1**).

– Alteração da componente tecnológica da qualificação de **Eletricista de Instalações**, ao qual corresponde um nível 2 de qualificação do Quadro Nacional de Qualificações (**anexo 2**).

– **Técnico/a de Eletrónica e Telecomunicações**, ao qual corresponde um nível 4 de qualificação do Quadro Nacional de Qualificações (**anexo 3**).

Integração das seguintes UFCD na Bolsa: 10527 - Instalações ITED - introdução (25 H); 10528 - Instalações ITED - execução em moradia unifamiliar (25 H); 10529 - Instalações ITED - fibras óticas (25 H); 10530 - Instalações ITED - execução de projetos de comunicações (25 H); 10531 - Instalações ITUR - introdução (25 H) e 10532 - Instalações ITUR - execução de uma instalação ITUR privada (25 H).

Exclusão das seguintes UFCD: 6085 - Instalações ITED - generalidades (25 H); 6086 - Instalações ITED - aplicações - execução de instalação em moradia unifamiliar (25 H), 6087 - Instalações ITED - fibras óticas - aplicações (25 H), 6088 - Instalações ITED - leitura, interpretação e execução de projetos de comunicações (25 H), 6089 - Instalações ITED - antenas e sistemas de transmissão (25 H); 6096 - Instalações ITUR - generalidades (25 H) e 6097 - Instalações ITUR - aplicações - execução de uma instalação ITUR privada.

Para a obtenção da qualificação em Técnico/a de Eletrónica e Telecomunicações, para além das UFCD pré-definidas terão também de ser realizadas 250 horas da Bolsa de UFCD.

– **Técnico/a de Eletrónica, Áudio, Vídeo e TV**, ao qual corresponde um nível 4 de qualificação do Quadro Nacional de Qualificações (**anexo 4**).

Integração das seguintes UFCD na Bolsa: 10527 - Instalações ITED - introdução (25 H); 10528 - Instalações ITED - execução em moradia unifamiliar (25 H); 10529 - Instalações ITED - fibras óticas (25 H); 10530 - Instalações ITED - execução de projetos de comunicações (25 H); 8721 - ITED - generalidades - atualização (25 H); 8722 - TED - análise do projeto e execução da instalação - atualização (25 H) e 8723 - TED - elaboração de projeto - atualização (25 H).

Exclusão das seguintes UFCD: 6085 - Instalações ITED - generalidades (25 H); 6086 - Instalações ITED - aplicações - execução de instalação em moradia unifamiliar (25 H), 6087 - Instalações ITED - fibras óticas - aplicações (25 H), 6088 - Instalações ITED - leitura, interpretação e execução de projetos de comunicações (25 H) e 6089 - Instalações ITED - antenas e sistemas de transmissão (25 H).

Para a obtenção da qualificação em Eletrónica, Áudio, Vídeo e TV, para além das UFCD pré-definidas terão também de ser realizadas 225 horas da Bolsa de UFCD.

– **Técnico/a de Eletrónica, Automação e Comando**, ao qual corresponde um nível 4 de qualificação do Quadro Nacional de Qualificações (**anexo 5**).

Integração das seguintes UFCD na Bolsa: 10527 - Instalações ITED - introdução (25 H); 10528 - Instalações ITED - execução em moradia unifamiliar (25 H); 10529 - Instalações ITED - fibras óticas (25 H) e 10530 - Instalações ITED - execução de projetos de comunicações (25 H).

Exclusão das seguintes UFCD: 6085 - Instalações ITED - generalidades (25 H); 6086 - Instalações ITED - aplicações - execução de instalação em moradia unifamiliar (25 H), 6087 - Instalações ITED - fibras óticas - aplicações (25 H) e 6088 - Instalações ITED - leitura, interpretação e execução de projetos de comunicações (25 H).

Para a obtenção da qualificação em Técnico/a de Eletrónica, Automação e Comando, para além das UFCD pré-definidas terão também de ser realizadas 250 horas da Bolsa de UFCD.

– **Técnico/a de Eletrónica, Automação e Computadores**, ao qual corresponde um nível 4 de qualificação do Quadro Nacional de Qualificações (**anexo 5**).

Integração das seguintes UFCD na Bolsa: 10527 - Instalações ITED - introdução (25 H); 10528 - Instalações ITED - execução em moradia unifamiliar (25 H); 10529 - Instalações ITED - fibras óticas (25 H) e 10530 - Instalações ITED - execução de projetos de comunicações (25 H).

Exclusão das seguintes UFCD: 6085 - Instalações ITED - generalidades (25 H); 6086 - Instalações ITED - aplicações - execução de instalação em moradia unifamiliar (25 H) e 6087 - Instalações ITED - fibras óticas - aplicações (25 H).

Para a obtenção da qualificação em Técnico/a de Eletrónica, Automação e Comando, para além das UFCD pré-definidas terão também de ser realizadas 175 horas da Bolsa de UFCD.

– **Técnico/a de Eletrónica, Automação e Instrumentação**, ao qual corresponde um nível 4 de qualificação do Quadro Nacional de Qualificações (**anexo 5**).

Integração das seguintes UFCD na Bolsa: 10527 - Instalações ITED - introdução (25 H); 10528 - Instalações ITED - execução em moradia unifamiliar (25 H); 10529 - Instalações ITED - fibras óticas (25 H) e 10530 - Instalações ITED - execução de projetos de comunicações (25 H).

Exclusão das seguintes UFCD: 6085 - Instalações ITED - generalidades (25 H); 6086 - Instalações ITED - aplicações - execução de instalação em moradia unifamiliar (25 H), 6087 - Instalações ITED - fibras óticas - aplicações (25 H) e 6088 - Instalações ITED - leitura, interpretação e execução de projetos de comunicações (25 H).

Para a obtenção da qualificação em Técnico/a de Eletrónica, Automação e Comando, para além das UFCD pré-definidas terão também de ser realizadas 325 horas da Bolsa de UFCD.

– **Técnico de Eletrotecnia**, ao qual corresponde um nível 4 de qualificação do Quadro Nacional de Qualificações (**anexo 5**).

Integração das seguintes UFCD na Bolsa: 10527 - Instalações ITED - introdução (25 H); 10528 - Instalações ITED - execução em moradia unifamiliar (25 H); 10529 - Instalações ITED - fibras óticas (25 H) e 10530 - Instalações ITED - execução de projetos de comunicações (25 H).

Exclusão das seguintes UFCD: 6085 - Instalações ITED - generalidades (25 H); 6086 - Instalações ITED - aplicações - execução de instalação em moradia unifamiliar (25 H), 6087 - Instalações ITED - fibras óticas - aplicações (25 H) e 6088 - Instalações ITED - leitura, interpretação e execução de projetos de comunicações (25 H).

Para a obtenção da qualificação em Técnico/a de Eletrónica, Automação e Comando, para além das UFCD pré-definidas terão também de ser realizadas 250 horas da Bolsa de UFCD.

– **Técnico/a de Instalações Eléctricas**, ao qual corresponde um nível 4 de qualificação do Quadro Nacional de Qualificações (**anexo 3**).

Integração das seguintes UFCD na Bolsa: 10527 - Instalações ITED - introdução (25 H); 10528 - Instalações ITED - execução em moradia unifamiliar (25 H); 10529 - Instalações ITED - fibras óticas (25 H); 10530 - Instalações ITED - execução de projetos de comunicações (25 H); 10531 - Instalações ITUR - introdução (25 H) e 10532 - Instalações ITUR - execução de uma instalação ITUR privada (25 H).

Exclusão das seguintes UFCD: 6085 - Instalações ITED - generalidades (25 H); 6086 - Instalações ITED - aplicações - execução de instalação em moradia unifamiliar (25 H), 6087 - Instalações ITED - fibras óticas - aplicações (25 H), 6088 - Instalações ITED - leitura, interpretação e execução de projetos de comunicações (25 H); 6096 - Instalações ITUR - generalidades (25 H) e 6097 - Instalações ITUR - aplicações - execução de uma instalação ITUR privada.

Para a obtenção da qualificação em Técnico/a de Eletrónica e Telecomunicações, para além das UFCD pré-definidas terão também de ser realizadas 250 horas da Bolsa de UFCD.

– **Técnico/a de Mecatrónica**, ao qual corresponde um nível 4 de qualificação do Quadro Nacional de Qualificações (**anexo 5**).

Integração das seguintes UFCD na Bolsa: 10527 - Instalações ITED - introdução (25 H); 10528 - Instalações ITED - execução em moradia unifamiliar (25 H); 10529 - Instalações ITED - fibras óticas (25 H) e 10530 - Instalações ITED - execução de projetos de comunicações 25 H).

Exclusão das seguintes UFCD: 6085 - Instalações ITED - generalidades (25 H); 6086 - Instalações ITED - aplicações - execução de instalação em moradia unifamiliar (25 H) e 6087 - Instalações ITED - fibras óticas - aplicações (25 H).

– **Técnico/a de Redes Eléctricas**, ao qual corresponde um nível 4 de qualificação do Quadro Nacional de Qualificações.

Exclusão da UFCD 6087 - Instalações ITED - fibras óticas - aplicações (25 H).

**Anexo 1:**

**PINTOR/A DE CONSTRUÇÃO CIVIL**

**PERFIL PROFISSIONAL - resumo<sup>1</sup>**

<b>QUALIFICAÇÃO</b>	<b>Pintor/a de Construção Civil</b>
<b>DESCRIÇÃO GERAL</b>	Executar acabamentos, no exterior e no interior de edifícios, bem como em madeiras e superfícies metálicas, preparando e revestindo superfícies com tintas e vernizes, tendo em conta as medidas de Segurança, Higiene e Saúde no trabalho.

---

<sup>1</sup> Para obter mais informação sobre este perfil profissional consulte: [www.catalogo.anq.gov.pt](http://www.catalogo.anq.gov.pt) em «atualizações».

## ORGANIZAÇÃO DO REFERENCIAL DE FORMAÇÃO

	Código	UFCD pré-dedinidas	Horas
Formação Tecnológica	2721	1 Aplicação de tintas em diferentes superfícies	25
	2722	2 Preparação e pintura de superfícies interiores de alvenaria	50
	2723	3 Pintura de uma divisória	25
	2724	4 Traçagem de limite numa aba	25
	2725	5 Implantação e pintura de painéis decorativos em paredes	50
	2727	6 Revestimento de superfícies exteriores com tinta plástica	25
	2728	7 Limpeza e isolamento de superfícies	25
	2729	8 Aplicação de tinta plástica em parede exterior	25
	10533	9 Reparação e revestimento de superfícies exteriores	25
	2732	10 Preparação e pintura de superfícies metálicas oxidadas	50
	2733	11 Preparação e pintura de superfícies metálicas de ligas leves	25
	2737	12 Preparação e envernizamento de superfícies exteriores de madeira	50
	10534	13 Preparação, envernizamento e enceramento de superfícies interiores de madeira	50
	2740	14 Pintura de superfícies exteriores de madeira	50
	2741	15 Reparação e preparação de superfícies exteriores	50
	2742	16 Restauração e pintura de superfícies de madeira	50
	2743	17 Preparação e aplicação do acabamento em superfícies de madeira	50
	2744	18 Lacagem de superfícies interiores de madeira e outros materiais	50
	8596	19 Segurança e saúde no trabalho da construção civil	25
	8597	20 Segurança e saúde no trabalho - equipamentos de elevação	25
	10535	21 Construção sustentável e nZEB	25
	9286	22 Trabalhos verticais no acesso por cordas	25

Para obter a qualificação de **Pintor/a de Construção Civil**, para além das UFCD pré-definidas, terão também de ser realizadas **100 horas da Bolsa de UFCD**

	Código	Bolsa de UFCD	Horas	
<b>Formação Tecnológica</b>	<b>10536</b>	<b>23</b>	Aplicação de Sinalização Rodoviária Horizontal	50
	<b>2726</b>	<b>24</b>	Revestimento de superfícies interiores com papel decorativo	25
	<b>2734</b>	<b>25</b>	Preparação e corte de vidros	25
	<b>2735</b>	<b>26</b>	Corte e colocação de vidros em caixilho	25
	<b>2736</b>	<b>27</b>	Colocação de vidros em claraboias e coberturas	25
	<b>3564</b>	<b>28</b>	Primeiros socorros	25
	<b>9278</b>	<b>29</b>	Trabalhos em altura no acesso a estruturas e resgate	25
	<b>10537</b>	<b>30</b>	Sustentabilidade aplicada à construção - Pintor/a de Construção Civil	25
	<b>7852</b>	<b>31</b>	Perfil e potencial do empreendedor - diagnóstico/desenvolvimento	25
	<b>7853</b>	<b>32</b>	Ideias e oportunidades de negócio	50
	<b>7854</b>	<b>33</b>	Plano de negócio - criação de micronegócios	25
	<b>7855</b>	<b>34</b>	Plano de negócio - criação de pequenos e médios negócios	50
	<b>8598</b>	<b>35</b>	Desenvolvimento pessoal e técnicas de procura de emprego	25
	<b>8599</b>	<b>36</b>	Comunicação assertiva e técnicas de procura de emprego	25
	<b>8600</b>	<b>37</b>	Competências empreendedoras e técnicas de procura de emprego	25
	<b>9820</b>	<b>38</b>	Planeamento e gestão do orçamento familiar	25
	<b>9821</b>	<b>39</b>	Produtos financeiros básicos	50
	<b>9822</b>	<b>40</b>	Poupança - conceitos básicos	25
<b>9823</b>	<b>41</b>	Crédito e endividamento	50	

## Anexo 2:

	Código	UFCD pré-definidas	Horas
<b>Formação Tecnológica</b>	1195	1 Mecanotecnia - trabalhos em aço macio	50
	1191	2 Instalações elétricas - a cabo	50
	6766	3 Corrente alternada monofásica e trifásica	25
	6767	4 Técnicas e métodos de medida	25
	1192	5 Instalações elétricas - a tubo	50
	1193	6 Instalações elétricas - a vista e embebidas	50
	1194	7 Instalações elétricas - a calha técnica	50
	1196	8 Instalações - aparelhos de aquecimento	50
	1197	9 Instalações elétricas - coluna montante e entrada	50
	1198	10 Para-raios - instalação	25
	6044	11 Segurança elétrica	25
	1199	12 Automatismos - circuitos de comando e controle	50
	1200	13 Máquinas elétricas estáticas - transformadores	25
	6768	14 Máquinas elétricas rotativas	25
	1183	15 Variadores de velocidade - instalação e ensaio	25
	1204	16 Vídeo portaria - instalação	25
	6769	17 Antenas de TV	25
	6091	18 Domótica - generalidades	25
	6040	19 Noções de higiene e segurança no trabalho - eletricidade e eletrónica	25
	6770	20 Módulos lógicos programáveis	50
	6102	21 Desenho assistido por computador - conceitos gerais (CAD) - 2D	25
	6771	22 CAD - projeto de esquemas elétricos	25

Para obter a qualificação em **Eletricista de Instalações** para além das UFCD pré-definidas terão também de ser realizadas **50 horas da Bolsa de UFCD**

	Código	UFCD pré-definidas	Horas
<b>Formação Tecnológica</b>	1346	23 Equipamentos de áudio - sonorização de um recinto	50
	1347	24 Equipamentos de áudio - tipos e instalações	50
	10527	25 Instalações ITED - introdução	25
	10531	26 Instalações ITUR - introdução	25
	7852	27 Perfil e potencial do empreendedor - diagnóstico/desenvolvimento	25
	7853	28 Ideias e oportunidades de negócio	50
	7854	29 Plano de negócio - criação de micronegócios	25
	7855	30 Plano de negócio - criação de pequenos e médios negócios	50
	8598	31 Desenvolvimento pessoal e técnicas de procura de emprego	25
	8599	32 Comunicação assertiva e técnicas de procura de emprego	25
	8600	33 Competências empreendedoras e técnicas de procura de emprego	25
	9820	34 Planeamento e gestão do orçamento familiar	25
	9821	35 Produtos financeiros básicos	50
	9822	36 Poupança - conceitos básicos	25
	9823	37 Crédito e endividamento	50
	9824	38 Funcionamento do sistema financeiro	25
9825	39 Poupança e suas aplicações	50	

**Anexo 3:**

<b>10527</b>	<b>Instalações ITED - introdução</b>	Carga horária 25 horas
--------------	--------------------------------------	---------------------------

<b>Objetivo(s)</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Identificar a legislação aplicável às ITED.</li> <li>2. Caracterizar as ITED.</li> <li>3. Identificar materiais, dispositivos e equipamentos.</li> <li>4. Distinguir dispositivos de amplificação, distribuição e ligação.</li> <li>5. Identificar os órgãos de proteção e explicar a sua necessidade.</li> <li>6. Explicar a função dos armários, caixas e bastidores.</li> <li>7. Distinguir os diferentes tipos e elementos de uma tubagem.</li> <li>8. Distinguir e caracterizar os vários serviços de telecomunicações suportados por uma ITED.</li> <li>9. Identificar os vários tipos de redes e arquiteturas das ITED.</li> <li>10. Interpretar projetos de ITED.</li> </ol>
--------------------	--

**Conteúdos**

1. Legislação, normas e regulamentos em vigor
  - 1.1. Decreto-Lei n.º 123/2009 de 21 de maio
  - 1.2. Manual ITED
2. Sistemas de cablagem em par de cobre, cabo coaxial e fibra ótica
  - 2.1. Ligação permanente
  - 2.2. Classes de ligação
  - 2.3. Categoria dos componentes
3. Caracterização das ITED
  - 3.1. Pontos de distribuição
  - 3.2. Rede coletiva e individual de tubos
  - 3.3. Rede coletiva e individual de cabos
  - 3.4. Fronteiras das ITED
    - 3.4.1. Subterrâneas
    - 3.4.2. Não subterrâneas
4. Materiais, dispositivos e equipamentos (constituição e características)
  - 4.1. Generalidades
  - 4.2. Regulamento dos produtos de construção (RPC)
  - 4.3. Cabos de pares de cobre, coaxiais, fibra ótica e híbridos
  - 4.4. Repartidores gerais
  - 4.5. Repartidores de cliente
  - 4.6. Dispositivos de amplificação, distribuição e ligação
    - 4.6.1. Amplificadores
    - 4.6.2. Repartidores e derivadores
    - 4.6.3. Conectores, acessórios e adaptadores de ligação
    - 4.6.4. Tomadas
    - 4.6.5. Outros
  - 4.7. Caixas, armários e bastidores
  - 4.8. Tubos, calhas e caminhos de cabos
  - 4.9. Órgãos de proteção utilizados nas ITED
5. Classificações ambientais - regras MICE
6. Proteções, ligações à terra e alimentação elétrica das ITED
7. Serviços de telecomunicações suportados numa instalação (ITED)
  - 7.1. Receção de sinais sonoros e televisivos
  - 7.2. Distribuição por cabos de pares de cobre
  - 7.3. Distribuição por cabo coaxial
  - 7.4. Distribuição por fibra ótica
  - 7.5. Telecomunicações em ascensores

- 
- 8. Projeto ITED
    - 8.1. Simbologia utilizada
    - 8.2. Memória descritiva
    - 8.3. Peças desenhadas
- 

10528

**Instalações ITED - execução em moradia unifamiliar**

Carga horária  
25 horas

**Objetivo(s)**

- 1. Reconhecer as regras de elaboração dos projetos ITED.
- 2. Ler e interpretar projetos de ITED, de acordo com as prescrições e especificações técnicas (manual ITED).
- 3. Interpretar as regras técnicas de instalação das infraestruturas de telecomunicações.
- 4. Instalar uma ITED em moradia unifamiliar.
- 5. Manuseamento de cabos de FO, cabos de pares de cobre e coaxiais.
- 6. Identificar erros de execução da instalação.
- 7. Executar um projeto já elaborado.
- 8. Verificar as características da instalação e equipamentos através de ensaios.
- 9. Elaborar o relatório de ensaios de funcionalidade
- 10. Identificar os procedimentos de avaliação das ITED.
- 11. Elaborar o Registo de Ensaios e Funcionalidade (REF) e o termo de responsabilidade de execução.

**Conteúdos**

- 1. Projeto ITED - modelo de projeto de uma moradia unifamiliar
  - 2. Instalação
    - 2.1. Rede de tubagem
    - 2.2. Rede de cabos
    - 2.3. Dispositivos (armários, caixas, conectores etc.)
    - 2.4. Proteção, segurança e alimentação e elétrica das ITED
  - 3. Ensaios obrigatórios em redes de cabos de pares de cobre e cabo coaxial e fibra ótica, segundo o manual ITED
  - 4. Interpretação e validação dos resultados dos ensaios às redes de cabos
  - 5. Simulação de falhas e deteção das mesmas
  - 6. Manutenção e conservação das ITED
  - 7. Procedimentos de avaliação das ITED
  - 8. Realização do relatório de ensaios de funcionalidade
  - 9. Elaboração do termo de responsabilidade de execução da instalação
-

10529

Instalações ITED - fibras óticas

Carga horária  
25 horas**Objetivo(s)**

1. Definir o processo de instalação de um sinal ótico.
2. Distinguir os diferentes tipos de fibras óticas, emissores, recetores e pontos de distribuição.
3. Dimensionar um canal ótico.
4. Executar a fusão de fibra óticas
5. Executar a instalação de um ponto de distribuição de fibra ótica

**Conteúdos**

9. Optoelectrónica
  - 9.1. Conceitos fundamentais
  - 9.2. Natureza da luz
  - 9.3. Ótica geométrica
  - 9.4. Lei de Snell
  - 9.5. Difração da luz
  - 9.6. Abertura numérica (ângulo de abertura)
10. Fontes de luz
  - 10.1. Díodos emissores de luz, LED e LASER
  - 10.2. Díodos recetores/detetores de luz
  - 10.3. Fotodíodo de junção, díodo PIN e APD fotodíodo de avalanche
  - 10.4. Acopladores ligados
  - 10.5. Orçamento de potência
  - 10.6. Ligação ponto a ponto, multiponto
  - 10.7. Hierarquias óticas, aplicações
  - 10.8. Outras aplicações de fontes óticas
  - 10.9. Sistema de multiplexagem WDM (*Wavelength Division Multiplex*)
11. Fibra ótica
  - 11.1. Tipos e características da fibra ótica. Cabo de fibras óticas
  - 11.2. Princípios da transmissão da luz na fibra ótica
  - 11.3. Modos de propagação. Atenuação, dispersão e largura de banda nas fibras óticas
  - 11.4. Ligação ponto a ponto, multiponto
  - 11.5. Descrição e interpretação de esquemas e plantas
12. Trabalhos práticos
  - 12.1. Descrição da designação dos cabos. Identificação das fibras óticas - vantagens e desvantagens
  - 12.2. Medição da potência ótica
  - 12.3. Descrição e princípio de funcionamento da máquina de fusão
  - 12.4. Descrição e utilização da máquina de corte e alicates de desnudar fibras
  - 12.5. Preparação do cabo para fusão de duas fibras
  - 12.6. Descrição e princípio de funcionamento do OTDR
  - 12.7. Execução de medidas (atenuações, comprimentos e perdas) com equipamento adequado
  - 12.8. Terminação de fibras com fichas ST, SC, LC e FC sistema 3m
  - 12.9. Execução de um ponto de distribuição. Medição das perdas
  - 12.10. Cabos de fibra ótica: execução de pontos de distribuição, repartidores, juntas e ligação de conectores

10530

Instalações ITED - execução de projetos de comunicações

Carga horária  
25 horas**Objetivo(s)**

1. Definir e interpretar conceitos.
2. Definir comunicações: FM, feixes hertzianos, digitais e óticas.
3. Definir e caracterizar o equipamento necessário para uma instalação ITED (manual ITED).
4. Identificar e caracterizar os elementos de uma rede coaxial para o sistema CATV e S/MATV.
5. Caracterizar: antenas para canais nacionais, antenas de rádio (FM) e parabólicas.
6. Interpretar um projeto ITED, simples (moradia unifamiliar).
7. Elaborar o orçamento para o projeto.
8. Interpretar a memória descritiva de um projeto elaborado.
9. Distinguir os vários equipamentos de medida necessários.
10. Simular uma instalação para o projeto elaborado.
11. Descrever os ensaios obrigatórios como estabelecido no manual ITED.
12. Realizar a montagem de componentes da instalação.
13. Efetuar os ensaios obrigatórios adequados aos níveis de qualidade.
14. Elaborar o relatório dos ensaios de funcionalidade como estabelecido no manual ITED.

**Conteúdos**

1. Noções sobre
  - 1.1. Sinais analógicos
  - 1.2. Sinais digitais
  - 1.3. Comunicações FM, feixes hertzianos, digitais e óticas
2. Noções sobre micro-ondas
  - 2.1. As micro-ondas no sistema S/MATV e no FWA
3. Rede de cabo coaxial para um sistema CATV e S/MATV
  - 3.1. Constituição de uma rede
  - 3.2. Níveis de sinal
4. Definição e características dos vários tipos de comunicação
5. Constituição e características das várias antenas
6. Projeto ITED - interpretação dos seguintes pontos de um projeto apresentado
  - 6.1. Equipamento utilizado
  - 6.2. Planta de localização e distribuição de equipamentos terminais
  - 6.3. Esquema do circuito de proteção e alimentação elétrica das ITED
  - 6.4. Diâmetros da tubagem
  - 6.5. Dimensões de caixas e armários
  - 6.6. Características dos conectores, tomadas, cabos, repartidores, antenas e outro equipamento
7. Análise da documentação técnica do projeto apresentado
8. Análise da memória descritiva do projeto apresentado
9. Análise do orçamento do projeto apresentado com base em esquemas existentes execução da montagem de partes de algumas das principais instalações existentes num edifício, com pelo menos 4 frações autónomas, nomeadamente montar duas a três das seguintes instalações
  - 9.1. Infraestruturas de telecomunicações
    - 9.1.1. Rede de tubagem
    - 9.1.2. Rede de cabos
    - 9.1.3. Dispositivos (armários, caixas, conectores etc.)
    - 9.1.4. Proteção, segurança e alimentação elétrica das ITED
  - 9.2. Sistema de videoporteiro/porteiro elétrico
  - 9.3. Instalações SADI/SADIR
  - 9.4. Sistemas de intercomunicadores
10. Execução dos ensaios obrigatórios em redes de cabos de pares de cobre e cabo coaxial e fibra ótica, definidos no manual ITED
11. Interpretação e validação dos resultados dos ensaios às redes de cabos
12. Simulação de falhas e deteção das mesmas
13. Manutenção e conservação das ITED

14. Procedimentos de avaliação das ITED
15. Realização do relatório de ensaios e funcionalidade
16. Técnicas de orçamentação
17. Relatório dos ensaios efetuados, segundo o manual ITED

Nota: Fica à consideração, a escolha das montagens a realizar em função das especificidades regionais, dos equipamentos disponíveis ou outras, das quais as infraestruturas de telecomunicações é obrigatória

10533

### Instalações ITUR - Introdução

Carga horária  
25 horas

#### Objetivo(s)

1. Identificar a legislação aplicável às ITUR.
2. Caracterizar as ITUR.
3. Caracterizar os materiais, dispositivos e equipamentos constituintes duma ITUR.
4. Distinguir e caracterizar os vários serviços de telecomunicações suportados por uma ITUR.
5. Identificar os vários tipos de redes e a arquitetura das ITUR.
6. Ler e interpretar a planta da arquitetura de uma ITUR.
7. Interpretar projetos de ITUR.

#### Conteúdos

1. Legislação, normas e regulamentos em vigor
  - 1.1. Manual ITUR
2. Conceitos de ITUR pública e privada
3. Caracterização das ITUR
  - 3.1. Rede tubagem
  - 3.2. Rede de cabos
  - 3.3. Ligação das ITUR às ITED
  - 3.4. Fronteiras das ITUR
4. Materiais, dispositivos e equipamentos (constituição e características)
  - 4.1. Generalidades
  - 4.2. Regulamento dos produtos de construção (RPC)
  - 4.3. Cabos de pares de cobre, coaxiais, fibra ótica
  - 4.4. Repartidores gerais de urbanização
  - 4.5. Dispositivos de ligação, distribuição
    - 4.5.1. Repartidores e derivadores
    - 4.5.2. Conectores
    - 4.5.3. Amplificadores
    - 4.5.4. Outros
  - 4.6. Tubagem da rede coletiva e individual
    - 4.6.1. Câmaras de visita (CV)
    - 4.6.2. Caixas, armários, pedestais, bastidores
    - 4.6.3. Tubos
5. Classificações ambientais - regras MICE
6. Proteções, ligações à terra e alimentação elétrica das ITUR
7. Serviços de telecomunicações suportados numa instalação ITUR
  - 7.1. Receção de sinais sonoros e televisivos
  - 7.2. Distribuição por cabos de pares de cobre
  - 7.3. Distribuição por cabo coaxial
  - 7.4. Distribuição por fibra ótica
8. Análise das condições técnicas para a execução dos trabalhos
9. Projeto ITUR
  - 9.1. Simbologia utilizada
  - 9.2. Memória descritiva
  - 9.3. Peças desenhadas

10532

Instalações ITUR - execução de uma instalação ITUR privada

Carga horária  
25 horas

**Objetivo(s)**

1. Ler e interpretar projetos de ITUR, de acordo com as prescrições e especificações técnicas (manual ITUR).
2. Interpretar as regras técnicas de instalação das infraestruturas de telecomunicações.
3. Executar redes de tubagens e cabos de uma ITUR.
4. Manuseamento de cabos de fibra ótica, cabos de pares de cobre e coaxiais.
5. Identificar erros de execução da instalação.
6. Executar um projeto já elaborado.
7. Verificar as características da instalação e equipamentos através de ensaios.
8. Elaboração do relatório de ensaios de funcionalidade e termo de responsabilidade de execução.
9. Interpretar os procedimentos de avaliação das ITUR.

**Conteúdos**

1. Projeto ITUR - utilização de um modelo de projeto de uma ITUR privada
2. Instalação
  - 2.1. Rede de tubagem
  - 2.2. Rede de cabos
  - 2.3. Dispositivos (armários, caixas, conectores etc.)
  - 2.4. Proteção, segurança e alimentação elétrica das ITUR
3. Ensaios obrigatórios em redes de cabos de pares de cobre e cabo coaxial e fibra ótica
4. Interpretação e validação dos resultados dos ensaios às redes de cabos
5. Manutenção e conservação das ITUR
6. Procedimento de avaliação das ITUR
7. Realização do relatório de ensaios de funcionalidade
8. Elaboração do termo de responsabilidade pela execução da instalação

**Anexo 4:**

10527	Instalações ITED - introdução	Carga horária 25 horas
<b>Objetivo(s)</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Identificar a legislação aplicável às ITED.</li> <li>2. Caracterizar as ITED.</li> <li>3. Identificar materiais, dispositivos e equipamentos.</li> <li>4. Distinguir dispositivos de amplificação, distribuição e ligação.</li> <li>5. Identificar os órgãos de proteção e explicar a sua necessidade.</li> <li>6. Explicar a função dos armários, caixas e bastidores.</li> <li>7. Distinguir os diferentes tipos e elementos de uma tubagem.</li> <li>8. Distinguir e caracterizar os vários serviços de telecomunicações suportados por uma ITED.</li> <li>9. Identificar os vários tipos de redes e arquiteturas das ITED.</li> <li>10. Interpretar projetos de ITED.</li> </ol>	
<b>Conteúdos</b>		
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Legislação, normas e regulamentos em vigor             <ol style="list-style-type: none"> <li>1.1. Decreto-Lei n.º 123/2009 de 21 de maio</li> <li>1.2. Manual ITED</li> </ol> </li> <li>2. Sistemas de cablagem em par de cobre, cabo coaxial e fibra ótica             <ol style="list-style-type: none"> <li>2.1. Ligação permanente</li> <li>2.2. Classes de ligação</li> <li>2.3. Categoria dos componentes</li> </ol> </li> <li>3. Caracterização das ITED             <ol style="list-style-type: none"> <li>3.1. Pontos de distribuição</li> <li>3.2. Rede coletiva e individual de tubos</li> <li>3.3. Rede coletiva e individual de cabos</li> <li>3.4. Fronteiras das ITED                 <ol style="list-style-type: none"> <li>3.4.1. Subterrâneas</li> <li>3.4.2. Não subterrâneas</li> </ol> </li> </ol> </li> <li>4. Materiais, dispositivos e equipamentos (constituição e características)             <ol style="list-style-type: none"> <li>4.1. Generalidades</li> <li>4.2. Regulamento dos produtos de construção (RPC)</li> <li>4.3. Cabos de pares de cobre, coaxiais, fibra ótica e híbridos</li> <li>4.4. Repartidores gerais</li> <li>4.5. Repartidores de cliente</li> <li>4.6. Dispositivos de amplificação, distribuição e ligação                 <ol style="list-style-type: none"> <li>4.6.1. Amplificadores</li> <li>4.6.2. Repartidores e derivadores</li> <li>4.6.3. Conectores, acessórios e adaptadores de ligação</li> <li>4.6.4. Tomadas</li> <li>4.6.5. Outros</li> </ol> </li> <li>4.7. Caixas, armários e bastidores</li> <li>4.8. Tubos, calhas e caminhos de cabos</li> <li>4.9. Órgãos de proteção utilizados nas ITED</li> </ol> </li> <li>5. Classificações ambientais - regras MICE</li> <li>6. Proteções, ligações à terra e alimentação elétrica das ITED</li> <li>7. Serviços de telecomunicações suportados numa instalação (ITED)             <ol style="list-style-type: none"> <li>7.1. Receção de sinais sonoros e televisivos</li> <li>7.2. Distribuição por cabos de pares de cobre</li> <li>7.3. Distribuição por cabo coaxial</li> <li>7.4. Distribuição por fibra ótica</li> <li>7.5. Telecomunicações em ascensores</li> </ol> </li> </ol>		

- 8. Projeto ITED
  - 8.1. Simbologia utilizada
  - 8.2. Memória descritiva
  - 8.3. Peças desenhadas

10528

**Instalações ITED - execução em moradia unifamiliar**

Carga horária  
25 horas

**Objetivo(s)**

- 1. Reconhecer as regras de elaboração dos projetos ITED.
- 2. Ler e interpretar projetos de ITED, de acordo com as prescrições e especificações técnicas (manual ITED).
- 3. Interpretar as regras técnicas de instalação das infraestruturas de telecomunicações.
- 4. Instalar uma ITED em moradia unifamiliar.
- 5. Manuseamento de cabos de FO, cabos de pares de cobre e coaxiais.
- 6. Identificar erros de execução da instalação.
- 7. Executar um projeto já elaborado.
- 8. Verificar as características da instalação e equipamentos através de ensaios.
- 9. Elaborar o relatório de ensaios de funcionalidade.
- 10. Identificar os procedimentos de avaliação das ITED.
- 11. Elaborar o Registo de Ensaios e Funcionalidade (REF) e o termo de responsabilidade de execução.

**Conteúdos**

- 1. Projeto ITED - modelo de projeto de uma moradia unifamiliar
- 2. Instalação
  - 2.1. Rede de tubagem
  - 2.2. Rede de cabos
  - 2.3. Dispositivos (armários, caixas, conectores etc.)
  - 2.4. Proteção, segurança e alimentação e elétrica das ITED
- 3. Ensaios obrigatórios em redes de cabos de pares de cobre e cabo coaxial e fibra ótica, segundo o manual ITED
- 4. Interpretação e validação dos resultados dos ensaios às redes de cabos
- 5. Simulação de falhas e deteção das mesmas
- 6. Manutenção e conservação das ITED
- 7. Procedimentos de avaliação das ITED
- 8. Realização do relatório de ensaios de funcionalidade
- 9. Elaboração do termo de responsabilidade de execução da instalação

10529

Instalações ITED - fibras óticas

Carga horária  
25 horas**Objetivo(s)**

1. Definir o processo de instalação de um sinal ótico.
2. Distinguir os diferentes tipos de fibras óticas, emissores, recetores e pontos de distribuição.
3. Dimensionar um canal ótico.
4. Executar a fusão de fibra óticas.
5. Executar a instalação de um ponto de distribuição de fibra ótica.

**Conteúdos**

1. Optoelectrónica
  - 1.1. Conceitos fundamentais
  - 1.2. Natureza da luz
  - 1.3. Ótica geométrica
  - 1.4. Lei de Snell
  - 1.5. Difração da luz
  - 1.6. Abertura numérica (ângulo de abertura)
2. Fontes de luz
  - 2.1. Díodos emissores de luz, LED e LASER
  - 2.2. Díodos recetores/detetores de luz
  - 2.3. Fotodiodo de junção, diodo PIN e APD fotodiodo de avalanche
  - 2.4. Acopladores ligados
  - 2.5. Orçamento de potência
  - 2.6. Ligação ponto a ponto, multiponto
  - 2.7. Hierarquias óticas, aplicações
  - 2.8. Outras aplicações de fontes óticas
  - 2.9. Sistema de multiplexagem WDM (*Wavelength Division Multiplex*)
3. Fibra ótica
  - 3.1. Tipos e características da fibra ótica. Cabo de fibras óticas
  - 3.2. Princípios da transmissão da luz na fibra ótica
  - 3.3. Modos de propagação. Atenuação, dispersão e largura de banda nas fibras óticas
  - 3.4. Ligação ponto a ponto, multiponto
  - 3.5. Descrição e interpretação de esquemas e plantas
4. Trabalhos práticos
  - 4.1. Descrição da designação dos cabos. Identificação das fibras óticas - vantagens e desvantagens
  - 4.2. Medição da potência ótica
  - 4.3. Descrição e princípio de funcionamento da máquina de fusão
  - 4.4. Descrição e utilização da máquina de corte e alicates de desnudar fibras
  - 4.5. Preparação do cabo para fusão de duas fibras
  - 4.6. Descrição e princípio de funcionamento do OTDR
  - 4.7. Execução de medidas (atenuações, comprimentos e perdas) com equipamento adequado
  - 4.8. Terminação de fibras com fichas ST, SC, LC e FC sistema 3m
  - 4.9. Execução de um ponto de distribuição. Medição das perdas
  - 4.10. Cabos de fibra ótica: execução de pontos de distribuição, repartidores, juntas e ligação de conectores

19330	Instalações ITED - execução de projetos de comunicações	Carga horária 25 horas
<b>Objetivo(s)</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Definir e interpretar conceitos.</li> <li>2. Definir comunicações: FM, feixes hertzianos, digitais e óticas.</li> <li>3. Definir e caracterizar o equipamento necessário para uma instalação ITED (manual ITED).</li> <li>4. Identificar e caracterizar os elementos de uma rede coaxial para o sistema CATV e S/MATV.</li> <li>5. Caracterizar: antenas para canais nacionais, antenas de rádio (FM) e parabólicas.</li> <li>6. Interpretar um projeto ITED, simples (moradia unifamiliar).</li> <li>7. Elaborar o orçamento para o projeto.</li> <li>8. Interpretar a memória descritiva de um projeto elaborado.</li> <li>9. Distinguir os vários equipamentos de medida necessários.</li> <li>10. Simular uma instalação para o projeto elaborado.</li> <li>11. Descrever os ensaios obrigatórios como estabelecido no manual ITED.</li> <li>12. Realizar a montagem de componentes da instalação.</li> <li>13. Efetuar os ensaios obrigatórios adequados aos níveis de qualidade.</li> <li>14. Elaborar o relatório dos ensaios de funcionalidade como estabelecido no manual ITED.</li> </ol>	
<b>Conteúdos</b>		
	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Noções sobre <ol style="list-style-type: none"> <li>1.1. Sinais analógicos</li> <li>1.2. Sinais digitais</li> <li>1.3. Comunicações FM, feixes hertzianos, digitais e óticas</li> </ol> </li> <li>2. Noções sobre micro-ondas <ol style="list-style-type: none"> <li>2.1. As micro-ondas no sistema S/MATV e no FWA</li> </ol> </li> <li>3. Rede de cabo coaxial para um sistema CATV e S/MATV <ol style="list-style-type: none"> <li>3.1. Constituição de uma rede</li> <li>3.2. Níveis de sinal</li> </ol> </li> <li>4. Definição e características dos vários tipos de comunicação</li> <li>5. Constituição e características das várias antenas</li> <li>6. Projeto ITED - interpretação dos seguintes pontos de um projeto apresentado <ol style="list-style-type: none"> <li>6.1. Equipamento utilizado</li> <li>6.2. Planta de localização e distribuição de equipamentos terminais</li> <li>6.3. Esquema do circuito de proteção e alimentação elétrica das ITED</li> <li>6.4. Diâmetros da tubagem</li> <li>6.5. Dimensões de caixas e armários</li> <li>6.6. Características dos conectores, tomadas, cabos, repartidores, antenas e outro equipamento</li> </ol> </li> <li>7. Análise da documentação técnica do projeto apresentado</li> <li>8. Análise da memória descritiva do projeto apresentado</li> <li>9. Análise do orçamento do projeto apresentado com base em esquemas existentes execução da montagem de partes de algumas das principais instalações existentes num edifício, com pelo menos 4 frações autónomas, nomeadamente montar duas a três das seguintes instalações <ol style="list-style-type: none"> <li>9.1. Infraestruturas de telecomunicações <ol style="list-style-type: none"> <li>9.1.1. Rede de tubagem</li> <li>9.1.2. Rede de cabos</li> <li>9.1.3. Dispositivos (armários, caixas, conectores etc.)</li> <li>9.1.4. Proteção, segurança e alimentação elétrica das ITED</li> </ol> </li> <li>9.2. Sistema de videoporteiro/porteiro elétrico</li> <li>9.3. Instalações SADI/SADIR</li> <li>9.4. Sistemas de intercomunicadores</li> </ol> </li> <li>10. Execução dos ensaios obrigatórios em redes de cabos de pares de cobre e cabo coaxial e fibra ótica, definidos no manual ITED</li> <li>11. Interpretação e validação dos resultados dos ensaios às redes de cabos</li> <li>12. Simulação de falhas e deteção das mesmas</li> <li>13. Manutenção e conservação das ITED</li> </ol>	

14. Procedimentos de avaliação das ITED
15. Realização do relatório de ensaios e funcionalidade
16. Técnicas de orçamentação
17. Relatório dos ensaios efetuados, segundo o manual ITED

Nota: Fica à consideração, a escolha das montagens a realizar em função das especificidades regionais, dos equipamentos disponíveis ou outras, das quais as infraestruturas de telecomunicações é obrigatória

<b>3721</b>	<b>ITED - generalidades - atualização</b>	Carga horária 25 horas
-------------	---	---------------------------

<b>Objetivo(s)</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Caracterizar as ITED em função do tipo de edifício.</li><li>2. Identificar e avaliar as características de materiais, dispositivos e equipamentos.</li><li>3. Adequar as características dos materiais em função das condições ambientais do local de instalação.</li><li>4. Identificar os tipos de redes e as arquiteturas das ITED.</li><li>5. Distinguir e adequar os diferentes tipos de tubagens ao local de instalação.</li><li>6. Identificar as prescrições e especificações técnicas aplicáveis às redes de cabos e rede de tubagens.</li><li>7. Identificar a metodologia de ensaios previstos no manual ITED.</li><li>8. Identificar os vários serviços de comunicações eletrónicas suportados pelas ITED.</li><li>9. Interligar os sistemas de uso exclusivo dos edifícios às ITED.</li><li>10. Identificar os procedimentos de avaliação das ITED.</li></ol>
--------------------	---

#### Conteúdos

1. Legislação, normas e regulamentos em vigor (manual ITED)
2. Sistemas de cablagem em par de cobre, cabo coaxial e fibra ótica
  - 2.1. Classes de ligação
  - 2.2. Categoria dos componentes
3. Características das ITED em função do tipo de edifício
  - 3.1. Arquiteturas de rede
  - 3.2. Rede coletiva e individual de tubagens
  - 3.3. Rede coletiva e individual de cabos
  - 3.4. Fronteiras das ITED
    - 3.4.1. PAT e CVM
4. Constituição e características dos materiais e dispositivos
  - 4.1. Cablagem
    - 4.1.1. Cabos de pares de cobre, coaxiais e fibra ótica
    - 4.1.2. Repartidores gerais (RG) e repartidores de cliente (RC)
    - 4.1.3. Repartidores e derivadores
    - 4.1.4. Conectores
    - 4.1.5. Amplificadores
    - 4.1.6. Tomadas
    - 4.1.7. Antenas
    - 4.1.8. Órgãos de proteção
  - 4.2. Tubagem
    - 4.2.1. Caixas, armários e bastidores
    - 4.2.2. ATE e ATI
    - 4.2.3. PCS e PTI
    - 4.2.4. Tubos, calhas e caminhos de cabos
  - 4.3. Equipamento terminal
  - 4.4. Características técnicas dos materiais de acordo com os requisitos do manual ITED
5. Classificações ambientais - MICE

- 5.1. Características do local de instalação
- 5.2. Tipo de materiais adequados ao local
6. Proteções, ligações à terra e alimentação elétrica das ITED
7. Regras para a elaboração de projeto e execução das redes de cabos e tubagens
  - 7.1. Edifícios novos
  - 7.2. Edifícios construídos
  - 7.3. Edifícios classificados
  - 7.4. Adaptação de edifícios construídos a uma tecnologia
8. Sistemas de uso exclusivo do edifício e sistemas inteligentes
  - 8.1. Interligação com as ITED
9. Ensaio das redes de cabos
  - 9.1. Métodos de ensaio para as redes de cabos de pares de cobre, coaxiais e fibra ótica
  - 9.2. Medidas corretivas
10. Serviços de comunicações eletrónicas suportados pelas ITED
  - 10.1. Receção e distribuição de sinais sonoros e televisivos
  - 10.2. Distribuição por cabos de pares de cobre
  - 10.3. Distribuição por cabo coaxial
  - 10.4. Distribuição por fibra ótica
11. Procedimentos de avaliação das ITED

8722

**ITED - análise do projeto e execução da instalação - atualização**

Carga horária  
25 horas

**Objetivo(s)**

1. Analisar projetos.
2. Executar as ITED com base no projeto.
3. Efetuar os ensaios e analisar os resultados obtidos.
4. Identificar falhas nas ITED.
5. Efetuar a correção da instalação com base no resultado dos ensaios, tendo em conta as medidas corretivas contempladas no manual ITED.
6. Elaborar o relatório dos ensaios de funcionalidade (REF) de acordo com os procedimentos de avaliação das ITED.
7. Configurar as ITED com vista ao fornecimento dos serviços de comunicações eletrónicas, nas diferentes tecnologias de acesso (cobre, cabo, satélite, móveis, fibra, etc.).
8. Elaborar o orçamento para a instalação de uma ITED.

**Conteúdos**

1. Análise do projeto de um edifício misto com dois ou mais fogos e de um edifício especial
  - 1.1. Posicionamento dos vários elementos das ITED, previsto nas plantas do projeto
  - 1.2. Esquemas das redes de cabos, rede de tubagens, de terras e alimentação elétrica
  - 1.3. Lista de materiais e do orçamento de execução
2. Instalação com base nos projetos referidos
  - 2.1. Rede de tubagens
  - 2.2. Redes de cabos
  - 2.3. Proteção, segurança e alimentação elétrica
3. Simulação de falhas, deteção e correção das mesmas
4. Ensaio obrigatórios em redes de cabos de pares de cobre, cabo coaxial e fibra ótica
  - 4.1. Medidas corretivas contempladas no manual ITED
5. REF de acordo com os procedimentos de avaliação das ITED
6. Ligação e configuração de equipamentos ativos para o fornecimento de serviços de comunicações eletrónicas, nas diferentes tecnologias
  - 6.1. ADSL, cabo, satélite, TDT, FTTH
7. Termo de responsabilidade de execução da instalação
8. Manutenção e conservação das ITED
9. Orçamento para a instalação

8723

ITED - elaboração de projeto - atualização

Carga horária  
25 horas

**Objetivo(s)**

1. Elaborar um projeto.
2. Cumprir com as obrigações previstas no âmbito da elaboração de um projeto ITED.
3. Identificar e caracterizar os materiais, dispositivos e equipamentos.
4. Elaborar orçamento e lista de materiais.

**Conteúdos**

1. Materiais, dispositivos e equipamentos envolvidos nas ITED e respetivas características
2. Técnicas para elaboração da memória descritiva
3. Técnicas para orçamentar uma ITED
4. Funções e obrigações do projetista
5. Informações necessárias à elaboração do projeto
  - 5.1. Características do edifício
    - 5.1.1. Edifício novo, construído, adaptação de edifício construído a uma tecnologia
    - 5.1.2. Tipo e constituição do edifício
  - 5.2. Planta do edifício
  - 5.3. Requisitos de cliente
  - 5.4. Dados e requisitos funcionais do edifício
  - 5.5. Funcionalidade da solução
  - 5.6. Análise de condicionantes
  - 5.7. Serviços suportados por uma ITED disponíveis no mercado
  - 5.8. Informação sobre o projeto de eletricidade do edifício
  - 5.9. Classes de ligação dos diversos tipos de cablagem a projetar
6. Projetos ITED (edifício misto de dois ou mais fogos e de alteração de moradia unifamiliar construída)
  - 6.1. Regras para o dimensionamento das redes cabos e rede de tubagens
  - 6.2. Regras para a elaboração dos esquemas e respetiva simbologia
  - 6.3. Encaminhamento de tubagens, incluindo o esquema em CAD
  - 6.4. Cálculos relativos ao dimensionamento da rede de tubagens
  - 6.5. Cálculos relativos ao dimensionamento das redes de pares de cobre, cabos coaxiais e fibra ótica
  - 6.6. Diagramas das redes de pares de cobre, cabos coaxiais e fibra ótica em Excel e CAD
  - 6.7. Memória descritiva
  - 6.8. Características técnicas dos materiais
  - 6.9. Lista de materiais, plano de trabalhos e orçamento
  - 6.10. Documentação técnica para o projeto elaborado
  - 6.11. Termo de responsabilidade de execução do projeto
  - 6.12. Referenciais de formação

Anexo 5:

<b>10537</b>	<b>Instalações ITED - introdução</b>	Carga horária 25 horas
--------------	--------------------------------------	---------------------------

<b>Objetivo(s)</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Identificar a legislação aplicável às ITED.</li><li>2. Caracterizar as ITED.</li><li>3. Identificar materiais, dispositivos e equipamentos.</li><li>4. Distinguir dispositivos de amplificação, distribuição e ligação.</li><li>5. Identificar os órgãos de proteção e explicar a sua necessidade.</li><li>6. Explicar a função dos armários, caixas e bastidores.</li><li>7. Distinguir os diferentes tipos e elementos de uma tubagem.</li><li>8. Distinguir e caracterizar os vários serviços de telecomunicações suportados por uma ITED.</li><li>9. Identificar os vários tipos de redes e arquiteturas das ITED.</li><li>10. Interpretar projetos de ITED.</li></ol>
--------------------	---

**Conteúdos**

1. Legislação, normas e regulamentos em vigor
  - 1.1. Decreto-Lei n.º 123/2009 de 21 de maio
  - 1.2. Manual ITED
2. Sistemas de cablagem em par de cobre, cabo coaxial e fibra ótica
  - 2.1. Ligação permanente
  - 2.2. Classes de ligação
  - 2.3. Categoria dos componentes
3. Caracterização das ITED
  - 3.1. Pontos de distribuição
  - 3.2. Rede coletiva e individual de tubos
  - 3.3. Rede coletiva e individual de cabos
  - 3.4. Fronteiras das ITED
    - 3.4.1. Subterrâneas
    - 3.4.2. Não subterrâneas
4. Materiais, dispositivos e equipamentos (constituição e características)
  - 4.1. Generalidades
  - 4.2. Regulamento dos produtos de construção (RPC)
  - 4.3. Cabos de pares de cobre, coaxiais, fibra ótica e híbridos
  - 4.4. Repartidores gerais
  - 4.5. Repartidores de cliente
  - 4.6. Dispositivos de amplificação, distribuição e ligação
    - 4.6.1. Amplificadores
    - 4.6.2. Repartidores e derivadores
    - 4.6.3. Conectores, acessórios e adaptadores de ligação
    - 4.6.4. Tomadas
    - 4.6.5. Outros
  - 4.7. Caixas, armários e bastidores
  - 4.8. Tubos, calhas e caminhos de cabos
  - 4.9. Órgãos de proteção utilizados nas ITED
5. Classificações ambientais - regras MICE
6. Proteções, ligações à terra e alimentação elétrica das ITED
7. Serviços de telecomunicações suportados numa instalação (ITED)
  - 7.1. Receção de sinais sonoros e televisivos
  - 7.2. Distribuição por cabos de pares de cobre
  - 7.3. Distribuição por cabo coaxial
  - 7.4. Distribuição por fibra ótica
  - 7.5. Telecomunicações em ascensores

- 
- 8. Projeto ITED
    - 8.1. Simbologia utilizada
    - 8.2. Memória descritiva
    - 8.3. Peças desenhadas
- 

10528

**Instalações ITED - execução em moradia unifamiliar**

Carga horária  
25 horas

**Objetivo(s)**

- 1. Reconhecer as regras de elaboração dos projetos ITED.
- 2. Ler e interpretar projetos de ITED, de acordo com as prescrições e especificações técnicas (manual ITED).
- 3. Interpretar as regras técnicas de instalação das infraestruturas de telecomunicações.
- 4. Instalar uma ITED em moradia unifamiliar.
- 5. Manuseamento de cabos de FO, cabos de pares de cobre e coaxiais.
- 6. Identificar erros de execução da instalação.
- 7. Executar um projeto já elaborado.
- 8. Verificar as características da instalação e equipamentos através de ensaios.
- 9. Elaborar o relatório de ensaios de funcionalidade.
- 10. Identificar os procedimentos de avaliação das ITED.
- 11. Elaborar o Registo de Ensaios e Funcionalidade (REF) e o termo de responsabilidade de execução.

**Conteúdos**

- 1. Projeto ITED - modelo de projeto de uma moradia unifamiliar
  - 2. Instalação
    - 2.1. Rede de tubagem
    - 2.2. Rede de cabos
    - 2.3. Dispositivos (armários, caixas, conectores etc.)
    - 2.4. Proteção, segurança e alimentação e elétrica das ITED
  - 3. Ensaios obrigatórios em redes de cabos de pares de cobre e cabo coaxial e fibra ótica, segundo o manual ITED
  - 4. Interpretação e validação dos resultados dos ensaios às redes de cabos
  - 5. Simulação de falhas e deteção das mesmas
  - 6. Manutenção e conservação das ITED
  - 7. Procedimentos de avaliação das ITED
  - 8. Realização do relatório de ensaios de funcionalidade
  - 9. Elaboração do termo de responsabilidade de execução da instalação
-

10529

Instalações ITED - fibras óticas

Carga horária  
25 horas

**Objetivo(s)**

1. Definir o processo de instalação de um sinal ótico.
2. Distinguir os diferentes tipos de fibras óticas, emissores, recetores e pontos de distribuição.
3. Dimensionar um canal ótico.
4. Executar a fusão de fibra óticas.
5. Executar a instalação de um ponto de distribuição de fibra ótica.

**Conteúdos**

1. Optoelectrónica
  - 1.1. Conceitos fundamentais
  - 1.2. Natureza da luz
  - 1.3. Ótica geométrica
  - 1.4. Lei de Snell
  - 1.5. Difração da luz
  - 1.6. Abertura numérica (ângulo de abertura)
2. Fontes de luz
  - 2.1. Díodos emissores de luz, LED e LASER
  - 2.2. Díodos recetores/detetores de luz
  - 2.3. Fotodíodo de junção, díodo PIN e APD fotodíodo de avalanche
  - 2.4. Acopladores ligados
  - 2.5. Orçamento de potência
  - 2.6. Ligação ponto a ponto, multiponto
  - 2.7. Hierarquias óticas, aplicações
  - 2.8. Outras aplicações de fontes óticas
  - 2.9. Sistema de multiplexagem WDM (*Wavelength Division Multiplex*)
3. Fibra ótica
  - 3.1. Tipos e características da fibra ótica. Cabo de fibras óticas
  - 3.2. Princípios da transmissão da luz na fibra ótica
  - 3.3. Modos de propagação. Atenuação, dispersão e largura de banda nas fibras óticas
  - 3.4. Ligação ponto a ponto, multiponto
  - 3.5. Descrição e interpretação de esquemas e plantas
4. Trabalhos práticos
  - 4.1. Descrição da designação dos cabos. Identificação das fibras óticas - vantagens e desvantagens
  - 4.2. Medição da potência ótica
  - 4.3. Descrição e princípio de funcionamento da máquina de fusão
  - 4.4. Descrição e utilização da máquina de corte e alicates de desnudar fibras
  - 4.5. Preparação do cabo para fusão de duas fibras
  - 4.6. Descrição e princípio de funcionamento do OTDR
  - 4.7. Execução de medidas (atenuações, comprimentos e perdas) com equipamento adequado
  - 4.8. Terminação de fibras com fichas ST, SC, LC e FC sistema 3m
  - 4.9. Execução de um ponto de distribuição. Medição das perdas
  - 4.10. Cabos de fibra ótica: execução de pontos de distribuição, repartidores, juntas e ligação de conectores

10530

**Instalações ITED - execução de projetos de comunicações**Carga horária  
25 horas**Objetivo(s)**

1. Definir e interpretar conceitos.
2. Definir comunicações: FM, feixes hertzianos, digitais e óticas.
3. Definir e caracterizar o equipamento necessário para uma instalação ITED (manual ITED).
4. Identificar e caracterizar os elementos de uma rede coaxial para o sistema CATV e S/MATV.
5. Caracterizar: antenas para canais nacionais, antenas de rádio (FM) e parabólicas.
6. Interpretar um projeto ITED, simples (moradia unifamiliar).
7. Elaborar o orçamento para o projeto.
8. Interpretar a memória descritiva de um projeto elaborado.
9. Distinguir os vários equipamentos de medida necessários.
10. Simular uma instalação para o projeto elaborado.
11. Descrever os ensaios obrigatórios como estabelecido no manual ITED.
12. Realizar a montagem de componentes da instalação.
13. Efetuar os ensaios obrigatórios adequados aos níveis de qualidade.
14. Elaborar o relatório dos ensaios de funcionalidade como estabelecido no manual ITED.

**Conteúdos**

1. Noções sobre
  - 1.1. Sinais analógicos
  - 1.2. Sinais digitais
  - 1.3. Comunicações FM, feixes hertzianos, digitais e óticas
2. Noções sobre micro-ondas
  - 2.1. As micro-ondas no sistema S/MATV e no FWA
3. Rede de cabo coaxial para um sistema CATV e S/MATV
  - 3.1. Constituição de uma rede
  - 3.2. Níveis de sinal
4. Definição e características dos vários tipos de comunicação
5. Constituição e características das várias antenas
6. Projeto ITED - interpretação dos seguintes pontos de um projeto apresentado
  - 6.1. Equipamento utilizado
  - 6.2. Planta de localização e distribuição de equipamentos terminais
  - 6.3. Esquema do circuito de proteção e alimentação elétrica das ITED
  - 6.4. Diâmetros da tubagem
  - 6.5. Dimensões de caixas e armários
  - 6.6. Características dos conectores, tomadas, cabos, repartidores, antenas e outro equipamento
7. Análise da documentação técnica do projeto apresentado
8. Análise da memória descritiva do projeto apresentado
9. Análise do orçamento do projeto apresentado com base em esquemas existentes execução da montagem de partes de algumas das principais instalações existentes num edifício, com pelo menos 4 frações autónomas, nomeadamente montar duas a três das seguintes instalações
  - 9.1. Infraestruturas de telecomunicações
    - 9.1.1. Rede de tubagem
    - 9.1.2. Rede de cabos
    - 9.1.3. Dispositivos (armários, caixas, conectores etc.)
    - 9.1.4. Proteção, segurança e alimentação elétrica das ITED
  - 9.2. Sistema de videoproteiro/porteiro elétrico
  - 9.3. Instalações SADI/SADIR
  - 9.4. Sistemas de intercomunicadores
10. Execução dos ensaios obrigatórios em redes de cabos de pares de cobre e cabo coaxial e fibra ótica, definidos no manual ITED
11. Interpretação e validação dos resultados dos ensaios às redes de cabos
12. Simulação de falhas e deteção das mesmas
13. Manutenção e conservação das ITED

14. Procedimentos de avaliação das ITED
15. Realização do relatório de ensaios e funcionalidade
16. Técnicas de orçamentação
17. Relatório dos ensaios efetuados, segundo o manual ITED

Nota: Fica à consideração, a escolha das montagens a realizar em função das especificidades regionais, dos equipamentos disponíveis ou outras, das quais as infraestruturas de telecomunicações é obrigatória

---